

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA – SBS

Vol 04, No. 08 | Jul./Dez./2016

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA - DIRETORIA (GESTÃO 2015-2017)

Presidente
Carlos Benedito Martins, UnB

1º Vice Presidente
Maria Ligia Barbosa, UFRJ

2º Vice Presidente
Jacob Lima, UFSCarlos

Secretário Geral
Emil Albert Sobottka, PUC-RS

Tesoureiro
Jordão Horta Nunes, UFGO

1º Secretário
Márcia Lima, USP

2º Secretário
Iracema Brandão Guimarães, UFBA

Diretores
Adriano Premebida, FADB
Eliane Veras Soares, UFPE
Claudio Santiago Dias Junior, UFMG
Mariana Miggiolaro Chaguri, Unicamp
Alex Niche Teixeira, UFRGS

Conselho Fiscal
Danyelle Nilin Gonçalves,UFC
Carlos Eduardo Sell, UFSC
Simone Meucci, UFPR

PUBLICAÇÃO SEMESTRAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA – SBS

Coordenação Editorial
Carlos Benedito Martins, UnB

Editores
Rogerio Proença Leite, UFS
Cynthia Hamlin, UFPE
Sergio B. F. Tavolaro, UnB

Comissão Editorial
Irlys Barreira, UFC
Celi Scalon, UFRJ
Emil Sobottka, PUC-RS
Renato Sérgio de Lima, FBSP
Tom Dwyer, UNICAMP

Conselho Editorial
Abdelafid Hamouch, Universidade de Lille
Ana Luisa Fayet Sallas, Universidade Federal do Paraná
André Pereira Botelho, Universidade Federal do Rio de Janeiro
Arturo Morato, Universidad de Barcelona
Carlos Fortuna, Universidade de Coimbra
Cesar Barreira, Universidade Federal do Ceará
Charles C. Lemert, Yale University
Gabriel Cohn, Universidade de São Paulo
Jacob Lima, Universidade Federal de São Carlos
Jorge Ventura, Universidade Federal de Pernambuco
José Machado Pais, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
José Vicente Tavares, Universidade Federal do Rio Grande do Sul
José Ricardo Ramalho, Universidade Federal do Rio de Janeiro
Lúcio Oliver Costilla, Universidad Nacional Autónoma de México
Marcos César Alvarez, Universidade de São Paulo
Margaret Archer, University of Warwick
Maria Stela Grossi, Universidade de Brasília
Michel Burawoy, Berkeley University
Paulo Neves, Universidade Federal de Sergipe
Renan Springer de Freitas, Universidade Federal de Minas Gerais
Sérgio Adorno, Universidade de São Paulo

Secretária de Editoria:Deborah Dorenski
Revisão: Thiago Panica

Diagramação: Adilma Menezes
Capa e web: Allan Veiga Rafael

Ficha Catalográfica elaborada pela UFS

RSB: Revista Brasileira de Sociologia / Sociedade Brasileira de Sociologia - SBS. – Vol. 04, n. 08 (jul./dez. 2016)- . – Sergipe: SBS, 2013-
Semestral
ISSN 2317-8507 (impresso)
ISSN 2318-0544 (Eletrônico)

1. Sociologia – Periódicos. I. Sociedade Brasileira de Sociologia

CDU 316(051)

SUMÁRIO

05 **Editorial**
Cynthia Hamlin

ARTIGOS

07 **Rodolfo Stavenhagen e a sociologia do subdesenvolvimento: colonialismo, classes sociais e estratificação interétnica**
Diogo Valença de Azevedo Costa

39 **Estrutura ocupacional, classes sociais e desigualdade racial no Brasil: uma comparação intrínseca com os EUA**
Jorge Alexandre Barbosa Neves
Flavia Pereira Xavier

59 **La Revocatoria de Mandato en Venezuela y su diseño institucional: el caso Hugo Chávez (2004)**
Maria Laura Eberhardt

93 **Fusão, tensão e dissensão: forças de configuração da intimidade reflexiva**
Octávio Sacramento

117 **Diálogos entre Chantal Mouffe e Pierre Bourdieu: uma proposta de análise sociológica da ação dos trabalhos artísticos no interior do campo da arte a partir do conceito de agenciamentos artísticos**
Raíza Cavalcanti

147 **A noção de dever como categoria sociológica para a compreensão de ações no mundo contemporâneo**
Daniel Guerrini

171 **Um caminho metodológico para identificar redes de ensino mais justas na educação básica**
Vanda Mendes Ribeiro

191 **Medicalização da vida: uma análise sobre a psiquiatrização do campo educacional como estratégia biopolítica**
Karina Gomes Giusti

217 **Produção da diversidade: identidades e imigração**
Marcelo Alario Ennes

243 **O Gênero da Posse da Terra: um estudo sobre o poder de negociação de mulheres titulares de lotes via reforma agrária**
Maria Luísa Duarte Azevedo Barbosa
Débora F. Lerrer

275 **La Transacción de los Alimentos Domésticos: el régimen de familiaridad como forma de coordinación económica**
Gabriela Schiavoni

305 ***À meia-noite levarei sua alma*: cinema, modernidade e dominação**
Ícaro Yure Freire de Andrade

331 **Diretrizes para Submissão de Artigos**

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

Editorial

É com prazer que apresentamos o número 8 da Revista Brasileira de Sociologia, que traz doze artigos inéditos sobre temáticas variadas.

No que poderia ser considerado uma homenagem a Rodolfo Stavenhagen, falecido em novembro último, Diogo Valença de Azevedo Costa nos presenteia com uma análise das principais ideias sobre classes sociais, colonialismo e relações interétnicas desenvolvidas pelo antropólogo/sociólogo mexicano. Numa perspectiva distinta, Jorge Alexandre Barbosa Neves e Flavia Pereira Xavier também exploram conexões entre diferentes formas de desigualdade, a partir de um estudo comparativo de estruturas ocupacionais, classes sociais e raça no Brasil e nos Estados Unidos. Passando ao domínio da sociologia política, o artigo de Maria Laura Eberhardt examina o uso do mecanismo de revogação dos mandatos políticos (*recall*) na América Latina com base no estudo de sua aplicação ao governo de Hugo Chávez, na Venezuela, em 2004.

Com o ensaio de Octávio Sacramento, o foco recai sobre as diferentes disposições presentes nas relações íntimas na pós-modernidade, com ênfase na tensão entre forças individualizantes, de um lado, e o papel homogeneizador da narrativa cultural do amor romântico, de outro. O artigo de Raíza Cavalcanti estabelece um diálogo entre a teoria dos campos de Pierre Bourdieu e a concepção de democracia agonística de Chantal Mouffe na construção do conceito de "agenciamentos artísticos" como centro e

foco de suas reflexões em sociologia da arte. Também com foco na ação, Daniel Guerrini inspira-se na noção weberiana de "personalidade" para investigar a noção de dever como categoria sociológica fundamental na análise das sociedades capitalistas contemporâneas.

Vanda Mendes Ribeiro, por seu turno, traz uma contribuição ao estudo das desigualdades escolares na educação básica, ao propor uma metodologia para identificar redes de ensino mais equitativas na geração de aprendizagens. Ainda no campo da educação, Karina Gomes Giusti discorre sobre a psiquiatrização de comportamentos próprios à infância no sistema escolar, caracterizando este processo em termos de estratégia biopolítica.

Os sentidos da ideia de diversidade cultural constituem o foco do artigo de Marcelo Alario Ennes, que examina suas diferentes acepções com base em três concepções distintas de diferença: como desigualdade, como direito e como "expressão de formas mais ambivalentes nas quais concepções essencializadas e despolitizadas da diversidade convivem com a ampliação de noções e práticas de direitos". Na interface entre sociologia rural e estudos de gênero, Maria Luísa Duarte Azevedo Barbosa e Débora F. Lerrer discutem a relação entre posse da terra e desigualdades de gênero, mostrando que a conquista da titularidade tende a conferir maior poder de barganha às mulheres do campo, seja no âmbito público, seja no privado. Gabriela Schiavoni, por sua vez, analisa as características do "regime de familiaridade" como uma forma de coordenação econômica, tomando como exemplo a comercialização de alimentos nos mercados locais de produtores (*ferias francas*) da provincia de *Missiones*, na Argentina. Por fim, Ícaro Yure Freire de Andrade procura demonstrar a importância de elementos estilísticos presentes no gênero de horror para a compreensão de tensões e dilemas sociais próprios à modernidade, tendo como estudo de caso o filme À meia-noite levarei sua alma, de José Mojica Marins.

Boa leitura!

Cynthia Hamlin
Co-Editora

Revista Brasileira de Sociologia | Vol. 04, No. 08 | Jul. Dez, 2016
Artigo recebido em 30/06/2016/ Aprovado em 17/12/2016
http://dx.doi.org/10.20336/rbs.163
10.20336/rbs.163

Rodolfo Stavenhagen e a sociologia do subdesenvolvimento: colonialismo, classes sociais e estratificação interétnica*

Diogo Valença de Azevedo Costa**

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar o esforço de conceituação das classes sociais nas sociedades subdesenvolvidas, avançado por Rodolfo Stavenhagen nos idos dos anos de 1960. Também serão consideradas suas formulações relativas às características da situação colonial nos países subdesenvolvidos, fortemente permeadas pela estratificação interétnica e por suas influências sobre as situações de classe. Dois de seus mais notórios textos serão tomados como objeto de análise, *Las clases sociales en las sociedades agrarias* (1969), e suas *Sete teses equivocadas sobre América Latina*, pela primeira vez publicadas em 1965. Por fim, as ideias de Stavenhagen serão contrastadas com algumas das reflexões sociológicas, políticas e teóricas sobre o colonialismo, as classes sociais e as relações interétnicas produzidas no Brasil.

Palavras-chave: Rodolfo Stavenhagen; Subdesenvolvimento; Colonialismo.

* As ideias contidas no presente artigo foram inicialmente apresentadas no grupo de trabalho "Pensamento latino-americano e teoria social" do XXIX Congreso Latinoamericano de Sociología, ALAS, ocorrido em Santiago do Chile em setembro de 2013.

** Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor Adjunto IV da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (PPGCS/UFRB).

ABSTRACT

RODOLFO STAVENHAGEN AND THE SOCIOLOGY OF UNDERDEVELOPMENT: COLONIALISM, SOCIAL CLASSES AND INTER-ETHNIC STRATIFICATION

The aim of this article is to present the efforts of Rodolfo Stavenhagen in conceptualizing social classes in underdeveloped societies, in the 1960s. His formulations about the colonial situation in underdeveloped countries, characterized by the effects of inter-ethnic stratification on class, will also be discussed. Two of his most important texts will be analyzed in this paper: *Las clases sociales em las sociedades agrarias* (1969) and his *Siete tesis equivocadas sobre América Latina* (1965). Last, but not least, the ideas of Stavenhagen will be compared to some sociological, political and theoretical reflections on colonialism, social classes and inter-ethnic relations produced in Brazil.
Keywords: Rodolfo Stavenhagen; Underdevelopment; Colonialism.

Introdução

O objetivo do presente artigo é recuperar um dos momentos fortes do trabalho teórico nas ciências sociais críticas latino-americanas da década de 1960, o da conceituação das classes sociais em sociedades nacionais subdesenvolvidas. Permeadas por profundas desigualdades de tipo étnico-racial e pela reprodução, em bases renovadas, das relações coloniais, a dinâmica das classes sociais nos países subdesenvolvidos apresenta determinações históricas específicas em comparação aos padrões de exploração capitalista consolidados nas nações desenvolvidas, centrais e hegemônicas. Uma dessas especificidades diz respeito à íntima imbricação entre os mecanismos de exploração de classe e da dominação étnico-racial, característica marcante dos povos asiáticos, africanos e latino-americanos. Tal imbricação não seria exclusividade, contudo, das nações do Sul Global, podendo ser encontrada na exploração do trabalho imigrante nos países de capitalismo central do Ocidente.

A reatualização do colonialismo – externamente, nas relações entre nações centrais e periféricas e, internamente, nas relações entre grupos

nacionais diferenciados étnica e racialmente – impõe sérios obstáculos à consolidação de uma democracia de caráter ampliado nos países de desenvolvimento capitalista dependente. Mesmo condições mínimas para a realização de uma democracia efetiva, como a canalização institucionalizada dos conflitos entre as classes sociais, muitas vezes são deturpadas e desvirtuadas pelo monopólio da estrutura política e jurídica do Estado pelas elites dirigentes das classes dominantes. Estas resistem como um verdadeiro bloco ideológico excludente, a fim de resguardarem seus privilégios contra todas e quaisquer propostas de ampliação de direitos trabalhistas e civis para a maioria da população.

Trata-se de um fenômeno analisado na década de 1960 aqui no Brasil a partir da noção sociológica de "resistência sociopática à mudança" (FERNANDES, 1963). Essa noção ajuda a descrever o comportamento das elites dirigentes das classes dominantes nos países de capitalismo dependente. Não será, porém, a sociologia latino-americana dos anos 60 que irá perceber com profundidade os vínculos entre exploração capitalista e dominação étnico-racial como polos complementares dos processos históricos. Esse era um momento de transição quanto a reformulações teóricas mais rigorosas das especificidades e particularidades dos países da América Latina, e do Terceiro Mundo em geral, em comparação com as nações centrais. As ciências sociais latino-americanas nesse período – ainda em processo de consolidação institucional e, por essa razão, apresentando muitas vezes um caráter indiferenciado no que diz respeito às fronteiras disciplinares – tomavam como ponto de partida as teorias, conceitos e métodos de investigação produzidos nos contextos culturais dos países de desenvolvimento capitalista central, Estados Unidos e Europa Ocidental. Situação essa bastante compreensível, dado que a formação teórica desses cientistas sociais latino-americanos foi realizada ou por meio de estágios nas nações centrais, ou pela influência direta de modelos de organização da vida acadêmica prevalecentes na cultura ocidental.

Foi por intermédio de um esforço de crítica e reelaboração dessas ideias transplantadas – tarefa intelectual intensificada justamente na

década de 1960, devido a novos acontecimentos que sacudiam politicamente a América Latina, como a Revolução Cubana (1959), a irrupção da ditadura civil-militar no Brasil (1964) e a repressão no México (1968), simbolizada pelo massacre da Praça de Tlatelolco, dentre outros acontecimentos marcantes, os quais alteraram os prognósticos apressados de que tais países passavam por um processo de modernização conducente à reprodução dos padrões de vida das nações avançadas – que os cientistas sociais latino-americanos se deram conta dos equívocos da aplicação de modelos teóricos, a exemplo das teorias da estratificação social e da modernização de matriz norte-americana, para a explicação dos dilemas sociais e políticos de suas próprias realidades.

Essas teorias equivocadas apresentavam mais uma visão normativa da sociedade, indicando os passos para que os países latino-americanos pudessem alcançar os padrões ideais das nações ditas avançadas ou superdesenvolvidas, do que analisavam suas condições reais de existência social, econômica, cultural e política. As ciências sociais das nações centrais, graças à rigidez de suas categorias explicativas que classificavam os países entre "arcaicos" e "modernos", não puderam dar conta, naquele momento, da complexa imbricação entre desenvolvimento capitalista e formas de exploração e dominação não capitalistas, como a discriminação racial voltada contra negros e povos originários. Os vínculos entre modernização conservadora capitalista e estratificação étnico-racial, exploração de classe e racismo, são uma característica do desenvolvimento histórico das sociedades latino-americanas, de modo que uma teoria abrangente desses países explicitaria a integração entre o sistema capitalista de classes sociais e padrões de desigualdade provenientes de outros modos de produção.

No caso da América Latina, seria necessário apontar os vínculos existentes entre o modo de produção capitalista e modos de produção baseados na dominação e exploração étnico-racial do trabalho. Entretanto, tais vínculos não eram destacados – ou pelo menos desmascarados nas suas múltiplas dimensões estruturais e históricas – pelas diversas formulações das esquerdas comunistas latino-americanas,

do pensamento *cepalino*, da ideologia nacional-desenvolvimentista e do estrutural-funcionalismo, fundamento das teorias da modernização. As críticas dirigidas a essas quatro perspectivas, formuladas pelas diferentes versões das correntes dependentistas das décadas de 1960 e 70, apontam justamente essa ausência de percepção e cegueira em relação aos aspectos mais dramáticos da junção entre os fatores internos e externos da exploração capitalista nos países periféricos, subdesenvolvidos e dependentes. A dupla espoliação, interna e externa, fazia com que nesses países a exploração capitalista se fizesse em combinação com o colonialismo interno, isto é, com formas de exploração e dominação baseadas no racismo e na discriminação étnico-racial.

A obra antropológica e sociológica de Rodolfo Stavenhagen, ao lado de nomes como Pablo Gonzalez Casanova, Aníbal Quijano, Florestan Fernandes, Orlando Fals Borda, dentre outros, constitui um dos momentos cruciais dessa crítica radical aos pressupostos políticos e metodológicos da intelectualidade comunista latino-americana, da CEPAL, do nacional-desenvolvimentismo e das teorias da modernização. No caso de Stavenhagen, contudo, seria preciso acrescentar que, apesar de perceber as limitações da teoria da modernização para explicar as realidades da América Latina, o seu ponto de partida teórico, conceitual e metodológico foram justamente tais ideias e categorias transplantadas. A sua vivência como investigador e colaborador de Gonzalo Aguirre Beltrán no Instituto Nacional Indigenista (INI) no México, ao estudar comunidades indígenas em Chiapas, Oaxaca e Veracruz (ZAPATA, 2014, p. 173), fez perceber que as realidades mexicana e latino-americana eram mais complexas do que as teorias com as quais trabalhava poderiam evidenciar. A própria perspectiva normativa e teleológica das teorias da modernização e da noção de desenvolvimento seria logo posta em questão pelo nosso autor, ao perceber que se tratava de uma reprodução do lugar da América Latina nas relações desiguais entre países no sistema capitalista mundial.

Apesar da amplitude da produção intelectual de Rodolfo Stavenhagen e das diversas facetas políticas de seu pensamento sociológi-

co, a presente discussão ficará circunscrita a dois de seus trabalhos que, colocados lado a lado, indicam as tensões do processo de ruptura na sociologia latino-americana entre as teorias da modernização e as correntes teóricas da dependência. O primeiro deles é um pequeno, mas incisivo ensaio de 1965. Com o título *Sete teses equivocadas sobre América Latina*, o ensaio deterá grande repercussão no debate ideológico latino-americano de meados dos anos 60, em especial pelo caráter contundente de suas críticas ao que o autor considerava teses equivocadas, então pertencentes aos partidos comunistas atuantes em nosso subcontinente, a diversas formulações das teorias da modernização e aos intelectuais do nacional-desenvolvimentismo *cepalino*. Apesar das irredutíveis diferenças teóricas e ideológicas entre esses três grupos, cada um deles defendia o papel progressista da burguesia nacional na condução da revolução democrática e do desenvolvimento capitalista autônomo nos países da América Latina.

O segundo texto é a sua tese de doutorado, defendida em 1965 na Universidade de Paris sob orientação de Georges Balandier e, logo depois, publicada em espanhol sob o título de *Las clases sociales en las sociedades agrarias* (1969), na qual o intuito comparativo acabou por conduzi-lo a investigações sobre situações específicas de modernização capitalista no México, América Central (Guatemala), África do Norte (Egito) e África Negra, em especial Costa do Marfim. Apesar de mais amplas, as investigações comparativas de Stavenhagen entre África e América Latina em seu período na França (1959-1962), a delimitação desses países funcionou como estudos de caso capazes de sintetizar algumas características gerais dos dois continentes. Esse segundo texto sinaliza para algumas críticas e rupturas mais radicais com as teorias da modernização, mas ainda não apresenta formulações teóricas mais precisas que permitam abandonar completamente o equívoco da oposição dicotômica entre *arcaico* e *moderno* – apesar de nele figurarem suas primeiras indicações da categoria política e teórica de "colonialismo interno". O autor passava a se dar conta dos graves equívocos das teorias da modernização para explicar a América Latina e as formações sociais periféricas do capitalismo dependente.

Apesar de datados historicamente, os dois textos fornecem indicações importantes para se compreender a mudança de perspectiva nas sociologias produzidas na América Latina entre as décadas de 1950, 60 e 70. A tese aqui defendida é de que o texto conhecido como *Sete teses equivocadas sobre América Latina* (1965) representa um novo ponto de partida teórico e político, pois nele Stavenhagen rejeita por completo as teorias da modernização e esboça uma visão geral mais integrativa das formações sociais latino-americanas, permeadas pela junção entre sistema de classes e discriminação étnico-racial. Esse não é ainda o caso de sua tese de doutorado, *As classes sociais nas sociedades agrárias* (1964), apesar de terem sido escritos mais ou menos na mesma época. Ao fazer isso, o autor traz uma contribuição altamente original para a teoria das estratificações sociais, ao relacioná-la intimamente com as investigações antropológicas e sociológicas do sistema de classes – algo que nem mesmo um dos maiores estudiosos das elites, Wright Mills, lograra realizar. Essa crítica das visões dualistas e/ou pluralistas sobre América Latina, segundo as quais suas sociedades estavam compostas por estruturas sociais distintas e estanques, foi um dos legados das ciências sociais latino-americanas atuantes na década de 1960. A obra antropológica e sociológica de Rodolfo Stavenhagen desse período permite levantar algumas pistas para elucidar como essas novas contribuições foram sendo formuladas, e daí a relevância de recuperar suas ideias, a fim de compreender como as ciências sociais latino-americanas foram alcançando perspectivas mais autônomas e originais.

Outra possível contribuição do presente artigo será, a partir do exame do pensamento de Rodolfo Stavenhagen, debater a atualidade política de sua caracterização teórica dos vínculos entre sistema de classes, relações de tipo colonial e estratificação étnico-racial. É possível que tais vínculos possam servir de base para desvendar as imbricações entre exploração de classe e dominação étnico-racial em diversas situações atuais do capitalismo contemporâneo. O presente artigo apresenta inicialmente o debate metodológico sobre a sociologia do subdesenvolvimento e, logo a seguir, abordará as relações

entre colonialismo e exploração capitalista. Será com suas Sete teses equivocadas que Stavenhagen irá estabelecer um novo ponto de partida para a reflexão política e teórica sobre América Latina, ao sugerir a necessidade premente de perceber os polos arcaicos e modernos como duas faces da mesma realidade e, para tanto, seus trabalhos empíricos anteriores, a exemplo de sua tese de doutoramento, constituíram passos decisivos para essa reformulação teórica altamente original.

Por fim, o uso combinado dos termos antropologia e sociologia para dar conta da formação intelectual de Stavenhagen merece um rápido esclarecimento. Apesar de algumas particularidades da história das ciências sociais no México, como o papel singular do Estado como promotor de investigações nessas áreas com objetivos de resolver questões práticas do desenvolvimento nacional (REYNA, 2007; ZAPATA, 2014), sua característica em comum com o conjunto da América Latina seria a ausência de fronteiras disciplinares tão rígidas entre a história, a sociologia, a antropologia e a ciência política, quando comparadas com suas congêneres cultivadas nas nações de desenvolvimento capitalista central. Por isso, apesar de se identificar como antropólogo, Stavenhagen trouxe contribuições fundamentais para outros campos das ciências sociais, em especial a sociologia e a ciência política, ao tratar das questões do subdesenvolvimento e do papel do Estado na reprodução das formas de estratificação étnico-racial no México e América Latina. A sua concepção de ciência social era essencialmente interdisciplinar e, por isso, as contribuições de suas pesquisas antropológicas podem ser aqui tomadas no âmbito específico de uma sociologia do subdesenvolvimento ou das sociedades de capitalismo dependente.

A investigação sociológica sobre o subdesenvolvimento: as contribuições metodológicas de Stavenhagen

No balanço da sociologia norte-americana realizado por Wright Mills, suas considerações críticas são direcionadas contra o vazio de

conteúdo estrutural e histórico da Grande Teoria e do empirismo abstrato (MILLS, 1959[2000a]). A sua crítica é ao mesmo tempo epistemológica e política. O esforço de conceituação geral e abstrata, sem relações diretas com o mundo social concreto, à maneira de uma sociologia formal, no caso da Grande Teoria (leia-se: Parsons), e a coleta de dados quantificáveis sem um propósito definido de determinar seus vínculos com a estrutura e a história, no âmbito do empirismo abstrato, acabam por conduzir o sociólogo a uma aceitação passiva, e muitas vezes inconsciente, do sistema social e do *status quo* vigente. O trabalho teórico e o empírico são apartados numa cômoda especialização acadêmica, fragmentando-se aspectos da realidade social que estão indissociavelmente interligados. A abstração de componentes do mundo histórico e social conduz a vieses e generalizações apressadas, provocados por motivos ideológicos inconscientes ou pela cegueira conceitual respaldada em diferentes tradições sociológicas.

Isso se torna ainda mais grave quando se transplanta, acriticamente, conceitos e teorias construídos no contexto histórico, intelectual, político e cultural das nações centrais do desenvolvimento capitalista para investigar a realidade das nações de origem colonial, subdesenvolvidas, periféricas e dependentes. É assim que tais países, no viés da atualização da antiga teoria da modernização, são hoje definidos como *emergentes* ou *em vias de desenvolvimento*. A perspectiva crítica de que a dependência reproduz e amplia as condições do subdesenvolvimento foi abandonada, sendo substituída por uma caracterização conceitual anódina e insuficiente para dar conta das realidades específicas das nações de capitalismo dependente. Não se trata aqui apenas de um desmascaramento ideológico, segundo o qual as ideologias das nações centrais se tornam as ideologias das nações economicamente dependentes. O próprio procedimento metodológico de abstração conceitual, de isolamento entre teoria e empiria, é equivocado e responde a interesses solidários das classes sociais dominantes dos países subdesenvolvidos e das nações imperialistas.

Foi contra esse tipo de postura metodológica, e veladamente política, que a *intelligentsia* crítica latino-americana dos anos de 1960 e

70 se insurgiu, muitas vezes tendo como ponto de partida os próprios marcos conceituais e teóricos da sociologia produzida nas nações hegemônicas do Ocidente e, por isso mesmo, desempenhando um papel pioneiro na crítica dos conceitos, das metodologias, das posições epistemológicas e ideológicas, como meio de reconstruir uma visão sociológica original, que não se limitasse a ser "nem decalque, nem cópia", sobre a realidade específica e concreta da América Latina e dos países subdesenvolvidos do Terceiro Mundo.

É nesses termos que se pode situar a contribuição metodológica de Rodolfo Stavenhagen em seus trabalhos de investigação sobre as classes sociais, a situação colonial e a estratificação interétnica nas sociedades subdesenvolvidas, algumas delas de base política ainda fortemente agrária e tradicional, mas experimentando processos bastante violentos de modernização industrial e ocidentalização cultural. Uma das principais contribuições do autor à teoria sociológica pode ser situada nesse plano, a saber, a combinação original entre sistema de classes e estratificação social. Mesmo cientistas sociais com propostas teóricas refinadas no campo de estudos da sociologia da estratificação social, como Wright Mills em seus clássicos *White Collar* (1951[1956]) e *The Power Elites* (1956[2000b]), não conseguiram alcançar uma elaboração teórica de igual rigor e amplitude. Stavenhagen renova os estudos de estratificação social, indo além de meras categorias descritivas e/ou agregados estatísticos, ao combinar o enfoque de tais sistemas de desigualdade (étnico-raciais, de gênero, geracionais etc.) com as perspectivas analíticas do sistema de classes sociais.

Para Stavenhagen, os sistemas de estratificação social são reflexos complexos e contraditórios dos sistemas de classes. Isso não se opera de maneira mecânica, mas de modo a limitar ou a ampliar as ações dos sistemas de classe. Para tanto, toda e qualquer análise da estrutura e dinâmica das classes, tais como definidas dentro das tradições marxistas de pensamento, deve ser empreendida sempre levando em conta as situações históricas específicas. "Se admitimos [...] que as classes sociais na América Latina constituem elementos

fundamentais do capitalismo dependente latino-americano" – diz o nosso autor na qualidade de debatedor do texto de seu colega brasileiro Florestan Fernandes, *Problemas de conceituação das classes sociais na América Latina*, num seminário internacional realizado em 1971 na cidade de Mérida, no México – disso se poderia concluir imediatamente duas coisas:

> a) que "nossos conceitos relativos a essas classes sociais (que permitem sua identificação, definição e compreensão) devem ajustar-se a essa realidade"; b) tais conceitos "não podem ser os mesmos que são manejados tradicionalmente na sociologia latino-americana e, sobretudo, na sociologia sobre América Latina produzida em outros meios (principalmente nos Estados Unidos)" (STAVENHAGEN, 1977, p. 248).

Os estudos sobre América Latina deveriam se concentrar especificamente sobre cada situação concreta e acompanhar o modo particular como se deram as transições capitalistas e sua simbiose com formas anteriores de estratificação social, a exemplo da discriminação étnico-racial, baseadas em modos de produção coloniais. Para Stavenhagen, a essência da noção de *colonialismo interno* residiria nessa combinação de modos de produção historicamente distintos:

> Este fenômeno é o que chamamos de colonialismo interno, quer dizer, a subordinação de modos de produção e formas de acumulação pré-capitalistas ao modo de produção dominante, o qual se transforma na subordinação e exploração de certos setores econômicos e sociais, de certos segmentos da população, de certas regiões geográficas, por outras. O colonialismo interno é uma relação estrutural característica da justaposição de modos de produção correspondentes a tempos históricos diferentes dentro do quadro global do capitalismo dependente e da situação de subdesenvolvimento (STAVENHAGEN, 1977, p. 250)

As diversas formas de estratificação social não seriam um mero epifenômeno das relações de classe, porém estariam inseridas numa visão de conjunto que se vincula ao sistema de classes e, ao mesmo tempo, mantém uma especificidade própria. Em outras palavras, a estratificação étnico-racial, para usar um exemplo mais próximo ao do autor das *Sete teses equivocadas*, está imbricada de tal forma ao sistema de classes e à estrutura da sociedade capitalista que o racismo se torna parte integrante dos conflitos entre as classes sociais, opondo brancos, mestiços, indígenas e negros de maneira semelhante às noções marxistas das classes *em si* e *para si*. Rodolfo Stavenhagen vai além da perspectiva estrutural-funcionalista, presente em sua tese de doutorado, *As classes sociais nas sociedades agrárias* (1965), e transforma a noção sociológica de estratificação social numa categoria analítica para a investigação da estrutura, dinâmica e conflito das sociedades e suas respectivas formações econômicas. Essa complexa operação intelectual foi avançada sem reducionismos ou dogmatismos de quaisquer espécies, tão comuns na história do marxismo na América Latina.

Não se pode esquecer, entretanto, que sua principal investigação sobre o subdesenvolvimento foi produzida nos anos 60 e os processos históricos em curso então analisados passaram por profundas transformações durante mais de cinco décadas. Por isso, não apenas os quadros conceituais estariam em certa medida superados pelo transcurso histórico, como também o autor procurou desenvolver as ideias seminais contidas nas *Sete teses equivocadas* para os novos tempos e as novas linguagens das ciências sociais[1], mantendo, porém,

1 Os dados biográficos de Rodolfo Stavenhagen consultados para a elaboração do presente artigo foram coligidos de modo bastante esparso, impedindo uma análise mais detalhada da interconexão entre seu contexto histórico e o pensamento sociológico do autor. Tal objetivo iria muito além dos propósitos aqui delimitados de analisar a importância de Stavenhagen para um período crucial de redefinição dos horizontes teóricos das ciências sociais na América Latina. Dados biográficos a seu respeito podem ser consultados em Francisco Zapata, "Rodolfo Stavenhagen, *Sete teses equivocadas sobre América Latina* (1965)" (2014). Para uma visão mais abrangente da história da antropologia no México, ver Arturo Warman et al., *De eso que llaman antropología mexicana*, Ciudad de México, Editorial Nuestro Tiempo, 1970. Outra referência importante é a leitura da entrevista concedida por Stavenhagen a Roberto Lima e Vilson Antonio Cabral

a essência de suas posições elaboradas em meados da década de 1960. Em termos de posicionamentos metodológicos, contudo, os caminhos de análise trilhados por Stavenhagen apresentam surpreendente atualidade, por assumir os traços de uma verdadeira sociologia histórica.

Na contramão dos modismos da Grande Teoria, seus esforços estão voltados para a análise concreta de sociedades nacionais específicas, não somente do ponto de vista estrutural e histórico, mas também comparativo, ao mesmo tempo em que a incorporação crítica das teorias da estratificação social não ocorre pelo viés do empirismo abstrato, por intermédio de variáveis quantificáveis, mas sempre isoladas do contexto político e cultural mais amplo. Para Stavenhagen, não seria a tentativa de se igualar e reproduzir o padrão de trabalho teórico praticado nas nações centrais, a fim de angariar reconhecimento público, o caminho correto de conduzir o aprimoramento do conhecimento sociológico. Muito pelo contrário, contribuições teóricas de peso para a sociologia mundial viriam da dedicação do cientista social latino-americano ao enfrentamento dos dilemas decisivos dos países capitalistas dependentes.

É nesse sentido que o autor avança contribuições teóricas de grande relevância ao abordar dilemas fundamentais de sua sociedade

Junior (2010), na qual se pode apreender diversos elementos da perspectiva ideológica do autor das *Sete teses equivocadas*. Um currículo resumido de Stavenhagen, retirado de informações contidas no sítio eletrônico do Colégio de México, pode ser visualizado ao final da referida entrevista e suas perspectivas mais atuais quanto às relações interétnicas podem ser encontradas no livro *Los pueblos originarios: el debate necesario* (STAVENHAGEN, 2010). Como o objetivo principal deste artigo seria tão-somente apanhar o momento específico antes mencionado de elaboração original do pensamento antropológico e sociológico latino-americanos, de crítica política e teórica das ideias produzidas nos contextos intelectuais das nações hegemônicas do capitalismo, a escolha ficou restrita aos dois textos da década de 1960 já mencionados. Cumpre, por fim, mencionar que Stavenhagen – na qualidade de militante da promoção dos direitos humanos entre os povos indígenas e de estudioso dos conflitos interétnicos – desenvolve um pensamento que supera o eurocentrismo das formulações tradicionais sobre o subdesenvolvimento, incorporando a determinação das relações interétnicas na sua análise das classes sociais. Para uma rápida visão da trajetória de Stavenhagen na crítica ao indigenismo tradicional e de seu apoio ao movimento indígena, ver a reportagem de Judith Amador Tello publicada em 01 de agosto de 2012 no semanário *Proceso*.

nacional imediata, o México, e dos demais países subdesenvolvidos da América Latina e da África. Apesar de guiado pelo rigor analítico e acadêmico, os resultados de suas investigações não se pretendem cientificamente neutros e apolíticos, mas acabam por conduzir à crítica e desmascaramento ideológicos de estratos sociais conservadores e potencialmente reacionários, a exemplo de suas constantes referências à noção ambígua, imprecisa e ideológica de *classes médias*[2], ou por apontar as soluções necessárias às questões fundamentais de sua época e sociedade.

A investigação sociológica caminha lado a lado, nos trabalhos de Rodolfo Stavenhagen, com aspirações políticas. Em relação ao desenvolvimento social e econômico ele iria escrever, por exemplo, em sua tese de doutorado: "Reconhece-se cada vez mais que o desenvolvimento econômico não é um problema técnico, mas antes de tudo político". E logo depois assumiria que os caminhos do desenvolvimento seriam decididos pela própria dinâmica das classes sociais e nas suas relações políticas com o Estado: "O problema que então se coloca é o da natureza mesma do Estado e das relações deste com as principais classes da sociedade". O corolário político mais imediato de tais posições teóricas seria a mudança na orientação ideológica dos objetivos perseguidos socialmente: "o desenvolvimento econômico implica profunda modificação das relações de classe existente e, frequentemente, a substituição de uma classe por outra no poder" (STAVENHAGEN, 1965a[1969], p. 19). Os propósitos políticos não seriam estranhos à construção de diagnósticos sociológicos rigorosos.

2 "O fortalecimento da 'classe média' – já não como fato sociológico, mas como política social – não tem por meta essencialmente o desenvolvimento econômico de um país, senão a criação de uma força política capaz de apoiar a classe dominante existente e de servir como amortizadora das lutas de classe que podem pôr em perigo a estabilidade da estrutura social e econômica vigente. Muito se lamenta os ideólogos da 'classe média' pelo fato de que em Cuba não existisse tal classe suficientemente forte para fazer frente à revolução socialista. E, por outra parte, dá-se o crédito à 'classe média' pelo fato de que as revoluções mexicana e boliviana tenham se «estabilizado» e «institucionalizado»" (STAVENHAGEN, 1965b[2010], p. 166).

No momento em que Rodolfo Stavenhagen escrevia tais linhas, a geração de cientistas sociais latino-americanos de que ele mesmo faz parte, aqui mencionada um pouco anteriormente, se empenhava em superar os limites conceituais da sociologia europeia e norte-americana na tentativa de interpretar a realidade concreta específica da América Latina e demais países subdesenvolvidos. Alguns dos pressupostos teóricos e ideológicos da teoria da modernização foram em algum momento assumidos por tais pensadores, a exemplo da dicotomia tradicional/moderno, da imagem das sociedades plurais e duais, da perspectiva de uma dinâmica inexorável e quase fatalista do desenvolvimento econômico etc. – pressupostos esses que eles mesmos procuraram superar num árduo esforço de síntese historicamente conceitual, captando as características particulares que definiriam seus países a partir da combinação de subdesenvolvimento, dependência, situação colonial, sociedade de classes, hegemonia externa, dominação interna, exploração e imperialismo. A principal contribuição dessa geração seria no campo da sociologia histórica, embora os resultados de suas investigações pudessem conduzir à crítica das teorias sociológicas gerais.

No caso de Stavenhagen, o curioso a ser observado é que – no momento mesmo em que tece duras críticas ao que chamou de sete teses equivocadas sobre a América Latina[3], rechaçando ideológica e politicamente a teoria da modernização – parece trabalhar no limiar ou em

3 As sete teses equivocadas são as seguintes: "os países latino-americanos são sociedades duais"; "o progresso na América Latina se realizaria mediante a difusão dos produtos do industrialismo para as zonas atrasadas, arcaicas e tradicionais"; "a existência de zonas rurais atrasadas, tradicionais e arcaicas é um obstáculo para a formação do mercado interno e para o desenvolvimento do capitalismo nacional e progressista"; "a burguesia nacional tem interesse em romper o poder e o domínio da oligarquia proprietária de terras"; "o desenvolvimento na América Latina é criação e obra de uma classe média nacionalista, progressista, empreendedora e dinâmica, de modo que o objetivo da política social e econômica de nossos governos deve ser estimular a 'mobilidade social' e o desenvolvimento dessa classe"; "a integração nacional na América Latina é o produto da mestiçagem"; "o progresso na América Latina se realizará mediante uma aliança entre os trabalhadores e os camponeses, aliança que impõe a identidade de interesses dessas duas classes" (STAVENHAGEN, 1965b[2010], p. 145-75).

tensão, por exemplo, com o par conceitual tradicional e moderno[4], os quais alimentam – tenha-se ou não consciência disso – a perspectiva de alguma inevitabilidade e/ou caráter fatalista do processo de modernização, quando analisa as transformações da propriedade rural em Costa do Marfim e no conjunto da África Negra[5]. A sua sagacidade e de outros cientistas sociais de sua geração, trabalhando de forma independente entre si, foi perceber os limites históricos das teorias com as quais dialogavam inicialmente. Entretanto, os dados da realidade

4 Ao apresentar a situação específica do Egito, o autor utiliza o par conceitual tradicional/moderno e faz uso da expressão sociedade dual. No entanto, tais expressões são sempre colocadas entre aspas, como se Stavenhagen fizesse uma concessão provisória à linguagem da perspectiva teórica que ele mesmo estava empenhado em criticar. Na ausência de novos horizontes teóricos ainda definidos, essa solução seria aceitável. "O desenvolvimento do capitalismo no campo, até fins do século XIX, e a crescente pressão demográfica produziram no Egito a justaposição de um sistema tradicional e de uma estrutura econômica 'moderna' cujas relações são muito estreitas, e cujas características se diferenciam em certa medida da economia 'dualista' de outros países subdesenvolvidos" (STAVENHAGEN, 1965a[1969], p. 110). Como foi indicado anteriormente, na mesma época o autor já criticava a noção de "sociedades duais" e apontava os limites da divisão estanque entre tradicional e moderno. Por outro lado, as relações modernas e a nova situação econômica poderiam reforçar elementos da organização societária tradicional: "[...] a nova situação econômica reforçou a hierarquia tradicional; a classe dominante da sociedade agní soube adaptar-se às novas condições econômicas" (STAVENHAGEN, 1965a[1969], p. 163). Essas e outras citações, tomadas ao acaso, revelam que a compreensão da integração entre o tradicional e o moderno estava em fase de elaboração teórica.

5 Na caracterização da estrutura de classes e estratificação entre os *Agní* de Costa do Marfim, as distintas classes de agricultores e seus respectivos estratos são dispostos numa linha evolutiva que vai dos grupos mais tradicionais àqueles de feições modernas. Os grupos tradicionais são comumente associados à agricultura de subsistência e os modernos à economia capitalista. Stavenhagen identifica as oposições e complementaridades entre esses diferentes tipos sociais, sugerindo, porém, que as relações tradicionais (que, às vezes, por falta de adjetivo melhor são vistas como *feudais*) estariam destinadas a serem substituídas pelas configurações sociais modernas. Sua visão da África Negra revela tal ambiguidade teórica e conceitual (STAVENHAGEN, 1965a[1969], p. 145-90). Tal caracterização pode parecer estranha ao conjunto do pensamento de Stavenhagen, que rechaça posições teleológicas e deterministas do processo histórico, porém, no momento em que procurava refutar as teorias da modernização, o autor parece inadvertidamente ter incorporado alguns de seus elementos. Por exemplo, o uso de termos como feudal e feudalismo, que o próprio Stavenhagen julgaria inadequados posteriormente, indica a luta e tensão contra as velhas teorias e a necessidade de conquistar categorias mais rigorosas. A nosso ver, isso é definitivamente superado com as *Sete teses equivocadas* (1965), na qual uma nova consciência teórica sobre a América Latina foi elaborada com base nas investigações empíricas anteriores do autor.

coligidos e interpretados por Stavenhagen iam além da teoria da modernização e, para tanto, novas teorias precisariam ser construídas e as teses equivocadas, abandonadas. As *Sete teses equivocadas* representaram justamente esse momento preciso de mudança, na qual a inteligência dos cientistas sociais latino-americanos não aceitou mais trabalhar com teorias transplantadas inadequadas e passou a caminhar em direção ao desvendamento das especificidades e particularidades da América Latina.

Ao mesmo tempo, o autor avança na superação dos limites da caracterização das sociedades subdesenvolvidas como sociedades duais, ao considerar o meio rural como necessariamente vinculado à dinâmica da sociedade nacional e às transformações internacionais, que conduz à reprodução combinada do subdesenvolvimento e do desenvolvimento. Essa não é simplesmente a conclusão geral de sua tese de doutoramento, mas estará presente com toda carga política no texto de suas *Sete teses equivocadas sobre América Latina*, ao mostrar que os polos de riqueza se sustentam na pobreza de outras regiões: "o desenvolvimento e o subdesenvolvimento estão ligados na América Latina, e [...] com frequência o desenvolvimento de uma zona [implica] o subdesenvolvimento de outra" (STAVENHAGEN, 1965b[2010], p. 151). Por isso, não seria exato falar de sociedades duais ou plurais, mas de sociedades integrando de modo desigual e combinado diferentes formas de exploração e estratificação social.

As ambiguidades e indefinições conceituais – provenientes do fato de terem que contar com pontos de partida teóricos, conceitos e metodológicos muitas vezes inadequados às diversas realidades latino-americanas – então presentes no pensamento de Rodolfo Stavenhagen e de outros nomes de sua geração, algo bastante compreensível dado o contexto político e intelectual de construção das ciências sociais da América Latina nos anos de 1960 e 70, foram por esses mesmos cientistas sociais duramente criticados como sinal de uma inaceitável dependência ou colonialismo cultural. O nosso ponto de partida foram – como dificilmente não poderiam ter sido de outra maneira – as teorias transplantadas dos cenários culturais dos países

centrais. O mais grave, contudo, é que ainda hoje tais teses equivocadas, tão incisivamente rechaçadas por Rodolfo Stavenhagen, são aceitas como válidas por setores e grupos sociais de países diversos da América Latina, que produzem novas versões da ideologia desenvolvimentista e/ou das teorias da modernização. Isso se explica em parte pela perda de contato entre as novas gerações e as ideias desses clássicos das ciências sociais latino-americanas.

As investigações empíricas desses mesmos cientistas sociais deram, assim, os primeiros passos para superar os limites colocados à compreensão sociológica dos dilemas históricos mais específicos da realidade latino-americana e dos países subdesenvolvidos. Tal superação se deve, em última instância, aos novos horizontes teóricos, metodológicos, empíricos e políticos então construídos nesse período de transição, rupturas e redefinições, estabelecendo um clima intelectual propício para a formulação das teorias da dependência em suas diferentes versões[6]. Se Rodolfo Stavenhagen não pode ser considerado diretamente um dos fundadores da teoria da dependência, as suas ideias sobre classes sociais, colonialismo interno e estratificação interétnica podem ser utilizadas para enriquecer as investigações sobre as especificidades históricas do capitalismo dependente. Uma das teses compartilhada pelas diferentes versões da teoria da dependência é que a dinâmica interna e externa das classes sociais nas nações subdesenvolvidas gera a combinação de modos de produção historicamente distintos nos países de capitalismo dependente. A noção de colonialismo interno proposta por Stavenhagen fornece justamente uma categoria teórica historicamente concreta, o colonialismo inter-

6 Não é objetivo do presente artigo aprofundar o debate sobre as diferentes formulações da teoria da dependência na América Latina. Há diferenças não apenas de ordem teórica e metodológica, mas principalmente política e ideológica entre a perspectiva do marxismo acadêmico de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1977), de um lado, e o marxismo revolucionário de nomes como Ruy Mauro Marini (2012), Vânia Bambirra (2013) e Theotônio dos Santos (2000), de outro. A posição de Florestan Fernandes (2006), no que concerne ao aspecto político e ideológico, estaria mais próxima dos três últimos. Pode-se ainda mencionar as contribuições de Samir Amin (1970), no Egito, para ampliações da teoria da dependência.

no, para a investigação empírica da combinação de modos de produção diversos dentro de uma mesma sociedade.

Essa nova marca da sociologia latino-americana poderá ser observada no esforço teórico de Rodolfo Stavenhagen e de outros cientistas sociais à sua época em caracterizar histórica e estruturalmente o subdesenvolvimento em situações políticas de dependência, captando as particularidades das nações periféricas em comparação às nações de desenvolvimento capitalista central, e na maneira original como procuraram combinar metodologicamente a investigação do sistema de classes com o estudo da estratificação social, em especial a estratificação interétnica. A combinação entre as perspectivas estrutural e histórica será o traço principal dos esforços teóricos e da metodologia proposta por Stavenhagen e seus colegas de geração em diferentes países da América Latina, os quais procuravam aliar o cultivo do rigor acadêmico à crítica da ordem social existente e à atuação junto aos movimentos sociais e populares.

O subdesenvolvimento não é definido meramente pelos seus elementos quantificáveis (renda *per capita*, crescimento econômico, PIB, PNB etc.) e, muito menos, pela predominância do setor agrícola na economia nacional. Trata-se de uma concepção reducionista, utilizada de maneira ideológica para negar a existência do subdesenvolvimento em países que alcançaram certo grau de industrialização e crescimento econômico acelerado (a exemplo de Brasil, México, Argentina, Chile, África do Sul, Nigéria e vários outros), encobrindo as causas estruturais da exploração capitalista nos âmbitos interno e externo entre as classes sociais, de um lado, e entre as nações hegemônicas e dependentes, de outro. Economias de subsistência, sociedades agrárias e atraso não são simplesmente sinônimos de subdesenvolvimento, pois sociedades industrializadas podem reproduzir de modo ampliado estruturas subdesenvolvidas no seu interior e nas relações com outros países.

O subdesenvolvimento é caracterizado por um conjunto de relações sociais de dependência, exploração e subordinação que se verificam nos níveis *intra* e *inter*nacionais. Parafraseando Karl Marx,

o método cientificamente exato para caracterizar teoricamente o subdesenvolvimento seria o procedimento sintético, que apreende o real concreto como uma "síntese de múltiplas determinações" ou "unidade na diversidade". Os conceitos assim forjados não seriam tão específicos e, por isso, aplicáveis apenas à sua realidade social mais imediata, nem tão gerais e abstratos que deteriam uma aplicação universal, mas apanhariam de modo dinâmico as estruturas históricas particulares em seus aspectos essenciais.

Um país industrializado, de desenvolvimento capitalista acelerado, poderá ser caracterizado como subdesenvolvido e dependente desde que o conjunto de suas relações sociais, internas e externas, revele ausência de integração nacional e desníveis muito acentuados, pois os dinamismos econômicos se voltam quase exclusivamente para atender as necessidades das nações hegemônicas. Isso conduz a um empobrecimento relativo entre países centrais e periféricos dentro de situações mais ampliadas de subdesenvolvimento. É nesses termos que Stavenhagen define o subdesenvolvimento e diversos elementos de seu quadro conceitual se apresentam bastante atuais: "O que se chama de estado de subdesenvolvimento não é somente a soma de uma série de aspectos discretos quantificáveis. Trata-se, antes de tudo, de uma condição histórica" (STAVENHAGEN, 1965a[1969], p. 10). Em outras palavras, o subdesenvolvimento se caracteriza como uma condição histórica construída pelos grupos e classes sociais no cenário internacional.

Essa condição histórica, por sua vez, seria o "resultado de muitos anos, incluso de séculos, de certo tipo de relações específicas que os países assim chamados mantiveram e mantêm, todavia, com os países desenvolvidos". Tais relações específicas caracterizam (1) o *colonialismo*, "que estabeleceu entre os países colonizadores e os países colonizados um conjunto de relações de desigualdade (o estabelecimento de relações entre sociedades desiguais produziu uma desigualdade crescente)"; (2) as relações de *dependência* entre países, "tanto política como econômica", mas também cultural e militar; e, por fim, (3) as relações de *exploração* econômica, ou seja, de "enriquecimen-

to dos países colonizadores, esgotamento das riquezas naturais dos países colonizados, corrente de capitais dos países subdesenvolvidos aos países desenvolvidos, etcetera" (STAVENHAGEN, 1965a[1969], p. 10). A ideia clássica de desenvolvimento desigual e combinado participa da construção conceitual do subdesenvolvimento.

Não se trataria tão-somente de uma substituição das relações tradicionais pela modernização do modo de vida, dos costumes e das relações políticas, sociais e econômicas, como sistemas bipolares e dicotômicos, mas de uma simbiose entre avanço e atraso, riqueza e pobreza, dado pelo conjunto de elementos que definem o subdesenvolvimento: "[...] não são as estruturas tradicionais por si mesmas as que constituem o sinal do subdesenvolvimento"; apenas quando tais relações ingressam no sistema capitalista mundial é que elas tendem a "se transformar em estruturas «subdesenvolvidas»"; as estruturas de dominação tradicional podem, inclusive, ser "reforçadas pelo capitalismo importado" e se tornarem funcionais para o próprio desenvolvimento capitalista, como seria "o caso de certas castas na Índia, de regimes políticos autoritários na América Latina, dos tribalismos fomentados pelas potências coloniais na África etc." (STAVENHAGEN, 1965a[1969], p. 11). O empobrecimento relativo dos países subdesenvolvidos seria, portanto, fruto desse conjunto de relações desiguais e assimétricas, que reproduzem as situações coloniais e/ou de dependência dentro dos marcos modernos do capitalismo mundial. Nas condições do subdesenvolvimento, a industrialização ficará subordinada aos interesses das nações de desenvolvimento capitalista central, provocando a falta de integração do mercado interno nos países subdesenvolvidos e dependentes.

O subdesenvolvimento afeta o conjunto da vida social, cultural, econômica e política dos múltiplos e interconexos blocos nacionais, inter-regionais e mundiais. Dentre as consequências negativas das situações de subdesenvolvimento em escala mundial, como "a destruição da agricultura tradicional de autoconsumo [que ameaça a segurança alimentar das camadas pobres dos países subdesenvolvidos], a perda de capitais [para as nações centrais], a instabilidade monetária,

a inflação, o baixo nível de rendimentos" (STAVENHAGEN, 1965a [1969], p. 10), pode-se identificar como sendo o seu gargalo estrutural mais grave – capaz de obstaculizar o desenvolvimento nacional autônomo – a criação de uma infraestrutura voltada para as necessidades das multinacionais e empresas estrangeiras.

As causas do subdesenvolvimento decorreriam de razões políticas internas e externas atuantes sempre de modo recíproco e intercambiável. Exemplo mais notório disso seria a combinação entre, de um lado, a dominação dos setores tradicionais aliados aos estratos burgueses emergentes (que se pode tomar como uma das principais causas internas do subdesenvolvimento) e, de outro, as trocas desiguais entre nações e inversões estrangeiras que agravam a desarticulação das economias nacionais dos países subdesenvolvidos (fatores externos que passam a fazer parte da própria dinâmica do capitalismo dependente). A caracterização do subdesenvolvimento e suas respectivas situações de dependência em termos de suas relações históricas e estruturais, como propõe Rodolfo Stavenhagen, permite apanhar o desenvolvimento desigual e combinado entre nações e/ou dentro de uma mesma nação, sob a forma de colonialismo interno (CASANOVA, 2006), como uma das dimensões fundamentais do capitalismo contemporâneo nos centros hegemônicos e nas periferias dependentes.

O corolário mais importante de toda argumentação anterior pode ser resumido de maneira simples: a riqueza das nações centrais se deve à pobreza dos povos colonizados e das nações dependentes. "[...] se os países da Europa puderam desenvolver-se, não foi devido somente a condições internas, mas também à exploração de suas colônias e sua expansão econômica" (STAVENHAGEN, 1965a[1969], p. 15). Do mesmo modo, a extrema concentração de riquezas no topo da pirâmide social nos países subdesenvolvidos é uma característica de seu modelo específico de desenvolvimento capitalista, que reproduz internamente as mesmas desigualdades observadas entre as nações. Há desenvolvimento capitalista acelerado, mas extremamente desigual e combinado a outras formas de exploração. Essa situação complica sobremaneira a investigação das classes sociais nas sociedades subdesenvolvidas.

As formas capitalistas de exploração e dominação nas nações subdesenvolvidas sofrerão influências decisivas de tipos diversos de estratificação social. A combinação entre formas capitalistas e não capitalistas se faz necessária à manutenção de privilégios em países de origem colonial, subdesenvolvidos e dependentes. Para que as elites das classes dominantes de tais nações possam desfrutar – em consórcio com as burguesias internacionais – de fatias cada vez maiores do bolo da mais-valia, não somente a fonte do sobre-valor deve ser aumentada pelos mecanismos econômicos de superexploração das classes trabalhadoras. Muito mais importante seria resguardar politicamente a concentração de poder e prestígio no topo da sociedade civil, restringido as oportunidades educacionais, o acesso à saúde, ao lazer e à cultura, o controle da informação, das fontes de riqueza e do trabalho para a ampla maioria da população e das camadas populares. Todo um conjunto de desigualdades sociais que possuem suas origens num passado colonial, neocolonial e dependente, remoto ou recente, passa então a se combinar com formas de exploração tipicamente capitalistas.

Num texto de cunho teórico bastante seminal, o segundo capítulo de sua tese de doutoramento, Stavenhagen se esforça por contrastar e, ao mesmo tempo, aproximar tradições de investigações sociológicas tão díspares entre si, para não dizer antagônicas ideologicamente, como os estudos de *estratificação social*, de matriz funcionalista, e a *perspectiva marxista* sobre as classes sociais. O autor identifica a estratificação social como um fenômeno da superestrutura do modo de produção, cuja base seria a própria relação entre as classes sociais. "As estratificações estão baseadas nas relações entre as classes, e tendem a refleti-las" (STAVENHAGEN, 1965a[1969], p. 38). Isso não é visto, porém, como um mero reflexo passivo das condições materiais de existência ou do modo de produção. "Há estratificações que não descansam, à primeira vista, nas relações de classe". Os exemplos seriam "as categorias ocupacionais de prestígio ou certas hierarquias baseadas em critérios de pertencimento racial ou étnico, nas sociedades plurais" (STAVENHAGEN, 1965a[1969], p. 38). Como já dito

anteriormente, as estratificações de raça, étnicas e de gênero não seriam meros epifenômenos das classes sociais. Sistema de classes e estratificação social aparecem na investigação da estrutura de uma sociedade como duas faces da mesma moeda.

Para Rodolfo Stavenhagen, no entanto, essas estratificações teriam proximidades com a situação de classe e "não podem ser realmente compreendidas se não as se relaciona com esta". Como elementos da superestrutura, as estratificações poderiam ser chamadas "fixações ou projeções sociais, com frequência incluso jurídicas e, em todo caso, psicológicas, de certas relações sociais de produção representadas pelas relações de classe". Ou ainda, as estratificações seriam formas de justificação ou racionalização do sistema econômico estabelecido, reforçadas por outros elementos como a religião, a raça, a etnia etc., isto é, as estratificações seriam *ideologias* (STAVENHAGEN, 1965a[1969], p. 38-9). Como ideologias, elas apresentam aspectos reais que atuam nas relações sociais de produção e modificam as situações de classe. Estas últimas, por sua vez, são também determinadas por tipos diversos de estratificação, a exemplo da má remuneração do trabalho entre povos negros e indígenas, então motivada por formas abertas e/ou veladas de discriminação e racismo.

Na análise da situação concreta dos países subdesenvolvidos, o mero enfoque da estrutura de classes sociais não seria suficiente para apreender o conjunto das relações econômicas, sociais, culturais e políticas de tais tipos de sociedade. Embora não coincidam entre si a estrutura de classes e as diversas formas de estratificação (castas, raça, etnia etc.), pois estas últimas não constituem um mero reflexo passivo da primeira, podendo, de igual modo, as estratificações exercerem influência decisiva sobre a estrutura de classes (STAVENHAGEN, 1965a[1969], p. 40), o exame conjunto de ambas permite revelar as forças sociais conservantistas que, em circunstâncias históricas particulares, resistem às transformações do sistema social vigente e ao aprofundamento de mudanças democráticas. "A estratificação desempenha, pois, um papel eminentemente conservador na sociedade" e, por dividir a sociedade em grupos, "tem por função a

de integrar a sociedade e de consolidar uma estrutura socioeconômica determinada" (STAVENHAGEN, 1965a[1969], p. 41). No caso, a manutenção das desigualdades interessa aos estratos superiores; na medida em que os estratos superiores, dentro do campo das diversas formas de estratificação, coincidem em larga escala com as classes dominantes (embora não sejam idênticos), essas diversas formas de estratificação representam uma forte barreira para o aprofundamento dos conflitos e contradições entre as classes sociais. Dentro de uma perspectiva marxista, portanto, o estudo dos fenômenos de estratificação social não pode ser desprezado, pois tais fenômenos indicam as potencialidades de aprofundamento e/ou depreciação da própria luta de classes e das mudanças radicais da estrutura social.

O papel conservantista de depreciação da luta de classes é comumente desempenhado pelos estratos intermediários nos sistemas que permitem uma mobilidade social ascendente, por diluir as oposições de classe, já que tais "grupos médios" são dependentes em grande medida das classes dominantes e, por isso, podem negar psicológica e politicamente sua origem nas classes trabalhadoras e subalternas. A situação de subdesenvolvimento corresponde a uma imbricação de elementos do capitalismo avançado, e de sua respectiva estrutura de classes sociais, com formas de estratificação social originadas em situações coloniais, neocoloniais e de dependência entre países e/ou entre grupos raciais e étnicos assimétricos em termos de distribuição do poder político e das riquezas materiais. Nas sociedades capitalistas subdesenvolvidas, as formas de exploração especificamente capitalistas podem ser reforçadas pelos sistemas de estratificação inter-racial e interétnico, como é o caso de países como Brasil, México, África do Sul, Moçambique, Chile, Peru, Bolívia, isto é, o Sul global em sua quase totalidade.

As posições teóricas e metodológicas de Stavenhagen permitem pensar as relações entre classe e etnia, ou entre classe e raça (utilizada aqui no sentido sociológico, sem quaisquer implicações biológicas), como constitutivas da situação concreta dos países subdesenvolvidos e como um dos fatores de reforço do subdesenvolvimento,

pela reatualização da situação colonial e pela manutenção de antigos privilégios hoje aproveitados pelas elites das classes sociais dominantes e dos grupos médios que lhes são diretamente subordinados. O que poderia ser criticado como uma sorte qualquer de ecletismo metodológico, na tentativa de fundir o enfoque estrutural-funcionalista com a perspectiva dialética, funcionalismo e marxismo, não passa na verdade de um esforço teórico original de dar conta do caráter específico das sociedades subdesenvolvidas, caracterizadas historicamente pela combinação entre exploração de classe, exploração colonial e dominação étnico-racial.

Colonialismo interno, classes sociais e estratificação interétnica

As contribuições de Rodolfo Stavenhagen ultrapassam os horizontes da sociologia e da antropologia e se acercam também, em termos de crítica às teses da esquerda ortodoxa representada pelos Partidos Comunistas da América Latina, do debate marxista da década de 1960[7]. Isso porque suas investigações sociológicas das sociedades subdesenvolvidas não se limitam a verificar apenas as características da estrutura de classes. A dinâmica dessa estrutura de classes é modificada pela existência de situações coloniais internas e pela estratificação interétnica. A situação colonial na América Latina emerge da conquista, portuguesa e espanhola, como fruto da expansão mercantilista europeia. O sistema colonial, criado pela conquista, opõe entre si povos distintos, estabelecendo rígidas hierarquias e centralização política como uma forma de controle social e manutenção da ordem.

No colonialismo interno, a estrutura de classes polariza as categorias sociais responsáveis pelos "processos de produção e de circula-

7 Dois de seus textos aqui comentados figuram numa coletânea de escritos marxistas latino-americanos, *As sete teses equivocadas sobre América latina* e o capítulo final de sua tese de doutorado, *A dinâmica das relações interétnicas: classes, colonialismo e aculturação*. Ver Giancarlo Santarelli (org.), *Il nuovo marxismo latinoamericano*, Milão, Feltrinelli, 1970.

ção econômica" e diretamente partícipes da "estrutura de classes do sistema social", de um lado, e a população subjugada, de indígenas e/ou de negros, que compõem a "estrutura de classes da colônia", de outro (STAVENHAGEN, 1965a[1969], p. 245). As relações étnico-raciais são constituídas, duplamente, pelas relações coloniais e relações de classe. As principais características da situação colonial podem ser assim resumidas: "discriminação étnica, dependência política, inferioridade social, segregação residencial, sujeição econômica e incapacidade jurídica" (STAVENHAGEN, 1965a[1969], p. 245). No colonialismo mercantil, a rigidez da estrutura de classes, reforçada pela segregação étnica, se torna um elemento de manutenção da ordem colonial. Com a Independência formal e a transição para a sociedade de classes, a situação colonial não desaparece e passa a se expressar em termos de colonialismo interno. "Desta vez a sociedade colonial era a própria sociedade nacional que estendia progressivamente seu controle sobre seu próprio território" (STAVENHAGEN, 1965a[1969], p. 248). A transição capitalista não conduziu o processo de descolonização até o fim, sendo incapaz de suplantar a rígida estratificação interétnica que sustenta a situação colonial internamente.

Na verdade, a discriminação e a segregação dos grupos étnicos e raciais subjugados, a depender das condições concretas das sociedades nacionais, se tornam um fator de reforço da dominação burguesa. Stavenhagen sugere a hipótese de que a estratificação interétnica, "ao refletir uma situação do passado [...] atua como freio sobre o desenvolvimento das novas relações entre as classes" (STAVENHAGEN, 1965a[1969], p. 251). Nesse sentido, Stavenhagen refuta qualquer posição teleológica ou fatalista do processo histórico já mesmo em sua tese de doutoramento, *Las clases en las sociedades agrárias* (1965a[1969]), na qual colocava sob suspeição os conceitos das teorias da modernização, embora ainda não apresentasse categorias alternativas. Aí chegava apenas a vislumbrar como relações tradicionais e arcaicas se perpetuavam em novas bases nas sociedades capitalistas modernas. Seria o próprio Stavenhagen a esboçar hipóteses alternativas, segundo as quais a estratificação interétnica se combina de di-

versas maneiras com o sistema de classes, dado que a primeira surge como um reforço da dominação dentro do próprio modo de produção capitalista. Somente pesquisas empíricas bem delimitadas é que poderiam, enfim, dar conta das diversas formas de combinação entre estratificação interétnica e sistema de classes. Não seria uma questão teórica resolvida de modo *a priori*, antes de qualquer pesquisa de campo ou trabalhos comparativos com escopos mais abrangentes.

Nesse sentido, nas situações de subdesenvolvimento a estratificação interétnica concorre para concentrar ainda mais as riquezas, aumentando o fosso entre as classes sociais numa estrutura econômica já altamente concentrada e caracterizada por profundas desigualdades regionais, raciais e étnicas. Stavenhagen, no entanto, procurou apanhar a inter-relação entre as situações de classe e colonial, ao invés de encará-las como excludentes entre si, como muitos teóricos do estrutural-funcionalismo poderiam de maneira equivocada caracterizar nos planos teórico e empírico as formações sociais periféricas da América Latina. "Não se pode deixar de insistir que o caráter classista e o caráter colonial das relações interétnicas são dois aspectos intimamente ligados de um mesmo fenômeno" (STAVENHAGEN, 1965a[1969], p. 259). A articulação entre zonas de subdesenvolvimento relativo e áreas de pleno desenvolvimento e crescimento acelerados, internacionalmente ou nos quadros de uma mesma sociedade nacional, caracterizadas por situações coloniais, de dependência e/ou de colonialismo interno, é sustentada por uma estrutura de classes estratificada em termos raciais e interétnicos. As relações de classe e relações raciais e/ou interétnicas não são incompatíveis nos marcos do subdesenvolvimento e do capitalismo dependente.

Um último aspecto importante, talvez o mais fundamental, que se pode salientar nas preocupações teóricas de Rodolfo Stavenhagen seria o diálogo intelectual com a comunidade internacional de cientistas sociais. O sociólogo de origem alemã radicado no México não apenas realizou pesquisas comparativas entre México, América Central e África Negra. A sua produção teórica mesma ocorre por meio do diálogo entre as ciências sociais dos centros e das periferias do

sistema capitalista. A noção de situação colonial, central ao mesmo tempo para a elaboração da ideia de relações interétnicas e da categoria de colonialismo interno, provém dos trabalhos do antropólogo francês Georges Balandier (2014), a partir de investigações realizadas no Congo e no Gabão em meados do século XX. Balandier pode ser considerado como um dos grandes nomes e fundadores da sociologia das sociedades africanas, ao perceber que elas assumiam seus ritmos próprios dentro dos horizontes da modernidade. De igual modo, Stavenhagen aproveita tais sugestões do orientador de sua tese de doutorado para perceber como os países latino-americanos desenvolvem modernidades alternativas e não se colocam de maneira simplista como estágios anteriores da evolução das nações centrais.

Aqui no Brasil, as ideias de Stavenhagen tiveram importante influência sobre uma das vertentes da antropologia indígena, a que investiga a relação entre nossos povos originários e a sociedade nacional por meio de noções como a de *fricção interétnica* (OLIVEIRA, 1996), seus conflitos e relações contraditórias com o mundo dos brancos. De certa forma, os estudos atuais de *ressurgência étnica* possuem raízes teóricas longínquas nas reflexões políticas e acadêmicas de nomes como Georges Balandier, Roberto Cardoso de Oliveira, Pablo González Casanova e Rodolfo Stavenhagen. Apesar do inegável padrão atual de desenvolvimento capitalista nas nações de origem colonial, subdesenvolvidas e dependentes, há elementos cruciais de suas respectivas formações históricas que só poderão ser apanhados a partir das perspectivas teóricas trabalhadas por noções como as de *colonialismo interno*, *relações e fricções inter-raciais e/ou interétnicas*. A obra sociológica de Stavenhagen continua bastante atual, por evidenciar que o enfoque centrado única e exclusivamente nas classes sociais será sempre insuficiente para dar conta da complexidade do real nas sociedades centrais e periféricas do capitalismo contemporâneo.

Conclusão

As ideias de Rodolfo Stavenhagen aqui apresentadas foram desenvolvidas em meados da década de 1960, num momento de reviravolta nas ciências sociais da América Latina. Muitos dos elementos da antiga teoria da modernização estavam sendo questionados e substituídos por uma visão mais integrativa das estruturas sociais subdesenvolvidas. A dicotomia tradicional/moderno, em especial, foi questionada pela concepção da articulação entre dependência e subdesenvolvimento. Stavenhagen traz uma grande contribuição para o referido debate, ao apontar o caráter contraditório e complexo das combinações entre sistema de classes, estratificação interétnica e colonialismo interno. Ao mesmo tempo, seu estudo sobre as classes sociais nas sociedades agrárias sugere a estratificação interétnica como um fator de reforço da dominação de classe e de manutenção do caráter desigual e combinado das disparidades sociais sob o subdesenvolvimento e o capitalismo dependente. Nesse sentido, as ideias de Stavenhagen constituem contribuições fundamentais para o pensamento sociológico atual, em termos da importância cada vez maior da articulação teórica entre raça, etnia e classe para investigar os conflitos sociais nos países de origem colonial, subdesenvolvidos e dependentes. Além disso, suas contribuições são também importantes para entender as contradições do capitalismo nas nações centrais, devido ao grau acentuado de exploração da mão de obra imigrante em países ocidentais, a qual envolve de modo combinado exploração capitalista e discriminação racial.

Referências Bibliográficas

AMADOR TELLO, Judith. (2012), “Stavenhagen exige para México una utopía”. Recuperado el 23 de julio de 2013, del sitio Web del Semanario Proceso: http://www.proceso.com.mx/?p=315813#

AMIN, Samir. (1970), *L'accumulation à l'échelle mondiale*. Paris: Éditions Anthropos.

BALANDIER, Georges. (2014), *Sociologia da África Negra*: dinâmica das mudanças sociais na África Central. Lisboa/Luanda: Pedago/Mulemba.

BAMBIRRA, Vânia. (2013), *O capitalismo dependente latino-americano*. 2. ed. Florianópolis: Insular.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. (1977), *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar.

CASANOVA, Pablo González. (2006), *Sociología de la explotación*. Buenos Aires: CLACSO.

FERNANDES, Florestan. (1963), *A sociologia numa era de revolução social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

_____ (2006), *A revolução burguesa no Brasil*. 5 ed. São Paulo: Globo.

LIMA, Roberto, CABRAL JUNIOR; Vilson Antonio. (2010), Antropologia, direitos humanos e povos indígenas: entrevista com Rodolfo Stavenhagen. *Sociologia e Cultura*, Goiânia, v. 13, n. 1, pp. 137-142, jan./jun.

MARINI, Ruy Mauro. (2012), *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Insular.

MILLS, C. Wright. (1959[2000a]), *The sociological imagination*. New York: Oxford University Press.

_____. (1951[1956]), *White Collar*: the American Middle Class. New York: Oxford University Press.

_____ (1956[2000b]), *The power elite*. New York: Oxford University Press.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. (1996), *O índio e o mundo dos brancos*. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp.

REYNA, José Luiz. (2007), "A institucionalização das ciências sociais no México". In: TRINDADE, Hélgio (orgs.), *As ciências sociais na América Latina em perspectiva comparada*: 1930-2005." 2. ed. rev. Porto Alegre: UFRGS.

SANTARELLI, Giancarlo. (1970), *Il nuovo marxismo latinoamericano*. Milano: Feltrinelli.

SANTOS, Thetonio dos. (2000), *A teoria da dependência*: balanço e perspectivas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

STAVENHAGEN, Rodolfo. (1965a[1969]), *Las clases sociales en las sociedades agrarias*. México: Siglo XXI Editores.

_____ (1965b[2010]), "Siete tesis equivocadas sobre América Latina." In: STAVENHAGEN, Rodolfo. *Los Pueblos Originarios*: el debate necessario. Buenos Aires: CTA Ediciones/CLACSO.

_____. (1977), "Comentário". In: ZENTENO, Raúl Benítez (coord.), *As classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. (2010), *Los Pueblos Originarios*: el debate necessario. Buenos Aires: CTA Ediciones/CLACSO.

WARMAN, Arturo et al. (1970), *De eso que llaman sociología mexicana*. Ciudad de México: Editorial Nuestro Tiempo.

ZAPATA, Francisco. (2014), Rodolfo Stavenhagen, Sete teses equivocadas sobre América Latina (1965). *Sociedade e cultura*, v. 17, n. 1, p. 171-182, dez.

Revista Brasileira de Sociologia | Vol. 04, No. 08 | Jul. Dez, 2016
Artigo recebido em 30/03/2016/ Aprovado em 12/08/2016
http://dx.doi.org/10.20336/rbs.164
10.20336/rbs.164

Estrutura ocupacional, classes sociais e desigualdade racial no Brasil: uma comparação intrínseca com os EUA

Jorge Alexandre Barbosa Neves*
Flavia Pereira Xavier**

RESUMO

As interações entre Capital Humano e Status Socioeconômico da Ocupação com a Raça em Funções de Determinação de Rendimentos do Trabalho no Brasil têm sido reportadas por diferentes pesquisadores. Entretanto, no caso brasileiro, todas as análises têm sido baseadas em estimações de Modelos de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). De forma a melhor estimar as interações entre Estrutura Ocupacional e Raça em funções de rendimento no Brasil, de forma comparativa com uma análise realizada nos EUA, utilizamos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 1996 (PNAD-1996) para a estimação de Modelos Hierárquicos Lineares de dois Níveis (MHL-2). Nossos resultados indicam a relevância do uso de categorias de classe para o entendimento das interações propostas.
Palavras-chave: estrutura ocupacional; classes sociais; desigualdade racial.

* Ph.D. em Sociologia pela Universidade de Wisconsin-Madison/EUA, 1997. Professor Associado do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais.
** Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora Adjunta do Departamento de Ciências Aplicadas à Educação na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

ABSTRACT

OCCUPATIONAL STRUCTURE, SOCIAL CLASSES, AND RACIAL INEQUALITY IN BRAZIL: AN INTRINSIC COMPARISON WITH THE USA

The interactions between Human Capital and Socioeconomic Status of Occupation with Race in Earnings Functions in Brazil have been reported by several researchers. However, in the case of Brazil, all those analyses have been based on the estimation of OLS regression functions. As a way to better estimate the interactions between Occupational Structure and Race in Brazil, in a comparative approach with an analysis about the USA, we use data from the Brazilian National Household Sample Survey of 1996 for the estimation of Two-Levels Hierarchical Linear Models (HLM-2). Our results indicate the relevance of class categories for the understanding of the proposed interactions.
Keywords: Occupational structure; social classes; racial inequality.

Introdução

As interações entre Capital Humano e Status Socioeconômico da Ocupação com a raça em funções de determinação de rendimentos do trabalho no Brasil têm sido reportadas por diferentes pesquisadores (SILVA, 2001; TELLES, 1994, 2003). Mais especificamente, quanto maior o nível de escolaridade e Status Socioeconômico da Ocupação, maior também o diferencial de rendimento do trabalho entre negros e brancos no Brasil. Entretanto, no caso brasileiro, todas as análises têm sido baseadas em estimações de Modelos de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO).

Grodsky e Pager (2001), tomando como base dados do Censo Americano de 1990, mostraram que para se entender melhor a estrutura da desigualdade racial, é preciso a aplicação de um modelo mais sofisticado na estimação de funções de rendimento do salário. Assim, eles estimaram Modelos Hierárquicos Lineares de dois níveis (MHL-2) da Inclinação-como-Resposta e mostraram uma clara interação entre as desigualdades de rendimento dentro e entre os grupos ocupacionais. Todavia, seus dados tinham uma limitação importante, dado que não incluíam nenhuma variável de origem socioeconômica

familiar. Como Lam e Schoeni (1993) – utilizando dados brasileiros – demonstraram, a omissão de variáveis de origem socioeconômica familiar em funções de rendimento costumam levar a estimações enviesadas (ver, também: LAM; LEVINSON, 1990; XAVIER, TOMÁS; CANDIAN, 2009).

De forma a estimar mais adequadamente as interações entre estrutura ocupacional e raça em funções de rendimento no Brasil, de forma comparativa com a análise de Grodsky e Pager (2001), utilizamos os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 1996 (PNAD-1996). Utilizando a PNAD-1996, podemos: a) estimar modelos hierárquicos lineares de dois níveis (MHL-2) comparáveis aos de Grodsky e Pager (2001); b) incluir variáveis origem socioeconômica no modelo de forma a evitar resultados potencialmente enviesados, como pode ter ocorrido no trabalho dos autores e; c) desenvolver uma análise com um banco de dados que é relativamente contemporâneo àquele utilizado por Grodsky e Pager(2001), o que nos permitirá uma melhor comparação.

Estratificação Social e Desigualdade Racial no Brasil

Os estudos sobre a relação entre a estratificação social e desigualdade racial no Brasil podem ser divididos em três momentos. O primeiro momento vai do início do século XX até meados da década de 1970. Este período foi marcado por estudos com base em pesquisa qualitativa (em particular, etnográfica e investigações históricas) e produziram basicamente três hipóteses diferentes:

> A primeira deriva do trabalho de Pierson (1945), e sugere que 'não haveria barreiras raciais fortes à mobilidade ascendente, mas sim barreiras de classe'. A segunda é a hipótese de Costa Pinto (1952), e pode ser formulado da seguinte maneira: a expansão da sociedade de classes vai levar a um aumento da mobilidade social e, como não-brancos começam a entrar nas classes mais privilegiadas, haverá um retorno e acirramento da

> discriminação racial. A terceira é a hipótese de Florestan Fernandes (1965), que sugere que a discriminação racial no processo de mobilidade social será paulatinamente substituída pela discriminação de classe, ou seja, o preconceito racial é uma herança do passado colonial. (RIBEIRO, 2007, p. 3).

A hipótese de Pierson (1945) estava muito ligada à tradição dos estudos raciais brasileiros iniciados por Freyre (1933). Costa Pinto (1952), por outro lado, era basicamente o único a apoiar a hipótese de uma relação temporariamente curvilíneo ("U") entre raça e desigualdade. Finalmente, a hipótese proposta por F. Fernandes (1965), foi muito apoiada por aquilo que veio a ser chamado a "Escola de São Paulo", como pode ser visto no trabalho produzido por Cardoso e Ianni (1960).

A segunda fase dos estudos sobre a relação entre estratificação social e desigualdade racial no Brasil é inaugurada pela publicação do livro de Hasenbalg (1979). Esta nova fase é marcada por duas coisas importantes: a) a disponibilidade da primeira pesquisa nacional por amostra probabilística de domicílios (PNAD-1976) que permitiu aos pesquisadores realizar análises sobre a desigualdade racial no Brasil, uma vez que a PNAD-1973, pesquisa anterior, não havia coletado informações sobre raça e; b) a estimativa de modelos estatísticos multivariados para testar hipóteses sobre a relação entre a estratificação social e a desigualdade racial no Brasil.

Até meados da década 2000, foram realizados muitos estudos com base na estimativa de dados em análises multivariadas a partir de dados oriundos de amostras probabilísticas de amplitude nacional (ver: HASENBALG; SILVA, 1988; HASENBALG; SILVA, 1992; HASENBALG; SILVA, 1999; entre outros) e todos basicamente chegaram à mesma conclusão: raça tem um efeito estatisticamente significante sobre variáveis reposta de estratificação social no Brasil, independente de outras variáveis de origem socioeconômica, bem como não há nenhuma evidência de que esse efeito está variando significativamente ao longo do tempo.

A última fase começa em meados da década 2000, com estudos que seguem de perto a tradição da segunda fase, mas que trouxeram uma nova e importante evidência da relação entre estratificação social e desigualdade racial. Em particular, D. Fernandes (2004) e Ribeiro (2007) demonstraram que existe uma interação específica entre estratificação social e raça ao produzir desigualdade. A desigualdade racial interage fortemente com a educação e com a condição socioeconômica ou posição de classe. Mais especificamente, no caso da educação, D. Fernandes (2004) demonstra que o efeito da raça sobre transições educacionais é diferente de todas as outras variáveis de origem socioeconômica. Embora para todas as outras variáveis de origem socioeconômica o efeito sobre a probabilidade de se fazer uma transição educacional diminui continuamente à medida que o nível educacional sobe, no caso da raça se observa uma forma de "U", isto é, diminui inicialmente, mas, em seguida, sobe novamente quando a transição diz respeito aos mais altos níveis de escolaridade. Ribeiro (2007, p. 21), por sua vez, encontra "que a desigualdade racial nas chances de mobilidade está presente apenas para indivíduos com origem nas classes mais altas". Portanto, o que esses novos estudos mostram é que – ao contrário do que supõe o senso comum – a desigualdade racial é mais um problema para as pessoas com maior status socioeconômico ou provenientes de classes mais altas do que para todos os outros. De certa forma, pode-se ver nestas descobertas algum suporte para a hipótese de Costa Pinto (1952). Quando pretos e pardos chegam a níveis educacionais mais elevados ou posições de classe mais altas (ou relacionadas a ocupações de caráter profissional, gerencial ou empresarial), as barreiras raciais se tornam mais fortes.

Grodsky e Pager(2001), utilizando dados dos EUA, encontraram uma interação semelhante entre raça e estratificação social. Eles mostram que quanto maior o nível socioeconômico de uma ocupação, maior a diferença de rendimentos do trabalho. Aqui, vamos estimar um modelo similar ao de Grodsky e Pager(2001), usando dados brasileiros. Não só para manter uma melhor comparabilidade com o estudo de Grodsky e Pager(2001), mas também porque ele funciona

melhor para nossa análise, vamos usar a dicotomização da variável raça/cor no Brasil (pretos/pardos versus brancos; descendentes de asiáticos e indígenas foram excluídos, mas eles representam uma proporção muito pequena na população) e, por isso, não levamos em consideração as classificações raciais mais complexas consideradas por Loveman, Muniz e Bailley (2012) e por Bailley, Loveman e Muniz (2013).

Assim, com base nos achados da terceira fase de análises sobre a interação entre desigualdade racial e estratificação social no Brasil, bem como no trabalho de Grodsky e Pager(2001), vamos testar a seguinte hipótese de pesquisa: quanto maior o nível socioeconômico de uma ocupação, maior a desigualdade racial de rendimentos do trabalho no Brasil.

Metodologia

Em nossa análise, tentamos replicar o modelo estimado por Grodsky e Pager(2001) com dados brasileiros (PNAD-1996), porém, corrigindo os possíveis vieses causados pela omissão de variáveis de origem socioeconômica. Assim, estimamos diferentes especificações de modelos hierárquicos lineares de dois níveis (MHL-2). No nosso caso, o nível 1 diz respeito à dimensão individual e o nível 2 diz respeito à dimensão da estrutura ocupacional[1].

A PNAD é um *Survey* realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, constituído de um módulo fixo básico e módulos complementares que variam a cada ano. A PNAD é realizada em todos os anos não-censitários e constitui-se de amostra estratificada por conglomerados em múltiplos estágios. A PNAD-1996 possui

1 Vale a pena ressaltar a extraordinária contribuição dos Modelos Hierárquicos para o avanço das análises sociológicas, ao permitirem a estimação simultânea, porém separada de dimensões individuais e estruturais, bem como das interações entre elas. Acreditamos que os Modelos Hierárquicos (ou Multiníveis) e a Análise de Redes representam os dois maiores avanços das últimas décadas para a análise sociológica de perfil quantitativo justamente por permitir esse elemento de síntese entre indivíduos e estruturas sociais.

uma amostra de mais de 290.000 indivíduos para todo o Brasil, mas não inclui a região agrária do norte do país. Neste trabalho, a edição da pesquisa de 1996 foi escolhida por conter informações sobre mobilidade social, além dos módulos fixos sobre mercado de trabalho e escolaridade. Esta é a última edição com dados sobre a herança ocupacional e educacional dos indivíduos, cuja importância é fundamental para os estudos de desigualdades. Selecionamos uma subamostra de homens e mulheres, entre 15 e 65 anos de idade, que tinham trabalho ou que trabalharam na semana de referência para 1996. A amostra final utilizada na análise conta com 110.101 observações de primeiro nível (indivíduos) e 437 observações de segundo nível (ocupações).

A variável dependente para as equações será logaritmo natural do rendimento/hora: renda individual do trabalho principal dividida pelo número de horas trabalhadas no mês (multiplicam-se as horas trabalhadas na semana por 4). Como a distribuição da renda é assimétrica para a direita, ela foi normalizada pelo logaritmo.

As variáveis independentes utilizadas nos modelos são:

Variáveis de primeiro nível (individual)

RAÇA = variável dicotômica referente à raça/cor do respondente (negros = 0 e brancos = 1), a categoria negros inclui pretos e pardos;

SEXO = variável dicotômica (feminino = 0 e masculino = 1);

LOCAL = variável dicotômica (rural = 0 e urbano = 1);

SETOR = variável dicotômica referente ao segmento do mercado de trabalho (informal = 0 e formal = 1)[2];

REGIÃO = vetor de variáveis indicadoras da região do país (Região Nordeste é o grupo de referência);

EXPERIÊNCIA = anos de experiência laboral do indivíduos, esta variável contínua calculada pela subtração da idade que o entrevistado reportou que começou

2 São considerados formais os indivíduos empregados com carteira assinada, os autônomos que contribuem para a previdência social e os empresários empregadores. Os demais indivíduos são considerados informais. A amostra inclui todos os indivíduos ocupados de forma remunerada na semana de referência da pesquisa.

a trabalhar da idade que ele tinha no momento da entrevista;

ESCOLARIDADE = anos de escolaridade, variável discreta calculada a partir das informações sobre frequência à escola e grau e série concluídos pelo indivíduo.

ESCOLARIDADE DA MÃE = anos de escolaridade da mãe[3], variável discreta calculada a partir das informações sobre frequência à escola e grau e série concluídos pela mãe do respondente.

Variáveis de segundo nível (estrutura ocupacional)

SSEO = status socioeconômica da ocupação, medida a partir da escala de Pastore e Silva (2000);

QUALIFICAÇÃO = média do número de anos de escolaridade dos indivíduos da amostra em cada ocupação;

COMPOSIÇÃO SEXUAL = percentual de mulheres entre os indivíduos da amostra em cada ocupação;

COMPOSIÇÃO RACIAL = percentual de negros entre os indivíduos da amostra em cada ocupação;

COMPOSIÇÃO SETORIAL = percentual de formais entre os indivíduos da amostra em cada ocupação;

GRANDE EMPRESÁRIO = variável indicadora da classe social da ocupação referente à categoria ocupacional de grande empresário (estão incluídas nesta categoria os empresários com mais de cinco empregados);

PEQUENO EMPRESÁRIO = variável indicadora da classe social da ocupação referente à categoria ocupacional de pequeno empresário (estão incluídas nesta categoria os empresários com até cinco empregados);

AUTÔNOMO = variável indicadora da classe social da ocupação referente à categoria ocupacional de autônomo;

GERENTE = variável indicadora da classe social da ocupação referente à categoria ocupacional de gerente;

3 Assim como em outros trabalhos baseados na PNAD-1996, esta variável foi escolhida para controlar a origem socioeconômica por ser aquela um número muito baixo de valores ausentes.

PROFISSIONAL = variável indicadora da classe social da ocupação referente à categoria ocupacional de profissional[4].

Modelos

Modelo 1

$$LN\$ = \beta_{0j} + \beta_{1j}(RAÇA) + \beta_{2j}(SEX0) + \beta_{3j}(LOCAL) + \beta_{4j}(SETOR) + \beta_{5\text{-}8j}(REGIÃO) + \beta_{9j}(EXPERIÊNCIA) + \beta_{10j}(EXPERIÊNCIA^{2}) + \beta_{11j}(ESCOLARIDADE) + \beta_{12j}(ESCOLARIDADE\ DA\ MÃE) + r_{ij}$$

$$\beta_{0j} = \gamma_{00} + \gamma_{01}(SSEO) + \gamma_{02}(QUALIFICAÇÃO) + \gamma_{03}(COMPOSIÇÃO\ SEXUAL) + \gamma_{04}(COMPOSIÇÃO\ RACIAL) + \gamma_{05}\ (COMPOSIÇÃO\ SETORIAL) + u_{0j}$$

$$\beta_{1j} = \gamma_{10} + \gamma_{11}(SSEO) + \gamma_{12}(QUALIFICAÇÃO) + \gamma_{13}(COMPOSIÇÃO\ SEXUAL) + \gamma_{14}(COMPOSIÇÃO\ RACIAL) + \gamma_{15}(COMPOSIÇÃO\ SETORIAL) + u_{1j}$$

Modelo 2

$$LN\$ = \beta_{0j} + \beta_{1j}(RAÇA) + \beta_{2j}(SEX0) + \beta_{3j}(LOCAL) + \beta_{4j}(SETOR) + \beta_{5\text{-}8j}(REGIÃO) + \beta_{9j}(EXPERIÊNCIA) + \beta_{10j}(EXPERIÊNCIA^{2}) + \beta_{11j}(ESCOLARIDADE) + \beta_{12j}(ESCOLARIDADE\ DA\ MÃE) + r_{ij}$$

$$\beta_{0j} = \gamma_{00} + \gamma_{01}(SSEO) + \gamma_{02}(QUALIFICAÇÃO) + \gamma_{03}(COMPOSIÇÃO\ SEXUAL) + \gamma_{04}(COMPOSIÇÃO\ RACIAL) + \gamma_{05}\ (COMPOSIÇÃO\ SETORIAL) + \gamma_{06}\ (GRANDE\ EMPRESÁRIO) + \gamma_{07}\ (PEQUENO\ EMPRESÁRIO) + \gamma_{08}\ (AUTÔNOMO) + \gamma_{09}\ (GERENTE) + \gamma_{010}\ (PROFISSIONAL) + u_{0j}$$

$$\beta_{1j} = \gamma_{10} + \gamma_{11}(SSEO) + \gamma_{12}(QUALIFICAÇÃO) + \gamma_{13}(COMPOSIÇÃO\ SEXUAL) + \gamma_{14}(COMPOSIÇÃO\ RACIAL) + \gamma_{15}(COMPOSIÇÃO\ SETORIAL) + \gamma_{16}\ (GRANDE\ EMPRESÁRIO) + \gamma_{17}\ (PEQUENO\ EMPRESÁRIO) + \gamma_{18}\ (AUTÔNOMO) + \gamma_{19}\ (GERENTE) + \gamma_{110}\ (PROFISSIONAL) + u_{1j}$$

Grodsky e Pager (2001) adotaram a escala de prestígio ocupacional calculada por Nakao e Treas (1994). Estas autoras partem dos escores de prestígio conduzido no final da década de 1980 nos Estados Uni-

4 Trabalhadores não qualificados formam o grupo de referência. Se o título da ocupação se refere a uma função de supervisão ou gerência, ela foi classificada como "GERENTE" se é uma profissão típica de nível superior, ela foi classificada como "PROFISSIONAL", os demais trabalhadores formam a categoria de referência.

dos e atribuem esses escores ao títulos ocupacionais do censo norte-americano de 1980, adotando procedimento semelhante ao de Duncan (1961). No nosso trabalho, adotamos a escala de status socioeconômico das ocupações desenvolvida por Pastore e Silva (2000), que não se baseia em uma hierarquização de prestígio externa à classificação das ocupações possível pelos censos demográficos. A escala de status socioeconômico combina o nível educacional e o nível de rendimentos dos indivíduos dentro de cada título ocupacional registrados na PNAD de 1996. A correlação entre as escalas de prestígio e de status ocupacional são geralmente fortes (NAKAO; TREAS, 1994), entretanto, o prestígio não é tão altamente correlacionado com outras variáveis como são as medidas de status socioeconômico (HAUSER; WARREN, 1997).

Assim como Grodsky e Pager (2001) incluímos medidas da composição das ocupações como variáveis de controle nas equações de segundo nível, pois elas nos permitem captar características das ocupações além daquela medida pelo status socioeconômico da ocupação. Ocupações com predominância femininas e de negros são menos valorizadas socialmente e, consequentemente, menos recompensadas em comparação às ocupações majoritariamente ocupadas por brancos e homens (XAVIER; TOMÁS; CANDIAN, 2009). Assim, espera-se que as composições racial e sexual apresentem efeitos negativos sobre a média do rendimento e diminuam as diferenças de rendimento entre brancos e negros.

Também introduzimos uma *proxy* para a qualificação requeridas pelas ocupações. A variável foi construída a partir da média dos anos de estudos dos indivíduos em cada ocupação. A suposição é de que haja um ajuste entre os requisitos básicos de uma ocupação e a escolaridade de seu ocupante. Nossa medida se aproxima da dimensão de "qualificação cognitiva" adotada por Grodsky e Pager (2001), embora a nossa não seja construída a partir da demanda da ocupação, mas pela oferta. Outra diferença importante é que o indicador de qualificação cognitiva dos autores inclui mais do que a escolarização formal exigido. A qualificação ocupacional no trabalho de Grodsky e Pager (2001) contém três dimensões. A primeira delas, a "qualificação cognitiva", é um indicador que reune a dificuldade em trabalhar com

dados, com pessoas, o desenvolvimento educacional geral da pessoa e sua capacidade intelectual e númerica. A segunda dimensão é a "qualificação interpessoal" que se refere às habilidades de comunicação e trato pessoal. Por fim, a terceira é a "qualificação manual" que inclui força física e destreza. Os nossos dados não nos permitem uma medida tão detalhada da qualificação ocupacional, assim utilizamos a *proxy* acima explicada.

Grodsky e Pager (2001) encontraram uma correlação positiva e forte (0,90) da sua medida de qualificação ocupacional com a escala de status educacional das ocupações de Hauser e Warren (1997). Como utilizamos uma escala de status ocupacional que considera a média de escolaridade de cada título ocupacional (SSEO) além da renda, estimamos modelos com e sem nossa medida de qualificação para verificar se a magnitude e o sinal do coeficiente do SSEO eram alterados. Concluímos que, embora a correlação entre o SSEO e a QUALIFICAÇÃO seja forte, o efeito do SSEO sobre a desigualdade racial de rendimentos não se altera grandemente pela introdução da QUALIFICAÇÃO, isso ocorre, quando da introdução da medida de COMPOSIÇÃO RACIAL, mesmo quando a medida de qualificação está ausente do modelo[5].

Resultados e Discussão

O Modelo 1 é uma replicação do modelo proposto por Grodsky e Pager(2001) e os resultados estão nas Tabelas 1 e 2[6],[7].

5 A correlação entre o SSEO e a qualificação é igual a 0,87, enquanto que a correlação entre o SSEO e a composição racial é igual a -0,63. As tabelas com os resultados dos modelos mencionados não foram apresentados por questão de espaço, mas podem ser requisitadas aos autores.

6 Os MHLs produzem uma grande quantidade resultados. De forma a não confundir os leitores, decidimos reportar apenas os resultados do segundo nível, que são aqueles que de fato têm relevância para nossa análise.

7 Os coeficientes de significância (p) de todas nossas estimações são reportados apenas como forma de informar o leitor. Todavia, eles não são utilizados para testes de hipóteses, visto que no nível dois temos uma população de ocupações, não uma amostra probabilística.

Tabela 1: Resultados do Modelo 1 para a Constante como resposta

Efeitos Fixos	Coeficientes	gl	p-valor
Coeficientes para a constante como resposta (β_{0j})			
Constante (γ_{00})	0,178	431	0,000
SSEO (γ_{01})	0,033	431	0,000
QUALIFICAÇÃO (γ_{02})	0,033	431	0,014
COMPOSIÇÃO SEXUAL (γ_{03})	-0,079	431	0,206
COMPOSIÇÃO RACIAL (γ_{04})	-0,286	431	0,013
COMPOSIÇÃO SETORIAL (γ_{05})	-0,280	431	0,000

Fonte: Elaboração própria com os microdados da PNAD-1996.

Tabela 2: Resultados do Modelo 1 para a Inclinação como resposta

Efeitos Fixos	Coeficientes	gl	p-valor
Coeficientes para a inclinação como resposta (β_{1j})			
Constante (γ_{10})	0,122	431	0,000
SSEO (γ_{11})	-0,002	431	0,252
QUALIFICAÇÃO (γ_{12})	0,014	431	0,027
COMPOSIÇÃO SEXUAL (γ_{13})	-0,029	431	0,202
COMPOSIÇÃO RACIAL (γ_{14})	-0,126	431	0,208
COMPOSIÇÃO SETORIAΛ (γ_{15})	-0,007	431	0,789

Fonte: Elaboração própria com os microdados da PNAD-1996.

Os resultados da estimação do Modelo 1, reportados nas Tabelas 1 e 2, trazem todos os coeficientes estimados para o segundo nível. A Tabela 1 apresenta os efeitos das variáveis de nível 2 sobre a média do rendimento ajustada pelas variáveis do nível 1. Nota-se que a magnitude dos coeficientes do status socioeconômico da ocupação (γ_{01}) e da composição setorial (γ_{05}) são bastante baixos, indicando um efeito praticamente nulo destas variáveis sobre o rendimento médio, mesmo que os coeficientes sejam estatisticamente significativos (p-valor=0,000). Observa-se também que quanto mais alta a qualificação média de uma ocupação (γ_{02}) mais elevada é a média de rendimento. Por fim, quanto maior a proporção de mulheres (γ_{03}) e negros (γ_{04}) em uma ocupação menores são os rendimentos médios. Embora o coeficiente da COMPOSIÇÃO SEXUAL não seja significativo (p-valor = 0,206), o que mais importa é a magnitude do coeficiente, dado que trabalhamos com uma população de ocupações, como explicado na nota 6.

A Tabela 2 mostra a interação entre as variáveis de nível 2 e raça. Observa-se que quanto mais elevada a qualificação média da ocupação, maiores as diferenças entre os rendimentos de brancos e negros (γ_{12}). Inversamente, quanto mais mulheres (γ_{14}) e negros (γ_{15}) nas ocupações menores as diferenças entre os rendimentos devido à raça. O coeficiente da composição setorial possui uma magnitude bastante reduzida, indicando que a variável não possui efeito interativo com a raça. O coeficiente de interesse que nos permite testar a hipótese derivada do trabalho de Grodsky e Pager (2001) é o γ_{11}. O que vemos na Tabela 2 é que o valor do referido coeficiente (-0,002) encontra-se muito próximo de zero (baixa magnitude).

Como ao replicarmos o modelo de Grodsky e Pager(2001) não encontramos a esperada interação entre o SSEO e a desigualdade racial (medida pelo coeficiente γ_{11}, que indica o efeito de SSEO sobre o coeficiente β_{1j}, que indica o diferencial de rendimento entre os grupos raciais), decidimos estimar o Modelo 2, com a inclusão de variáveis de segundo nível referentes às categorias de classe das ocupações dos indivíduos[8]. Os resultados da estimação do Modelo 2 estão reportados nas Tabelas 3 e 4.

Tabela 3: Resultados do Modelo 2 para a Constante como resposta

Efeitos Fixos	Coeficientes	gl	p-valor
Coeficientes para a constante como resposta (β_{0j})			
Constante (γ_{00})	0,123	426	0,001
SSEO (γ_{01})	0,030	426	0,000
QUALIFICAÇÃO (γ_{02})	0,041	426	0,001
COMPOSIÇÃO SEXUAL (γ_{03})	-0,023	426	0,708
COMPOSIÇÃO RACIAL (γ_{04})	-0,003	426	0,979
COMPOSIÇÃO SETORIAL (γ_{05})	-0,156	426	0,038
GRANDE EMPRESÁRIO (γ_{06})	0,993	426	0,000
PEQUENO EMPRESÁRIO (γ_{07})	0,664	426	0,000
AUTÔNOMO (γ_{08})	0,295	426	0,000
GERENTE (γ_{09})	0,100	426	0,123
PROFISSIONAL (γ_{010})	0,162	426	0,000

Fonte: Elaboração própria com os microdados da PNAD-1996.

8 Utilizamos uma classificação de classes simplificada daquela que é proposta por Wright e Perrone (1977). Para uma aplicação dessa categorização de forma mais ampla ao caso brasileiro, ver Santos (2002).

Tabela 4: Resultados do Modelo 2 para a Inclinação como resposta

Efeitos Fixos	Coeficientes	gl	p-valor
Coeficientes para a inclinação como resposta (β_{1j})			
Constante (γ_{10})	0,114	426	0,000
SSEO (γ_{11})	-0,001	426	0,336
QUALIFICAÇÃO (γ_{12})	0,009	426	0,125
COMPOSIÇÃO SEXUAL (γ_{13})	-0,018	426	0,427
COMPOSIÇÃO RACIAL (γ_{14})	-0,095	426	0,355
COMPOSIÇÃO SETORIAL (γ_{15})	-0,004	426	0,908
GRANDE EMPRESÁRIO (γ_{16})	-0,012	426	0,858
PEQUENO EMPRESÁRIO (γ_{17})	-0,187	426	0,169
AUTÔNOMO (γ_{18})	0,006	426	0,833
GERENTE (γ_{19})	0,099	426	0,009
PROFISSIONAL (γ_{110})	0,011	426	0,703

Fonte: Elaboração própria com os microdados da PNAD-1996.

As Tabelas 3 e 4 trazem os resultados do segundo nível do Modelo 2. Nota-se que as cinco categorias de classe (GRANDE E PEQUENO EMPRESÁRIO, AUTÔNOMO, GERENTE, PROFISSIONAL), apresentadas na Tabela 3, afetam a média dos rendimentos, quando comparadas à classe TRABALHADOR NÃO QUALIFICADO (categoria de referência). Em outras palavras, indivíduos que estão em uma dessas categorias de classe, independentemente do status, da qualificação ou da composição sexual, racial e setorial da ocupação possuem rendimentos médios mais elevados do que os trabalhadores não qualificados.

Entretanto, nos interessa, particularmente, observar os resultados dos coeficientes referentes às variáveis SSEO e às cinco categorias de classe (ou seja, o efeito sobre o diferencial de rendimentos entre raças) na Tabela 4. O que se pode observar, a partir da Tabela 4, é que apenas duas classes sociais demonstram efeitos relevantes. A categoria de classe PEQUENO EMPRESÁRIO apresenta um coeficiente negativo, o que indica que, mantido tudo o mais constante, entre pequenos empresários a desigualdade racial de rendimentos

do trabalho é menor[9] do que no grupo de referência (TRABALHADOR NÃO QUALIFICADO). A categoria de classe de GERENTE, por sua vez, tem um coeficiente positivo e bastante relevante (0,099, indicando que o diferencial de rendimentos entre brancos e negros é cerca de 9,9% maior para um GERENTE do que é para um TRABALHADOR NÃO QUALIFICADO).

Os resultados indicam que, quando controlamos pela origem socioeconômica familiar do respondente, a interação entre SSEO e desigualdade racial de rendimentos do trabalho encontrado por Grodsky e Pager(2001) para o caso americano não se confirma. Todavia, isso não significa que não se encontre nos nossos dados a interação entre estrutura ocupacional e desigualdade racial de rendimentos do trabalho. Quando utilizamos categorias de classe, a interação emerge no caso de duas categorias, a saber, o PEQUENO EMPRESÁRIO e o GERENTE. Todavia, as interações das duas categorias de classe com a desigualdade racial de rendimentos do trabalho são inversas. Ao passo que no caso do PEQUENO EMPRESÁRIO a desigualdade é menor do que a do grupo de referência (TRABALHADOR NÃO QUALIFICADO, que é o grupo com menor média de rendimento do trabalho), no caso do GERENTE a desigualdade racial e maior do que a do grupo de referência.

Quanto à nossa hipótese de pesquisa, os resultados aqui encontrados são relativamente dúbios. Não encontramos uma relação clara entre SSEO e desigualdade racial. A maior parte das categorias de classe não apresentam coeficientes na direção esperada (três das categorias – GRANDE EMPRESÁRIO, AUTÔNOMO e PROFISSIONAL – apresentam coeficientes tão baixos que devemos concluir não haver diferença em relação ao grupo de referência, ao passo que

9 Lembrando, mais uma vez, que a significância (p) não é central aqui para concluirmos sobre a relevância de um coeficiente. Assim sendo, embora a significância do coeficiente em questão (p = 0,169) indicasse a não rejeição da hipótese nula, a grandeza do valor do coeficiente em si (-0,187) indica que o diferencial de rendimentos entre brancos e negros é cerca de 18,7% menor para um PEQUENO EMPRESÁRIO do que é para um TRABALHADOR NÃO QUALIFICADO).

a categoria de PEQUENO EMPRESÁRIO apresenta um coeficiente bastante relevante, porém negativo, que seria o contrário do que se deveria esperar).

Novos estudos quantitativos e qualitativos podem revelar que essa menor desigualdade racial entre pequenos empresários pode até ser percebido pelos próprios atores e levar a uma revelação de preferência por parte de indivíduos negros por atividades econômicas dessa natureza. Será que o chamado empreendedorismo atrai, em média, mais os negros do que os brancos?

Quanto à categoria de classe de GERENTE, o coeficiente corrobora a hipótese de pesquisa. Ou seja, no caso das ocupações gerenciais (que são ocupações com alguns dos maiores rendimentos médios e com condições de trabalho bastante melhores do que a média) observar-se o mesmo tipo de resultado encontrado no geral pelos pesquisadores da terceira fase discutida acima, bem como o mesmo tipo de resultado encontrado por Grodsky e Pager(2001). Ou seja, ocupações gerenciais que, segundo a teoria de classes, têm como principal característica os chamados "ativos organizacionais" (a autoridade ou dominação burocrática), são as que mostram maiores níveis de desigualdade racial nos rendimentos do trabalho. Ou seja, a questão central da interação entre estrutura ocupacional e desigualdade racial está centrada na questão do poder. Nossos resultados indicam que trabalhadores brancos são mais valorizados para o exercício do poder dentro das organizações, para a imposição da disciplina corporativa, do que trabalhadores negros. Este resultado parece ser coerente com vários aspectos das teorias de classe, principalmente com elementos weberianos dos quais estas são tributárias, ao mostrar que a questão da dominação burocrática, da autoridade gerencial, é central no mundo moderno. Em trabalhos anteriores[10], já havíamos identificado a relevância da categoria de classe de GERENTE para entender a desigualdade de rendimentos no Brasil, com referência a outras questões

10 Ver: NEVES e F. FERNANDES (2002); NEVES (2004); F. FERNANDES, NEVES e HELAL (2007).

específicas. Neste trabalho, identificamos sua relevância para o entendimento da desigualdade racial de rendimentos do trabalho.

Conclusões

Nossos resultados mostram que interações entre a estrutura ocupacional e a desigualdade racial de rendimentos do trabalho existe no Brasil, mesmo quando controlamos por variáveis de origem socioeconômica familiar. Em particular, mostramos claramente que, embora ao se controlar a origem socioeconômica familiar não se encontre a interação esperada, duas categorias de classe interagem com a desigualdade racial de rendimentos do trabalho. Mais especificamente, podemos ver que na categoria de PEQUENO EMPRESÁRIO a desigualdade racial é menor, enquanto que na categoria de GERENTE a desigualdade racial é maior.

Nossos resultados, portanto, mostram duas coisas importantes:

I- Reforçam achados anteriores que indicam que o efeito aditivo de categorias de classe em funções de rendimento do trabalho pode ser de grande relevância.

II- Reforçam achados anteriores que indicam a relevância da categoria de classe de GERENTE para o entendimento da desigualdade de rendimentos do trabalho, ou seja, como a categoria de classe estratifica de forma mais aguda a População Economicamente Ativa em termos de seu rendimento do trabalho e dos retornos econômicos do capital humano.

Referências Bibliográficas

BAILEY, Stanley R.; LOVEMAN, Mara; MUNIZ, Jeronimo O. (2013), Measures of 'Race' and the analysis of racial inequality in Brazil. *Social Science Research* v. 42, n. 1, pp. 106-119.

CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octávio (1960), *Cor e Mobilidade Social em Florianópolis*: Aspectos das Relações entre Negros e Brancos numa Comunidade do Brasil Meridional. 1 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

COSTA PINTO, Luiz de Aguiar. (1952), *O Negro no Rio de Janeiro*: Relações de Raça numa Sociedade em Mudança. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

DUNCAN, Otis Dudley. (1961), "A Socioeconomic Index for All Occupations." In: REISS JR., Albert J. et al. (Ed.). *Occupations and Social Status*. New York: Free Press of Glencoe.

FERNANDES, Danielle Cireno. (2004), Race, Socioeconomic Development and the Education Stratification Process in Brazil. *Research in Social Stratification and Mobility* v. 22, pp. 365-422.

FERNANDES, Danielle Cireno; NEVES; Jorge Alexandre; HELAL, Diogo. (2007), Autoridade e Capital Humano em Organizações Centradas no Conhecimento: O Caso do Setor Elétrico em Pernambuco. *Organizações & Sociedade* v. 14, pp. 121-136.

FERNANDES, Florestan. (1965), *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. 1. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

FREYRE, Gilberto. (1933), *Casa-Grande & Senzala*. 1. ed. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt.

GRODSKY, Eric; Pager, Devah. (2001), The Structure of Disadvantage: Individual and Occupational Determinants of the Black-White Wage Gap. *American Sociological Review* v. 66, n. 4, pp. 542-567.

HASENBALG, Carlos. (1979), *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: Graal.

HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. (1988), *Estrutura Social, Mobilidade e Raça*. 1. ed. Rio de Janeiro: Iuperj/Vértice.

HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. (1992), *Relações Raciais no Brasil Contemporâneo*. 1. ed. Rio de Janeiro, Rio Fundo Editora.

HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. (1999), "Educação e Diferenças Raciais na Mobilidade Ocupacional no Brasil". In: HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle; LIMA, Márcia (orgs.). *Cor e Estratificação Social*. Rio de Janeiro: Contra Capa.

HAUSER, Robert M.; WARREN, John R. (1997), Socioeconomic Indexes of Occupational Status: A Review, Update, and Critique. *Sociological Methodology* v. 27, n. 1, pp.17-298.

LAM, David; LEVINSON, Deborah. (1990), Idade, experiência, escolaridade e diferenciais de renda: Estados Unidos e Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico* v. 20, n. 2, pp. 219-256.

LAM, David; SCHOELI, Robert F. (1993), Effects of Family Background on Earnings and Returns to Schooling: Evidence from Brazil. *Journal of Political Economy* v. 101, n. 4, pp. 710-740.

LOVEMAN, Mara; MUNIZ, Jeronimo; BAILEY, Stanley R. (2012), Brazil in black and white? Race categories, the census, and the study of inequality. *Ethnic and Racial Studies* v. 35, pp. 1466-1483.

NAKAO, Keiko; TREAS, Judith. (1994), Updating Occupational Prestige and Socioeconomic Scores: How the New Measures Measure Up. *Sociological Methodology*, v. 24, pp.1-72.

NEVES, Jorge Alexandre. (2004), Labor Force Classes and the Earnings Determination of the Farm Population in Brazil: 1973, 1982, and 1988. *Research in Social Stratification and Mobility* v. 22, pp. 423-475.

NEVES, Jorge Alexandre; FERNANDES, Danielle Cireno. (2002), Estrutura Ocupacional, Autoridade Gerencial e Determinação de Salários em Organizações Fordistas: O Caso da Indústria de Transformações do Brasil. *Revista de Administração Contemporânea* v. 6, n. 1, 127-140.

PASTORE, José; SILVA, Nelson do Valle. (2000), *Mobilidade Social no Brasil*. 1. ed.São Paulo: Markron.

PIERSON, Donald. (1945), *Brancos e Pretos na Bahia*: Estudo de Contato Racial. 1. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

RIBEIRO, Carlos Antônio C. (2007), Class, Race, and Social Mobility in Brazil. *Dados* v. 49, n. 4, pp. 833-873.

SANTOS, José Alcides F. (2002), *Estrutura de Posições de Classe no Brasil*: Mapeamento, Mudanças e Efeitos na Renda. 1. ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG.

SILVA, Nelson do Valle. (2001), "A Research note on the cost of not being white in Brazil". Studies in Comparative International Development v. 35, n.2 , pp. 18-27.

TELLES, Edward E. (1994), Industrialization and Racial Inequality in Employment: The Brazilian Example. *American Sociological Review* v. 59, n. 1, pp. 46-63.

TELLES, Edward E. (2003), *Racismo à Brasileira*: Uma Nova Perspectiva Sociológica. 1. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

WRIGHT, Erik O.; PERRONE, Luca. (1977), Marxist Class Analysis and Income Inequality. *American Sociological Review* v. 43, pp. 32-55.

XAVIER, Flavia P.; TOMÁS, Maria Carolina; CANDIAN, Juliana F. (2009), Composição Ocupacional por Gênero, Associação a Sindicatos e Desigualdades de Rendimento do Trabalho no Brasil. *Econômica* v. 11, n. 1, pp. 78-113.

Revista Brasileira de Sociologia | Vol. 04, No. 08 | Jul. Dez, 2016
Artigo recebido em 22/04/2016 / Aprovado em 05/11/2016
http://dx.doi.org/10.20336/rbs.165
10.20336/rbs.165

La Revocatoria de Mandato en Venezuela y su diseño institucional: el caso Hugo Chávez (2004)

Maria Laura Eberhardt*

RESUMEN

Desde los 80 varios países latinoamericanos ejecutaron reformas constitucionales donde incorporaron la revocatoria de mandato entre otros mecanismos de democracia directa. Esta herramienta permite a los ciudadanos destituir representantes electos a través de un referéndum. Venezuela la incorporó en 1999 alcanzando incluso al presidente y la aplicó en 2004 contra Chávez. Este trabajo analiza el diseño institucional de la revocatoria en ese país para dilucidar su aplicabilidad y posibles efectos sobre el régimen presidencial, indaga su potencial y sus limitaciones como vía de salida institucional frente a crisis de legitimidad de los representantes, detecta posibles usos indebidos del mecanismo por grupos con pretensiones electoralistas anticipadas, y examina su potencial y efectos para los regímenes democráticos de la región.
Palabras Claves: Revocatoria de mandato – Venezuela – Caso Chávez.

* Doctora en Ciencia Politica (UNSAM). Vinculo institucional: Universidad de Buenos Aires.

ABSTRACT

RECALL IN VENEZUELA AND ITS INSTITUTIONAL DESIGN: THE CASE OF HUGO CHAVEZ

From the 1980's onwards, several Latin American countries have implemented constitutional reforms that included recall amongst their mechanisms of direct democracy. This procedure allows citizens to remove elected officials from office through a referendum. Venezuela incorporated it in 1999, extending it to the presidential office. It was applied in 2004 against president Hugo Chávez. This paper analyzes the institutional design of the recall in that country in order to clarify its applicability and possible effects in presidential regimes. The paper also investigates its potential and limitations as an institutional solution against crisis of legitimacy, identifies its possible misuses in groups with anticipated electioneering claims, and examines their potential and effects for democratic regimes in the region.
Keywords: Recall – Venezuela – Hugo Chávez.

Introducción

La revocatoria de mandato es un mecanismo de *accountability*[1] vertical que permite a los ciudadanos mantener el control sobre los gobernantes elegidos durante el tiempo que dure su cargo. Habilita a un número de electores insatisfechos con algún representante a reclamar elecciones especiales en las que puedan destituirlo.

Fue incorporada junto con otros institutos de democracia directa[2] en varias constituciones y legislaciones latinoamericanas, en mayor medida desde fines de los años '80, con el objeto de contrarrestar la crisis de representación a partir de abrir nuevos espacios institucionales para la participación y el control popular en los procesos de política pública.

Algunos Estados la adoptaron para revocar cargos a nivel nacional, alcanzando incluso algunos de ellos al mandato presidencial, como Venezuela, Bolivia y Ecuador, lo que implicaría una modificación en el funcionamiento del sistema presidencialista. Las normativas provinciales y locales resultaron aún más prolíferas en estas incorporaciones.

Entre los países latinoamericanos que incluyen este mecanismo se destaca Venezuela, al haber realizado la primera formulación constitucional de revocatoria que incluyó a la figura presidencial, y también por haber sido aplicada en 2004 contra el mismo presidente que impulsó su incorporación en la nueva Constitución de la República Bolivariana de 1999: Hugo Chávez Frías.

Este artículo se propone por tanto analizar el diseño legal y el caso más importante de aplicación de la revocatoria de mandato en dicho país. El objetivo principal es conocer su potencial y sus limitaciones como una herramienta de salida institucional frente a crisis de legitimidad de los representantes elegidos. Asimismo, busca indagar en las especificaciones de su diseño institucional en ese país para determinar si el mecanismo es de fácil o difícil aplicación para la ciudadanía. Pretende también detectar posibles usos indebidos del mecanismo, esto es, aquellos motivados por grupos políticos con pretensiones electoralistas anticipadas que resulten en inestabilidad de gobierno. Finalmente, aspira a dilucidar su potencial y efectos para los regímenes democráticos presidenciales de la región.

Breve definición conceptual

La revocatoria de mandato constituye una herramienta de democracia directa, entendida esta como el conjunto de mecanismos que funcionan como medios de decisión política ejercidos por el sufragio directo y universal (ALTMAN, 2005, p. 204).

El *recall* (en inglés) otorga a los ciudadanos la facultad de dejar sin efecto el mandato del titular de un cargo de elección popular como resultado de un proceso de consulta también popular (ZOVATTO, 2008, p. 260). Es una institución mediante la cual un número de electores (que en la mayoría de los casos va del 10 al 35% del padrón) impulsa la destitución de algún/os funcionario/s ejecutivo/s y/o legislativo/s que dejó/aron de gozar de la confianza de la ciudadanía (GARCÍA LEMA, 1994, p. 260).

Conforma un instrumento de *accountability* vertical, que surge desde la sociedad y se dirige al gobierno; a diferencia de la *accounta-*

bility horizontal, interna al aparato estatal o ejercida entre sus diferentes poderes instituidos: ejecutivo, legislativo, judicial (O'DONNELL, 1998). Dentro de la dimensión vertical, es asimismo un mecanismo de *accountability* societal, basado en las acciones de un amplio espectro de asociaciones, movimientos ciudadanos y actuaciones mediáticas, tendientes a monitorear el comportamiento de los funcionarios, a exponer y denunciar sus actos ilegales y activar la operación de agencias horizontales de control (SMULOVITZ, 2001, p. 2). Todo lo anterior, llevado a cabo a través de vías institucionales o legales (PERUZZOTI Y SMULOVITZ, 2002).

Abre una vía de defensa de los ciudadanos frente a gobernantes devenidos impopulares. Su principal función es la de habilitar una participación ciudadana "negativa" o de control, más que de expresión o gestión "positiva" de proyectos e iniciativas ciudadanas, ya que supone eliminar el contrato de representación erigido por el voto antes de que expire el período preestablecido. Sin embargo, uno de sus mayores riesgos es el de poner en jaque al sistema representativo, especialmente si se abusa de él o se amenaza repetidamente con su utilización (LISSIDINI, 2007, p. 4).

Los países latinoamericanos que incorporaron este mecanismo en sus constituciones nacionales son: Venezuela (1999), Bolivia (2009), Ecuador (1998-2008), Perú (1993-2005), Colombia (1991) y Panamá (1972-1983-2004). Solo los tres primeros la contemplan para todos los cargos de todos los niveles, incluyendo al presidente.

Tabla 1: Países latinoamericanos con revocatoria de mandato en su Constitución Nacional

Revocatoria de mandato	Ámbito nacional	Ámbito subnacional (provincial - municipal)
Cargos ejecutivos	Venezuela (C, R, L), Bolivia (C, L), Ecuador (C, L)	Venezuela (C, R), Bolivia (C, L), Ecuador (C, L), Panamá (C, L), Perú (C, L), Colombia (C, L)
Cargos legislativos	Venezuela (C, R), Bolivia (C, L), Ecuador (C, L), Panamá (C, L)	Venezuela (C, R), Bolivia (C, L), Ecuador (C, L), y Perú (C, L)

Referencia: (C) Constitución Nacional, (L) Leyes nacionales, (R) Resoluciones nacionales

Fuente: Elaboración Propia

La Revocatoria de Mandato en Venezuela: incorporación a la Constitución Nacional. El diseño institucional

En Venezuela, la revocatoria de mandato se introdujo por primera vez en la Constitución Nacional impulsada por el entonces presidente Hugo Chávez Frías, aprobada en 1999. En su primera campaña al Ejecutivo nacional, Chávez ya planteaba la necesidad de convocar a una Asamblea Constituyente que, entre otros cambios de relevancia, incorporara la revocatoria de mandato en el nuevo texto constitucional (KORNBLITH, 2014, p. 111).

La combinación de crisis económicas y movimientos de protesta popular en la región había generado serias consecuencias. En Venezuela, implicó la destitución en manos del Congreso del presidente Carlos Andrés Pérez en 1993, como resultado de un proceso por corrupción (GARGARELLA, 2014, p. 277). El presidente Pérez había sido el impulsor de cambios profundos en la política económica y social del Estado y en su aparato, los que, bajo el fundamento de la profundización democrática, estaban dirigidos primordialmente a implantar una economía neoliberal (OCHOA ENRÍQUEZ Y CHIRINOS, 1999, p. 2-3).

El "Gran Viraje", programa diseñado bajo la orientación de los organismos multilaterales, se había desarrollado en medio de una gran crisis económica, un profundo deterioro social y un clamor por la democratización. Las primeras medidas desencadenaron una gran protesta social con saqueos que crearon pánico en los sectores dominantes. La situación política se hizo cada vez más tensa debido a las huelgas de la clase trabajadora, a las frecuentes manifestaciones de la sociedad civil organizada, y a las opiniones y rumores de golpe de Estado.

Tras el fracaso en términos sociales de la gestión del siguiente presidente electo, Caldera[3], buena parte del colectivo vio en Chávez al líder, al héroe, en un momento en que los liderazgos y los partidos perdían toda credibilidad. Fue justamente en rechazo a esa política tradicional de partidos y en representación de un nuevo movimiento con carácter nacionalista, que Hugo Rafael Chávez Frías se postuló como candida-

to presidencial en las elecciones de diciembre de 1998. Su proyecto político innovador presentaba dos ejes fundamentales: la elección de una Asamblea Constituyente y la elaboración de un nuevo texto constitucional donde se contemplara, entre otras relevantes propuestas, la revocatoria de mandato para los cargos de elección popular.

En este contexto de crisis y de una baja de los precios del petróleo, Chávez triunfó en las elecciones del 6 de diciembre de 1998, con uno de los más altos porcentajes obtenidos hasta entonces en la historia democrática del país. El triunfo electoral de Chávez, marcaba una nueva etapa en la reforma del Estado venezolano, con un profundo cambio tanto en la orientación política como en el aparato administrativo. Su llegada a la presidencia se concretaba sobre un gran apoyo popular, adverso a los partidos que históricamente habían gobernado la democracia desde los años 50; bajo un discurso diferencial, abiertamente expresado a favor de los sectores sociales más débiles que asustaba a grupos económicos nacionales e internacionales y desataba la crítica de sus adversarios; con una campaña centrada en la denuncia contra la corrupción que atribuía a Acción Democrática y a COPEI (Comité de Organización Política Electoral Independiente); en la oferta de un proceso constituyente para profundizar la democracia, contrario a los partidos tradicionales; y, finalmente, con el apoyo de grupos políticos emergentes seducidos por su discurso anti neoliberal y opuesto al capitalismo salvaje (aunque no al capitalismo en general) (OCHOA ENRÍQUEZ Y CHIRINOS ZÁRRAGA, 1999, p. 1).

Como describe López Maya (2002), ese mismo año tuvieron lugar numerosas y diversas protestas y manifestaciones sociales, atravesadas por la efervescencia política y de participación de estos procesos. En los primeros meses de gobierno hubo una considerable ambigüedad en los aspectos económicos que se desarrollarían; no obstante, los sectores sociales más movilizados en épocas anteriores mantuvieron una actitud expectante. Aún así, "la presencia de numerosas protestas de otros actores desde enero no dejó de revelar la inquietud popular en la transición que se estaba produciendo, sus percepciones en torno a la nueva administración y las expectativas

que las acompañaban" (LÓPEZ MAYA, 2002, p. 22). Por ejemplo, en la semana anterior a la toma de posesión del presidente, se registraron varios actos de repudio a la administración saliente. También los empleados de la salud organizaron un paro laboral de 24 horas en protesta por las deudas impagas que dejó el gobierno saliente con ese sector. Casi inmediatamente después de la toma de posesión de Chávez se produjo una ola de invasiones de terrenos y edificios desocupados por parte de personas necesitadas. No obstante, "la gran popularidad del presidente a lo largo del año, evidente en los comicios y encuestas, prácticamente lo eximió de convertirse en blanco de las protestas" (p. 23). Muchos actores consideraban, no sin razón, que la capacidad de decisión del sistema político se había concentrado en la cabeza del Ejecutivo: "Así, si bien el Presidente no era el blanco de las protestas, los actores se dirigían a él en busca de comprensión y decisiones" (p. 23). Como referencia López Maya (2002), la popularidad de Chávez y la movilización de sus redes de apoyo generaron una política callejera intensa a lo largo del año. En el terreno político, en más de una oportunidad, los grupos chavistas organizados bajo el Movimiento Quinta República (MVR) y el Movimiento Bolivariano 200 (MBR-200) protagonizaron enfrentamientos violentos con representantes de Acción Democrática (AD) y, aunque en menor medida, de COPEI. Los motivos tenían que ver con disputas por la aprobación de leyes, o el uso de la sede que por entonces compartía el Congreso y la Asamblea Nacional Constituyente: "Este conflicto entre un MVR potenciado por la presidencia de Chávez y los partidos tradicionales, sobre todo AD, tratando de conservar su poder, se expresó en varios conflictos durante todo el año" (p. 24).

Poco tiempo después de asumido su primer mandato, el presidente convocaría por decreto a un referendo consultivo sobre la posibilidad de celebrar una Asamblea Nacional Constituyente (ANC) "como medio para refundar la República" (FRASCHINI, 2013, p. 74). La convocatoria fue finalmente aprobada por la Corte Suprema de Justicia y el Consejo Nacional Electoral (CNE), pero tras generar gran número de consultas e impugnaciones en la oposición, que fueron presenta-

das ante dichas instancias (KORNBLITH, 2014, p. 113). Ello, debido a que la Constitución de 1961, vigente hasta entonces, no contemplaba la posibilidad de llamar a ANC.

La consulta se llevó a cabo el 25 de abril de 1999, preguntándose al pueblo, por un lado, si convocaba a una ANC para transformar el Estado y crear un nuevo ordenamiento jurídico que permitiera el funcionamiento efectivo de una Democracia Social y Participativa. Esta pregunta logró un 87,75% de respuestas positivas (3.630.666 votos) y un 7,26% negativas (300.233 votos), con una muy elevada abstención del 62,35% de la población (6.850.747 empadronados). Por otro lado, se le consultó si estaba de acuerdo con las bases propuestas por el Ejecutivo Nacional para la convocatoria a la ANC, examinadas y modificadas por el CNE, a lo que también contestó con un contundente SI (81,74%, 3.382.075 votos) siendo el voto negativo de un 12,75% (527.632 votos)[4].

Ese triunfo, dio pie a la celebración de elecciones de convencionales constituyentes, en un contexto de conflictividad entre el presidente y la vieja elite política (FRASCHINI, 2013, p. 76). De los 131 cargos que componían la ANC, 3 estaban reservados para delegados indígenas. En las elecciones de constituyentes realizada el 25 de julio, la oposición solo obtuvo 5 bancas, mientras que el Polo Patriótico de Chávez se alzaba con los restantes 121 cargos (a los que debían sumarse los 5 acumulados por representantes indígenas afines). La influencia chavista se extendía entonces sobre el 96,18% de la Asamblea (Ídem).

En el plano social, López Maya (2002) ofrece un completo panorama de la participación de los diversos grupos y sectores en el devenir constituyente:

> Alrededor del proceso de elección popular de los representantes a la Asamblea Constituyente, la fijación de una agenda de trabajo de la Asamblea, y el debate y redacción de una nueva Constitución, hubo protestas de toda índole. El centro de la ciudad de Caracas fue testigo de una movilización permanente

> de sectores sociales que querían asegurarse de que sus preocupaciones e intereses quedaran incluidos en la Carta Magna en redacción. En julio, por ejemplo, hubo manifestaciones de grupos de músicos, campesinos, niños, mujeres, estudiantes, entre otros. Los estudiantes universitarios querían participar en la Asamblea; esta protesta forma parte del grupo de protestas estudiado aquí en la parte relativa al marco de acción colectiva de los estudiantes universitarios. Uno de los grupos más activos en su inclusión fueron los indígenas, pues hubo particular dificultad sobre el proceso de selección de sus candidatos; una comisión indígena que se reunió en el complejo turístico de Los Caracas (estado Vargas) designó quiénes representarían al sector, lo que motivó protestas de quienes se sintieron excluidos, entre ellas una toma de las instalaciones del Consejo Nacional Electoral (CNE). Durante las sesiones de la Asamblea Constituyente varios temas impulsaron manifestaciones. Entre las más visibles estuvieron las lideradas por la jerarquía eclesiástica de la Iglesia Católica que abogaba por la inclusión en la nueva Constitución de un artículo que asegurara la ilegalidad del aborto en Venezuela; procesiones y un llamado a votar en contra de la nueva constitución no lograron modificar la opinión del constituyente ni de la mayoría del electorado, y el contenido del artículo sobre el derecho a la vida quedó en esencia igual a la Constitución de 1961 (LÓPEZ MAYA, 2002, p. 25).

Las profundas transformaciones aprobadas bajo las amplias facultades de la Asamblea incluyeron la reorganización de los órganos del Poder Público y, en especial, los referidos al Poder Legislativo y al Poder Judicial. Su trabajo se distribuyó en veinte comisiones temáticas, en las que el presidente de la República y un número de las más relevantes organizaciones sociales, económicas y políticas (con la excepción del partido social cristiano COPEI), presentaron sus opiniones (COMBELLAS, 2002, p. 2).

Entre los aspectos relevantes y novedosos que incluyó la Constitución de 1999, se jerarquizaron los valores y principios de la democracia participativa, la justicia, la solidaridad, la corresponsabilidad, el pluralismo, la preeminencia de los derechos humanos y el Estado democrático y social de derecho y de justicia, sentando las bases de un nuevo proyecto para el país de democracia participativa y protagónica, identificado como el Proyecto Bolivariano (LÓPEZ MAYA, 2005). Para Fraschini, dicho concepto de democracia participativa fue adoptado por los partidarios del presidente en medio de un turbulento período de cambio, para incluir la participación directa del pueblo en la toma de decisiones. Se buscaba de ese modo "esquilar el poder de las elites político-partidistas" (FRASCHINI, 2013, p. 81).

Así, la nueva Constitución estableció la obligación del Estado y el deber de la sociedad de facilitar la generación de las condiciones más favorables para la práctica de la participación ciudadana en la gestión política (art. 62°) y puso fin al financiamiento de partidos con fondos del Estado, obligándolos también a celebrar elecciones internas (art. 67°). Como broche de oro, se incorporó la revocatoria de mandato para todos los cargos de elección popular (COMBELLAS, 2002, p. 2-10).

> Para algunos autores, estas modificaciones constitucionales, en especial las que amplían la participación ciudadana en la arena electoral, eran positivas, ya que permitían extender los marcos de la democracia representativa (…), en tanto que para otros se trataba de un texto constitucional que fortalecía la figura del primer mandatario acrecentando el poder presidencial y debilitando el legislativo (MÁRQUEZ, 2004;FRASCHINI, 2013, p. 80).

Esta nueva Constitución, fue aprobada por la ANC el 19 de noviembre de 1999, tras más de cien días de trabajo. La labor, si bien intensa, fue asimismo acelerada, ante la decisión política impulsada por el presidente Chávez y la cúpula del Polo Patriótico de refrendar,

a como diera lugar, el Proyecto de Constitución en el mes de diciembre. Aunque dicho objetivo fue alcanzado, se lo acusó de haber sido realizado "en detrimento de una mayor decantación y acrisolamiento de las normas constitucionales" (COMBELLAS, 2002, p. 2). La segunda instancia de aprobación de la Constitución fue entonces por referéndum, celebrado el 15 de diciembre, con el apoyo de un 71,78% del total de votos válidos (y la negativa del 28,22%), aunque contado sobre una base alta de abstención del 54% del padrón[5]. Tras el establecimiento de una nueva Ley Fundamental, se consideró necesario someter a elecciones a todos los cargos de representación popular. El 30 de julio de 2000, transcurrido un año y medio desde su primera elección, Chávez fue ratificado en la presidencia, ahora por seis años.

En síntesis, en medio de un clima de profundo desencanto ciudadano con las instituciones políticas y los partidos, la nueva coalición emergente arribada en 1999 a la presidencia promovió la creación de instituciones participativas. De este modo, y como contracara de otras innovaciones constitucionales destinadas a fortalecer y potenciar la figura presidencial, la Revolución Bolivariana abrió la puerta a la democracia participativa.

La revocatoria de mandato en la Constitución de 1999

La Constitución de la República Bolivariana de Venezuela de 1999[6], enmendada en 2009[7] para permitir la reelección indefinida de las autoridades electivas, desde su preámbulo anuncia el fin supremo de refundar la República para establecer una sociedad democrática, participativa y protagónica.

Reconoce la soberanía como facultad que reside intransferiblemente en el pueblo y distingue entre su ejercicio directo (en la forma prevista en esa Constitución y en la ley) e indirecto (mediante el sufragio, por los órganos que ejercen el Poder Público) (art. 5°). Postula además un gobierno de la República y de las entidades políticas que la componen siempre democrático, participativo, electivo, descentralizado, alternativo, responsable, pluralista y de mandatos revocables (art. 6°)

La revocatoria de mandato, la elección de cargos públicos, el referendo, la consulta popular, la iniciativa legislativa constitucional y constituyente, el cabildo abierto y la asamblea de ciudadanos, son asumidos como medios de participación y protagonismo del pueblo en ejercicio de su soberanía política, cuyas decisiones son vinculantes (art. 70°) El mismo artículo incluye además otros mecanismos participativos, pero propios del ámbito social y económico.

La revocatoria de mandato se dispone para todos los cargos y magistraturas de elección popular a nivel nacional, regional y local, siendo esta la primera constitución en otorgar tal amplitud de acción a dicho mecanismo, seguida, bastante más tarde, por la de Ecuador (2008) y la de Bolivia (2009) Sin embargo, no se aplica a funcionarios que ejercen cargos públicos por designación (KORNBLITH, 2014, p. 121).

Puede iniciarse una vez transcurrida la mitad del período para el cual fue elegido el funcionario y a solicitud de un número no menor al 20% de los electores inscritos en la circunscripción del funcionario en cuestión (art. 72°) Este piso de firmas exigido a la solicitud de revocatoria es un primer umbral considerable que acota su aplicación, resguardando al funcionario. De este modo se asegura cierta generalidad en la insatisfacción popular respecto del gobernante antes de abrirse consulta para su cese anticipado.

La decisión sobre la permanencia en el cargo del representante sometido a revocatoria se toma mediante un referendo popular en el que pueden participar todos los electores de la circunscripción por la cual fue elegido. Cuando igual o mayor número de electores que eligieron al funcionario vote a favor de la revocatoria, siempre que concurra al referendo un número de electores igual o superior al 25% de los inscritos, se considera revocado su mandato y se procede de inmediato a cubrir la falta según la Constitución (art. 72°) Si la sustitución del mandatario revocado debe decidirse, según lo previsto en la normativa, a través de una nueva elección, esta tiene que llevarse a cabo en una votación posterior, separada de la del referendo revocatorio.

Este segundo requisito, la asistencia a las urnas del 25% de los electores, es una barrera en principio no demasiado alta en relación con los efectos potenciales del mecanismo: destituir a un funcionario elegido por una mayoría. Sin embargo, como el voto en Venezuela es no obligatorio en todos los casos, dicho porcentaje requerido para la validación del referéndum adquiere una dimensión superior. Esta restricción de asistencia electoral intenta evitar que un grupo opositor minoritario termine destituyendo a un funcionario elegido por una parte bastante más abultada de la población. Se preserva el valor del sufragio que ha investido al mandatario.

Asimismo, los votos necesarios para ejecutar la revocación, en número igual o mayor que los que lo eligieron, puede resultar una exigencia menor en caso de tratarse de un mandatario de baja popularidad de origen, lo contrario ocurrirá de haber sido favorecido en la contienda electoral por una gran cantidad de votantes. Por otra parte, como para ser elegido Presidente en Venezuela se requiere reunir solamente la mayoría de los votos válidos emitidos (art. 228º de la Constitución Nacional), el piso de sufragios exigidos para revocarlo es muy variable, pudiendo resultar muy bajo si fue electo por pocos votantes.

En caso de que la revocatoria sea aprobada bajo las condiciones estipuladas, prosigue el cese inmediato del correspondiente funcionario (falta absoluta). Si el revocado es el Presidente y se encuentra en su cuarto año de mandato (que dura 6), se llama a elecciones para completar el período, mientras tanto lo reemplaza el vicepresidente. Si en cambio se lo revoca en el quinto o sexto año, completa el período el vicepresidente ejecutivo (designado previamente por el presidente), sin llamarse a elección popular (art. 233°) Para el caso de un diputado a la Asamblea Nacional cuyo mandato fuere revocado, no podrá presentarse a cargos de elección popular en el siguiente período (art. 198°).

La modalidad de revocación para los cuerpos colegiados se delega a lo que en adelante estableciere la ley. La prescripción para los subniveles de gobierno se define desde la Constitución y las leyes nacionales.

Durante el período para el cual fue elegido el funcionario no puede hacerse más de una solicitud de revocación de su mandato (art. 72°) Esto es, si la revocatoria no prospera, no se puede convocar a otro proceso durante el resto del período de gobierno del funcionario que ha sido sujeto a la misma.

Complementariamente, el artículo 197° resalta su capacidad de *acountability* al estipular que los diputados a la Asamblea Nacional deben dar cuenta anualmente de su trabajo a los electores de su circunscripción y están sometidos al referendo revocatorio del mandato.

Para iniciar un proceso de revocatoria, no es necesario justificar (y menos aún probar) las causas de la solicitud. Puede alegarse incumplimiento del programa de gobierno, insatisfacción o descontento popular (SCHNEIDER Y WELP, 2011, p. 12). Según un fallo de la Corte Suprema, la revocatoria no es producto de la arbitrariedad, sino una consecuencia lógica del principio de soberanía popular. El pueblo soberano puede dejar sin efecto el mandato de sus representantes si ejercen sus funciones de forma inconveniente o contraria a los intereses populares o del Estado en general (WELP Y SERDÜLT, 2010, p. 9). Por tanto, la revocatoria en Venezuela no requiere una justificación para ser activada.

Finalmente, el artículo 233° enumera como faltas absolutas del Presidente: su muerte, renuncia o destitución decretada por el Tribunal Supremo de Justicia, su incapacidad física o mental permanente, el abandono del cargo y la revocación popular de su mandato, que motivan a su reemplazo por elecciones o por su Vice.

Al momento de implementación de la revocatoria contra el presidente Chávez en agosto de 2004, regía la primera Resolución reglamentaria, la Nº 030925-465 de 2003[8]. Sin embargo, en febrero de 2007 el Consejo Nacional Electoral (CNE) dispuso la Resolución Nº 070207-036[9] que dejó sin efecto dicha normativa. En el proceso llevado a cabo contra el presidente Nicolás Maduro durante 2016, aún rige la Resolución Nº 070906-2770 del 6 de septiembre de 2007[10]. No obstante, ya se encuentra aprobada la nueva Ley Orgánica de Referendos, promulgada en abril de 2016[11].

Apreciaciones sobre el diseño institucional de la revocatoria en Venezuela

Los diseños institucionales de revocatoria varían en los diversos países latinoamericanos que la han incorporado en cuanto al grado en que sus disposiciones y requisitos facilitan o dificultan la destitución de un mandatario. Algunas reglamentaciones se inclinan hacia un efectivo ejercicio del control ciudadano, a través de la moderación en sus disposiciones y restricciones, en tanto que otros prefieren preservar la continuidad del funcionario, aun al precio de quitar toda aplicabilidad y efecto al mecanismo. Mientras que las reglamentaciones muy exigentes pueden poner en jaque la utilidad de la revocatoria, las normas demasiado laxas son proclives a habilitar una especulación político electoral que redunde en una menor gobernabilidad y una mayor inestabilidad de gobierno.

El tipo y ámbito de los cargos susceptibles de revocación, el plazo en el que el mandato puede ser revocado, el número de avales exigidos para la iniciativa popular de solicitud, el tiempo otorgado para recolección de firmas, la justificación de la solicitud, el piso de votos afirmativos requeridos para aprobar el referéndum revocador, el nivel de presencia en las urnas exigido para validar el referéndum, las personas habilitadas para votar, la cantidad de veces que puede convocarse a revocatoria por mandato, el modo previsto para reemplazar a un funcionario revocado, son diversos factores cuya definición puede facilitar o dificultar (incluso al punto de casi imposibilitar) la efectiva remoción de un funcionario en forma directa por la población.

Haciendo una síntesis general del diseño institucional de la revocatoria actualmente vigente en Venezuela[12], se observa que, respecto de los cargos pasibles de revocatoria, es un diseño amplio y permisivo, ya que la habilita para todos los funcionarios electivos de todos los niveles, incluyendo al presidente de la nación. Es decir, abre al máximo las posibilidades en este aspecto, convirtiéndola en un mecanismo de participación y control muy atractivo para la ciudadanía y para la oposición y de alto impacto para el régimen presidencial

(caracterizado hasta ahora por la rigidez de los mandatos) y la democracia (cuya estabilidad puede reforzarse al permitir desplazar a un gobernante impopular a través del voto ciudadano)

El plazo en el cuál un mandato puede ser alcanzado por un proceso de revocatoria también es un indicador del nivel de apertura y amplitud del mecanismo. El diseño venezolano es moderado en este aspecto, ya que clausura la primera mitad del mandato pero libera la segunda. La eliminación de los primeros años del mandato de toda posibilidad de revocatoria encuentra su lógica en el hecho de brindar a un gobernante un plazo razonable de tiempo en el cargo para que pueda poner en marcha sus políticas y demostrar resultados, y en cuanto a desalentar ambiciones electoralistas anticipadas de grupos opositores.

Uno de los aspectos sensibles de la revocatoria es el piso de firmas que se exige a la iniciativa popular para dar comienzo al proceso. Si dicho umbral es muy elevado, dificulta en gran medida la posibilidad de superar esa primera etapa y llegar a la votación en el referéndum. Un mínimo de firmas demasiado cuantioso no solo se vuelve una prescripción muy difícil de cumplir sino que, por ello mismo, puede desalentar de antemano cualquier inclinación de la ciudadanía por iniciarla, a menos que cuente con el respaldo de un grupo organizado que le permita agilizar y completar la recolección.

El piso de firmas requeridas se combina con la cantidad de días que se otorga para recolectarlas: si el plazo es demasiado breve, complica aún más el cumplimiento de este requisito, haciendo necesario contar con una estructura y capacidad de acción organizada que la mayoría de los ciudadanos no tiene (aquí corren con ventaja las ONG, corporaciones, grupos de poder, elites, etc.) Por el contrario, si el plazo concedido se extiende en demasía puede derivar incluso en el vencimiento del tiempo habilitado del mandato para iniciar revocatoria o también diluir el interés de la población respecto del cometido.

Entre ambos puntos las combinaciones y posibilidades son múltiples. En cuanto al piso de firmas para la iniciativa popular Venezuela asume una posición moderada al exigir el 20% de padrón. No obstante hay que señalar que la reglamentación restringe el derecho de

solicitarla solamente a organizaciones políticas y agrupaciones ciudadanas, excluyendo al ciudadano a título individual y alentando con ello la especulación electoral. De este modo se desvirtúa en parte y recorta la calidad de la revocatoria como mecanismo de control popular sobre sus representantes elegidos a través del voto individual.

Asimismo, la resolución reglamentaria estipula un plazo de recolección por demás acotado: solo 3 días, que hacen de la reunión de firmas una verdadera carrera contra reloj muy difícil de ganar. A eso hay que sumar que los lugares de registro de adhesiones son los estipulados por el CNE. El elector debe por tanto acercarse por *motus propio* al lugar habilitado de firma, en vez de que la autoridad entregue las planillas al promotor, a fin de que sea este quien se encargue de acercarlas al votante para facilitarle el trámite.

Otro aspecto sensible al momento de alentar o desalentar un proceso de revocatoria, que puede hacer plausible o imposible la destitución de un funcionario, es el relativo a la cantidad de votos que se exigen para poner fin anticipado a un mandato. Si el piso es demasiado alto, las probabilidades de permanencia del representante aumentan, desincentivando a la ciudadanía en el uso de esta herramienta. Venezuela sólo requiere que los votos a favor de la revocatoria superen los emitidos en contra y que las voluntades dispuestas a revocarlo igualen o superen en número a aquéllas que lo invistieron en el cargo. Esta vinculación entre la cantidad de votos que erigieron a un gobernante y la cantidad de votos que se exige luego para destituirlo pretende equiparar el peso de ambas votaciones y evitar que una minoría interesada deshaga lo elegido por una mayoría más amplia.

Un nuevo aspecto que se combina con los anteriores en términos de complicar o simplificar la aplicación del mecanismo y las posibilidades ciertas de interrumpir un mandato, es el nivel de presencia requerido en las urnas al momento de votar el referéndum. Si la participación mínima exigida es muy elevada, las probabilidades de que la consulta termine siendo válida disminuyen y, con ello, el interés de la población en intentarlo. Venezuela lo reduce al 25% de los electores, que sin embargo se magnifica al ser el voto optativo.

En cuanto a la cantidad de procesos de revocatoria permitidos por mandato, Venezuela autoriza sólo un proceso por cada período. De este modo, tiende a preservar la estabilidad del representante y dar ciertas garantías a la continuidad de su gestión, favoreciendo la gobernabilidad. Una apertura ilimitada a la solicitud de revocatorias podría tornar imposible cualquier gobierno, minar sus bases de legitimidad y agregar inestabilidad e incertidumbre.

Otro aspecto de relevancia en términos ahora de los efectos de la revocatoria sobre la representación política, tiene que ver con las causas y fundamentaciones requeridas para iniciar un proceso de destitución. Los gobernantes están en adelante sometidos no solo a elecciones periódicas donde, cumplido el plazo legal, pueden no ser re-elegidos por el pueblo según sea el juicio sobre su gestión (responsabilidad política) (VERDUGO SILVA, 2014, p. 136). Con la introducción de la revocatoria, se habilita además un monitoreo de su gestión durante gran parte del mandato con posibilidad de destitución popular por referendo. En Venezuela no se exige al ciudadano justificación de causa para dar inicio a un proceso revocatorio, ya que se considera que el pueblo es soberano a la hora de juzgar el accionar de un funcionario por él elegido.

En cuanto a las personas habilitadas para participar del referéndum, Venezuela permite votar a todos los ciudadanos empadronados, a diferencia de los países que sólo autorizan a participar a quienes sufragaron previamente en la elección de investidura (presumiendo que sólo quién se ha expresado en las urnas para investir a un candidato, tiene luego el derecho de volver a manifestar su voluntad para sacarlo). Cuánto más incluyente es el mecanismo en términos de habilitar la participación de más ciudadanos, mayores son sus alcances, su atractivo y su carácter democrático.

Cabe señalar otro aspecto fundamental cuando se trata de estimular o desalentar una revocatoria, y es el relativo al efecto del referéndum y a las formas previstas de reemplazo del funcionario revocado. En cuanto al efecto de una revocatoria se entiende que, si el resultado de la votación es no vinculante, el mecanismo pierde casi toda su efectividad

y, con ello, su atractivo, quedando la voluntad ciudadana a disposición de la arbitraria decisión del funcionario a cargo de ponerla (o no) en práctica. Venezuela menciona expresamente el cese inmediato del funcionario cuando la votación en el referéndum así lo haya manifestado. El voto es no obligatorio pero su resultado es vinculante.

La cuestión respecto de la modalidad de sucesión de un mandatario destituido vía revocatoria es igualmente de central importancia. Puede existir una correspondencia bidireccional entre los procedimientos de elección-revocación de autoridades (VERDUGO SILVA, 2014, p. 135): por un lado, la revocatoria permite poner un fin anticipado al período de un funcionario electo a través del voto; por el otro, la elección puede, en ciertas ocasiones, ser el mecanismo a través del cual se prevé la cobertura de una vacante producida por revocatoria. En este último caso, el *recall* es un mecanismo muy atractivo para una oposición ansiosa por acceder al poder antes de tiempo, a costa de desestabilizar gobiernos.

Si el procedimiento de reemplazo consiste en el llamado a elecciones para completar el mandato, las agrupaciones opositoras (y, aunque en menor medida, también la ciudadanía) podrían verse más incentivadas a iniciar un proceso revocatorio, ya que podrían participar de una nueva elección por lo que resta del período. Si en cambio el sucesor fuese un suplente o el vice o alguna otra autoridad previamente definida y conocida, la revocatoria perdería parte de su seducción, al menos para quiénes especulen con ocupar con un candidato propio la nueva vacante. Para el cargo de presidente, Venezuela prevé tanto elecciones (si el mandatario está en el cuarto año de mandato), como sucesión por el vice (en los años siguientes). Cabe aclarar que en este país el vicepresidente es designado y removido por el presidente, no tiene legitimidad por votación popular, con lo cual, si el referendo se vota en el quinto o sexto año de mandato, el sucesor del presidente será una persona de su confianza y que puede permanecer bajo su influencia.

Un último aspecto que puede, aunque desde otro punto de vista, alentar o desalentar el uso de este instrumento es el tipo y rango de los

cargos a ser revocados. Venezuela es muy atractivo en este eje, ya que incluye a todos los puestos de elección popular, esto es, incluyendo a la máxima autoridad de un régimen presidencial: el presidente. Esto último vuelve especialmente seductor a dicho mecanismo no sólo a los ojos de las agrupaciones ciudadanas sino especialmente para las agrupaciones políticas opositoras, electoralmente interesadas en el reemplazo del presidente.

La Revocatoria contra el presidente Hugo Chávez

Si bien la revocatoria presidencial es un mecanismo de difícil aplicación debido a la centralidad y relevancia del cargo en juego para un régimen presidencial, Venezuela experimentó un caso de revocatoria de mandato para destituir a un presidente en ejercicio. Curiosamente, fue contra el primer mandatario que impulsó las reformas constitucionales más radicales y en las que se incorporó por primera vez a este mecanismo.

El 15 de agosto de 2004 se llevó a cabo un referéndum revocatorio contra el entonces presidente Hugo Chávez, durante su segundo período presidencial (2001-2007), para que la población decidiera respecto de su permanencia en la jefatura del Estado. La opción de la mayoría, que resultó vencedora, fue la de no revocarlo.

Este proceso se realizó en medio de un clima de movilización social y de crisis política. Fue impulsado por la oposición para intentar destituir en forma democrática al presidente, mediante el voto popular, del modo previsto en la Constitución vigente desde 1999. Como se señaló más arriba, paradójicamente esa Constitución y el mecanismo de revocatoria de mandato incluido en ella, había sido impulsada por el propio Chávez en su primer período presidencial (1999-2001).

En efecto, la ola de crispación social venía de tiempo atrás. Ya había desencadenado el golpe de Estado del 11 de abril de 2002, ejecutado por la oposición, que terminó por derrocar al presidente Chávez por dos días. Este volvió a su cargo en virtud de un contragolpe realizado por sus seguidores, pero se vio expuesto durante todo el año a

sucesivos pedidos de renuncia, canalizados en numerosas marchas y manifestaciones. Asimismo, había tenido que lidiar con el prolongado paro petrolero que afectó a la empresa estatal de Petróleos de Venezuela Sociedad Anónima (PDVSA). El paro reunía a sus contestatarios junto a un grupo de empresarios y provocó graves consecuencias económicas, políticas y sociales para el país y la población.

Frente a tan oscuro panorama, la Organización de Estados Americanos (OEA) y el Centro Carter (CC) de los Estados Unidos, organizaron una mesa de negociación y acuerdo para que el gobierno y la oposición pactasen un cese de la violencia. Si bien no fue observado por las partes, sirvió como antecedente para pactar luego la realización del referéndum.

Tras el fin del paro en 2003, la oposición, agrupada bajo el nombre de la Coordinadora Democrática[13], continuó con su protesta activa, organizando movilizaciones, marchas, cacerolazos y protagonizando disturbios. En su apoyo se sumaban algunos canales de televisión, la patronal, Fedecámaras[14], el sindicato Confederación de Trabajadores de Venezuela (CTV), la Iglesia católica y empresarios. Todos ellos con el cometido de forzar la renuncia de Chávez. Tales manifestaciones se topaban, a su vez, con las contra marchas pro-Chávez, desarrolladas en defensa de la continuidad del presidente.

En medio de tal clima de disputa, las partes aceptaron finalmente lanzar el referéndum revocatorio, que había sido propuesto por la mesa de negociación y acuerdo. El fracaso de los intentos previos por apartar al presidente puso a la revocatoria de mandato en una posición de especial relevancia y fuerza como mecanismo institucional y electoral dentro de la estrategia opositora de remoción del primer mandatario (KORNBLITH, 2014, p. 117). La misma tendría finalmente lugar en la mitad del segundo mandato del presidente.

El entendimiento oficialismo-oposición, plasmado en la mesa de negociación y acuerdos (septiembre de 2002 – mayo de 2003), fue beneficiado con la facilitación y el sustento de la OEA, el CC y el Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD), que enviaron a sus representantes y equipos al país. El objetivo principal era

alcanzar una salida a la crisis por vías institucionales (LEIRAS, 2013, p. 11). El resultado fue el establecimiento de la pertinencia de la revocatoria de mandato como mecanismo para procurar una solución constitucional, pacífica, democrática y electoral a la crisis política (KORNBLITH, 2014, p. 117).

No obstante, los ecos de la profunda polarización política se siguieron sintiendo, esta vez, respecto de la forma misma de nombrar al referéndum vinculante: la oposición lo llamaría "referéndum revocatorio" mientras que el oficialismo lo denominaría "referéndum ratificatorio". El escrutinio terminaría dando la razón a los segundos.

La Coordinadora Democrática, con un masivo apoyo de los medios de comunicación privados nacionales (televisión, prensa y radio), que en su mayoría estaban en contra de Chávez, y algunas empresas privadas, promovieron el proceso de recolección de firmas requeridas para la solicitud. Las formas de reunir las firmas fueron muy diversas. Se crearon puestos en sitios públicos como plazas o calles. Personas comisionadas para tal fin ("itinerantes") recorrían también las casas en busca de firmantes.

La primera recolección, realizada en febrero de 2003, había logrado reunir 3.2 millones de firmas, "a través de una iniciativa articulada por diversos grupos opositores, denominada ´el firmazo´" (KORNBLITH, 2014, p. 114). Estos apoyos fueron presentados ante el Consejo Nacional Electoral (CNE) el 20 de agosto de ese año pero, gracias al influjo de la mayoría progubernamental actuante en el órgano comicial, la solicitud fue invalidada. El motivo esgrimido por los tres directivos pro-oficialistas radicó en "el incumplimiento de formalidades esenciales por parte de los promotores" (Ídem): como el hecho de que la recolección se había efectuado antes del cumplimiento de la mitad del mandato presidencial, por la falta de mención del organismo electoral en el encabezado de las planillas y por albergar denuncias de firmas bajo presión.

El proceso de revocatoria presidencial solo pudo ponerse en marcha de modo oficial tras la designación, por nombramiento provisional y por vía excepcional de la Sala Constitucional del Tribunal

Supremo de Justicia (TSJ), de una nueva junta directiva del CNE en agosto de 2003[15] y luego de la aprobación de las primeras normas regulatorias de este mecanismo por parte de dicho Consejo en el mes de septiembre, y de las subsiguientes numerosas resoluciones y decisiones tomadas a*d hoc*[16]. Cabe recordar que hasta ese momento el mecanismo revocador carecía de la ley reglamentaria exigida en la Constitución para poder aplicarse. Estas normas, delinearían los pasos de recolección, verificación y reparto de solicitudes, convocatoria y celebración del referendo revocatorio.

Las nuevas autoridades electorales recibieron además un amplio poder para regular todo el proceso de implementación del mecanismo, apartándose de la reglamentación vigente sobre el referendo consultivo al considerar a la revocatoria como un mecanismo diferente.

Como relata Kornblith, la definición normativa y operacional de la revocatoria de mandato se convirtió en un ámbito de honda disputa; atravesado por el ambiente de polarización política; según los intereses, fortalezas y debilidades de los actores involucrados; asegurando ventajas para los gobernantes (al estar los órganos electorales dominados por sus representantes)[17]; y careciendo de la imparcialidad, pluralismo y objetividad necesarios para toda reglamentación institucional. El resultado fueron normas de dudosa legalidad y cuya aplicación sesgada contribuyó al resultado final favorable al presidente (KORNBLITH, 2014, p. 124).

El órgano electoral, de conformación oficialista, intervino además en la conducción de todas las fases y aspectos del proceso revocatorio, tergiversando la naturaleza participativa y ciudadana de ese mecanismo directo y poniéndolo bajo el dominio de una entidad estatal (KORNBLITH, 2014, p. 124): “de arriba hacia abajo”.

Se estipuló además un cronograma que aletargó la celebración del referendo una vez recolectadas las firmas, cuyo plazo de 6 meses tampoco fue cumplido por el CNE, el que extendió los tiempos de hecho 5 meses más; se impusieron muy elevadas condiciones a los ciudadanos y organizaciones para la recolección de firmas; se estigmatizó y discriminó a los ciudadanos que solicitaron la revocatoria

presidencial; y se consagraron ventajas a favor del gobierno en las diversas etapas e instituciones involucradas en el proceso (KORNBLITH, 2014, p. 125).

Otros temas conflictivos previos a la realización del referendo fueron: la fecha de votación (la oposición quería el 8 de agosto, el oficialismo prefería el 15), el método de auditoría de las máquinas de voto electrónico, el criterio para depurar el Registro Electoral, la forma de distribución de los centros de votación y la normativa para los observadores internacionales (LISSIDINI, 2009).

Los promotores de la iniciativa de revocatoria presidencial (los partidos de oposición) presentaron su solicitud formal de convocatoria ante el ente comicial en el mes de octubre. Posteriormente, del 28 de noviembre al 1 de diciembre, en tan sólo cuatro días (los estipulados en la primera normativa), lograron alcanzar la cifra récord de aproximadamente 3.5 millones de adhesiones[18]. Fue una re-promulgación de "el firmazo" pero bajo las nuevas y rigurosas regulaciones impuestas por el CNE. Las firmas fueron entregadas al órgano electoral el 19 de diciembre de 2003.

Los titulares de la solicitud alegaron que hubo "retraso ilegal y la imposición de reglas criterios post-facto, que ocasionaron sustanciales impedimentos para la realización del referéndum en la fecha prevista"[19]. De las firmas procesadas, el CNE anuló o colocó en condición de "no validas" un porcentaje importante, al tiempo que rechazó o envió a reparo a un número incluso superior. Solo poco más de 2.4 millones (el mínimo necesario, fijado exactamente en 2.436.083) fueron finalmente validadas, aunque tras varias idas y vueltas del CNE, en base a serias dudas manifiestas sobre la autenticidad de las firmas. Todo ello, en un clima de desconfianza, violencia y enfrentamiento entre los diversos sectores, así como de presión e insistencia por parte de los solicitantes y de los veedores internacionales, los que dejaron constancia de tales abusos e inconsistencias.

Asimismo, y con la excusa de proteger al ciudadano de arbitrariedades en la conformación de las planillas y en el uso de sus datos, se dispuso la publicación de los nombres y cédulas de los firmantes

(prevista en el artículo 31° de la Resolución 030925-465 de 2003), habilitando con ello la persecución, discriminación e intimidación por grupos afines al chavismo de los adherentes al referéndum.

Los 3,4 millones de firmantes aparecieron en la web del diputado oficialista Luis Tascón, siendo muchos de ellos destituidos de cargos públicos, privados de documentación oficial y del acceso a servicios públicos, despojados de sus contratos con el sector público y presionados para retirar sus nombres de la lista, todo ello bajo cierta impunidad (KORNBLITH, 2014, p. 127-128).

En junio de 2004 fue convocado formalmente el acto comicial para el 15 de agosto, casi un año después de introducida la primera solicitud y una semana antes del cumplimiento del cuarto año de mandato presidencial (KORNBLITH, 2014, p. 119). Chávez no se quedaría atrás en esta contienda por su continuidad, lanzando una campaña que arengaba a votar en contra de su revocación e imputando a las fuerzas opositoras intenciones contrarias a su proyecto, que incluso excedían los límites territoriales de la patria.

El 9 de junio, se realizó el acto de juramento del Comando Nacional de Campaña Maisanta como respuesta al inminente referendo. Como narra Fraschini (2013, p. 118), allí Chávez se dirigió a sus seguidores y marcó la importancia de la compulsa para la revolución bolivariana, al tiempo que la denominó Batalla de Santa Inés. En su discurso, envió un mensaje a sus partidarios donde advertía sobre la importancia de esa histórica votación y señalaba las características del poder al que debían enfrentarse. Decía que las fuerzas que se oponían a ellos, a su proyecto, eran minoría, pero que tenían un gran poder económico y mediático, era una fuerza que iba más allá de la propia patria y de sus propios límites territoriales. Identificaba a la minoría opositora con las energías del retraso, y proponía enfrentarlas con la "unidad" de todas las fuerzas simpatizantes del régimen. A su vez, convocaba a los indecisos. Según Chávez, esa coyuntura se convertía en la instancia de hacer mayores esfuerzos por avanzar hacia la unión con otros importantes sectores de la vida nacional, algunos de los actuales los habían enfrentado o los estaban aún enfrentando,

o dudaban sobre el proceso porque aún le temían, por culpa de tanta campaña mediática mentirosa. Advertía a las clases medias que el proyecto de la oposición nunca sería acorde a sus intereses sino a los de los poderes del mundo a quienes entregaría el país. Luego volvería a convocar a las clases sociales históricamente contrarias al proyecto chavista: las clases medias y clases altas, para que se les sumaran en la tarea de construir un mundo de iguales en justicia, señalando que no eran enemigos, sino que la dirigencia apátrida había creado fantasmas en la mente de los venezolanos (FRASCHINI, 2013, p. 118-119).

> Este discurso de campaña, en el que Chávez marcó las grandes directrices de la histórica votación que se avecinaba, sirvió también para invitar a las clases sociales más reacias a su gobierno a formar parte del proyecto bolivariano. La estrategia presidencial apuntaba a encapsular en los grupos minoritarios, otrora privilegiados, a los verdaderos enemigos de la nación. Sin embargo, y a pesar de este llamado a la confluencia en un colectivo mayor, los acontecimientos seguirían el curso de los últimos años, y el clivaje político, económico y social se ahondaría aún más, sin lugar para terceras posiciones intermedias entre el chavismo y antichavismo. A partir de ese momento, y como una copia calcada del último lustro, los dos sectores en los que se encontraba dividida Venezuela salían a la cancha a jugar un nuevo partido (FRASCHINI, 2013, p. 119).

Al enfrentamiento bipolar chavismo (apoyado principalmente por los sectores socioeconómicos más bajos) – antichavismo (con gran parte de la clase media y el sector alto), se sumaba también el apoyo regional del gobierno de Argentina y Brasil para los primeros y la desconfianza manifiesta por el presidente de EEUU, George Walker Bush, respecto de las verdaderas intenciones del titular del Ejecutivo venezolano de llevar adelante la consulta. En el medio de ambas fuerzas emergía un número importante de indecisos, convertido en objeto de disputa.

A exigencia de la oposición, se decidió que el SI fuera la opción que significara la destitución y el NO, la alternativa que implicara la ratificación de Chávez. Sin embargo, la pregunta votada dejaba entrever una cierta desconfianza respecto de la legitimidad de la consulta y evitaba hacer mención explícita del mecanismo institucional de revocatoria: "¿Está usted de acuerdo con dejar sin efecto el mandato popular, otorgado mediante elecciones democráticas legítimas al ciudadano Hugo Chávez Frías, como presidente de la República Bolivariana de Venezuela para el actual período presidencial?".

Fraschini observa que "a pesar de la desconfianza de los opositores promotores del SÍ, un relevamiento realizado las semanas previas al comicio indicaban que un 37% se consideraba chavista, frente a un 16% que se suponía opositor, mientras que los indecisos alcanzaban un 47%" (FRASCHINI, 2013, p. 120). Chávez tenía su principal base de apoyo en los sectores socioeconómico más bajos (55-64%), mientras que en los sectores más altos sólo contaba con un 14% de apoyo (LISSIDINI, 2009, p. 23).

El 8 de agosto, faltando pocos días para la votación, se realizó la Marcha de la Victoria, una gran concentración en la que Chávez se dirigió a la multitud resaltando, una vez más, que el referendo implicaba hoy una lucha entre dos concepciones de la vida, de la humanidad, entre dos caminos que pujan (FRASCHINI, 2013, p. 120). La batalla hegemónica aparecía nuevamente en primer plano.

Hubo una muy alta concurrencia en las urnas, unos 9.815.631 votantes, el 69,92% del padrón de 14 millones de electores, porcentaje aún más destacado si se toma en cuenta que el voto en todas sus modalidades es no obligatorio en ese país. El resultado fue el rechazo a la destitución, avalado por un 59.10% de los votos válidos que optaron por el NO (5.800.629 votos), contra el 40.64% (3.989.008) que prefirió destituirlo (SI)[20]. El presidente Chávez resultó ratificado en el cargo, aunque entre fuertes acusaciones de fraude que luego fueron desestimadas por los organismos veedores (el Carter Center y la OEA).

En el triunfo chavista del 15 de agosto, la geografía electoral volvía a cuantificar el peso decisivo de los sectores más bajos en la compo-

sición del voto del líder bolivariano (FRASCHINI, 2013, p. 121). El clivaje chavismo-antichavismo se mantenía desde las elecciones de 1998 como una fractura social de características estructurales.

> Los resultados del referendo nos mostraron una sociedad fragmentada en dos pedazos, cuyos límites económicos, sociales, espaciales, culturales y políticos se trazan principalmente desde una lógica de clase. Quien es pobre es chavista, pues allí tiene la esperanza de un cambio para él o para sus hijos; el discurso y el proyecto bolivariano lo incluyen, le dan una identidad y una pertenencia desde la cual puede moverse en un planeta cada vez más globalizado por el capital financiero transnacional. Si es de la clase alta o "rico", es antichavista, pues allí le prometen un imaginario "occidental" y "moderno" que es fundamentalmente blanco, anglosajón y con el cual se identifica plenamente. La democracia que comparte es la "liberal". Los dirigentes de la oposición son sus pares, confía en que ellos resguardarán sus propiedades y libertades ante las amenazas de las "turbas". Las clases medias se inclinan por uno u otro polo, pero sus organizaciones más visibles y poderosas tomaron el camino de la oposición. Los sectores medios y altos, conformados en los últimos veinticinco años en sus territorios urbanos incomunicados con los sectores populares, educados en sus colegios privados, buena parte de ellos católicos, graduados en universidades que hoy atienden, aun las públicas, pocos estudiantes de origen humilde. Rodeados por un entorno familiar y de trabajo afín, donde los pobres son cada vez más una especie remota, terminan por confundir su realidad con la realidad, su país con el país (LANDER Y LÓPEZ, 2005, p. 55).

Tras el referéndum se aquietaron los disturbios y, contradictoriamente con lo que el nombre del mecanismo sugiere (revocar mandatos), el presidente salió fortalecido y el frente opositor fue desarmado. Chávez agradeció el apoyo a los pilares básicos y sostenes del proceso de cambio en Venezuela: los militares y el pueblo (sus principales re-

cursos de poder) e invitó nuevamente a la oposición (como luego del fallido golpe militar), a formar parte del nuevo proyecto de país, a dar un salto hacia adelante con la propuesta del socialismo del siglo XXI, a sumarse a la segunda etapa de transformación y consolidación del nuevo modelo económico, y a cesar con las "prácticas antidemocráticas". Una vez más la identificación del clivaje histórico que dio vida a la revolución bolivariana se encontraba presente en el discurso de Chávez (FRASCHINI, 2013, p. 123).

Por su parte, los sectores opositores denunciaron fraude, alteración de datos, manipulación del Registro Electoral y cierre tardío (FRASCHINI, 2013, p. 123-124). Sin embargo, los veedores internacionales respaldaron los resultados obtenidos. Pronto, la alianza de los diferentes grupos opositores se quebró, se disolvió la Coordinadora Democrática y, en general, los contrarios a Chávez perdieron fuerza de convocatoria. Algunos medios de comunicación como Televen, dejaron de participar en la contienda política.

El año 2004 representó para el gobierno la consolidación, en la arena electoral, del proceso de transformación económico social conducido por Chávez (FRASCHINI, p. 117). El presidente ratificado reactivó su política internacional, apoyándose más en los gobiernos ideológicamente afines de América Latina para contrarrestar las presiones "imperialistas" estadounidenses dirigidas a aislar a Venezuela, y desquitándose contra el gobierno estadounidense de George Walker Bush, al que acusó de haber respaldado directamente el golpe de 2002 contra su gobierno y de financiar a la oposición en todo este proceso.

Cabe destacar que en el presente caso, la revocatoria de mandato presidencial, a pesar de haber arrojado un resultado distinto al que se supone se orienta por definición, permitió superar una crisis institucional aún cuando, paradójicamente, ello no hubiera sido a través de la destitución del presidente cuestionado sino por medio de su ratificación. Dicho resultado se obtuvo aún en medio de ondas disputas entre oficialismo y oposición, de sospechas mutuas de fraude y de denuncias lanzadas en ambas direcciones por presiones ejercidas sobre los ciudadanos.

Para Kornblith, "paradójicamente, la activación de los mecanismos de democracia directa se topó con mayores dificultades bajo el mandato de la Constitución de 1999 que en el marco de la Constitución de 1961" (KORNBLITH, 2014, p. 115). Ello resultó visible en que cuando tales mecanismos fueron impulsados por sectores opositores "tropezaron con serios impedimentos para su activación" (Ídem). Por el contrario, su desarrollo se vio favorecido cuando la iniciativa estuvo en manos y orientada a favor del oficialismo, especialmente en el caso de la revocatoria presidencial del 15 de agosto de 2004.

Conclusión

La revocatoria de mandato agrega una segunda instancia democrática en los regímenes representativos: el voto, además de permitir al ciudadano designar a un gobernante y re-elegirlo o no al final de su período, adquiere ahora una segunda función de expresión popular, al brindar a la población la posibilidad de ejercer un control activo durante la mayor parte del período de un representante, pudiendo destituirlo a partir de un referéndum.

El voto adquiere así una doble función de *accountability* vertical: una electoral, cuando permite premiar con la reelección o castigar con su reemplazo a un gobernante saliente según su desempeño; otra, societal, cuando habilita la interrupción del mandato de un gobernante que perdió la confianza popular.

Asimismo, como ocurrió en el Caso Chávez, es un mecanismo que abre una salida institucional a una situación de crisis por pérdida de legitimidad de un gobernante, en especial cuando se trata de un presidente. La ciudadanía puede solicitar la convocatoria a un referendo en el que podrá destituirlo a través del voto, y reemplazarlo por los mecanismos previstos sin implicar un quiebre de la continuidad democrática.

En este aspecto, flexibiliza además el diseño presidencial, el cual hasta el momento disponía mandatos fijos, que solo podían interrumpirse anticipadamente a manos del poder legislativo (juicio político

o declaración de insania), renuncia o muerte. Procedimientos todos excepcionales, complejos y que excluían la voluntad popular directa.

En cuanto al diseño del mecanismo, resulta complejo definir su grado de aplicabilidad y las perspectivas reales que ofrece de revocación de un funcionario, ya que los numerosos y diversos aspectos que hacen a su procedimiento adoptan diferentes formas y definiciones en forma independiente uno de otro. Para evaluar al instrumento en su integridad, es preciso considerar todos estos atributos en su conjunto, observando sus combinaciones y ponderando aquellos cuyo impacto sea mayor en el desenvolvimiento final de la revocatoria, en términos de alentar o desalentar a la población y/o a los grupos de interés a iniciarla.

Para la ponderación se puede pensar que el mínimo de firmas requerido en la iniciativa popular que da comienzo al referéndum revocador es en un primer obstáculo que, en caso de ser muy elevado, desincentiva o imposibilita el inicio de un proceso revocador. La cantidad de votos a favor de revocar un mandato que se exige para aprobar el referéndum, es el otro elemento clave al momento de hacer factible o no la destitución de un representante.

La legislación venezolana es moderada en el piso de firmas del 20% del padrón que exige a la iniciativa popular: siendo alto no es inalcanzable y garantiza cierta representatividad al proceso. En cuanto a los votos necesarios para concretar la destitución, requiere que haya más votos a favor de ella que en contra, pero también la asocia a la cantidad de voluntades que obtuvo el funcionario cuando fue investido. El piso es entonces variable según la popularidad inicial del candidato y pone al voto electoral y al revocatorio en pie de igualdad para ocupar o vaciar un cargo.

Finalmente, la legislación venezolana excluye al ciudadano a título individual de la facultad de promover una iniciativa de revocatoria y reglamenta el procedimiento del referéndum en los términos de una campaña política. Se alienta así la especulación electoral de grupos opositores, con un riesgo latente de inestabilidad de gobierno.

Este novedoso mecanismo, dependiendo de la definición de su procedimiento, puede ofrecer grandes ventajas a la estabilidad de-

mocrática de los regímenes presidenciales, aunque a la vez abrir la puerta a usos indebidos y perjudiciales en términos de la estabilidad de los gobiernos.

Referências Bibliográficas

ALTMAN, David. (2005), "Democracia Directa en el continente americano: ¿autolegitimación gubernamental o censura ciudadana?". *Política y Gobierno* vol. XII, n. 2, pp. 203–232.

Combellas, Ricardo. (2002), "La Constitución de 1999 y la reforma política: implicaciones para la gobernabilidad democrática". VII Congreso Internacional del CLAD. Lisboa.

Fraschini, Mariano. (2013), *Los liderazgos presidenciales de Hugo Chávez y Álvaro Uribe*: ¿Dos caras de un mismo modelo de ejercicio del poder?". Tesis doctoral. Buenos Aires: Universidad Nacional de General San Martín, mimeo.

Gargarella, Roberto. (2014), *La sala de máquinas de la Constitución*. Buenos Aires: Katz Editores.

GARCIA LEMA, Alberto. (1994), *La reforma por dentro*. La difícil construcción del consenso constitucional. Buenos Aires: Planeta

KORNBLITH, Miriam. (2014), "Venezuela: polarización, revocatoria y después". In Welp, Yanina y Serdült, Uwe. *La dosis hace el veneno*. Análisis de la revocatoria del mandato en América Latina, Estados Unidos y Suiza. Quito: Consejo Nacional Electoral – Instituto de la Democracia.

Lander, Luis y López Maya, Margarita. (2005), "Referendo Revocatorio y elecciones regionales en Venezuela: geografía electoral de la polarización". *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, vol. 11, n. 2, Caracas.

LEIRAS, Santiago. (2013), "La presidencia de Hugo Chávez Frías (1999-2012): la dinámica de cambio en un régimen en cambio". Ponencia presentada en el XI Congreso Nacional de Ciencia Política. SAAP. Argentina.

LISSIDINI, Alicia. (2007), "Democracia Directa en América Latina: entre la Participación y la Delegación". *Documento de Trabajo* n. 17. Serie de Documentos de Trabajo, pp. 1-45. UNSAM.

_____. (2009), "Democracia directa en Venezuela: ¿Participación política controlada?". En Welp, Yanina y Uwe Serdult (comp.). *Armas de doble filo*. La participación ciudadana en la encrucijada. Buenos Aires: Editorial Prometeo.

LÓPEZ MAYA, margarita. (2005), *Del viernes negro al Referendo revocatorio*. Caracas: Editorial Alfa.

_____ (coord.). (2002), *Protesta y cultura en Venezuela*: los marcos de acción colectiva en 1999. Buenos Aires: CLACSO.

MARQUEZ, Trino. (2004), "Presidencialismo, autoritarismo y culto a la personalidad (Hugo Chávez y el ejercicio del poder". *RevistaVenezolana de Análisis y Coyuntura* vol. X n. 2. Caracas.

MARTÍNEZ, Eugenio. (2004), "50 instructivos para un referendo". *El Universal*, pp. 1-4.

Ochoa Enríquez, Haydée y Chirinos Zárraga, Emilio. (1999), "Tendencias de la reforma del Estado venezolano en el gobierno de Chávez". *Revista Aportes para el Estado y la Administración Gubernamental*.

O'DONNELL, Guillermo. (1998), "Accountability horizontal". *Agora*, cuaderno de estudios políticos n. 8, pp. 5-34.

PERUZZOTTI, Enrique y SMULOVITZ, Catalina (eds.). (2002), *Controlando la política*. Ciudadanos y medios en las nuevas democracias latinoamericanas. Buenos Aires: Temas.

SCHNEIDER, Cecilia y WELP, Yanina. (2011), "¿Transformación democrática o control político? Análisis comparado de la participación ciudadana institucional en América del Sur". Iconos. *Revista de Ciencias Sociales* n. 40, pp. 21-39. Quito: FLACSO.

SMULOVITZ, Catalina. (2001), "Judicialización y Accountability Social en Argentina". Ponencia presentada en el XXII Internacional Conference. LASA. EEUU.

SUMATE. (2004), *El informe Súmate*: la verdad sobre "El reafirmazo". Caracas: Ediciones El Nacional.

VERDUGO SILVA, Julio. (2014), "Bolivia: entre la expectativa de uso y los intentos fallidos de activación". In Welp, Yanina y Serdült, Uwe. *La dosis hace el veneno*. Análisis de la revocatoria del mandato en América Latina, Estados Unidos y Suiza. Quito: Consejo Nacional Electoral – Instituto de la Democracia.

WELP, Yanina y SERDULT, Uwe. (2014), "La revocatoria de mandato: propuesta de análisis". In Welp, Yanina y Serdült. *La dosis hace el veneno*. Análisis de la revocatoria del mandato en América Latina, Estados Unidos y Suiza. Quito: Consejo Nacional Electoral – Instituto de la Democracia.

_____. (2010), "¿Renovación, crisis o más de lo mismo? La revocatoria de mandato en los gobiernos locales latinoamericanos". Seminario Internacional sobre Democracia Directa y Derechos de Participación Política. Tribunal Contencioso Electoral del Ecuador. Quito.

ZOVATTO, Daniel. (2008), "Las instituciones de la democracia directa a nivel nacional en América Latina. Balance comparado: 1978-2007". In Lissidini, Alicia; Welp, Yanina y Zovatto, Daniel. *Democracia Directa en Latinoamérica*. Buenos Aires: Prometeo.

Revista Brasileira de Sociologia | Vol. 04, No. 08 | Jul. Dez, 2016
Artigo recebido em 08/05/2016 / Aprovado em 16/11/2016
http://dx.doi.org/10.20336/rbs.166
10.20336/rbs.166

Fusão, tensão e dissensão: forças de configuração da intimidade reflexiva

Octávio Sacramento*

RESUMO

A intimidade pós-moderna constitui uma esfera estruturalmente marcada pela complexa convivência de disposições sociais de dissensão e de fusão. Por um lado, é permeada por condições propícias à individualização, à reflexividade e à electividade, o que contribui para reforçar idiossincrasias e aspirações pessoais nas relações íntimas. Por outro lado, encontra-se simbolicamente colonizada pela grande narrativa romântica, uma matriz cultural muito valorizada e desejada, que impulsiona os sujeitos no sentido da fusão passional. Delineado num formato ensaístico, o artigo assume como objecto de análise central as manifestações de forças antagónicas na configuração da intimidade, procurando compreender as muitas tensões, ambiguidades, contradições e volatilidades que tendem a caracterizá-la.
Palavras-chave: Intimidade; reflexividade; fusão/dissensão.

* Doutor em Antropologia, professor auxiliar no Departamento de Economia, Sociologia e Gestão da Escola de Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD, Vila Real, Portugal) e investigador no Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (CETRAD-UTAD). Este centro de investigação é financiado por Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, na sua componente FEDER, através do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (COMPETE 2020) [Projeto nº 006971 (UID/SOC/04011)]; e por Fundos Nacionais através da FCT, no âmbito do projeto UID/SOC/04011/2013.

ABSTRACT

FUSION, TENSION AND DISSENSION: REFLEXIVE INTIMACY CONFIGURATION FORCES

The postmodern intimacy is a sphere structurally marked by a complex coexistence of dissension and fusion social dispositions. On the one hand, it is permeated by conditions favourable to individualization, reflexivity and electivity, which contribute to strengthen personal aspirations and idiosyncrasies in intimate relationships. On the other hand, it is symbolically colonized by the great romantic narrative, a cultural matrix, very much valued and desired, which drives individuals towards a passional fusion. Outlined in an essayistic format, this article has as its main purpose of analysis the manifestations of antagonistic forces in the intimacy configuration process, seeking to understand the many tensions, ambiguities, contradictions and volatilities that tend to characterize it.
Keywords: Intimacy; reflexivity; fusion/dissension.

Introdução

Nas décadas mais recentes temos vindo a assistir, não só no ocidente, como em contextos de outras latitudes, a significativas mutações nas identidades e relações de género, a uma crescente individualização e reflexividade da vida pessoal e a novas formas de organização dos vínculos conjugais e familiares (ABOIM, 2004; BAUMAN, 2008; BECK e BECK-GERNSHEIM, 2004; BUDGEON e ROSENEIL, 2004; GIDDENS, 2001; ILLOUZ, 1999; ROCA, 2007). Daqui têm resultado algumas das tendências que marcam o ordenamento da intimidade nos dias que correm: a dificuldade em estabelecer conexões sentimentais satisfatórias e duradouras, a proliferação de formas de conjugalidade alternativas ao casamento e a instabilidade das relações amorosas. Em conjunto, estas tendências são profundamente reveladoras do "caos do amor" (BECK e BECK-GERNSHEIM, 2004) na contemporaneidade e dos desejos antagónicos de fusão e fissão sentimental que o caracterizam (CHAUMIER, 2004a, 2004b).

Considerando as novas coordenadas e possibilidades de configuração da sexualidade, dos afectos e das relações de casal, o texto procura debater e compreender, em jeito de ensaio, a mecânica social

das forças de fusão, tensão e dissensão que permeiam a construção da intimidade. A análise da manifestação destas forças, bem como das ambiguidades e volatilidades que lhes são intrínsecas, é delineada tendo em conta o quadro de processos de individualização, reflexividade e electividade que caracterizam a modernidade tardia, e a hiper-valorização capitalista do ideário romântico enquanto utopia de consumo (ILLOUZ, 1997). Embora eminentemente teórico-conceptuais, as reflexões aqui desenvolvidas são suscitadas pelo trabalho de campo etnográfico para doutoramento realizado em 2009/2010 pelo autor (SACRAMENTO, 2014)[1] sobre configurações transnacionais de intimidade entre mulheres brasileiras e homens europeus, iniciadas durante as estadias turísticas destes últimos no Nordeste brasileiro, sobretudo no contexto do sexo transacional. No âmbito deste trabalho foi possível constatar que as subjectividades e aspirações que guiam a construção dos relacionamentos passionais transnacionais euro-brasileiros inscrevem-se em transformações estruturais de género, sexualidade, conjugalidade e família, e na consequente emergência de espaços sociais de intimidade mais reflexivos e voláteis.

Individualização, auto-reflexividade e intimidade

Na actualidade, os trajectos pessoais tendem a organizar-se segundo um registo de cariz reflexivo, por referência a quadros culturais amplos, abertos e fragmentados. O resultado é a crescente "individualização" (BECK e BECK-GERNSHEIM, 2002)[2], ou seja, uma maior

1 Nesta investigação pude contar com uma bolsa de doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia de Portugal (SFRH/BD/60862/2009).

2 A individualização é particularmente notória na modernidade ocidental, tendo começado a acentuar-se com as condições proporcionadas pelo Estado de bem-estar social na sociedade industrial avançada, a partir da década de 1970 (BECK, 2001, pp. 28-29). Importa ter em consideração que corresponde a mudanças sociais lentas e cumulativas que não ocorreram de forma generalizada, como de resto advertem Beck e Beck-Gernsheim (2004). Para uma compreensão mais contextualizada e aprofundada da individualização e da reflexividade biográfica no quadro mais geral das dinâmicas estruturais de "modernização reflexiva", vejam-se, entre outros, Beck, Giddens e Lash (2001). Sobre a especificidade dos processos de modernização e reflexividade no contexto brasileiro, veja-se Domingues (1998).

referencialidade interna e electividade, tornando possível uma "biografia reflexiva" (GIDDENS, 2002) ou "auto-reflexividade" (LASH, 2001), marcada pela significativa autonomia individual na definição do estilo e trajecto de vida, da identidade e das redes de interacção e expectativas. Embora actuando sempre dentro de um determinado contexto de maiores ou menores constrangimentos e de um leque mais ou menos vasto de opções e de possibilidades, o indivíduo não está necessariamente limitado às imposições normativas, às certezas e ao controlo dos "modelos tradicionais".

Neste processo de construção reflexiva do *self* assiste-se a uma maior vinculação dos sujeitos a "sistemas referenciais internos" compostos pelas suas próprias experiências individuais, sendo os percursos biográficos definidos a partir de "[…] uma interrogação mais ou menos contínua sobre o passado, o presente e o futuro", num cenário pautado pela "[…] profusão de recursos reflexivos: terapia e manuais de auto-ajuda, programas de televisão e artigos de revista" (GIDDENS, 2001, p. 22). Ao não estar rigidamente constrangido pelos guiões da tradição, o *self* ganha capacidade electiva e torna-se mais individualizado. Esta individualização e reflexividade não significam, todavia, uma manifestação absoluta de liberdade individual, pois o planeamento biográfico está sujeito a múltiplos imperativos, nomeadamente aos imperativos do mercado de trabalho, como ressalvam Beck e Beck-Gernsheim (2004, p. 6): "trata-se, de fato, de uma *labour market freedom*, que implica que todos são livres para se conformarem a certas pressões e para se adaptarem às injunções do mercado de trabalho".

A individualização associada à lógica de funcionamento do mercado de trabalho manifesta-se de forma transversal em todos os domínios da vida. Desde logo, nas esferas mais íntimas e pessoais, configurando transformações nas relações de género, nos modelos de convivência, nas estruturas familiares e no conceito de amor (ROCA, 2007). Aliás, a intimidade é um contexto central de expressão do projecto individualizante e reflexivo do *self*. Como se pode constatar no trabalho de Giddens (2001), as transformações que aí ocorrem são significativas: (*i*) as identidades e assimetrias de género "tradicio-

nais" esbatem-se e, desse modo, criam-se condições favoráveis para a efectiva democratização da vida privada; (*ii*) as vivências amorosas tornam-se mais complexas e instáveis, e a sexualidade menos rígida e mais orientada para a concretização das aspirações eróticas individuais; (*iii*) a conjugalidade matrimonial, embora alvo de fortes expectativas românticas, deixa de ser sinónimo de união eterna, passa a conviver com o seu reverso da medalha (o divórcio) e a coexistir com outras formas de organização da intimidade; (*iv*) o modelo normativo da família nuclear é abalado e surgem novos arranjos familiares.

Estas mudanças na esfera da intimidade começaram a ganhar forma nas sociedades mais industrializadas, sensivelmente a partir de meados do século XX, numa conjuntura marcada por determinadas condições sócio-económicas e políticas impulsionadoras da emancipação feminina: a promoção da igualdade de direitos entre os géneros, que teve na Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, um dos seus maiores estímulos iniciais; a expansão e consolidação do movimento feminista na segunda metade do século XX, reivindicando a paridade das mulheres face aos homens em todas as esferas da vida quotidiana e questionando valores de género hegemónicos; o acesso alargado das mulheres ao sistema de ensino e a sua progressiva incorporação no mercado laboral de um sistema capitalista em forte crescimento; a difusão da pílula anticoncepcional e a revolução sexual da década de 1960, resultando num extraordinário ganho de autonomia feminina em termos de sexualidade e de reprodução biológica, com reflexos óbvios na disponibilidade para a construção de uma carreira profissional e para a participação mais activa na esfera pública (ALCAÑIZ, 2004; BOURDIEU, 1999; FREEDMAN, 2002; SINGLY, 1996, 2004; THISTLE, 2006).

Num primeiro momento, estes factores de mudança emergiram nos países ocidentais mais desenvolvidos e só depois, por volta da década de 1970, começaram a manifestar-se na região da Europa mediterrânea (ALBERDI, 2003; FERREIRA, 1999; ROCA, 2007; SAROGNI, 2004; TORRES, 2003) e, mais lentamente, em países como o Brasil (GOLDENBERG, 2000b; MURARO e PUPPIN, 2001; PRIORE, 2004;

VAITSMAN, 1994). Com eles, a dicotomia hierárquica de concepções e de papéis masculinos e femininos tem vindo a tornar-se mais flexível e esbatida. Muitos dos espaços sociais de construção da masculinidade e da feminilidade e mesmo alguns dos valores que lhes são inerentes tendem a sobrepor-se, deixando de estar estritamente associados a homens ou a mulheres. Uns e outras podem agora mais facilmente construir o seu próprio trajecto biográfico com relativa autonomia face às determinações de género. A identidade feminina já não se circunscreve, necessariamente, ao espaço doméstico e às responsabilidades de mãe e dona de casa, como era usual no passado. A identidade masculina é produzida em múltiplos contextos e a partir de uma ampla diversidade de discursos do que é ser homem, não estando agora tão rigidamente centrada nas esferas do trabalho e da (hetero)sexualidade, nem tão dependente da afirmação viril de potência económica, física e sexual. Hoje, mulheres e homens tendem a libertar-se mais facilmente dos modelos estereotipados e dos imperativos categóricos associados à feminilidade e à masculinidade (ARAÚJO, 2005, p. 48), podendo, assim, expressar as suas identidades de género com maior flexibilidade.

Ainda que lenta e sujeita a múltiplos constrangimentos, a progressiva emancipação das mulheres tem vindo a suscitar uma gradual redefinição não só das identidades femininas, como também das masculinas. Porém, a redefinição destas últimas parece estar sujeita a uma resistência acrescida por parte dos próprios homens. Atendendo a que as identidades de género são, como quaisquer outras, eminentemente relativas e relacionais, seria impossível as mudanças ficarem circunscritas apenas ao lado feminino. Como destaca Badinter (1996, p. 24): "[…] a masculinidade, qualidade do homem, é ao mesmo tempo relativa e reactiva. E é-o tanto quanto, sempre que a feminilidade muda – geralmente quando as mulheres querem redefinir a sua identidade –, a masculinidade se desestabiliza". Contudo, seria redutor apresentar a gradual emancipação feminina como o quadro determinante das metamorfoses da masculinidade. Aliás, há mesmo quem inverta os termos da relação e veja nas crises identitárias masculi-

nas desencadeadas pelo individualismo moderno do século XIX uma condição propiciatória da emergência do processo de emancipação das mulheres (NOLASCO, 2001, p. 14). O que tem vindo a acontecer de parte a parte deverá ser compreendido num cenário de amplas e complexas transformações estruturais, como é o caso daquelas que, directa ou indirectamente, foram induzidas pela instauração e desenvolvimento do sistema capitalista no mundo ocidental. Com ele foi-se atenuando a hegemonia do velho regime patriarcal, assente numa organização sexista do trabalho no seio da vida familiar e na afirmação do homem como o senhor da casa (TOLSON, 1983, pp. 47-53).

Neste processo, os preceitos ideológicos dominantes mais "tradicionais" do que é ser homem – "masculinidade hegemónica" (ALMEIDA, 1995; CONNELL, 1995; CONNELL e MESSERSCHMIDT, 2005; SEIDLER, 1994) – têm vindo a ser questionados, relativizados e, não raro, abandonados em detrimento de outros. Começa, então, a emergir uma masculinidade que já não se resume a determinada forma de ser ou de actuar e flui com relativa liberdade entre as muitas possibilidades de se concretizar, ampliando as suas próprias fronteiras por via da incorporação de novos elementos, alguns dos quais ainda denominados de femininos (PANIAGUA, 2000). Poder-se-á dizer que estamos a assistir ao "desmapeamento" – não necessariamente à crise – da masculinidade (GOLDENBERG, 2000a) e a processos de constituição de formatos identitários reflexivos, associados à individualização e a estilos de vida marcados pela maior electividade individual. O resultado é o advento de uma significativa diversidade de possíveis trajectórias e formas de manifestação da identidade masculina. Muitas delas seguem um "movimento de abandono da couraça" (PANIAGUA, 2000), no sentido do reconhecimento de vulnerabilidades e da reconciliação com os afectos e vários outros conteúdos identitários até então reprimidos por serem considerados femininos (BADINTER, 1996). Ao mesmo tempo, o homem vai deixando de estar refém das expectativas ideais e inalcançáveis em torno do poder e domínio que devem caracterizar a sua identidade. Começa a libertar-se de uma situação paradoxal em que é dominado pelos mesmos valores que

suportam a sua dominação – "paradoxo da masculinidade", segundo Bourdieu (1999) – e a aceitar e expressar dimensões subjectivas geralmente reprimidas pelo facto de serem consideradas uma ameaça à afirmação da virilidade.

As transformações no sistema de género que têm vindo a ser discutidas deverão ser encaradas como parte de um processo mais amplo de individualização que permeia a organização social dos afectos e da intimidade, a conjugalidade e as estruturas familiares (BUDGEON e ROSENEIL, 2004; SINGLY, 1996). O "normal caos do amor" parece ser o resultado deste processo: "a família nuclear, construída em torno do *status* de género, está a ruir nas questões de emancipação e igualdade de direitos, as quais não se restringem mais, e 'convenientemente', ao exterior das nossas vidas privadas. O resultado é o relativamente normal caos do amor" (BECK e BECK-GERNSHEIM, 2004, pp. 1-2).

Ambiguidades e volatilidades passionais

Vivemos num tempo em que muitos homens e muitas mulheres procuram conciliar amor, casamento, família e carreira, em que aquelas últimas não dependem da economia masculina, em que os desejos individuais muitas vezes colidem com as exigências conjugais e familiares. Neste tempo, o modelo da intimidade baseada numa união matrimonial sacralizada e perpétua, dissolúvel apenas na morte dos cônjuges (*até que a morte nos separe*), vem perdendo a sua aura de instituição universal, natural e inabalável, e passa a assemelhar-se mais a um contrato passível de diluição e a co-existir com várias outras formas de convivência e de conjugalidade (ABOIM, 2004; TORRES, 2002). Os ordenamentos amorosos tornam-se, então, mais incertos, voláteis, complexos e, aparentemente, caóticos. A sua construção parece assentar num dos grandes dilemas do "eu pós-moderno" – unificação *versus* fragmentação (GIDDENS, 2002) –, representando a tentativa de conciliar aspirações paradoxais: paixão e independência, o amor que une com a liberdade que separa (BRUCKNER, 2010); ou, como destaca Roca (2007, p. 444), "el deseo de fusión, con la consi-

guiente aspiración al amor eterno, indivisible, libre de mentiras, y el deseo de individualización, con el consiguiente amor 'con derecho de devolución', […] consistente en su abandono cuando ya no se dan las imprescindibles dosis de pasión ni comunicación". Nesta "nova ordem sentimental", a intimidade tem por base disposições volitivas dificilmente conciliáveis, sendo edificada através da constante tensão e negociação entre a autonomia e o compromisso (BAWIN-LEGROS, 2004), entre a fusão e a fissão (CHAUMIER, 2004a, 2004b).

O crescimento do número de pessoas sós e, acima de tudo, o aumento dos divórcios e a diminuição dos casamentos nas últimas décadas – situações particularmente notórias na grande maioria dos países europeus – são alguns dos principais sinais das tensões que estão a transformar a organização da intimidade. Sobre a crescente recorrência da "vida a solo" como projecto de vida subversivo, porque fora da matriz familista, Kaufmann (2000, p. 22) diz tratar-se de uma manifestação clara "do movimento, difuso e multiforme, da centração do indivíduo sobre si mesmo". Provavelmente poderá ser entendida como uma manifestação paradigmática do desejo contemporâneo de individualização ou, pelo menos, atendendo a que geralmente não implica fuga a relacionamentos passionais, a expressão do desejo de manter uma certa equidistância entre a liberdade individual e a união com o outro. As dificuldades em conjugar carreira e vida familiar e a procura narcísica de preservação da individualidade face aos constrangimentos da vida em conjunto parecem afastar ou fazer divergir muitas pessoas, designadamente as mulheres com maior capital escolar (KAUFMANN, 2000; PASTOR, 2008), de compromissos tão categóricos como o matrimónio, ao mesmo tempo que é reforçada a sua orientação para o mercado de trabalho (THISTLE, 2006). Por outro lado, criam condições para a emergência de biografias centrífugas e de antagonismos na esfera privada que tornam inevitável a separação entre muitas outras pessoas que, entretanto, assumiram vínculos de conjugalidade.

De acordo com as *Estatísticas do Casamento e Divórcio* do Gabinete de Estatísticas da União Europeia (EUROSTAT, 2011), nas últimas

quatro décadas a proporção relativa de divórcios e casamentos na União Europeia (UE) sofreu uma alteração profunda: de aproximadamente um divórcio por cada 15 casamentos, em 1970, para quase um divórcio por cada dois casamentos, em 2009.[3] Enquanto desfecho das clivagens geradas na intimidade, as rupturas conjugais têm sido impulsionadas por um conjunto de circunstâncias, em que se destacam: (*i*) a progressiva aceitação social da interrupção dos laços matrimoniais; (*ii*) a gradual emancipação feminina e a maior autonomia financeira das mulheres; (*iii*) as reformas jurídicas que conduziram à legalização do divórcio e, já mais recentemente, à possibilidade de se concretizar de modo unilateral e sem a necessidade de serem apresentadas razões objectivas para a respectiva solicitação, agilizando-se o processo e reduzindo os respectivos custos[4]; (*iv*) os efeitos da individualização biográfica, em particular a escassa transigência individual para manter relações que não proporcionem retornos relevantes e não correspondam às expectativas quase mitológicas da grande narrativa amorosa que continuam, paradoxalmente, a ser bastante altas (BECK e BECK-GERNSHEIM, 2004).

As incertezas, instabilidades e rupturas que vêm moldando as relações íntimas expressam, de certa forma, a tendência de fragmentação e individualização das experiências, incluindo-se aqui as ex-

3 No Brasil, apesar da tendência de subida das taxas de nupcialidade na última década, a relação entre casamentos e divórcios, um pouco à semelhança da Europa e dos EUA, tem vindo a alterar-se de forma bastante vincada, passando de aproximadamente um divórcio por cada 30 casamentos, em 1984, para um por cada cinco em 2008 (RAMALHO, LAZO e GUIMARÃES, 2010).

4 O reconhecimento legal do divórcio foi sendo adoptado pelos países europeus em momentos diferentes e mediante a implementação de disposições jurídicas nem sempre coincidentes. Para uma visão das principais mudanças jurídicas que, nas últimas quatro décadas, agilizaram o processo de divórcio na Europa, veja-se González e Viitanen (2009). No entender destas autoras, as alterações ao quadro legal que regula a ruptura do contrato matrimonial têm tido um impacto bastante rápido e relevante no aumento dos divórcios na generalidade dos países europeus. Segundo a estimativa das mesmas, as mudanças que conduziram ao reconhecimento do divórcio unilateral e isento da apresentação de factos a fundamentar o seu requerimento contribuíram para aumentar a respectiva taxa em cerca de 0.6‰. Trata-se de um aumento muito significativo se considerarmos que em 2009 a taxa bruta de divórcios na UE se situava em 2.1‰ (EUROSTAT, 2011).

periências passionais, que têm pautado a constituição reflexiva do *self* na modernidade tardia (GIDDENS, 2002). O *affair* é, no entender de Illouz (1999, pp. 175-177), o formato relacional (afectivo e sexual) que melhor ilustra esta tendência. É efémero, episódico, está em renovação constante, tem subjacente um espírito consumista de procura permanente de novas experiências e sensações, resulta de escolhas individuais e não impõe grandes deveres ou obrigações (*v.g.* fidelidade)[5]. Cada uma das partes participa na aventura amorosa enquanto assim o entender e, em simultâneo ou de forma diferida, com ou sem conhecimento do parceiro, pode envolver-se em múltiplas relações, que, de um modo geral, se constituem como episódios independentes. Por exemplo, no Brasil, sobretudo no contexto da produção de sociabilidades e identidades de jovens e jovens-adultos, são bastante recorrentes os relacionamentos casuísticos e descomprometidos, mais conhecidos por *ficar* – encontros fugazes que têm no beijo o principal elemento de interacção – e *ficando* – relação mais prolongada, embora desengajada, livre de compromissos relevantes e não sujeita à exclusividade (ALMEIDA, 2006; RIBEIRO e SACRAMENTO, 2009). Esta tendência de pulverização relacional é reveladora de uma certa fragilidade dos laços sociais e da fluidez do amor na "modernidade líquida" (BAUMAN, 2008), assinalando, como diria Chaumier (2004a, 2004b), a progressiva transição da fusão romântica para o desejo de independência, do "amor fusional" para o "amor fissional". Neste processo, as relações amorosas vão perdendo parte do seu capital de exclusividade e de perenidade. Constituem-se de modo mais contingencial e difuso, fluindo sem grandes obstáculos ou formalismos ao sabor de desejos aparentemente contraditórios de autonomia e de comunhão com o outro. À semelhança do que se consome, as relações tornam-se mais facil-

5 O consumo de massas no capitalismo tardio é, frequentemente, apontado como responsável pela "pornografização da cultura", associada à democratização do desejo, a atitudes sexuais mais liberais e a uma maior aceitação dos relacionamentos passageiros (BRENTS e HAUSBECK, 2007).

mente descartáveis (e, porventura, recicláveis)[6], as pessoas apaixonam-se e desapaixonam-se em série e o amor torna-se um produto com validade, uma hipoteca que tem pela frente um futuro repleto de incertezas (BAUMAN, 2008).

A fragmentação e liquidificação da vida passional é para Giddens (2001, p. 41) um sinal de que o "amor romântico", sublime, único, exclusivo e perene, está a perder algum terreno para o "amor confluente", activo e contingente, o que, no seu entender, explicaria a sociedade contemporânea de "separação e divórcio". Com o "amor confluente", os laços afectivos deixam de estar intrinsecamente associados à monogamia e à heteronormatividade, a intimidade ganha profundidade democrática e a sexualidade assume uma maior relevância no êxito ou no fracasso das relações, podendo ditar a sua manutenção ou, pelo contrário, a sua ruptura. Menos constrangida pelos imperativos associados à aliança, à reprodução e à família, a sexualidade é gerida de modo flexível e criativo pelos parceiros em função das suas próprias aspirações eróticas. Esta "sexualidade plástica" (GIDDENS, 2001) é uma condição fulcral da "relação pura": "relação social que é internamente referida, isto é, depende fundamentalmente de satisfação ou recompensas genéricas dessa própria relação" (GIDDENS, 2002, p. 223) e, por isso, essencial na definição do projecto reflexivo do eu.

6 Um dos exemplos mais evidentes desta situação é-nos proporcionado pelas chamadas "relações de bolso": relações disponíveis, em reserva, a que, instantaneamente e de forma mais ou menos instrumental, se pode recorrer para satisfazer necessidades sexuais e afectivas momentâneas, não exigindo grande investimento romântico ou compromisso entre as partes (BAUMAN, 2008). A activação de uma relação deste género, seguida de uma rápida desactivação, não implica sempre, ou necessariamente, a sua extinção. A mesma relação, depois de assegurar o cumprimento das expectativas que as partes nela projectaram, poderá voltar para o bolso, à sua anterior condição de reserva, e ficar disponível para, se necessário, ser reciclada numa outra altura.

Crise da conjugalidade ou triunfo do ideário romântico?

Embora pareça diluir-se e escapar, sobretudo porque vivemos sob circunstâncias sociais que estimulam a individualização, o amor romântico continua a ser idolatrado e o desejo de fusão eterna com a *cara-metade* largamente ambicionado (BECK e BECK-GERNSHEIM, 2004). Nesse sentido, torna-se importante destacar que as tendências de instabilidade amorosa não significam, inevitavelmente, anarquia relacional e fuga a uniões estáveis, pois a maioria das pessoas ainda deseja aceder e/ou manter relacionamentos duradouros em que os ideais de comunhão sentimental, estabilidade e fidelidade são dominantes (ROCA, 2007). Talvez estas expectativas ajudem a compreender o elevado número de recasamentos em contextos com altas taxas de divórcio, como acontece, por exemplo, em Portugal (LOBO, 2007) e nos países escandinavos (IACOVOU e SKEW, 2010). A falência institucional do matrimónio é, por isso, um cenário discutível, desde logo "porque o significado do divórcio não é unicamente o da dissolução do vínculo matrimonial. Ele, divórcio, representa (ou pode representar) também a possibilidade de se criar um novo vínculo matrimonial" (ROSA, 2002, p. 668). Trata-se, em muitos casos, de uma simples intermitência num caminho em que a saída do matrimónio desemboca quase sempre no mesmo ou em algo muito parecido àquilo de que se saiu (BECK e BECK-GERNSHEIM, 2004). Será, por isso, demasiado simplista identificar o aumento dos divórcios como sinal inequívoco da crise do casamento.

Centrando-se no caso brasileiro, Jablonski (1998, 2005) admite a existência desta crise, apesar de constatar uma forte presença de formas de idealização do amor romântico e de expectativas de vida conjugal bastante recorrentes entre os jovens. De acordo com Bawin-Legros (2004), estas expectativas de conjugalidade tenderão a predominar nas classes baixas, estando vinculadas a uma construção social da família como instituição-previdência. Com uma perspectiva semelhante para o Brasil, Neri (2005) mostra-nos a predominância de mulheres sós (solteiras, separadas, divorciadas e viúvas) nos segmentos com maiores rendimen-

tos, ganhando em média 62% mais do que as casadas. Seguindo esta linha de argumentação, o maior desejo de fusão matrimonial presente nas classes populares poderá, nalguns casos, funcionar como elemento inibidor da ruptura do casal; ao passo que a maior expressão das dinâmicas individualizadoras em estratos sociais mais altos poderá, inversamente, actuar como factor propiciador da ruptura. Assim sendo, será legítimo colocar algumas reservas e apelar à introdução de nuances na perspectiva de Jablonski (1998, 2005) sobre a existência de uma crise matrimonial no Brasil socialmente transversal, desde as elites às classes populares que vivem nas grandes cidades ou na sua periferia.

A própria ideia de crise do casamento é questionável. Parece ter subjacente uma concepção sacralizada e rígida do matrimónio como gerador de laços perenes e indissolúveis entre um homem e uma mulher, pelo que as evidências empíricas em contrário (*v.g.* divórcios, casamentos homossexuais) poderão sempre ser encaradas por alguns como sinónimo do seu esgotamento institucional. Mais do que uma crise, o que está a suceder poderá, paradoxalmente, ser encarado como o resultado da génese e sucesso do chamado casamento por amor, ou seja, da modernização das relações matrimoniais no ocidente, iniciada em finais do século XVIII e intensificada já em pleno século XX. Ao longo destes dois últimos séculos temos assistido a uma gradual "privatização" do matrimónio, à domesticação dos afectos e das paixões (a intimidade) e à sua cada vez maior centralidade na relação marital (ABOIM, 2006, 2009; ARIÈS, 1987; COONTZ, 2005; GIDDENS, 2001; TORRES, 2002)[7]. Os condicio-

7 Até então o casamento não estava propriamente associado à existência de um contexto de intimidade que garantisse fidelidade e envolvimento passional no relacionamento marido/mulher, pois o amor e o sexo não eram, de um modo geral, considerados aspectos fundamentais e legítimos da conjugalidade. Na Antiga Roma, o "excessivo" amor à esposa não era socialmente bem aceite; por volta dos séculos XII e XIII, na Europa, o adultério era tido como a melhor forma de amor, sendo que em algumas produções literárias da época podem encontrar-se sátiras ao casamento romântico; nos séculos XVI e XVII, um grande amor conjugal poderia ser considerado idolatria (COONTZ, 2005). O "amor romântico" e a fidelidade só em finais do século XVIII começam a assumir o estatuto de componentes fundamentais da relação conjugal (ARIÈS, 1987; GIDDENS, 2001).

namentos sociais exteriores, em particular os interesses de ordem económica, impostos ao homem ou à mulher pelas respectivas famílias como referência fundamental na selecção do cônjuge – situação mais frequente nas famílias de estratos elevados – (GOODY, 1995; LIMA, 1999), vão sendo relegados para segundo plano em detrimento das disposições subjectivas, guiadas por critérios individuais como a afectividade e a atracção (BAWIN-LEGROS, 2004). O matrimónio deixa de ser um simples arranjo inter-familiar, sujeito a determinadas prescrições sociais que se traduziam em princípios económicos e políticos de preferencialidade matrimonial, e passa a resultar, predominantemente, de decisões particulares.

No processo de modernização dos vínculos de afinidade, o casamento arranjado e centrado na comunidade vai perdendo espessura social e dando lugar ao casamento elective e centrado no duo conjugal (ABOIM, 2009). Simultaneamente vai integrando elementos de intimidade (*v.g.* os erótico-sexuais característicos do "amor-paixão") que antes se encontravam circunscritos a vivências passionais, sobretudo masculinas, fora da relação conjugal. Com isto torna-se mais flexível e vulnerável, refém dos mesmos valores e exigências – fidelidade, confiança, paixão, amor, satisfação sexual, realização pessoal, estabilidade afectiva – que elevaram o laço conjugal acima de quase todos os demais compromissos pessoais e familiares (COONTZ, 2007). Dito de outra forma, o complexo de factores que, desde há cerca de dois séculos, confere à estabilidade no matrimónio uma importância central na felicidade individual, que antes não tinha, é o mesmo que explica o papel do divórcio e a sua ocorrência nas sociedades contemporâneas (*idem*). A consolidação social do casamento por amor, baseado na existência de um sólido espaço de intimidade que proporcione a satisfação das necessidades afectivo-sexuais dos cônjuges, tem na institucionalização do divórcio a outra face da mesma moeda: uma garantia que permite por fim a toda e qualquer relação conjugal que não cumpra minimamente os requisitos que dela se esperam e, desse modo, assegurar disponibilidade para iniciar uma outra. Assim, o aumento das taxas de divórcio deverá ser sempre compreendido

tendo em conta as elevadas expectativas que socialmente têm vindo a ser inscritas na instituição matrimonial e não tanto como o resultado de uma eventual degradação moral dos designados valores de família. Em última análise, as rupturas conjugais e o advento do "amor confluente" são um produto da idealização do "amor romântico" – do seu consumo massificado como utopia no capitalismo tardio (ILLOUZ, 1997) – e não propriamente do seu declínio, que Giddens (2001) parece querer sugerir. Como conclui Turner (2004, p. 302),

> Tal ênfase no amor romântico deposita grandes responsabilidades emocionais nos laços matrimoniais, na medida em que neles se anseia pela realização de elevadas expectativas de intimidade e gratificação sexual. As regras de sinceridade, confiança e satisfação emocional acarretam, paradoxalmente, consequências no alastramento da infelicidade conjugal e de altas taxas de divórcio, porquanto é difícil satisfazer expectativas de intimidade romântica num período em que a maioria das mulheres integra a força de trabalho e no qual as condições para o divórcio são muitas [...].

As manifestações paradoxais, tensões, rupturas e maior fluidez na organização social da intimidade, geralmente associadas aos processos de reflexividade biográfica, estão a produzir mudanças bastante significativas no modelo convencional da família nuclear[8], fundado na heteronormatividade e na co-residência. Como destacam Budgeon

8 Trata-se de um formato familiar moderno típico de contextos urbano-industriais, constituído pelos cônjuges e respectivos filhos. Implantou-se de forma progressiva com a expansão do processo de industrialização e da economia de mercado do sistema capitalista. Neste modelo de família a constituição do casal por via do matrimónio tem subjacente a ideia burguesa do "amor romântico" e as relações de todos os parentes nucleares são sustentadas por fortes laços afectivos (ARIÈS, 1987), ao mesmo tempo que ocorre um certo desinvestimento nas conexões sociais mais alargadas com os parentes afastados e com o resto da comunidade (SHORTER, 1995). A questão dos afectos é, de facto, determinante, como justamente lembra Aboim (2009, p. 108): "Antes de mais nada, a família é moderna porque afetiva".

e Roseneil (2004, p. 131), "a expectativa normativa de que, quando duas pessoas embarcam numa relação, elas irão inevitavelmente seguir a sequência de casamento, coabitação, intercurso sexual e geração de filhos, perdeu o poder de sancionar um arranjo particular de laços de intimidade e do espaço doméstico em detrimento de outros". Na perspectiva de Singly (1996, 2004), a partir da década de 1960 as dinâmicas de individualização acentuaram-se no interior da família, tornando-a mais instável e flexível: uma formação marcada por uma maior electividade, em equilíbrio precário, sem a segurança de muitas das antigas normas e rituais e na qual os indivíduos manifestam as suas próprias experiências e expectativas, nem sempre conciliáveis (BECK-GERNSHEIM, 1998).

O aumento das rupturas matrimoniais, as mudanças nas relações de género e na sexualidade, a instabilidade dos vínculos laborais, a evolução tecnológica das comunicações e a maior facilidade em termos de mobilidade pessoal têm-se traduzido em formações flexíveis e diversas do espaço íntimo e da família (DIAS, 2006; KAUFMANN, 1993; LEVIN, 2004; VAITSMAN, 1994): casais sem filhos, matrimónios homossexuais, famílias homo-afectivas, monoparentalidade[9], famílias recompostas, celibato, coabitação não marital (união de facto), relacionamentos à distância, conjugalidade dissociada da co-residência (*living apart together* [LAT]), entre outras. Mesmo o amor à distância e os relacionamentos enquadráveis na categoria LAT, de que nos falam Levin (2004) e Holmes (2006, 2010), têm vindo a tornar-se relativamente recorrentes. A proliferação de uma considerável diversidade de novos estilos de conjugalidade e de novas formas de organização familiar não significa que a família nuclear tradicional esteja em crise e a extinguir-se. Significa, simplesmente, que ela está

9 As famílias monoparentais matrifocais (mulher sem cônjuge e com filhos) têm vindo a assumir uma expressão particularmente considerável no contexto brasileiro. Em 2008 representavam 17.2% do total de famílias a residir em domicílios particulares e mais de 90% das unidades familiares baseadas na monoparentalidade (IBGE, 2009). Ainda para esse ano constatou-se que as mulheres eram a referência em 34.9% de domicílios e, mesmo na presença do marido, a referência económica em 9.1% dos casos (idem).

a perder o monopólio que manteve durante tanto tempo e a conviver com outros modelos e dinâmicas familiares (WALL, 2005), que, no entender de Beck-Gernsheim (1998), indiciam o advento daquilo que designa por "post-familial family".

Conclusão

Nos relacionamentos amorosos contemporâneos começa a sobressair uma tendência de relativa libertação face a normas e imposições de estabilidade instituídas pelo casamento e por um modelo de família nuclear baseado em profundas assimetrias de género. Isto acontece com particular visibilidade nos países ocidentais, mas também em países como o Brasil, quer nas suas camadas médias urbanas – geralmente mais associadas aos chamados processos de destradicionalização (GOLDENBERG, 2000b; PRIORE, 2004; VAITSMAN, 1994, 2001; VELHO, 1983) –, quer, em certa medida, nas suas classes populares, permeadas por tensões e mudanças no âmbito da família e das relações de género (ITABORAÍ, 2015). O resultado é a emergência de configurações de intimidade "flexíveis e plurais" (VAITSMAN, 1994), menos institucionalizadas e permanentemente sujeitas a ambiguidades, incertezas e volatilidades induzidas pela interacção de dinâmicas centrípetas e centrífugas.

Como foi possível constatar ao longo do texto, a intimidade pós-moderna é um espaço social de tensões, estruturalmente marcado pela convivência de disposições antagónicas de dissensão e de fusão. Por um lado, encontra-se envolto em condições sociais propícias à individualização, à reflexividade e à electividade, o que contribui para reforçar as idiossincrasias e as aspirações pessoais nas relações íntimas, tornando-as mais turbulentas e frágeis (BAUMAN, 2008; BECK e BECK-GERNSHEIM, 2004). Por outro lado, é um espaço simbolicamente colonizado pela grande narrativa romântica, uma matriz cultural muito valorizada e desejada, alvo de constantes celebrações e consumos, que impulsiona no sentido da fusão passional. Considerando esta mecânica de diferentes disposições sociais, é necessário

encararmos com alguma prudência e relativizarmos a perspectiva sobre a intimidade como contexto destradicionalizado. Se é certo que está livre de muitas das pesadas regulações normativas do passado, de que o esmorecimento da hegemonia do casamento é um excelente exemplo, importa, contudo, não esquecer que o "antigo" amor romântico continua a ser, talvez hoje mais do que nunca, a grande referência na construção dos sentidos que guiam a definição dos trajectos de intimidade (GROSS, 2005). Aliás, a própria instabilidade das relações íntimas nos dias que correm é, paradoxalmente, uma forte evidência da incessante demanda da história de amor.

Referências bibliográficas

ABOIM, Sofia. (2009), "Da pluralidade dos afetos: trajetórias e orientações amorosas nas conjugalidades contemporâneas". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 24, n. 70, pp. 107-122.

_____. (2006), "Conjugalidade, afectos e formas de autonomia individual". *Análise Social*, v. XLI, n. 180, pp. 801-825.

_____. (2004), *Conjugalidades em Mudança*. Percursos, Orientações e Dinâmicas da Vida a Dois. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

ALBERDI, Inês. (2003), "Il principali cambiamenti della famiglia in Spagna". In: ROSSI, Giovanna. (org.), *La Famiglia in Europa*. Roma: Carocci Editore, pp. 215-242.

ALCAÑIZ, Mercedes. (2004), "Conciliación entre las esferas pública y privada: ¿Hacia un nuevo modelo en el sistema de géneros?". *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 44, pp. 47-70.

ALMEIDA, Maria. (2006), "'Zoar' e 'ficar': novos termos da sociabilidade jovem". In: ALMEIDA, Maria; EUGÉNIO, Fernanda. (orgs.), *Culturas Jovens*: Novos Mapas do Afeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, pp. 139-157.

ALMEIDA, Miguel V. (1995), *Senhores de Si*: Uma Interpretação Antropológica da Masculinidade. Lisboa: Fim-de-Século Edições.

ARAÚJO, Maria F. (2005), "Diferença e igualdade nas relações de género: revisitando o debate". *Psic. Clín.*, v. 17, n. 2, pp. 41-52.

ARIÈS, Philippe. (1987), "O amor no casamento". In: ARIÈS, Philippe; BÉJIN, André. (orgs.), *Sexualidades Ocidentais*. São Paulo: Brasiliense, pp. 153-162.

BADINTER, Elisabeth. (1996 [1992]), *XY*: A Identidade Masculina. Porto: Edições ASA.

BAUMAN, Zygmunt. (2008), *Amor Líquido*: Sobre a Fragilidade dos Laços Humanos. Lisboa: Relógio d'Água.

BAWIN-LEGROS, Bernadette. (2004), "Intimacy and the new sentimental order". *Current Sociology*, v. 52, n. 2, pp. 241-250.

BECK-GERNSHEIM, Elisabeth. (1998), "On the way to a post-familial family: from a community of need to elective affinities". *Theory, Culture & Society*, v. 15, n. 3, pp. 53-70.

BECK, Ulrich; BECK-GERNSHEIM, Elisabeth. (2004), *The Normal Chaos of Love*. Cambridge: Polity Press.

_____. (2002), *Individualization*. Londres: Sage Publications.

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. (2001 [1994]), *Modernización Reflexiva*: Política, Tradición y Estética en el Orden Social Moderno. Madrid: Alianza Editorial.

BOURDIEU, Pierre. (1999), *A Dominação Masculina*. Oeiras: Celta Editora.

BRENTS, Barbara; HAUSBECK, Kathryn. (2007), "Marketing sex: US legal brothels and late capitalist consumption". *Sexualities*, v. 10, n. 4, pp. 425-439.

BRUCKNER, Pascal. (2010), *O Paradoxo do Amor*. Lisboa: Publicações Europa-América.

BUDGEON, Shelley; ROSENEIL, Sasha. (2004), "Editors' introduction: beyond the conventional family". *Current Sociology*, v. 52, n. 2, pp. 127-134.

CHAUMIER, Serge. (2004a), *La Déliaison Amoureuse*: De la Fusion Romantique au Désir d'Indépendance. Paris: Payot.

_____. (2004b), L'Amour Fissionnel: Le Nouvel Art d'Aimer. Paris: Fayard.

CONNELL, Robert. (1995), *Masculinities*: Knowledge, Power and Social Change. Berkeley: University of California Press.

CONNELL, Robert; MESSERSCHMIDT, James. (2005), "Hegemonic masculinity: rethinking the concept". *Gender & Society*, v. 19, n. 6, pp. 829-859.

COONTZ, Stephanie. (2007), "The origins of modern divorce". *Family Process*, v. 6, n. 1, pp.7-16.

_____. (2005), *Marriage, a History*: From Obedience to Intimacy, or How Love Conquered Marriage. Nova Iorque: Viking-Penguin.

DIAS, Maria. (2006), *Famílias e Terapeutas*: Casamento, Divórcio e Parentesco. São Paulo: Vetor.

DOMINGUES, José. (1998), "Modernidade, tradição e reflexividade no Brasil contemporâneo". *Tempo Social*, v. 10, n. 2, pp. 209-234.

EUROSTAT. (2011), "Population an social conditions – marriage and divorce statistics". Disponível em <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics_ explained/ index.php/ Marriage_and_divorce_statistics> (consultado em 28/03/2011).

FERREIRA, Virgínia. (1999), "Os paradoxos da situação das mulheres em Portugal". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 52/53, pp. 199-227.

FREEDMAN, Estelle. (2002), *No Turning Back*: The History of Feminism and the Future of Women. Nova Iorque: Ballantine Books.

GIDDENS, Anthony. (2002), *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar.

_____. (2001 [1992]), *Transformações da Intimidade*: Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas. Oeiras: Celta Editora.

GOODY, Jack. (1995 [1983]), *Família e Casamento na Europa*. Oeiras: Celta Editora.

GOLDENBERG, Mirian. (2000a), "O macho em crise: um tema em debate dentro e fora da academia". In: GOLDENBERG, Mirian. (org.), *Os Novos Desejos*. Rio de Janeiro: Record, pp. 13-39.

_____. (2000b), "De Amélias a operárias: um ensaio sobre os conflitos femininos no mercado de trabalho e nas relações conjugais". In: GOLDENBERG, Mirian. (org.), *Os Novos Desejos*. Rio de Janeiro: Record, pp. 105-124.

GONZÁLEZ, Libertad; VIITANEN, Tarja. (2009), "The effect of divorce laws on divorce rates in Europe". *European Economic Review*, v. 53, n. 2, pp. 127-138.

GROSS, Neil. (2005), "The detraditionalization of intimacy reconsidered". *Sociological Theory*, v. 23, n. 3, pp. 286-311.

HOLMES, Mary. (2010), "Intimacy, distance relationships, and emotional care". *Recherches Sociologiques et Anthropologiques*, v. 41, n. 1, pp. 105-123.

_____. (2006), "Love lives at a distance: distance relationships over the life-course". *Sociological Research Online*, v. 11, n. 3. Disponível em: <http:// www. socresonline.org.uk/11/3/holmes.html> (consultado em 04/04/2011).

IACOVOU, Maria; SKEW, Alexandra. (2010), "Household structure in the EU". In: ATKINSON, Anthony; MARLIER, Eric. (orgs.), *Income and Living Conditions in Europe*. Luxemburgo: Publications Office of the European Union, pp. 79-100.

IBGE. (2009), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Síntese de Indicadores 2008. Rio de Janeiro: IBGE.

ILLOUZ, Eva. (1999), "The lost innocence of love: romance as a postmodern condition". In: FEATHERSTONE, Mike. (org.), *Love & Eroticism*. Londres: Sage, pp. 161-186.

_____. (1997), *Consuming the Romantic Utopia*: Love and the Cultural Contradictions of Capitalism. Berkeley: University of California Press.

ITABORAÍ, Nathalie. (2015), *Mudanças nas Famílias Brasileiras (1976-2012)*: Uma Perspectiva de Classe e Gênero. Tese de Doutoramento. UERJ – Rio de Janeiro.

JABLONSKI, Bernardo. (2005), "Atitudes de jovens solteiros frente à família e ao casamento: novas tendências?". In: CARNEIRO, Terezinha. (org.), *Família e Casal*: Efeitos da Contemporaneidade. Rio de Janeiro: PUC, pp. 93-110.

_____. (1998), *Até que a Vida nos Separe*: A Crise do Casamento Contemporâneo. Rio de Janeiro: Agir.

KAUFMANN, Jean-Claude. (2000), *A Mulher Só e o Príncipe Encantado*: Inquérito Sobre a Vida a Solo. Lisboa: Editorial Notícias.

_____. (1993), *Sociologie du Couple*. Paris: PUF.

LASH, Scott. (2001 [1994]), "La reflexividad y sus dobles: estructura, estética, comunidad". In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. *Modernización Reflexiva*: Política, Tradición y Estética en el Orden Social Moderno. Madrid: Alianza Editorial, pp. 137-207.

LEVIN, Irene. (2004), "Living apart together: a new family form". *Current Sociology*, v. 52, n. 2, pp. 223-240.

LIMA, Antónia P. (1999), "Sócios e parentes: valores familiares e interesses económicos nas grandes empresas familiares portuguesas". *Etnográfica*, v. 3, n. 1, pp. 87-112.

LOBO, Cristina. (2007), *Recomposições Familiares*: Dinâmicas de um Processo de Transição. Tese de Doutoramento. ISCTE – Lisboa.

MURARO, Rose; PUPPIN, Andréa. (orgs.) (2001), *Mulher, Gênero e Sociedade*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

NÉRI, Marcelo. (2005), *Sexo, Casamento e Economia*. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS.

NOLASCO, Sócrates. (2001), "O apagão da masculinidade". *Trabalho e Sociedade*, n. 2, pp. 9-16.

PANIAGUA, Humberto. (2000), "Discontinuidades en el modelo hegemónico de masculinidad". In: GOGNA, Mónica. (org.), *Feminidades y Masculinidades*: Estudios Sobre Salud Reproductiva y Sexualidad en Argentina, Chile y Colômbia. Buenos Aires: CEDES, pp. 193-244.

PASTOR, Juan. (2008), "Highly educated women marry less: an analysis of female marriage rates in Spain". *South European Society and Politics*, v. 13, n. 3, pp. 283-302.

PRIORE, Mary. (2004), *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto.

RAMALHO, Carolina; LAZO, Aida; MAGALHÃES, Maysa. (2010), "Divórcio no Brasil: proposta de uma taxa de coorte". Comunicação apresentada no XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu-MG, de 20 a 24 de Setembro.

RIBEIRO, Fernando B.; SACRAMENTO, Octávio. (2009), "Imagens, erotismo e culturas *on the road*: perspectivas sobre o Brasil como destino turístico", *Configurações*, n. 5-6, pp. 241-255.

ROCA, Jordi. (2007), "Migrantes por amor. La búsqueda y formación de parejas transnacionales". *AIBR – Revista de Antropología Iberoamericana*, v. 2, n. 3, pp. 430-458.

ROSA, Maria. (2002), "Notas sobre a população – os homens e as mulheres perante o casamento". *Análise Social*, v. XXXVII, n. 163, pp. 667-672.

SACRAMENTO, Octávio. (2014), *Atlântico Passional: Mobilidades e Configurações Transnacionais de Intimidade Euro-Brasileiras*. Tese de Doutoramento. ISCTE – Lisboa.

SAROGNI, Emília. (2004), *La Donna Italiana 1861-2000*: Il Lungo Cammino Verso i Diritti. Milão: Il Saggiatore.

SEIDLER, Victor. (1994), *Unreasonable Men*: Masculinity and Social Theory. Londres: Routledge.

SHORTER, Edward. (1995 [1975]), *A Formação da Família Moderna*. Lisboa: Terramar.

SINGLY, François. (2004 [1993]), *Sociologie de la Famille Contemporaine*. Paris: Éditions Armand Colin.

_____. (1996), *Le Soi, le Couple et la Famille*. Paris: Nathan.

THISTLE, Susan. (2006), *From Marriage to the Market*: The Transformation of Women's Lives and Work. Berkeley: University of California Press.

TOLSON, Andrew. (1983), *Os Limites da Masculinidade*. Lisboa: Assírio e Alvim.

TORRES, Anália. (2003), "Famiglia, matrimónio e divorzio in Portogallo: tendenze contemporane". In: ROSSI, Giovanna. (org.), *La Famiglia in Europa*. Roma: Carocci Editore, pp. 243-266.

_____. (2002), *Casamento em Portugal*: Uma Análise Sociológica. Oeiras: Celta Editora.

TURNER, Bryan. (2004),"Religion, romantic love, and the family". In: SCOTT, Jacqueline; TREAS, Judith; RICHARDS, Martin. (orgs.), *The Blackwell Companion to the Sociology of Families*. Malden: Blackwell Publishing, pp. 289-305.

VAITSMAN, Jeni. (2001), "Gênero, identidade, casamento e família na sociedade contemporânea". In: MURARO, Rose; PUPPIN, Andréa. (orgs.), *Mulher, Gênero e Sociedade*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, pp. 13-20.

_____. (1994), *Flexíveis e Plurais*: Identidade, Casamento e Família em Circunstâncias Pós-Modernas. Rio de Janeiro: Rocco.

VELHO, Gilberto. (1983), "Aliança e casamento na sociedade moderna: separação e amizade em camadas médias urbanas". *Boletim do Museu Nacional de Antropologia*, n. 39, pp. 1-11.

WALL, Karin. (org.) (2005), *Famílias em Portugal*: Percursos, Interacções, Redes Sociais. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Revista Brasileira de Sociologia | Vol. 04, No. 08 | Jul. Dez, 2016
Artigo recebido em 01/06/2016 / Aprovado em 12/12/2016
http://dx.doi.org/10.20336/rbs.167
10.20336/rbs.167

Diálogos entre Chantal Mouffe e Pierre Bourdieu: uma proposta de análise sociológica da ação dos trabalhos artísticos no interior do campo da arte a partir do conceito de agenciamentos artísticos

Raíza Cavalcanti*

RESUMO

Neste artigo apresento uma proposta teórico-metodológica para a análise de trabalhos artísticos desde a perspectiva da sociologia, baseada nas teorias de campo de Pierre Bourdieu e de democracia agonista de Chantal Mouffe. A partir do conceito de **agenciamentos artísticos**, proponho uma análise das relações entre os processos de legitimação (e a potencial apropriação da crítica que geram) observando a ação dos trabalhos artísticos no interior das instituições e instâncias legitimadoras que participam. Ao centrar o foco na agência dos trabalhos artísticos e suas práticas estético-discursivas no interior do campo da arte, pretende-se ver mais de perto sua atuação quando imersos em bienais, feiras de arte, participando do mercado e de textos institucionais. Uma microanálise da ação dos trabalhos artísticos no interior do campo da arte é o objetivo principal que se pretende atingir ao aplicar-se o conceito de agenciamentos artísticos.

Palavras-chave: agenciamentos artísticos, sociologia da arte, arte e política

* Jornalista (Universidade Católica de Pernambuco), Cientista Social (Universidade Federal de Pernambuco), Mestre e doutora em sociologia (Universidade Federal de Pernambuco).

ABSTRACT

DIALOGUES BETWEEN CHANTAL MOUFFE AND PIERRE BOURDIEU: A PROPOSAL FOR THE SOCIOLOGICAL ANALYSIS OF ARTISTIC WORKS WITHIN THE ARTISTIC FIELD BASED ON THE CONCEPT OF ARTISTIC AGENCY

In this article I present a theoretical-methodological proposal for the sociological analysis of artistic works based on the theory of fields of Pierre Bourdieu and on the theory of agonistic democracy of Chantal Mouffe. Based on the concept of artistic agency, I propose an analysis of the relations between processes of legitimation (and the potential appropriation of the criticism they generate) via the observation of the action of artistic works within institutions and the legitimizing instances of which they are part. By focusing on the artistic agency of the works and their aesthetic-discursive practices within the field of art, I intend to observe their action in contexts such as biennials, art fairs, the market and institutional texts. A microanalysis of the action of the artistic works within the field of art is the main aim of the application of the concept of artistic agency.
Keywords: artistic agency, sociology of art, art and politics.

A sociologia da arte, pode-se dizer, é atualmente um ramo da disciplina sociológica que se encontra-se em pleno processo de estabilização. Com isso, quero dizer que esta área da sociologia tem ganhado espaços institucionais nas universidades, congressos e seminários, gerando a produção de pesquisas e trabalhos diversos.

Em sua constituição, a sociologia da arte debatia-se constantemente com noções da estética, da história social da arte e da filosofia no intuito de buscar sua especificidade de análise. Nesse embate, uma das questões principais que surgia – geralmente contra a sociologia – era a acusação de que esta negligenciava ou obliterava a dimensão formal e estética dos trabalhos artísticos em prol de uma análise social e contextual ampla. Em resposta a essa assertiva, vários sociólogos (BOURDIEU, 1996; ZOLBERG, 1990; HEINICH, 2010) se debruçaram, durante o processo de constituição da disciplina, a fim de encontrar caminhos analíticos em que o objeto artístico não fosse essencializado, mas tampouco fosse negligenciado.

Desse modo, considero que a discussão sobre como aliar ao estudo das condições sociais da produção artística a análise estética das obras em si, participa da problemática central da sociologia da arte. E com o intuito de observar as relações entre legitimação e crítica no interior do campo da arte, assumi o desafio de elaborar[1] essa problemática, tomando os trabalhos como protagonistas da ação. A partir do conceito de **agenciamentos artísticos**, considero as ações artísticas como centro e foco da análise, observando como operam esteticamente os ruídos e a crítica, inserindo o conflito no seio do campo da arte.

A ideia para a realização de um estudo sobre a agência dos trabalhos artísticos surgiu do incômodo frente a alguns diagnósticos pessimistas da situação da arte contemporânea no seio do campo - em que a lógica do mercado aparece como dominante. Observando essas análises e constatações do quanto a arte contemporânea foi cooptada, censurada e posta como ferramenta do sistema financeiro, emerge a questão: é possível ao campo da arte (BOURDIEU, 2007), submetido que está à hegemonia do mercado e da instituição-arte (BÜRGUER, 2008) ainda abrigar em seu interior o questionamento, seja dos seus estatutos, seja do campo social geral em que, por sua vez, também está inserido? Essa questão tem gerado constantes mobilizações, tanto de artistas, como de curadores, críticos e teóricos, que, mesmo falando de posições diferentes, perguntam-se e refletem sobre o lugar da ação crítica no contexto da arte contemporânea.

Sendo assim, é importante destacar que esta proposta de análise sociológica da arte está baseada em duas ideias fundamentais: a de campo da arte e a de conflito. O jogo que se pretende investigar é o dos trabalhos artísticos e sua relação com as instituições, os agentes, os discursos e a lógica mercadológica que permeia o campo da arte e o possível agonismo que põem em evidência durante esse processo, resultando em seus **agenciamentos artísticos**. Desse modo, está posto

1 A elaboração do conceito de agenciamentos artísticos foi realizada durante a investigação para a elaboração da minha tese de doutorado intitulada "Agenciamentos artísticos: uma análise sociológica dos trabalhos artísticos no interior do campo da arte do Brasil".

o desafio teórico de tentar trazer a teoria pós-marxista para um estudo da arte e mediá-la com a teoria do campo de Pierre Bourdieu. Pensar, através de Chantal Mouffe, nas práticas artísticas como práticas discursivas agonísticas no interior de uma ordem de discurso hegemônica e, por outro lado, considerar a dimensão material, histórica e simbólica que permeia o campo da arte (como o define Bourdieu), implicará na realização de uma mediação teórica entre correntes que, aparentemente, não dialogam diretamente entre si - mas que, porém, são necessárias para a análise aqui proposta. E essas duas matrizes teóricas serão mediadas pelo método de Análise de Discurso Crítica, conforme formulada por Norman Fairclough (2001). A partir do cruzamento das ideias de prática discursiva de Fairclough, com a de prática artística agonista de Mouffe e a noção de campo de Bourdieu se constitui o conceito central deste trabalho, o de **agenciamento artístico**.

Agenciamentos artísticos: a construção teórica

O objetivo geral desta proposta é observar como a prática artística agonística, produtora de conflitos, opera no atual contexto da arte. E farei esta análise a partir do ponto de vista dos trabalhos artísticos, mediando-os com o mercado, as instituições, seus agentes e os discursos e práticas que constituem o espaço social que Bourdieu definiu como campo da arte. Talvez o maior desafio deste estudo seja o de partir dos trabalhos e dos discursos dos seus produtores, para pensar o conflito, as relações mais macro que os subjazem e com as quais estão sempre em relação.

Para entender melhor como, teoricamente, se estabelecerá esta relação, podemos começar analisando a importância do conceito de campo para esta proposta de análise. Em linhas gerais, Bourdieu define o campo como sendo o espaço objetivamente estruturado onde ocorrem as ações, no qual as posições são dadas de antemão, situando os agentes como diferencialmente posicionados (BOURDIEU, 2007, p.140). Nesse espaço se manifestam relações de poder, já que o campo se estrutura a partir da distribuição desigual de *capital* (determinante

da posição do agente em seu seio). No contexto desta proposta de análise, o campo da arte contemporânea será considerado como o espaço estruturado onde a produção artística ocorre. Este espaço está delineado por práticas e discursos que geram instituições, posições dos seus agentes, critérios de validação e valorização próprios e no interior do qual se desenvolvem ações artísticas que o questionam e/ou reproduzem, diferenciando-se de outras esferas de produção da vida social. Essa delimitação de um *campo* próprio da arte torna possível observar como se desenrolam as disputas, a concorrência por legitimação e as relações de produção no interior dessa esfera específica.

Não sendo um dado da realidade, e sim um constructo teórico, a noção de campo, contudo, é importante por tornar averiguável um processo histórico que levou a que, a atualmente chamada arte contemporânea, constituísse um espaço de ação diferenciado no seio de outras esferas sociais como é a econômica, a política, etc. Desse modo, é importante destacar que neste trabalho estou lidando com ações artísticas constituídas, lidas e reproduzidas no interior de um campo de práticas, instituições e discursos atualmente denominado como arte contemporânea. Tributária da arte moderna, a arte contemporânea compartilha com esta a noção de autonomia, que foi fundamental no processo de constituição de um espaço social e de instituições e práticas próprias que definiam formas de ver, fazer, consumir e exibir a arte. De tal maneira, este modo de produção das artes visuais define para si esquemas de produção e modos de fruição, diferenciando-se de outros fazeres artísticos e criando para si espaços e discursos que geram esquemas de legitimação, validação e valorização próprios. Esses esquemas legitimadores dependem dos discursos, práticas e agentes que os reproduzem, assim como das estruturas institucionais que os corporificam. Assim, o conceito de campo de Bourdieu é importante por auxiliar na delimitação conceitual desse espaço de práticas em que se desenvolve a arte contemporânea.

E é importante considerar também que, por ser um espaço permeado pelo conflito, o *campo* não deve ser visto como uma entidade estrutural estática e exterior à ação individual. Ele é historicamen-

te produzido e reproduzido a partir das práticas e disputas entre os agentes em seu interior, que promovem mudanças ou reproduzem suas configurações. E essas ações acontecem dentro desse espaço social o qual, em sua configuração contemporânea, pode-se dizer que também está permeado pela lógica do capital, a qual orienta suas regras de funcionamento, as trocas simbólicas e também as disputas que ocorrem em seu interior.

Além disso, o conceito de campo torna-se importante para este estudo por permitir uma análise da arte em que suas condições de produção específicas são consideradas como ponto principal, visto que para Bourdieu o campo da arte é relativamente autônomo em relação aos outros espaços sociais, guardando especificidades que incidem na produção artística. Segundo o autor:

> Os campos de produção cultural propõem àqueles que adentraram neles um espaço de possibilidades que tende a orientar sua busca, definindo o universo dos problemas, das referências, dos referentes intelectuais (com frequência constituídos por nomes de personagens guia), dos conceitos em ismo; resumindo, todo um sistema de coordenadas que há que ter na cabeça - o que não significa na consciência - para participar do jogo. (...) Este espaço de possibilidades é o que faz com que os produtores de uma época estejam, ao mesmo tempo, situados e fechados e sejam relativamente autônomos em relação às determinações diretas do entorno econômico e social. (BOURDIEU, 1997, p.53)

Afirmar a autonomia do campo da arte em relação aos outros espaços sociais (ou campos, como o define Bourdieu) é importante para realizar um estudo da arte em que esta não esteja submetida a análises em que as condições sociais (econômicas e políticas) subsumam o ambiente próprio (discursivo e simbólico) no qual as obras são produzidas e consumidas. Segundo afirma Natalie Heinich (2010), "já não é possível imaginar uma arte - como nenhuma outra experiência humana - constituída fora de uma sociedade, nem sequer dentro dela,

já que ambos se constituem ao mesmo tempo. A arte é, entre outras, uma forma de atividade social que possui características próprias" (HEINICH, 2010, p.43).

E ainda segundo Heinich, a teoria do campo de Bourdieu foi uma das formulações que tornou possível o estudo da sociologia da arte sem que esta fosse totalmente relegada a uma explicação social exterior à sua própria configuração como artefato artístico, nem, ao contrário, considerada como realidade *per se*, independente de outras condições sociais que lhe dão sentido. Porém, é importante ressaltar que essa autonomia do campo é relativa, o que quer dizer que, apesar de ter sua própria legalidade, suas regras de legitimação, produção e recepção da arte, suas referências históricas com as quais os autores dialogam constantemente (seja para afirmar ou negar), ele está sujeito à influência dos outros campos sociais em seu interior: o jurídico, o político e, principalmente, o econômico. Considerar isso será fundamental, seja para entender os trabalhos produzidos pelos artistas e os discursos que põem em movimento, seja para relacionar a teoria bourdieusiana do campo com a teoria da prática agonística de Chantal Mouffe.

E é com o objetivo de observar a possibilidade da crítica no interior de uma realidade em que a lógica econômica e utilitarista do mercado são hegemônicas que enfatizamos neste estudo a dimensão agencial dos trabalhos artísticos, observando como seguem operando lutas discursivas na medida que participam do campo. Desse modo, propõe-se analisar práticas artísticas que participem do circuito hegemônico de instituições e galerias, que sejam legitimadas e contem com valor simbólico e econômico no seio do mesmo.

Os trabalhos artísticos de teor crítico e que participam do campo da arte parecem indicar, por um lado, um destino fatídico para a arte: a adesão às regras da legitimação. Porém, ao mesmo tempo, ironizam essa adesão, expõem os termos em que ela acontece, jogam com essas regras da legitimação e apresentam o caráter precário dessa hegemonia. Esse tipo de questionamento pode ser encarado como uma luta discursiva na medida em que opera com os ruídos e com

as dissonâncias encontradas no interior de uma formação discursiva hegemônica, nesse caso, a lógica mercadológica que permeia desde as relações sociais no interior do campo da arte, como no campo social mais amplo, desestabilizando-a.

Porém, é importante ressaltar que, por participarem dessas regras, esses trabalhos também encontram-se delimitados por elas. Sendo assim, também será preciso observar a constante tentativa do campo de neutralizar a dimensão subversiva desses trabalhos. Não é somente a tentativa de ruptura, mas também a possibilidade da adesão que chama atenção nessa disputa. A fronteira onde esses agenciamentos artísticos acontecem é tênue, podendo ser atravessada para um lado ou outro de maneiras muito sutis, como identifica o crítico de arte Hal Foster (1996) ao analisar o artista cúmplice e o agente duplo. Essas categorias servem para Foster identificar, por um lado, a situação do artista que opera no interior da lógica do mercado, provocando rupturas críticas nesta (artista cúmplice) e, por outro, o artista que, apesar de parecer operar ações de questionamento, na verdade está jogando com as regras de valorização artística do mercado (o agente duplo).

Esses conceitos, criados por Foster, de agente duplo e artista cúmplice, são uma das bases para a ideia de **agenciamentos artísticos**. Pensando a partir de bases teóricas pós-estruturalistas, este autor desafia alguns diagnósticos nos quais a arte aparece como realidade cooptada e inócua, mostrando que o *modus operandi* da crítica segue ativo, mas desde outro ponto: desde dentro de suas próprias condições de produção e existência no interior do campo da arte. Negando tradições que mostram a arte como uma espécie de realidade exterior, essencial e, de certo modo, atemporal, Foster tenta apresentar como diferentes condições históricas e de produção da arte possibilitam diferentes modos de operar a crítica. Este autor entende que as retomadas das práticas de vanguarda, antes de configurar apenas um retorno acrítico, criaram novas condições institucionais de produção da arte, configurando um novo campo de produção, o que exige novas ferramentas de observação do mesmo para entender onde se localiza a potência crítica dentro desta nova realidade.

Além de Foster, é preciso ressaltar que o conceito de **agenciamentos artísticos** também foi inspirado na ideia de ação agonística de Chantal Mouffe. A base desta noção é mostrar como operam as práticas discursivas modificadoras de hegemonias, construtoras e reveladoras de novos sujeitos e, portanto, participantes da democracia agonista, no campo da arte. Já aqui, em linhas gerais, é preciso esclarecer que Mouffe entende por hegemonia momentos de fixação de discursos (pontos nodais) contingentes, visto que se situam em uma dimensão social sobredeterminada e aberta. Nessa esfera, nenhum sentido é permanentemente fixado, sendo os centros hegemônicos constantemente alvo de disputas discursivas (ou seja, estão constantemente em confronto com os sentidos exteriores a essas formações) (BURITY, 1997, p. 15).

Neste estudo, pretendo tratar estas disputas como se dando a partir da ação artística que opera desestabilizações no campo da arte provocando fraturas em sua hegemonia (que é discursivamente constituída e reproduzida). Sendo assim, a ideia de **agenciamentos artísticos** com a qual estou trabalhando tem como base de formulação principal a definição de Chantal Mouffe de práticas artísticas agonísticas. Ou seja, a arte é uma prática que opera discursivamente na dimensão da ordenação, reprodução ou modificação do social. Para Mouffe, "todas as formas de práticas artísticas ou contribuem para a reprodução do sentido comum dado – e nesse sentido são políticas -, ou contribuem para sua desconstrução ou sua crítica" (MOUFFE, 2007, p. 26).

Em outras palavras, para Mouffe a arte é uma dimensão da *política*[2], ou seja, é uma esfera da organização do social e de sua reprodução. Ela não vê a arte como algo reservado a uma dimensão estética apenas, deslocada completamente do contexto do social. Entendendo

2 As palavras destacadas em itálico chamam a atenção para a diferenciação que a autora Chantal Mouffe faz entre as ideias de política (dimensão da organização social, das relações de poder que estão, mais ou menos, fixadas em termos de instituições, discursos e práticas sociais hegemônicas) e político (dimensão do conflito que perpassa o social e promove a contestação ou mudança dessas instituições, discursos e práticas através da luta agonística).

a política como o conjunto de discursos e práticas, institucionais ou artísticas, que contribuem para uma certa ordem e a reproduzem, a arte é necessariamente política, por ser um conjunto de práticas e discursos que operam reproduções ou transformações no social (2007, p. 26). Isso significa que, para Mouffe, mesmo que a arte opere a reprodução de discursos hegemônicos dados, ela permanecerá política, pois o *político*, para Mouffe, é a dimensão do antagonismo, do conflito entre amigo e inimigo que surge em qualquer relação. A arte crítica pode, então, ser o lócus do político, na medida em que abriga e opera nessa dimensão do conflito (2007, p. 27).

A arte assim pensada só é compreensível a partir de um entendimento do social como, também, discursivamente constituído, cujas relações de dominação não estão dadas para sempre, podendo ser modificadas através de práticas discursivas de ruptura e questionamento de hegemonias. Ou seja, para Mouffe, o social não é um ente constituído e fixado, exterior às relações sociais, mas é sobredeterminado, quer dizer, simbolicamente constituído e permeado por esses signos e sentidos que, a todo instante, reivindicam sua participação, sua visibilidade. Não há nada nele que seja permanentemente instituído, impossível de ser transformado, pois sua condição de construção discursiva dá a esse social um caráter contingente e precário. É a agência que opera tanto as reproduções como as modificações no interior desse social. Pensando mais especificamente no campo da arte, é possível percebê-lo como sendo, também, discursivamente constituído e modificado.

Sendo assim, segundo a autora, "a arte crítica é a que fomenta o dissenso, o que torna visível o que o consenso dominante costuma obscurecer e apagar. Está constituída por uma diversidade de práticas artísticas encaminhadas a dar voz a todos os silenciados no marco da hegemonia existente" (MOUFFE, 2007, p.67). Neste ponto, o conceito bourdieusiano de autonomia relativa dos campos se torna um importante mediador com a teoria agonística de Mouffe. Pensando que o campo não é uma realidade atomizada, distanciada do social, mas é parte constitutiva deste, os artistas e as obras que realizam estão pon-

do em evidência, além de questões próprias ao campo de produção estética, discursos e signos que compõem o social em sua dimensão política, urbana, econômica, jurídica, etc. Se, segundo Mouffe, a prática artística agonística é esta que põe em evidência o que o consenso dominante obscurece, torna-se imprescindível, então, considerar que os trabalhos críticos estão lidando, não somente com as questões próprias ao campo da arte, mas pondo em evidência e em conflito discursos pertencentes aos demais campos sociais dos quais seus produtores também participam.

E além disso, ao observar a questão do espaço social e da prática política no interior do mesmo, pode-se perceber que, apesar de Mouffe falar do ponto de vista da articulação e do discurso, ela realiza uma análise que vai muito ao encontro de Bourdieu no que tange às lutas no interior dessas formações hegemônicas (que, para Bourdieu, é o espaço social estruturado que ele chama de campo). A questão da historicidade e o conflito constante que, a todo momento, modifica as práticas no interior do espaço, torna as lutas por mudanças um ponto chave de análise dos dois lados. O que Mouffe chama de práticas hegemônicas agonísticas que lutam por visibilidade ou para desestabilizar a prática hegemônica "legítima", digamos assim, é parecido ao que Bourdieu chama de luta entre ortodoxos e heterodoxos no interior do campo. Nos dois casos, essas lutas promovem mudanças nas práticas (e discursos) a partir de quem será o vencedor.

Cabe considerar que, apesar das similitudes encontradas, não se está ignorando diferenças fundamentais entre os dois autores no que tange a essa mesma visão do espaço social: em Bourdieu este aparece mais estruturado, possuindo regras que determinam de maneira mais clara a prática dos agentes em seu interior; em Mouffe aparece como mais aberto, tendo nas articulações discursivas seu *modus operandi* principal. O que se gostaria de destacar é que, apesar da mediação que teremos que fazer entre essas duas visões (uma mais determinada e outra mais aberta), ambas teorias têm no conflito seu ponto de encontro. Ambos os autores compreendem o social como constituído por relações de poder. Essas relações de poder são provocadoras de

conflitos e a presença do conflito motiva a mudança social. Ou seja, mesmo vendo as estruturas como mais determinadas e determinantes que em Mouffe, Bourdieu tem uma visão da mudança social a partir do conflito: o campo é um espaço configurado e reconfigurado pelas lutas dos seus agentes em seu interior. E essas ideias, juntas, auxiliam bastante a entender como as práticas artísticas podem operar esse conflito no interior do campo da arte contemporânea brasileira.

Agenciamentos artísticos: questão de método

Uma terceira referência fundamental para a construção do conceito de **agenciamento artístico** está em Norman Fairclough (2001) e no método, por ele formulado, da Análise de Discurso Crítica (ADC). E esta escolha se deu, em primeiro lugar, por sua cercania à teoria da democracia agonística de Mouffe. Este autor, ao analisar o discurso, parte das ideias propostas por esta autora e por Ernesto Laclau, considerando os conceitos de articulação e hegemonia como nortes de análise. Porém, Fairclough também propõe a consideração do social como parte fundamental da Análise de Discurso Crítica, considerando que é nesta esfera (que além de discursiva, também é material e simbólica) onde os discursos são moldados, estão em disputa e modificam instituições e práticas aí dadas, aproximando-se um pouco também da teoria bourdieusiana (mesmo que essa aproximação nunca esteja explícita neste autor).

Deste modo, a opção pela ADC, da maneira como formulada por Fairclough, pareceu a mais adequada para os objetivos teóricos aqui perseguidos. Através da formulação do que ele chama de análise tridimensional, é possível fazer um intercâmbio (ou, ao menos, uma relação) entre as ideias de prática de Bourdieu e de Chantal Mouffe. E a mediação destas noções de prática através de uma que inclua tanto a dimensão de uma prática social e simbólica, como outra discursiva, pareceu importante para atingir o objetivo principal de entender como artistas rompem ou reproduzem as regras de legitimação e a lógica mercadológica – que é um discurso hegemônico hoje no campo

da arte - a elas relacionadas, através de práticas artísticas. Esses **agenciamentos artísticos**, estão a todo momento referenciando-se a essa dimensão discursiva, operando rupturas e reproduções nelas através da produção de trabalhos artísticos.

Este modelo tridimensional de análise que Fairclough desenvolveu é importante por captar o movimento discurso – prática – discurso; ou, estrutura (dimensão discursiva - institucional e social), agência (práticas de ruptura ou reprodução dessas estruturas via práticas discursivas como produção textual ou relações institucionais e sociais) e o impacto disso na estrutura novamente (RESENDE; RAMALHO, 2006, p.28). Ou seja, a prática social engloba a prática discursiva que, por sua vez, incorpora o texto. Dessa forma, considera-se, na análise, a prática social e não somente o discurso em si.

Neste ponto, pode-se fazer uma mediação deste autor com Bourdieu. Apesar de estar muito mais próximo da perspectiva pós-estruturalista e de Mouffe, ao falar em prática social Fairclough abre uma brecha para que a análise bourdieusiana seja incorporada. Ou seja, quando pensamos em prática social, além do discurso, consideramos que o campo da arte possui uma configuração mais ampla que inclui relações simbólicas e econômicas que também são performadas nas práticas. Se o social é a dimensão da prática que inclui o nível do texto e da prática discursiva, ele está, portanto, aberto a incluir essas outras possibilidades também. Em outras palavras, os **agenciamentos artísticos** possuem uma dimensão de texto (no caso, a materialidade dos trabalhos artísticos: performances, fotografias, vídeos, etc.) que são produto de determinados modos de produção artística (ou seja, práticas discursivas) que se relacionam ao campo da arte (operam uma prática social neste, relacionando tanto os discursos aí inscritos, mas também os posicionamentos no campo, modos de legitimação, etc.).

Percebe-se que há, portanto, um movimento dialético na perspectiva de Fairclough que interessa bastante nesse trabalho. Para ele, a estrutura constrange e organiza a produção discursiva na sociedade – o evento discursivo – mas cada enunciado novo é uma ação individual sobre as estruturas. A ação individual contribui tanto para a re-

produção quanto para a mudança de formas recorrentes de ação. Essa possibilidade da prática como ação potencialmente modificadora de modos de pensar e relacionar-se também tem relação, como já disse acima, com o que Mouffe (2007) está entendendo por prática. Para esta autora, sendo o social resultado de uma construção discursiva, sempre aberto a modificações constantes por conta das lutas discursivas que se desenrolam em seu interior, a prática é essa dimensão onde a possibilidade de mudança reside.

Desse modo, pode-se dizer que, para Fairclough, a "prática discursiva envolve processos de produção, distribuição e consumo textual e a natureza desses processos varia entre diferentes tipos de discurso, de acordo com fatores sociais. Por exemplo, os textos são produzidos de formas particulares em contextos sociais específicos" (FAIRCLOUGH, 2001, p.107). Essa definição do que é a prática discursiva para a Análise de Discurso Crítica se faz útil para esse trabalho ao deixar em evidência a relação entre a produção, o consumo e o contexto, aqui considerados fundamentais, visto que a todo momento estará relacionando-se os **agenciamentos artísticos** produzidos pelos artistas com o contexto do campo artístico de que provêm e para o qual se voltam.

Um exemplo de análise: *Situações,* de Artur Barrio



Situação T/T,1 – Trouxas (1970)

Artur Alípio Barrio, português radicado no Brasil, começou sua produção artística no mesmo período que Cildo Meireles, Antonio Manuel e outros artistas, participando de uma geração que é situada historicamente como emergindo entre 1969 e 1970. Geralmente classificados em relação ao neoconcretismo - movimento conhecido por evidenciar discursos e práticas que serão rearticulados em experimentos e contestações posteriores -, essa geração tem como característica uma maior aproximação com tendências conceituais e uma retórica crítica mais contundente. A produção dessa geração foi nomeada pelo crítico Frederico de Morais (1975) como arte de guerrilha, referindo-se às ações de ataques rápidos, imprevistos, anônimos e efêmeros dos guerrilheiros em oposição aos ataques com táticas de guerra e organização mais estrutural dos exércitos. E, de todos os artistas dessa época, talvez Barrio tenha sido a quem mais essa classificação calçou.

A reivindicação do precário, a ação anônima e efêmera, a constante crítica aos sistemas artísticos e políticos, são elementos dos trabalhos deste artista que o tornaram uma das grandes referências dessa geração (e dessa classificação). Em seu conhecido *Manifesto: contra as categorias de arte, contra os salões, contra as premiações, contra os júris, contra a crítica de arte*, de fevereiro de 1970, Barrio realiza um protesto contra o que considera o elitismo do sistema artístico. Em suas palavras:

> Devido a uma série de situações no setor das artes plásticas, no sentido do uso cada vez maior de materiais considerados caros, para a nossa, a minha realidade, num aspecto socioeconômico do 3º mundo (América Latina inclusive), devido aos produtos industrializados não estarem ao nosso, meu, alcance, mas sob o poder de uma elite que contesto, pois a criação não pode estar condicionada, tem de ser livre.
>
> Portanto, partindo desse aspecto socioeconômico, faço uso de materiais perecíveis, baratos, em meu trabalho, tais como:

> lixo, papel higiênico, urina, etc. É claro que a simples participação dos trabalhos feitos com materiais precários nos círculos fechados de arte, provoca a contestação desse sistema em função de sua realidade estética atual. (BARRIO in FERREIRA&COTRIM, 2006, p.262)"

Partindo desse discurso do artista, temos que a sua reivindicação do precário contra o elitismo ocorre através da afirmação do dejeto, do lixo, da urina, do papel higiênico, como materiais de produção da arte. Essa produção precária e, inclusive, abjeta, realizou-se tanto nas bordas da instituição, no espaço urbano, como também no interior institucional, através de ações de intervenção urbana, performances, escritos, livros-objeto e instalações, além de experiências que levavam ao limite todas essas classificações anteriores. A estas experiências poéticas que se situam no limite entre a performance, a intervenção urbana, o happening e a poesia, Barrio em geral as nomeava como *Situações* e elas são inúmeras, diversas em suas formas e ações realizadas.

A ação considerada como a primeira realizada pelo artista é denominada *P...H.....* (1969). Nesse trabalho, o artista lançou rolos de papel higiênico pela cidade do Rio de Janeiro, enfatizando nessa ação o caráter de envolvimento do corpo no processo. O artista assim elaborou discursivamente o seu trabalho: "Do corpo como ponto de apoio auxiliar no desenvolvimento de formas na relação através do papel higiênico. Enrolamento. Desenrolamento. Do momentâneo. Do perecível. Sem esquecer o fundamento projetual da obra como um todo: da realização de trabalhos coletivos a partir desta ideia" (BARRIO in FREITAS, 2007, p.113).

Aqui, um chamado ao coletivo é realizado através da consciência poética do corpo. O corpo que pode se relacionar, que está em relação com outros corpos, e que apresenta a sua possibilidade relacional através da dança com o papel higiênico. O corpo como agente provocador das formas ao manipular o papel higiênico, ambos precários e perecíveis, é parte de um projeto mais fundamental, o da coletividade.

Relacionando este trabalho ao manifesto anteriormente citado, escrito um pouco depois da realização do mesmo, temos aí que a construção discursiva de Barrio, que permeará a elaboração dos seus trabalhos e significará suas ações posteriores, tem matrizes tanto no neoconcretismo brasileiro – a dimensão da imersão do corpóreo e da experiência, postas em evidência no campo da arte pelas experiências de Oiticica, Lygia Clark e Lígia Pape –; como também uma noção de projeto e de ação a partir da ideia, enfatizada pelos discursos e práticas conceitualistas. Além da presença da questão da luta ideológica contra o sistema artístico ampliada à dimensão do questionamento da desigualdade social e da subalternidade, reproduzida tanto em nível global, como no interior do país. É importante destacar que essa questão ideológica permeia a constituição do campo da arte brasileiro desde o modernismo, relacionando-se à sua constante ambivalência, oscilando entre a reprodução da arte realizada na metrópole ou a ênfase em uma criação original e própria; ou entre a necessidade de criação e afirmação de uma identidade própria em contradição com uma vontade de superar a condição de subalternidade. O reconhecimento da desigualdade, seja em relação ao país comparado a outros países, seja do país internamente, permeia as ações e discursos artísticos no campo da arte brasileiro, desde a constituição do manifesto antropofágico, a ênfase em um modernismo regionalista, passando pelas ações concretistas, neoconcretista, movimentos culturais de esquerda (CPCs), até as ações de crítica social e política contundentes no seio da ditadura militar dos anos 1960.

Estes elementos discursivos matriciais das ações de Barrio, aqui brevemente listados, nos servem para entender como ele, e a geração da qual fazia parte, seguiram um processo de rearticulação de elementos discursivos existentes no interior do campo, nacional ou internacionalmente, ampliando as lutas discursivas existentes nesse espaço. A observação dessa intertextualidade, portanto, tem o objetivo de demonstrar como distintas matrizes discursivas passam a dar forma a ações que, em sua época, serão consideradas de extrema ra-

dicalidade e, em alguns casos, colocam seu autor como um radical ruptor, inaugurando uma nova fase na história da arte brasileira.

Importante ressaltar que vários historiadores consideram que o biênio 1969-1970 inaugura uma nova fase da produção artística brasileira. Se não é possível negar o fato de que sim, ações e modos de produzir emergem, possuindo características distintas de modos anteriores e sendo únicas em suas composições e efeitos, tampouco essas são totalmente desconectadas de processos discursivos e de práticas anteriores circulantes no campo. Essas novas ações, na verdade, são rearticulações realizadas que passam a pôr em circulação discursos e práticas no interior do campo, reordenando as hierarquias e contestando a hegemonia anterior dos mesmos.

Dito isso, o uso do papel higiênico como elemento artístico, relacionado à ênfase no corpo e em sua ação poética de "desenrolar e enrolar" o mesmo, tem originalidade no sentido de que faz parte de uma prática artística que, em si, possui a dimensão autoral e é única em seus modos de existir. Mas também é intertextual no sentido de que, nesse caso, a reivindicação do extremamente cotidiano, simples e até abjeto, rearticula elementos do neoconcretismo (a ênfase no corpo e na relação deste com o ambiente e o cotidiano como lugar de experiência) e também do conceitualismo, ampliando-os em outras práticas e discursos. Nesse primeiro trabalho, o artista ainda não o havia nomeado como situação, o que passa a acontecer nos próximos.

A primeira *Situação*, a *Situação ORRHHH....ou.....5.0000.....T.E.... em..... N.Y..... City* (1969), se realiza no âmbito do Salão da Bússola[3], promovendo uma ação de Crítica Institucional no interior do Museu

3 O icônico Salão da Bússola, ocorrido em 1969, foi um marco para a entrada de novas tendências da arte mundial no cenário artístico brasileiro através das ações de artistas como Artur Barrio e Cildo Meireles. Diante de um cenário institucional fragmentado pelo governo ditatorial (fechamento da segunda edição da Bienal da Bahia, censura à representação brasileira na Bienal de Paris, boicote à Bienal de São Paulo), o evento foi promovido por Aroldo Araújo Propaganda, uma agência de publicidade, em comemoração aos cinco anos de sua fundação. Como a empresa tinha como símbolo uma bússola, essa passou a nomear também o Salão.

de Arte Moderna do Rio de Janeiro. E em 1970, no seio da icônica mostra *Do Corpo À Terra*, realizada em Belo Horizonte e organizada por Frederico Morais, surge a *Situação T/T,1* (1970) que se tornará um dos marcos definidores da obra de Barrio, sendo bastante citada, nomeada e estudada posteriormente (e sobre a qual nos deteremos). E é também no marco dessa exposição que surge a nomenclatura, dada por Morais, de arte de guerrilha, da qual *Situação T/T,1* também conhecida como *Trouxas,* se tornou exemplar.

Do Corpo à Terra foi um evento que, em sua constituição, possibilitou o exercício experimental, na medida em que não foi organizado como um salão tradicional. Foi um evento previsto para ocorrer tanto em espaços institucionais fechados, a exemplo do Palácio das Artes de Belo Horizonte mas também, e principalmente, no espaço público. Frederico Morais, articulador e organizador, chegou a escrever um manifesto com o mesmo nome do evento, no qual reivindicava o reconhecimento da arte como questão fundamental, como necessidade social e, portanto, necessária à qualquer projeto de país, devendo permanecer livre a fim de realizar sua potência. Em um trecho do manifesto, Morais diz que: "Necessidade vital do homem, a arte é por isso mesmo uma necessidade social. É mais do que um fato coletivo - é parte integrante da sociedade. Todo homem é criador (...) A repressão ao instinto lúdico do homem é uma ameaça à própria vitalidade social. Cabe ao governo, portanto, criar condições efetivas para que o desejo estético do corpo social se realize plenamente" (MORAIS, 1970, p.5). No intertexto desse discurso, está referido o contexto de censura cultural e repressão política e policial do Estado ditatorial Brasileiro. Como um pedido, o texto chama o governo à sua responsabilidade de garantir a realização do desejo estético do corpo social. Ou seja, é um chamado pela garantia de liberdade tanto estética, como política e social. E essa reivindicação de liberdade, ocorrida no momento em que a ditadura havia recrudescido a repressão, repercutiu nos trabalhos, que, em muitos casos, ativaram este pequeno espaço de liberdade no meio da repressão de maneira contundente.

Desse modo, *Situação T/T,1*, que acabou ficando mais conhecida pelas *Trouxas*, foi um ato em três partes, realizado no espaço urbano de Belo Horizonte, mais especificamente no Rio Arrudas, que corta o Parque Municipal de Belo Horizonte. Em seu primeiro ato, se tratou da preparação de quatorze trouxas de tecido branco contendo sangue, pedaços de carne, ossos, rejeitos diversos e amarradas com uma corda. O segundo ato foi o lançamento destas trouxas no Rio Arrudas, próximo ao Parque Municipal de Belo Horizonte, e a observação das consequências dessa ação: pessoas se aproximavam assustadas, pensando tratar-se de corpos, a polícia e o corpo de bombeiros foram acionados. Na terceira e última parte desta *Situação*, Barrio espalhou papel higiênico no mesmo local onde estavam as trouxas, enquanto era fotografado por César Carneiro.

A repercussão das trouxas ensanguentadas, em grande parte, se deu porque a sua semelhança com corpos disformes, talvez mutilados, provavelmente decompostos, provocou uma grande reação no seio do espaço público onde foram colocadas, levando até à presença da polícia no local. E no interior de um contexto fortemente repressivo, a aparente violência das trouxas, sua disformidade, seu cheiro fétido, realizava uma contundente crítica à violência real dos assassinatos. E essa crítica, que sim, o agenciamento de *Situação T/T,1* – ao mobilizar sentidos latentes no espaço público –, também realiza, passou a ser, em grande parte, um discurso legitimado sobre esta ação no interior do campo da arte, limitando outras leituras e obscurecendo a potência de outras agências realizadas por ele.

Uma destas outras agências possíveis se conecta à reivindicação do perecível e do abjeto como manifesto contra o elitismo e o sacralismo da arte, que fundamenta os textos-arte realizados pelo artista. Esta outra dimensão do agenciamento – que é um ato de contestação do sistema artístico – era alinhada a outros discursos sobre vanguarda e latino-americanidade em circulação no campo da arte na época, que se associavam a essa reivindicação do precário para uma afirmação da pobreza. Esses discursos eram articulados por críticos como Frederico Morais (o qual promoveu, por

duas vezes, entre 1969 e 1970, a realização de *Situações*). Segundo o pesquisador Artur Freitas,

> Anti-tecnológicos nesse sentido, os objeto-trouxa realmente dialogavam com as ideias de Frederico Morais – e não à toa foram por ele defendidos, muito provavelmente, no Salão da Bússola. O corpo, a ideia e os materiais pobres: a estética guerrilheira de Frederico tinha nos objetos de Barrio um depósito fértil de suas camadas de sentido – e com eles ampliava o embate cultural já posto em movimento por Hélio Oiticica. (FREITAS, 2007, p.115)

Nesse texto, de gênero acadêmico, o autor nomeia as trouxas como objeto-trouxa e os define em relação de diálogo direto com as ideias de Frederico Morais. Esse modo de nomear realizado por Freitas tem a intenção de situar *Trouxas* como objeto estético no interior do campo a serviço do que ele chama "embate cultural". Considerando o que é parte de uma ação mais ampla – as *Situações* – como um trabalho em si (as *Trouxas*), Freitas destaca uma condição de receptáculo e de acumulador de sentidos impostos pelo discurso do crítico deste objeto--trouxas. Assim classificado, o objeto-trouxas assume uma posição passiva no interior do campo, sendo considerado apenas como vetor de uma luta discursiva da qual não é o sujeito.

O embate a que Freitas se refere pode ser definido como um processo de rearticulação no campo da arte em que o discurso da arte moderna, ao enfrentar as críticas e ações ruptoras da vanguarda, se rearticula e se amplia, passando a compor a ordem de discurso contemporânea (a arte contemporânea). Olhando para esse processo mais de perto, podemos observar que Frederico de Morais era, nessa época, um defensor da ação de vanguarda brasileira e um dos poucos críticos que se alinhavam a essa produção. Desse modo, o fato de seu discurso repercutir na produção artística realizada no momento é um importante dado de análise. Esse dado reforça a anterior consideração de que o discurso do artista é socialmente situado no campo, reali-

zando uma relação histórica, mas também social com este. Ou seja, o processo de rearticulação da ordem hegemônica (a arte moderna) no campo já produzia posições distintas, a exemplo de Morais que já não se definia mais como crítico e iniciava uma atuação como curador, atuando junto aos artistas e promovendo eventos como o já citado *Do Corpo À Terra,* mas também o famoso *Domingos da Criação*, que abria espaços para a experimentação no interior do MAM do Rio. E esse agente atuava no sentido de promover a visibilidade e a legitimidade destas práticas. Sendo um agente legitimador, não é estranho que seu discurso influencie ou até componha o texto-arte de uma produção, no caso a de Barrio. O agenciamento de *Situações*, nesse aspecto, é o de participar ativamente na ampliação e produção desses discursos, promovendo sua visibilização e posterior estabilização no campo. Diferente de Freitas, entendemos que essas ações não estão agindo apenas como vetores, como são também produtoras destes discursos os quais reverberam. Não se trata de um processo unidirecional, mas de uma ação complexa em que todos os agentes estão operando em conjunto na luta discursiva de rearticulação do campo da arte.

Como dissemos anteriormente, os agenciamentos podem ser críticos ou participar da constituição e conformação do social. O fato de que *Situações* tenha contribuído para a estabilização da ordem de discurso contemporânea no interior do campo da arte no Brasil se torna parte do que Mouffe define como dimensão política da arte, sua capacidade de ordenar e constituir o social. Mas, nesse processo, esse agenciamento tanto colaborou para a conformação de uma prática contemporânea no interior do campo da arte, como também operou com o político, visto que, apesar de contar com apoio e ser legitimado por alguns agentes, era rechaçado e negado por outros, inserindo a disputa e o ruído no interior da antiga hegemonia no campo.

E os agenciamentos também, ao serem um conjunto de discursos os quais são atualizados e reatualizados através das práticas artísticas, em sua existência passam a exercer efeitos que são poéticos e éticos os quais extrapolam as determinações estruturais onde emergem. Por exemplo, se considerarmos o fato de que Barrio estivesse influenciado

pelo discurso de Morais, precisamos observar que isso exerce determinação até certo ponto. Isso porque *Situações*, ao ser elaborada pelo artista e posteriormente reelaborada pelo público, ganha outras camadas de sentido que também compõem seu texto-arte e o ampliam.

Dessa forma, sendo as trouxas apenas uma parte do complexo que são as ações performáticas e poéticas de *Situações*, o complexo de sentidos entre a alusão à arte povera, forte na época, o uso dessa referência como modelo para uma arte latino-americana crítica por parte de alguns agentes, a ideia de ampliação da ação neoconcreta, entre outras, se misturam à existência e à agência do trabalho no seio do espaço público. No caso de *Situação T/T,1*, o impacto causado nas pessoas que a presenciaram no Rio Arrudas é um dado político do agenciamento deste trabalho, visto que pôs em evidência conflitos e discursos invisibilizados (e reprimidos) em sua existência no ambiente urbano e, posteriormente, na complexidade que insere em sua existência no interior do campo da arte. E é um segundo dado político o fato de haver-se tornado um discurso definidor do trabalho no interior do campo da arte, processo que o próprio trabalho põe em tensão constantemente.

Em *Situação...Defl....+S+.....Ruas....Abril* (1970), Barrio enche cerca de 500 sacos com todo tipo de dejetos: sangue, pedaços de unha, escarro, papel higiênico (usado ou não), absorventes, serragem, restos de comida, entre outros. Esses sacos foram lançados em várias partes da cidade do Rio de Janeiro, de maneira indistinta, em lugares movimentados e vazios, centrais ou periféricos. Esses sacos funcionariam, segundo o artista, como objetos deflagradores de "situações psicorgânicas de envolvimento com o espectador" (2011, p.31)[4]. O uso do termo psicorgânicas aproxima o discurso do artista da intenção de análise da psicologia das massas, do artista Flávio de Carvalho[5], rea-

4 Citação retirada do catálogo do artista da Bienal de Veneza, 2011, p.31.

5 Flávio de Carvalho é um artista e arquiteto brasileiro cuja carreira se realizou entre as décadas de 1930 e 1970. É considerado modernista por sua relação próxima com o modernismo brasileiro. Era crítico do modernismo regionalista e defendia a experimentação (o abstracionismo) na arte moderna. Realizou experiências que chamou de psicologia das massas que foram consideradas pioneiras da arte da performance urbana.

lizando um processo intertextual com este. Desse modo, essa ação inseria, no seio do espaço público, o que este desejava descartar. O lixo, o asqueroso, o fedorento, são evitados, distanciados, descartados. Ter que confrontá-los no meio da calçada provoca em quem passa um evidente desconforto, desestabilizando-o nem que seja por alguns momentos. As distintas reações, a multiplicidade de sensações e pensamentos provocados nos que confrontaram os objetos deflagradores de Barrio ainda pertencem ao nível do inescapável, da potência da poética.

Estando todas essas ações situadas no período dos anos 1970, supõe-se que só podem ser retomadas como memória, como estabilização discursiva na dimensão de narrativa histórica. Não deixaram nenhum objeto, mas permaneceram registrados nos cadernos do artista, em fotos e documentos. São, por isso, imunes ao sistema da arte? Não se estão no campo, existindo em forma de discursos curatoriais, em exposições retrospectivas, compondo a trajetória do artista.

Trata-se de outro aspecto do agenciamento que *Situações* segue operando. O ruído que provoca entre o que é obra e o que é registro segue permeando esses trabalhos. São expostos, são requisitados por curadores, chegam até a ser vendidos, mas não são mais os trabalhos. São outra coisa. São resquícios. Podem ser objetos, mas não são mais as *Situações*. As ações entram em confronto com os seus registros, na medida em que elas mobilizavam um sentido de tempo, de perecibilidade, os quais os registros não captam, não podem reproduzir. Em entrevista à revista Arte&Ensaio[6], perguntado sobre sua sensação ao realizar protótipos das trouxas para o mercado de arte, o artista responde:

> Realizei dois protótipos trouxas em 1969 dos quais um faz parte da coleção Gilberto Chateaubriand e o outro (de tamanho bastante pequeno), da coleção Frederico Morais passou a fazer par-

6 Arte&Ensaios, setembro de 2008, entrevista realizada por e-mail com a participação de Ronald Duarte, Ivair Reinaldin, Viviane Matesco, Rodrigo Krull, Maria Luísa Távora, Martha Werneck, Hélio Branco, Inês de Araújo, Alexandre Emerick e Thaís Medeiros

> te da coleção Satamini. Se por acaso há outras trouxas, como as que de vez em quando percebo nesses vídeos que passam no youtube ou em filmes de artista, o que fazer? O que dizer? Há os dois protótipos trouxa acima mencionados e nada mais, pois as trouxas que fizeram parte das Situações de 1969 e de 1970 desapareceram no processo deflagrado por essas mesmas situações e, depois disso, nunca mais houve trouxas ou situações com trouxas. Mas, se caso houvesse, um senão: quem compraria trouxas constituídas por carne, sangue, ossos, etc? ..... sem formol?..... (Artur Barrio, Entrevista para Arte&Ensaios, 2008:10)

Nesse trecho de seu depoimento o artista revela um distanciamento dos protótipos criados para o mercado em relação ao objeto trouxas em seu momento de existência no interior das *Situaçõe*s. As trouxas, que acabaram se tornando consagradas e, portanto, desejadas no mercado, são descritas como parte de uma ação. Ao tornarem-se objetos de fetiche, levam o artista a produzir reproduções das mesmas que serão inseridas em coleções famosas, passando a obter um grande valor dentro do mercado de arte. Mas esses protótipos, tornados obras, não são todo o trabalho, que se constituía em torno de toda a deflagração de experiência (de situações) das quais os objetos perecíveis e abjetos participavam. A perecibilidade dos objetos é um dado sobre sua constituição que as reproduções não podem conter. No trecho: "quem compraria trouxas constituídas por carne, sangue, ossos, etc? ..... sem formol?....." o artista questiona a possibilidade da comercialização do objeto constituído por matéria orgânica e sem a devida precaução de durabilidade (o formol). O tom irônico do trecho reflete a ambiguidade constituída pela legitimidade de *Situações:* o fato de se tornar desejada no mercado e a impossibilidade de sua mercantilização. A crítica ao sistema de arte, a mobilização de sentidos e consensos no seio do espaço urbano, todas essas agências eram ativadas por *Situações* desde seu objeto, até a performance e a posterior reação que provocavam.

Mas, da mesma forma que os urinóis de Duchamp passaram a ser comercializados posteriormente, as trouxas, como objeto de desejo no mercado de arte, também foram capturadas. Mas será essa captura tão total e completa assim? O agenciamento de *Situações* é o de revelar um espaço do inescapável e do inapreensível no trabalho. Quem compraria trouxas de carne e sangue, sem formol? Pergunta o artista. Quem? A pergunta segue ecoando.

Os urinóis foram inúmeras vezes reproduzidos e comercializados, até mesmo pelo próprio Duchamp. Viraram um objeto de produção serial. Mas no interior da crítica dadaísta ao sistema artístico (ou, em nossos termos, campo artístico), essa quebra da aura do objeto de arte era bastante condizente com esse ato de venda de um objeto de arte como objeto qualquer. Ou de um objeto qualquer como um objeto de arte. Mas, de toda forma, o que era vendido era um fantasma da ação, uma reencenação que se tornava outra agência, visto a impossibilidade de repetição do gesto. No processo de produzir protótipos das trouxas, o artista realiza um gesto parecido, o de reencenar - de maneira higiênica -, as trouxas, com o fim de serem comercializadas como objetos de desejo. Mas jamais será possível ao mercado ter as verdadeiras, as originais, o gesto primeiro que ainda é tão valorizado e fetichizado por este mesmo mercado. Essas apodreceram. E na impossibilidade do original, o mercado terá que trabalhar na legitimação e valorização da eterna cópia. Esse é o castigo de *Situações.*

Algumas considerações finais

Esta proposta de estudo dos trabalhos artísticos aqui apresentada não pretende esgotar nem solucionar de uma vez por todas a questão da relação entre a constituição estética dos trabalhos e o contexto social mais amplo em que se inserem. Ao contrário, como proposta analítica, pretende apontar caminhos para o exercício da análise sociológica da arte, pretendendo ampliar-se a cada nova análise ou estudo que possa embasar. Sendo mais uma indicação de caminhos a percorrer do que uma construção teórica fechada, os **agenciamen-**

tos artísticos podem ser um conceito de aplicabilidade em diferentes contextos e tipos de estudos sociológicos em que os trabalhos artísticos apareçam como objeto de interesse central.

No caso específico deste artigo, o trabalho de Artur Barrio analisado é, atualmente, considerado um ícone da trajetória do artista. Essa nova condição icônica levou a muitas críticas e ponderações sobre a persistência da potência crítica que a poética desse artista apresentou em um primeiro momento. Observamos esse trabalho a partir do conceito de agenciamentos artísticos para apreendê-lo em seus processos de constituição e atualização no campo, a partir da cadeia discursiva que gera. O confronto entre os discursos do artista, o texto-arte do trabalho (sua composição estética, material e discursiva) e a dimensão institucional do campo foi levado em conta, através da análise de textos curatoriais e acadêmicos e depoimentos do próprio artista. A partir desses documentos, se gerou um quadro de análise em que o discurso do artista, o trabalho em si e os discursos institucionais e de mercado que o cercam informam sobre processos de legitimidade, por um lado, e de tentativa de uma afirmação da crítica por outro. Mais do que comprovar se há um lado que vence o outro, o interesse nesse confronto é observar como os limites entre a apropriação total ou o escape total às regras legitimadoras do campo da arte são tênues. Estando o trabalho no interior do campo, submetido às suas regras e à lógica do mercado que o permeia, participa das mesmas, é legitimado e, como consequência, gera valor mercadológico. Mas esse processo, conforme se tentou demonstrar, não é algo unidimensional, em que a estrutura do campo aplasta e "neutraliza" completamente o trabalho. Como agente que mobiliza sentidos que são abertos, o trabalho segue operando ruídos no interior desse processo, confrontando os termos em que se dá essa apropriação.

E é nesse ponto que se pode ver mais claramente como a contribuição teórica da noção de campo de Bourdieu e a ideia de práticas agonistas de Chantal Mouffe são importantes para uma análise da arte como agente ou **agenciamentos artísticos**. Primeiro é preciso observar e compreender que o campo da arte contemporânea é um

espaço de ação delimitado, historicamente constituído, em que as noções de valor e de legitimidade recorrem a aspectos criados e reproduzidos neste. Ou seja, a arte para ser valorizada necessita apresentar características tais como legitimação artística por pares e por instituições que são diferentes em outros espaços sociais, criando suas próprias autoridades. E dentro desse espaço próprio de regras e definições, os trabalhos artísticos operam conflitos, jogando com os limites dessas regras e com a arbitrariedade das mesmas, revelando a dimensão ampla e social de cada uma delas (como também agem para reproduzir estas regras). É um jogo em que a arte, ao operar dentro de limites determinados pela noção de autonomia e estética, cria para si regras e instituições, e onde as ações artísticas existem de maneira estendida no tempo, revalidando essas regras e/ou quebrando-as, tornando-as instáveis. Desse modo, melhor que outras contribuições e ideias como a de mundo da arte, de Howard Becker (2008), a noção de campo cumpriu um importante papel na definição desse espaço de práticas, discursos e instituições onde os trabalhos são constituídos e onde operam o conflito. E a mediação com Mouffe fez com que esse campo apareça mais permeável, instável e aberto, sujeito às lutas discursivas dos agentes em seu interior, incluindo as obras. Há sim ainda uma dimensão de definição de regras e práticas no fazer, ver e sentir a arte contemporânea. Mas esta não é completamente determinante, havendo espaço para a indeterminação, o escape e a contestação, como a análise da ação de alguns trabalhos deixou ver.

Referências bibliográficas

ANJOS, Moacir & FARIAS, Agnaldo. (2010), *Catalogo da 30a Bienal de São Paulo: "Há sempre um copo de mar para um homem navegar"*. São Paulo [s.n], 2010, 459 p. Catálogo de exposição, setembro a dezembro de 2010, Pavilhão Bienal Parque Ibirapuera.

BARRIO, Artur. (2006), "Manifesto: contra as categorias de arte, contra os salões, contra os júris, contra a crítica de arte". In: FERREIRA, Gloria & COTRIM, Cecilia. *Escritos de Artista*: anos 60/70. Zahar, Rio de Janeiro.

BECKER, Howard. (2008), *Los Mundos Del Arte*. Buenos Aires: Universidad de Quilmes.

BOURDIEU, Pierre. (1996), *Regras da Arte*: Gênese e Estrutura do Campo Literário. São Paulo: Companhia das Letras.

_____. (2007), *A Distinção*: Crítica Social do Julgamento. São Paulo: Zouk.

_____. (2001), *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva.

BRITO, Ronaldo. (1999), *Neoconcretismo, Vértice e Ruptura do Projeto Construtivo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Funarte.

BÜRGER, Peter. (2008), *Teoria da Vanguarda*. São Paulo: Cosac&Naif.

BURITY, Joanildo A. (1997), *"Desconstrução, hegemonia e democracia: o pós-marxismo de Ernesto*

Laclau". In GUEDES, Marcos Aurélio (org.). Política e Contemporaneidade no Brasil. Recife: Bagaço,1997.

FAIRCLOUGH, Norman. (2001), *Discurso e Mudança Social*. Brasília: UnB.

FOSTER, Hal. (1996), *Recodificação*: arte, espetáculo e política cultural. São Paulo: Casa Editorial Paulista.

_____. (2014), *O Retorno do Real*. São Paulo: Cosac&Naif.

FREITAS, Artur. (2007), *Contra-arte*: vanguarda, conceitualismo e arte de guerrilha – 1969-1973. 2007. 362f. Tese (Doutorado em História da Arte), Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Paraná.

HEINICH, Nathalie. (2010), *La Sociología del Arte*. Buenos Aires: Nueva Visión.

MORAIS, Frederico. (1975), *Artes Plásticas*: a crise da hora atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. (1970), "Do Corpo à Terra". IN: FERREIRA, Glória (org). *Crítica de Arte no Brasil*: temáticas contemporâneas. Rio de Janeiro, ed. Funarte, 2006.

MOUFFE, Chantal. (2007), *Prácticas Artísticas y Democracia Agonística*. Espanha: Museu d'Art Contemporani de Barcelona.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. (2006), *Analise do Discurso Critica.* São Paulo:

Contexto.

_____. (1996), *O Regresso do Político*. Portugal: Gradiva Publicações.

ZOLBERG, Vera L. (1990), *Constructing a Sociology of the Arts*. Londres: Cambridge University Press.

Referências das obras

BARRIO, Artur. (1969), Situação ORRHHH....ou.....5.0000.....T.E.... em..... N.Y..... City. Instalação, objeto. Tecido, material orgânico, papel, plástico.

BARRIO, Artur. (1970), Situação...Defl....+S+.....Ruas....Abril. Intervenção urbana, fotografia, objeto. Tecido, elementos orgânicos, papel.

BARRIO, Artur. (1970), Situação T/T,1. Intervenção urbana, fotografia, objeto. Tecido, material. orgânico. Coleção particular.

Revista Brasileira de Sociologia | Vol. 04, No. 08 | Jul. Dez, 2016
Artigo recebido em 13/06/2016 / Aprovado em 09/12/2016
http://dx.doi.org/10.20336/rbs.168
10.20336/rbs.168

A noção de dever como categoria sociológica para a compreensão de ações no mundo contemporâneo

Daniel Guerrini*

RESUMO

O artigo se inscreve na temática da sociologia da ética. O objetivo é delimitar a noção de dever como categoria sociológica, recurso heurístico para a análise da capacidade de julgamento ético de agentes sociais. Investiga-se como se molda essa capacidade nas sociedades capitalistas contemporâneas, cultural e socialmente racionalizadas O caminho para tanto é a discussão sobre a personalidade social na sociologia weberiana, que se define por uma consistência na relação entre valores e ação. Conclui-se que a noção de dever é importante para entender essa relação, expondo a maneira como os agentes sociais estabelecem compromissos valorativos nas diversas esferas da vida social e as consequências que isso tem para o curso efetivo de sua ação no mundo.
Palavras-chave: Sociologia da ética; Racionalização; Personalidade social.

* Doutor em Sociologia. Professor do Departamento de Ciências Humanas e Sociais e do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Londrina.

ABSTRACT

THE NOTION OF DUTY AS A SOCIOLOGICAL CATEGORY FOR UNDERSTANDING ACTIONS IN THE CONTEMPORARY WORLD

This is a paper in the sociology of ethics. Our aim is to demarcate the notion of duty as a sociological category, as a heuristic tool to analyze the capacity of ethical judgment of social agents. We investigate how this capacity is developed in contemporary, rationalized, capitalist societies. This is done via a discussion of the Weberian concept of social personality, defined in terms of the consistency between action and values. We conclude that the notion of duty is central to the understanding of this relation because it reveals both the ways in which agents establish value commitments in the different social spheres, and the consequences these commitments have for the effective course of their actions in the world.
Key-words: Sociology of ethics; Rationalization; Social personality;

Introdução

Este artigo faz uma discussão sobre a noção de dever como categoria sociológica. Através dela, argumenta-se, é possível distinguir ações convencionais de ações livres no registro do que Ladrière (2001) denomina uma sociologia da ética.

Segundo Lalande (1953), ética tem como objetivo o julgamento de apreciação que faça a distinção entre o bem e o mal. Já a moral tem quatro sentidos possíveis: a) refere-se ao conjunto de regras de conduta admitidas numa época ou por um grupo social (sentido de *uma* moral); b) conjunto de regras de conduta concebidas como universalmente válidas (sentido de *a* moral, genérico portanto); c) teoria racional do bem e do mal (próxima ao sentido de ética. No entanto, a teoria neste sentido tem por objetivo consequências normativas, distinta, portanto, da definição de ética enquanto julgamento distintivo sobre o bem e o mal); d) conduta conforme a moral, enfatizando as atitudes dos sujeitos e não as ideias propriamente ditas (as ideias morais, neste sentido, seriam compreendidas conforme o sentido 'b').

A moral implica, explícita ou implicitamente, em normas, enquanto a ética implica a capacidade de julgar. Segundo Lalande (1953),

os dois termos referem-se à distinção entre bem e mal, entretanto, a moral opera tal distinção no plano das normas socialmente aceitas, enquanto a ética o faz no plano da capacidade de julgar dos agentes e, portanto, repousa na liberdade do agente.

Isso posto, reconhece-se facilmente o papel de uma sociologia da moral, na melhor tradição durkheimiana desta disciplina. Identificar as concepções morais de determinadas sociedades, ou do que se aceita socialmente como o bem e o mal, faz parte dos exercícios mais fundamentais da sociologia. Mas como seguir um projeto de sociologia da ética que analise a distinção entre bem e mal no plano da capacidade de julgar dos agentes? Como sequer se aproximar investigativamente da liberdade de um agente social?

Os conceitos e a discussão propostos apoiam-se em Ladrière (2001), Pour une Sociologie de L'Éthique, onde o autor investiga a possibilidade de se fundar uma sociologia do agir ético nas sociedades capitalistas contemporâneas. Em suas reflexões sobre os imperativos de uma ética universalista no mundo contemporâneo, o autor se interessa pela possibilidade de tais imperativos serem resultado da própria vontade dos agentes, concebendo assim o agir ético como um agir livre. Segundo o autor, a sociologia da ética examina as instâncias da vida social às quais se ligam os valores que fundam a vontade dos agentes, pois esta, muitas vezes, é determinada de maneira puramente arbitrária, i.e. irracional. Através desse exame, abre-se uma perspectiva crítica na tentativa de demonstrar a possibilidade de um agir ético, ou seja, um agir fundado numa vontade racionalmente determinada.

Este artigo, por sua vez, questiona-se sobre os caminhos para que a sociologia acesse a capacidade de julgamento ético dos agentes sociais e como a sociedade contemporânea, capitalista e racionalizada, abre a possibilidade de tal acesso. A noção de dever é, para isso, fundamental. É essa categoria que opera o trânsito entre a observação empírica e a elaboração teórica do julgamento que os agentes sociais fazem do mundo.

Com essa discussão, o artigo pretende contribuir para a fundamentação de uma sociologia da ética. A seguir, resgata-se a proximidade

entre a perspectiva epistemológica da reflexão ética kantiana com a sociologia weberiana da ação social como parte dessa fundamentação. Entende-se que os processos de racionalização (social e cultural) das sociedades modernas abrem a perspectiva da investigação sociológica da capacidade de julgar dos agentes. Seguindo a sociologia weberiana, essa investigação se dá através do conceito de personalidade social. Por fim, se apresenta a noção de dever, que também foi mobilizada por outras correntes das ciências sociais, como o recurso heurístico capaz de distinguir diferentes comportamentos pautados em éticas intramundanas na contemporaneidade.

Fundamentos de uma sociologia da ética

O argumento deste artigo depende de uma 'sociologização' da ética kantiana, a qual, segundo Ladrière (2001), foi já operada na obra de Max Weber. Sabe-se que Weber (1999), no que diz respeito à sua metodologia e epistemologia, é herdeiro das discussões neokantianas de sua época (FREUND, 2003; TRAGTENBERG, 2006). Segundo Ladrière (2001), o empirismo weberiano busca distanciar-se da filosofia kantiana, mas isto significou uma "sociologização do kantismo" através de uma sociologia compreensiva e histórica. O autor diz que boa parte das pesquisas feitas por Weber não seriam mesmo possíveis se o pensamento kantiano não estivesse culturalmente disponível. A afinidade entre a perspectiva weberiana das ações no mundo e a visão kantiana acerca da moral não é, portanto, fortuita.

Na ética kantiana, a maneira como uma ação aparece a um observador é a mesma tanto para aqueles que farão seu julgamento moral comum como para o filósofo (o que hoje se entende por alguém que exerça atividades intelectuais de maneira sistemática e especializada), que tentará extrair os possíveis princípios racionais que guiam essa ação. Assim como o filósofo só apreende a realidade através da experiência do mundo empírico, que, por definição, se encontra mediada pelas categorias puras da razão, sendo-lhe a realidade inacessível em si mesma, a sociedade só julga as ações tal como estas apa-

recem no mundo. Não existe, para Kant (1996), posição privilegiada para apreensão do mundo, mas apenas, como ele próprio coloca no prefácio deste seu livro, trabalho especializado – enquanto as noções morais comuns são as mesmas tanto para o filósofo como para qualquer outro indivíduo, o filósofo se interessa pelo desenvolvimento do empreendimento científico e investigará com sistematicidade aquelas noções comuns. No caso específico do pensamento moral, enquanto as pessoas agem e julgam costumeiramente uns aos outros, o filósofo pode se dedicar a extrair os princípios racionais que estão por trás de uma determinada ação e do julgamento moral comum. A investigação desses princípios racionais leva o filósofo a conhecer a possibilidade de uma ação moral racional, i.e. livre.

Kant (1996) debruça-se sobre a questão da aparência da ação e observa que se, por um lado, a ação pode ser objeto de estima, também o será de desconfiança. É sempre possível se questionar sobre a existência de uma motivação não revelada para ações aparentemente fáceis de decifrar. Para o filósofo que investiga os princípios puros da razão, a desconfiança será a disposição mais apropriada e mesmo necessária, dirá o autor. Não como perspectiva de descrença na sociedade, mas por se entender que jamais será possível afirmar categoricamente que motivação determina uma ação real. Como diz Kant (1996, p. 90), é impossível dar exemplos de ação moral, pois é sempre possível que, por trás de motivos aparentemente nobres, haja de fato, como motivação, um "receio obscuro de outros perigos". O autor argumenta que como o ser humano não se produz a si mesmo, é-lhe impossível conhecer-se como coisa em si, mas somente como fenômeno que acontece no mundo. A consequência disso é que só é possível observar o curso de uma ação no mundo e inferir, a partir dessa observação, quais foram as possíveis motivações que conduziram a sua execução.

Essa é exatamente a posição epistemológica weberiana, da qual derivam suas proposições metodológicas. Reconhecendo esses limites à cognição da realidade social, as ciências do espírito tornam-se rigorosamente empíricas quando abdicam da tentativa de conhecê-la em si, o que, dada a sua impossibilidade, cairia necessariamente no

campo da especulação (WEBER, 1999; FREUND, 2003). Max Weber não considera, entretanto, como Kant, que a experiência do mundo social passe pelas mesmas categorias puras da razão que ordenam a experiência do mundo natural (PORTIS, 1978).

A realidade social é um fenômeno cultural, o que significa que ela existe na medida em que corporifica valores. Seja como meios comportamentais para atingir certos valores (i.e. organizações), ou como valores eles mesmos (i.e. grupos de status ou comunitários). Os objetos de investigação de cientistas sociais, nesta perspectiva, são igualmente corporificação de valores. Para isso, propõe-se uma relação com os valores que guie a investigação e estruture a realidade investigada. Dado que a realidade é inacessível em si mesma, não existe neutralidade absoluta para a atividade científica, apenas uma neutralidade axiológica que, explicitando racionalmente o valor sobre o qual se sustenta a investigação, permite seu controle durante a pesquisa e nas suas conclusões (PORTIS, 1978; WEBER, 1999; FREUND, 2003).

Assim, todo trabalho nas ciências sociais representa uma série de eventos construídos conceitualmente. Em si, os pressupostos valorativos não são tema da ciência, pois impossível de confrontá-los empiricamente. Os modelos teóricos, criados a partir dessa relação com os valores que o investigador mantém, apenas auxiliam-no na compreensão das ações no mundo como recurso heurístico. É o modelo teórico racional que guia as investigações da realidade empírica, inapreensível em si mesma, mas apenas como fenômeno que acontece no mundo. Logo, o conhecimento empírico nas ciências sociais será apenas o conhecimento do quanto uma dada realidade social se aproxima de um tipo-ideal (PORTIS, 1978; WEBER, 1999; FREUND, 2003; COHN, 2003; TRAGTENBERG, 2006).

Interessante é que o próprio surgimento dessa perspectiva epistemológica e proposta metodológica está calcado nos processos de racionalização cultural e social da sociedade moderna. Culturalmente, esse processo está ligado à desmagicização (WEBER, 1964; 2004; 1982; LADRIÈRE, 2001), que coloca os indivíduos diante da

irracionalidade ética do mundo, ou seja, do fato que este mundo não passa de um mecanismo causal destituído de significado imanente (WEBER, 1982; LADRIÈRE, 2001; LÖWITH, 1980; PIERUCCI, 1998; FREUND, 2003; NOBRE, 2000).

Weber (1964; 2004) analisa esse processo no desenvolvimento das grandes religiões mundiais, no qual observa que indivíduos e grupos constroem suas visões de mundo a partir do seu tensionamento com a realidade material (destituída, em si, de qualquer significado). É o problema da teodiceia, ou seja, a tentativa de explicar a existência do mal a partir das visões éticas assumidas. Desse tensionamento decorre a racionalização cultural, ou seja, a abstração das visões de mundo para que consigam abarcar as irracionalidades do mundo material. Vai-se, assim, abrindo mão daqueles comportamentos que intentam uma intervenção mágica no mundo, pois se percebe que, a despeito de toda crença e de toda ação estereotipada, o mundo segue seu curso indiferente.

Os valores na proa das visões de mundo tornam-se cada vez mais abstratos, para dar conta dessa irracionalidade da realidade empírica. Tornam-se também diferenciados entre si, coerentemente à realidade, para a qual a beleza não guarda correspondência necessária com a justiça ou com a verdade, existindo, cada valor, independentemente e a despeito um do outro.

A perspectiva epistemológica antes mencionada se sustenta nesse processo de racionalização cultural. Levada às últimas consequências, a racionalização cultural faz despontar a ação como o único fenômeno dotado de sentido (WEBER, 1964; 1991). Investigando-a, é possível abstrair os valores que guiam-na como fenômeno no mundo. Este é um trabalho puramente racional, pois é impossível a qualquer um conhecer as motivações 'verdadeiras' e íntimas de outrem. Tampouco a posição social de um intelectual profissional (seja qual for o anteparo institucional aí implicado) confere a ele a capacidade de acessar as tais motivações 'verdadeiras'. Acreditar nisso seria pressupor uma diferença de faculdades racionais entre seres humanos. Tanto na reflexão weberiana como kantiana, o desencantamento, ou,

melhor dito, a desmagicização das visões de mundo é levada às últimas consequências, inclusive como recurso para uma autorreflexão acerca dos limites das próprias práticas intelectuais.

Socialmente, o processo da racionalização está ligado ao desenvolvimento das estruturas do mercado e do Estado modernos, burocráticas, dominantes e eficientes (pois especializadas). São estruturas moldadas a partir da ação racional com relação a fins. Mas, como comenta Ladrière (2001), na sociologia weberiana, a racionalização social dos subsistemas econômicos e da administração pública se explica a partir dos processos históricos da racionalização cultural. Essa última explica a mudança social que culminou com as sociedades modernas e como estas passam a valorizar e institucionalizar a racionalidade com relação a fins desde sociedades que compartilhavam de visões de mundo religiosas e tradicionalmente herdadas como autoevidentes. De sociedades tradicionais para as modernas ocorreram mudanças no horizonte cultural para que se operasse tal valorização e institucionalização.

É o caso da universalização do livre-comércio, como atividade instrumental de troca de bens e serviços. Em sociedades antigas / tradicionais ela é permitida na relação com estrangeiros e desconhecidos. A "moral externa" permite o que entre irmãos é vedado (WEBER, 2004, p. 50). Nessas circunstâncias, o racionalismo econômico é obstado por essa ética da fraternidade, que impede entre irmãos o que se permite com estrangeiros. A racionalização das visões de mundo desimpede a universalização do racionalismo econômico e, com ele, do livre-comércio. Weber (2004) destaca, assim, que o fenômeno do capitalismo moderno será um fenômeno de massa, caracterizado pelo trabalho racional organizado, formalmente livre, e não mais pelo comércio, pela aventura, ou pela orientação política[1].

Em sociedades que compartilham de valores tradicionais considerados autoevidentes, a ação racional com relação a fins, uma ação pu-

1 Cabe notar que essa abordagem se impõe como uma escolha metodológica do autor, sem que jamais se estivesse defendendo a supremacia das ideias sobre a realidade material ou vice-versa.

ramente instrumental, é considerada irracional. É quando se esfacelam os valores de uma dada sociedade e que estes perdem seu caráter autoevidente (estando sempre sujeitos a um julgamento hipotético, dado que, sabe-se, não correspondem necessariamente ao mundo tal como ele 'é') que se podem moldar sistemas sociais baseados inteiramente na ação instrumental. Ou seja, sistemas que sirvam de meios para a consecução dos objetivos particulares de cada agente. Tais são, originariamente, o mercado e a administração pública modernos.

Atualmente, podem-se incluir aí também algumas plataformas e redes de colaboração e compartilhamento de informações, que se moldam como novos subsistemas de ação racional com relação a fins. Sem necessariamente passar por relações mercadológicas ou da administração pública, tais redes não formam núcleos valorativos e/ou comunitários, mas são instrumentais para que os agentes persigam seus próprios fins. São exemplos as redes de compartilhamento de livros, de músicas, de caronas, de tutoriais os mais diversos, de sofás para a pousada durante uma viagem, etc.

Com tais sistemas estão dadas as condições para a secularização da cultura e para que indivíduos e grupos persigam seus fins particulares, sem que visões de mundo englobantes sejam impostas arbitrariamente a toda a sociedade. Não apenas as visões culturais deixam de ser um todo coerente e estruturado, como agora as instituições dão vazão à pluralidade de visões e fins particulares que compõem a sociedade. O autointeresse será valorizado e incentivado institucionalmente, dentro de limites morais mais abstratos e formalizados, já que independentes de uma visão de mundo particular e da referência a uma comunidade concreta que a partilha.

Expõe-se, então, um dilema. Com visões de mundo racionalizadas, a ação aparece como o único fenômeno capaz de portar algum sentido. Com as estruturas sociais modernas, institucionaliza-se a racionalidade com relação a fins e acomodam-se e se regulam os interesses particulares. O que, afinal, impede que os seres sociais sejam meramente instrumentais em seu agir, abdicando dos imperativos de uma vida em comum?

Kant (1996) tanto quanto Weber (2004) depararam-se com essa questão. Observavam que os indivíduos tendem, na contemporaneidade, a perseguir seus objetivos particulares e que a sociedade possibilita que toda uma existência seja exclusivamente assim conduzida. Com os modernos sistemas de ação racional, as necessidades e os interesses pelo bem-estar (mobilidade, saúde, alimentação, habitação, lazer, etc.) são perseguidos sem que se compartilhem valores ou um sentido comunitário para as ações.

Tanto assim que, para Weber (2004), era provável a adoção generalizada de uma cultura hedonista, compensatória em relação ao racionalismo exacerbado do mundo moderno, ou a mera aceitação de uma vida reclusa na privacidade de um cotidiano previsível e funcional nas sociedades capitalistas contemporâneas.

A noção de dever por diferentes abordagens teóricas

Aqui se descortina a questão da noção de dever das sociedades modernas. Investigando quais compromissos os agentes sociais assumem contemporaneamente, e como, revelam-se diferentes referências à noção de dever como categoria sociológica. Algumas abordagens nas ciências sociais debruçaram-se sobre essa questão.

Em uma dessas abordagens, Hegel (1991) afirma que com a divisão do trabalho, o agente social não pertence mais ao trabalho e à necessidade, pois frui do trabalho dos outros. Inicia-se então o exercício do reconhecimento através do trabalho social, tão importante para se entender as relações da sociedade moderna. Tanto é assim, que Durkheim (1999) dirá ser esse o ponto de partida possível para a sociologia como disciplina científica. A divisão do trabalho impessoaliza as relações ao fazê-las parecerem uma relação entre coisas, do que também decorre uma acentuada individualização, às vezes deletéria à coesão social.

Uma outra abordagem se baseia nas consequências das ações, para a qual do autointeresse deriva o bem comum. Muitos modelos teóricos de sociedades capitalistas contemporâneas têm tal sistema ético

como pressuposto (WHITE, 2004). É como diz Adam Smith (1981) em 'Riqueza das Nações': quando o padeiro faz pães para vender aos seus clientes, não o faz por altruísmo, mas por um interesse particular, seu interesse em auferir ganhos monetários. Smith (1981) percebe que os agentes se comprometem com o próprio bem-estar e considera suficiente que a harmonia de interesses particulares seja o parâmetro último das relações sociais. Para Smith (1978), entretanto, essa dinâmica não é despida de moralidade. Para o autor, a população em geral considera aceitável que um indivíduo faça tudo o que está ao seu alcance para atingir seus objetivos (sejam riqueza, fama, honrarias, etc.), que utilize de todas suas habilidades e realize o máximo de esforço para tanto. Mas repreenderá um indivíduo que impeça outro de fazer o mesmo, utilizando de estratégias, nesse sentido, imorais, para superar seus concorrentes.

Durkheim (1999) critica a ética utilitarista, a qual resulta de um dever para com o autointeresse e que se baseia nas consequências das ações. Para ele, um interesse que une as pessoas hoje as tornará inimigas no dia seguinte. A sociedade smithiana estaria, portanto, vivendo uma guerra civil latente. Daí a necessidade de existir 'algo a mais' que estabeleça o elo entre indivíduos de uma sociedade: a solidariedade social. Importante ressaltar, com Ladrière (2001), que 'solidariedade social' não é o sentimento que une os indivíduos num corpo social, mas, ao contrário, o sentimento é a expressão mental de uma energia própria do corpo social, é a maneira pela qual os indivíduos vivem essa energia, que existe objetivamente.

Durkheim (1999) discute com Kant a esse respeito, e, como concebe a sociedade como uma realidade sui generis, que existe para além das consciências individuais, traduz a noção de dever, contida no imperativo categórico kantiano, para o dever de todo indivíduo para com a sociedade, sendo o imperativo moral aquilo que a sociedade impõe a todo indivíduo.

Segundo Ladrière (2001), essa tradução da noção de dever é de inteira responsabilidade de seu autor, nunca tendo sido operada por Kant. A questão é que Durkheim (1999) quer utilizar o mesmo parâ-

metro moral das sociedades tradicionais para as sociedades modernas. O que muda em seu sistema sociológico é a dinâmica que põe em prática a moralidade. Em um caso esta será mecânica, no outro, orgânica, a depender do grau de divisão do trabalho de cada um. Por essa razão, a noção de dever, segundo esse autor, será sempre a de atenção às expectativas e convenções sociais. A preocupação é com a coesão social, ou seja, o respeito às normas sociais integradas a partir de um conjunto de instituições.

Isso é bastante claro em sociedades tradicionais. E, para esse autor, o parâmetro moral continua o mesmo, tanto em sociedades tradicionais como modernas. Para que os indivíduos não sejam meramente instrumentais no seu agir, o autor vê como necessário que os mesmos aceitem voluntariamente a força coercitiva do fato social. Ele propõe, para tanto, um programa de reformas institucionais que, de alguma maneira, estabeleçam mediações entre o indivíduo e o Estado, observando que, espontaneamente, os indivíduos não mais se reconhecem neste.

Tanto a proposta de uma moral para as sociedades complexas como a proposta liberal utilitária captam dimensões e tendências existentes nas sociedades contemporâneas. Em relação à primeira, mesmo que as perspectivas morais não sejam mais autoevidentes, os grupos de status e comunitários oferecem sentidos para seus membros em sociedades altamente racionalizadas. Já em relação às tendências utilitaristas da sociedade contemporânea, há domínios na sociedade em que o compromisso com o próprio bem-estar é, senão o único, o mais funcional dos compromissos. Esse compromisso com o bem-estar é o mesmo para libertários radicais (pró-mercado) como para os adeptos de intervenções socioestatais. São diferentes apenas os caminhos que se propõem para chegar ao mesmo fim.

Mas, tanto quanto a proposta durkheimiana, a liberal utilitarista repousa em uma adesão à vida social tal como ela é dada. Como diz Löwith (1980), as estruturas sociais racionalizadas da vida moderna são exatamente aquelas que institucionalizaram a ação racional com relação a fins. Perseguir o autointeresse no interior dessas estruturas

é adequar-se a elas e não se lhes contrapor um movimento autônomo. Enquanto a proposta durkheimiana repousa na adesão à moralidade e convenções (cultura) impostas (sempre atenta ao papel que as instituições têm no processo de socialização e integração social a partir de tais convenções), a proposta utilitarista mira as estruturas sociais que possam garantir a harmonia de fins particulares que se confrontam.

O compromisso com o próprio bem-estar (o autointeresse), ainda que seja mobilizado como ideal de realização pessoal e, portanto, de expressão da individualidade (em pretensa oposição à sociedade), não é senão expressão de algo que só se concretiza nas e pelas estruturas sociais. A busca pelo bem-estar individual está ligado à tentativa de sanar carências e necessidades, o que depende, por um lado, destas terem sido construídas e elaboradas no processo de socialização e, por outro, de serem satisfeitas com base no que a sociedade oferece para tanto. O ideal de felicidade individual, portanto, é um ideal fugidio, que nunca alcança o seu termo. Trata-se de uma busca que depende de uma complexa engrenagem social que é, ao mesmo tempo, sua origem e seu destino final. Como já alertava Kant (1996) em 1785, essa busca, tão cara à sociedade contemporânea não funda um agir livre, ainda que um indivíduo cujas carências elementares estejam sanadas seja mais propenso a ele.

Então, como identificar, nessas sociedades, a capacidade de um julgamento autônomo, que não implique adesão às estruturas culturais e sociais dadas? O eixo de reflexão kantiano-weberiano, tal como discutido anteriormente, é que descortina a questão. Ao refutar a ideia de que a liberdade estaria na irracionalidade e incalculabilidade da ação humana2 (apanágio dos loucos), Weber (1999) lembra que o único sentimento empírico de liberdade experimenta-se ao agir com total conhecimento dos fins que se persegue e meios adequados de que se dispõe, sem que nenhum constrangimento externo ou in-

2 Ideia essa que frequentemente fundamenta a defesa de metodologias qualitativas e compreensivas nas ciências sociais, apesar desta crítica de um de seus pilares (cf. FREUND, 2003).

terno imponha um curso de ação determinado. Mas, nas sociedades modernas, a racionalidade da ação se confunde com a racionalidade das estruturas sociais e deixa de indicar, por si só, a possibilidade de um agir livre. E se, como atesta Ladrière (2001), a possibilidade do agir ético encontra-se para além do que está dado e do que é socialmente aceito, tal possibilidade, resta buscá-la na relação interna entre valores e ação.

A proposta é investigar sociologicamente as questões da personalidade.

A liberdade como um aspecto interno à ação

A noção de dever, extraindo do que acima foi exposto, se define pelo compromisso que um agente estabelece com ideais, princípios e/ou valores no curso de sua ação (sejam estes resultantes do autointeresse, de convenções sociais ou de uma possível autodeterminação). Trata-se de uma categoria que expressa a relação entre uma ação e as máximas que a orientam.

Por isso, discutir a noção de dever faz parte de um esforço sociológico em compreender as possíveis motivações das ações, aquilo que move os agentes sociais e o que, muitas vezes, aparenta elaborar um senso de obrigação pessoal entre eles durante o desenrolar de suas condutas. É nesse registro que a sociologia de matriz weberiana desenvolve o conceito de personalidade social.

Esse último é entendido como uma consistência na relação interna entre um valor (ou um conjunto coerente de valores) e as ações de um indivíduo (PORTIS, 1978; LÖWITH, 1980; BEITZEL, 2014). Para Weber (1991; HABERMAS, 1984; LADRIÈRE, 2001), a formação da personalidade social é o que está por trás de um habitus global sistemático, quando agentes históricos assumem uma conduta racionalizada em relação ao mundo. Maior exemplo da formação de uma personalidade social, analisada por esse autor foi a do crente calvinista, responsável por aquela conduta tão alinhada aos ideais do empresário moderno. Um conjunto de valores e noções ético-religiosas ligadas ao trabalho

(envolto na ideia de dever vocacional[3]) que guiaram um comportamento sistemático no mundo (WEBER, 2004; ASCHER, 2010).

Esse conceito de personalidade está também presente na discussão weberiana sobre a vocação para a atividade científica. Como diz Löwith (1980), a ciência é parte do espírito e da falta de espírito do capitalismo contemporâneo, pois imbuída e formadora daquele ponto de vista de que todo o mundo pode ser objeto de um puro interesse cognitivo. Fala-se em interesse técnico (HABERMAS, 2007), razão sistêmica (HABERMAS, 1989), ou razão tecnológica (MARCUSE, 1999), para conceituar essa contemporânea disposição em instrumentalizar o mundo.

Se, por um lado, a ciência opera uma "demolição radical de ilusões" (LÖWITH, 1980), dimensão importante da ação revolucionária da burguesia contra as formas antigas de dominação, por outro, volta-se contra os próprios agentes sociais como forma de cultura dominante das mais abrangentes e inescapáveis da vida moderna. O progresso e o avanço científico e tecnológico não garantiram qualquer tipo de redenção final das sociedades. Pelo contrário, demoliram também esta ilusão (WEBER, 1991; 2004; HABERMAS, 2007; 1984; MARCUSE, 1999; TRAGTENBERG, 2005; NOBRE, 2000; COHN, 2003). Percebe-se, portanto, que o ponto de vista científico é aquele em que culmina todo o processo da racionalização cultural, e em que ele é levado ao seu limite, contra até mesmo qualquer crença em seu fundamento, a razão.

Weber (1982), por isso, repudia a ideia de que o cientista tenha autoridade para estabelecer os fins que se deve querer. Como atividade de conhecer o mundo, a ciência social apenas se depara com os inúmeros e irreconciliáveis valores e objetivos existentes na realidade e os caminhos para atingi-los. Em si, os valores são imperscrutáveis pela ciência e, portanto, a realidade, em última instância, mantém-se

3 Nas línguas de países de tradição religiosa protestante, o termo vocação é denominado, como no inglês, por chamado ('calling'), de inspiração religiosa. Weber (2004) se atenta a isso ao analisar o termo 'Beruf' no alemão, usado por Lutero na sua tradução da Bíblia (cf. ASCHER, 2010).

incógnita, na sua totalidade, aos seres sociais. Mas, para o autor, a indiferença moral não é a consequência necessária daquilo que sua atividade profissional lhe revela (a falta de sentido do mundo). Fatalismo ou resignação não fazem parte das proposições weberianas acerca da atividade científica. Para Weber (1999), a indiferença moral não tem conexão alguma com a objetividade científica. Do seu ponto de vista, deve prevalecer a honestidade intelectual, sóbria e profissionalmente empenhada, como disposição mais adequada diante desse cenário. É a convicção acerca dos valores profissionais da atividade científica que deve mover seus agentes, evitando as ideias e teorias escatológicas tanto quanto o pessimismo absoluto da indiferença moral. Cumpre conhecer e compreender a realidade social nos limites do possível e do que é acessível com base nas ferramentas de que se dispõe (FREUND, 2003, LÖWITH, 1980).

A construção ideal-típica do agente de ciência pressupõe alguém sem ilusões, "remetido sozinho sobre si mesmo por um mundo tornado objetivamente sem sentido[,] sóbrio e [...] realista" (LÖWITH, 1980, p. 126). Esse tipo-ideal de personalidade, no caso, ligada a uma atividade profissional, leva às últimas consequências a racionalização das próprias visões de mundo, assumindo os valores daí decorrentes. Assim, tanto se submete a falta de sentido do mundo como se suspende o contexto social, sem aderir passivamente a este. Racionalizar as próprias visões de mundo passa, portanto, por encarar as circunstâncias e compreender as ações que decorrem de um compromisso com os valores assumidos. A consistência dessa relação entre valores e ação é o que justifica se remeter a agentes sociais como uma personalidade[4] (PORTIS, 1978; BEITZEL, 2014). Essa consistência molda um habitus global sistemático e representa a possibilidade de uma ação livre das estruturas racionalizadas da vida moderna. Com a desintegração das visões de mundo autoevidentes, as profissões são

4 Personalidade aqui é, como conceito, um tipo-ideal como qualquer outra categoria construída por cientistas sociais e, portanto, nunca existente, como tal e de modo puro, na realidade.

um dos espaços sociais mais propícios à consolidação de tais comportamentos (HABERMAS, 1984; LADRIÈRE, 2001).

Uma personalidade social se forma a partir de uma relação racionalizada entre valores e ação. Essa racionalização consiste em abstrair os valores aos quais se adere a partir das circunstâncias em que se encontra o agente. A ação que daí resulta não se acomoda às circunstâncias, sejam essas opiniões e expectativas costumeiras ou rotinas funcionais impostas pelas estruturas modernas. Ela é livre no sentido de que seu compromisso se faz exclusivamente com valores e princípios que se acredita serem bons. Quando um agente organiza conscientemente sua vida a partir de um valor, ele se torna menos propenso a buscar aprovação ou ser controlado por expectativas sociais (PORTIS, 1978).

Mas, adverte Portis (1978), o compromisso com um valor, por si só, nada significa. Esse valor deve ser o resultado de um processo de racionalização, ou seja, abstraído a partir das circunstâncias e não assimilado abstratamente.

Como demonstra Weber (1964), religiões orientais que embasaram a conduta de grupos abastados assumiram um caráter de fuga do mundo. A possibilidade de 'esquecer' as urgências materiais (garantidas e naturalizadas) impulsionou esses grupos a buscar uma experiência religiosa condizente com tal esquecimento e, portanto, a assumir um compromisso com seus valores religiosos que independesse de qualquer conduta intramundana.

A personalidade social é formada na medida da consistência entre valores e ação. Mas a liberdade daqueles agentes abastados não é senão o esquecimento das condições materiais que a sustentam. Completamente diferente é a noção de liberdade em face àqueles agentes que se assenhoram das circunstâncias, encarando-as e agindo segundo valores a partir disso elaborados.

Responsabilidade e universalização

Com o que foi até aqui discutido, três acepções para a noção de dever em um mundo de estruturas racionalizadas são possíveis. A durkheimiana, que implica um compromisso com visões morais socialmente estabelecidas. A liberal utilitarista, que implica um compromisso instrumental com o bem-estar. E a que deriva das reflexões weberianas, que implica um compromisso com valores racionalizados. São três acepções que servem como recurso heurístico à sociologia da ética.

Vale aqui circunscrever como o conceito de ética, até agora apenas referenciado, se insere em uma perspectiva de investigação sociológica diante do que já foi exposto. Se a noção de dever expressa o compromisso que um agente estabelece com ideais, princípios e valores como máximas de sua conduta, e a sistematização desse compromisso molda uma personalidade social, a ética é o modo como esse agente se insere na vida social a partir dos valores com que se compromete. Investiga-se com que perspectiva ética um determinado agente está implicado ao elaborar e comprometer-se com um determinado valor, pois essa relação entre valores e ação tem, atrás de si, uma concepção de convívio, de bem e mal na relação com o outro. Essa concepção de convívio encontra-se internalizada e, por isso, diz respeito à faculdade de julgar do agente e não de concepções de bem e mal socialmente aceitas (moral).

Toda elaboração de valores leva em consideração, de uma forma ou de outra, os 'outros' que compõem a vida social na qual se está inserido. Como asseverado no estudo da personalidade, o compromisso com valores abstratos, por si só, nada significa, podendo, inclusive, basear-se em um esquecimento social das circunstâncias que possibilitam tal compromisso (como no caso das elites abastadas que moldam um comportamento de fuga do mundo através de visões de mundo religiosas). Esse esquecimento é também uma forma de inserção social, uma que se baseia na sua própria negação. É, portanto, necessário atentar-se para o processo de elaboração dos valores.

Isso levanta duas questões imprescindíveis à discussão sobre a ética na sociedade contemporânea e que têm importância na operacionalização da noção de dever como categoria investigativa: a questão da responsabilidade que deriva da racionalização dos valores e a universalização destes.

O compromisso com valores abstratos, por si só, remete ao que Weber (1982) denominou ética da convicção. Segundo Beitzel (2014), os proponentes dessa ética desconsideram por completo os meios e as consequências das ações. Quando de uma ação derivam consequências impremeditadas e até contraditórias ao valor sobre o qual se estava convicto, para esse proponente, o problema será o mundo e não a sua ação. Esse agente, portanto, se exime de suas responsabilidades como ser que participa de uma vida em sociedade. Por isso, diz Nobre (2000), a ética da convicção não resiste às irracionalidades do mundo.

Já a ética da responsabilidade é coerente tanto com o pluralismo de valores assim como com as incertezas e fluidez do mundo contemporâneo. Ela estabelece que a relação racionalizada entre valores e ação, no sentido aqui discutido, não pode prescindir dos liames entre a motivação, os meios e os fins desta ação. Dada a irracionalidade ética do mundo, um agir livre nas sociedades contemporâneas implica assumir as responsabilidades que daí derivam. Não como autorreflexão monológica, mas como ação de quem toma parte na vida em sociedade. Constitui essa responsabilidade o exercício de se avaliar as circunstâncias para extrair os valores que podem guiar um comportamento, sem perder de vista a conexão entre os valores perseguidos, os meios de que se dispõe e os fins almejados (BEITZEL, 2014; LADRIÈRE, 2001). O leitor se recordará que a reflexão weberiana sobre a personalidade do cientista está imersa nessa perspectiva.

Derivando, então, a ética da responsabilidade de uma ativa inserção na vida social, os princípios que a guiam tendem à universalização. A consideração de uma vida em comum como a circunstância sobre a qual se racionalizam os valores de um agente ou grupo social impele à sua universalização, pois impele, como diz Ladrière (2001), na esteira da reflexão kantiana, à consideração de todos os

seres sociais como fins em si mesmos. Nessa perspectiva, ao moldar um comportamento orientado por um valor mantém-se inquebrantável o liame entre valores, meios e fins e, consequentemente, tornam-se injustificáveis instrumentalizações, no percurso da ação ou como consequência sua, que ferem os princípios assim racionalizados.

A universalização das visões éticas é, portanto, uma consideração ativa da vida em sociedade e não um formalismo vago. O aspecto formal de uma noção de dever universalizada não retira a concretude do princípio moral de ação. Primeiramente, a universalidade, antes de ser uma injunção, é um critério para que se possa avaliar objetivamente a moralidade dos atos. Depois, é preciso considerar que "o exercício racional que consiste a cada um de estimar a possível universalização de suas próprias máximas é um critério de moralidade antes de qualquer coisa." (LADRIÈRE, 2001, p. 35).

Considerações finais

Assim se conclui essa contribuição à fundamentação de uma sociologia da ética, conforme os parâmetros estabelecidos em Ladrière (2001). A noção de dever, categoria trabalhada por diversas correntes nas ciências sociais em torno do dilema do agente nas sociedades capitalistas contemporâneas, foi aqui esmiuçada para apontar seu potencial crítico. Esse potencial está na relação com princípios que os próprios agentes possam querer. Para tanto, ao sociólogo é imprescindível conhecer as instâncias da vida social sobre a qual se formam os valores que guiam a ação, pois só assim é capaz de entrever a possibilidade de uma ação livre. Só assim pode chegar ao conhecimento dos imperativos éticos que os agentes da vida social possam eles mesmos querer.

Neste artigo, buscou-se lançar luz aos processos de julgamento ético dos agentes sociais. Ou seja, propõem-se conceitos que investiguem como um agente se insere na vida social a partir do compromisso valorativo que estabelece no curso de suas ações. À sociologia, através do conceito de personalidade social, é possibilitado o acesso a

essa realidade, estabelecidos os processos de racionalização cultural e social das sociedades contemporâneas. A reflexão sobre as consequências da irracionalidade ética do mundo e da institucionalização da razão instrumental para a ação social levou diversos autores a se interessarem pelas relações entre dever e liberdade na contemporaneidade. A possibilidade de uma investigação científica desta temática está na relação entre valores e ação.

Para essa investigação, trabalharam-se conceitos que estruturam a realidade de maneira racional e que, então, guiam a observação empírica sistemática. Não é preciso, para tanto, postular uma suposta neutralidade, mas assumir conscientemente os valores ao qual se adere no processo de construção desses conceitos. Este artigo, seguindo Ladrière (2001), mantém uma relação com o pressuposto de que o agir humano pode ser um agir no mundo e não simplesmente determinado por ele. Como disse Kant (1996), se a razão deve ter um fim prático, este deve ser o de determinar a ação[5]. Assim constituída, a ação será um início 'no' mundo, sendo neste mundo uma interventora, dotada de uma capacidade criadora. A razão humana, que representa a força dos princípios, permite, enquanto capacidade cognoscente, a apreensão dos princípios gerais/universais dos fenômenos particulares e, enquanto capacidade prática, fundar um princípio no mundo. Trata-se de um princípio relativo, pois é um princípio em um mundo que já se iniciou por força da própria natureza, muito antes da constituição da vontade humana. "Esse segundo começo (o único que nos é acessível) é o da liberdade" (LADRIÈRE, 2001, p. 26).

Referências bibliográficas

ASCHER, Ivan. (2010), "Max Weber and the 'Spirit' of The Protestant Ethic". *Journal of Classical Sociology*, 10(2), p. 99–108.

5 Fosse simplesmente para perseguir o bem-estar, diz o filósofo, melhor munidos estaríamos se dotados apenas de intuição.

BEITZEL, Terry. (2014), "The process of (nonviolent) revolution and max weber's ethics of responsibility". *International Journal on World Peace*. n. 31, v. 2, junho.

COHN, Gabriel. (2003), "Introdução". In: COHN, G. (org.). *Weber*. São Paulo: Ática.

DURKHEIM, Émile. (1999), *Da Divisão do Trabalho Social*. 2a ed. São Paulo: Martins Fontes.

FREUND, Julien. (2003), *Sociologia de Max Weber*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Universitária.

HABERMAS, Jürgen. (2007), *Ciencia y Técnica como "ideologia"*. Madrid: Tecnos, 5a ed.

_____. (1984), *The Theory of Communicative Action*, v. 1, Reason and the Rationalization of Society. Boston: Beacon Press, 1984.

_____. (1989), *The Theory of Communicative Action*, v. 2, Lifeworld and System: a critique of functionalist reason. Boston: Beacon Press.

HEGEL, Georg Wilhelm. (1991), *O Sistema da Vida Ética*. Lisboa: Edições 70.

KANT, Immanuel. (1996), *Fundamentación de la Metafísica de los Costumbres*. Madrid: Espasa Calpe, 12a ed.

LALANDE, Andre. (1953), *Vocabulario Tecnico y Critico de La Filosofia*. Madrid: El Ateneu.

LADRIÈRE, Paul. (2001), *Pour une sociologie de l'éthique*. Paris: PUF.

LÖWITH, Karl. (1980), "Racionalização e liberdade: o sentido da ação social". In: M. M. Foracchi & J. M. Martins (orgs.). *Sociologia e Sociedade*: leituras de introdução à sociologia. Rio de Janeiro: LTC Editora.

MARCUSE, Herbert. (1999), *Tecnologia, Guerra e Fascismo*. São Paulo: UNESP.

NOBRE, Renarde Freire. (2000), "Racionalidade e tragédia cultural no pensamento de Max Weber". *Tempo Social*, São Paulo, 12(2): 85-108, novembro.

PIERUCCI, Antônio. (1998), "Secularização em Max Weber: da contemporânea serventia de voltarmos a acessar aquele velho sentido". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 13, n. 37, São Paulo, junho.

PORTIS, Edward Bryan. (1978), "Max Weber's Theory of Personality". *Sociological Inquiry*, v. 48, n. 2, abril.

SMITH, Adam. (1981), "An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations", vol. I. In: CAMPBELL, R. H. and SKINNER, A. S. (ed.). Glasgow Edition of the Works and Correspondence of Adam Smith, v. 2. Indianapolis: Liberty Fund.

_____. (1978), *Teoría de los sentimientos morales*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica.

TRAGTENBERG, Maurício. (2005), "Apresentação". In: WEBER, Max. *Estudos Políticos*: Rússia 1905 e 1917. Rio de Janeiro: Azougue.

_____. (2006), *Burocracia e Ideologia*. 2a edição revista. São Paulo: UNESP.

WEBER, Max. (2004), *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras.

_____. (1991), *Economia e Sociedade*: fundamentos da sociologia compreensiva, v. 1. Brasília: UnB.

_____. (1982), *Ensaios de sociologia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

_____. (1999), *Metodologia das Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez.

_____. (1964), *The Sociology of Religion*. Boston: Beacon Press.

WHITE, Mark D. (2004), Can homo economicus follow Kant's categorical imperative? *Journal of Socio-Economics*, n.33, p. 89–106.

Revista Brasileira de Sociologia | Vol. 04, No. 08 | Jul. Dez, 2016
Artigo recebido em 29/05/2016 / Aprovado em 26/10/2016
http://dx.doi.org/10.20336/rbs.169
10.20336/rbs.169

Um caminho metodológico para identificar redes de ensino mais justas na educação básica

Vanda Mendes Ribeiro*

RESUMO

Este artigo propõe um caminho metodológico para identificar redes de ensino mais justas na educação básica, nas quais o maior número possível de alunos domina o conhecimento que se define como necessário, sobretudo aqueles alunos cuja origem lhes impõe situações de desigualdade social. Elaborou-se um índice de nível socioeconômico (NSE) para cada aluno; e realizou-se análise de agrupamentos com base na média da proficiência de Matemática, na média do NSE dos alunos e no coeficiente de variação da proficiência de Matemática. Foram identificadas 19 redes municipais de ensino mais justas no estado de São Paulo. Procedimentos de controle mostraram que o caminho metodológico proposto é adequado para indicar redes de ensino que têm conseguido gerar aprendizagens de forma mais equitativa.
Palavras-chave: Equidade. Desigualdade escolar. Metodologia de pesquisa. Justiça na escola.

* Professora da pós-graduação em Educação e Educação Profissional da Universidade Cidade de São Paulo. Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, com estágio sanduíche na Universidade de Genebra, bolsa Cnpq e Capes. Mestre em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas.

ABSTRACT

A METHODOLOGICAL APPROACH TO IDENTIFY FAIRER EDUCATION NETWORKS IN BASIC EDUCATION

The present article proposes a methodology to identify fairer education networks in basic education, defined as the largest possible number of students mastering knowledge that is defined as necessary, particularly those coming from conditions of social inequalities. An index of socioeconomic level (SEL) was developed and applied to each student; a cluster analysis was conducted based on the mean proficiency in Math, on the mean SEL of the students and on the coefficient of variation of mathematics proficiency. Nineteen (19) fairer basic education systems were identified in the state of São Paulo. Control procedures have shown that the proposed methodological procedure is adequate to identify those education networks that have generated knowledge in a more equitable way.
Keywords: Equity. School Inequalities. Research Methodology. Justice in Schools.

Introdução

Este artigo tem por objetivo propor um caminho metodológico para identificar redes de ensino mais justas na educação básica. Desde os anos 90, o país vem galgando maiores níveis de justiça nessa etapa da escolaridade no que tange ao acesso da população. Entretanto, a permanência na escola e, sobretudo, a aprendizagem continuam sendo um grande desafio para as políticas educacionais (OLIVEIRA, 2007) e costumam atingir as populações menos favorecidas, as crianças que vivem nas regiões mais pobres do país (CASTRO, 2009), nas periferias das grandes cidades (ÉRNICA; BATISTA, 2012), os meninos (FERRARO, 2009) e a população negra (LOUZANO, 2013; FERRARO, 2009).

Nos anos 60, a sociologia da educação demonstrou a correlação entre desigualdade social e desigualdade escolar (BOURDIEU; PASSERON, 1975; COLEMAN, 2008). De acordo com Dubet (2009), desde então os governos têm tentado, por meio de políticas educacionais, enfrentar a (re)produção da desigualdade escolar, sem grandes progressos. Com base em John Rawls, filósofo norte-americano que trata da justiça distributiva, Dubet (2009) apresenta um princípio de

justiça para sustentar políticas educacionais para a educação básica. Esse princípio, a igualdade de base, pretende lidar com a correlação entre desigualdade social e escolar, exigindo que todas as crianças, na educação básica, sobretudo aquelas que vivenciam situações de desigualdade social devido à origem, adquiram um conhecimento de base, conforme os objetivos de aprendizagem estabelecidos como necessários nessa etapa da escolaridade. Trata-se de um princípio de justiça que visa a equidade nos moldes de Rawls (2003): quando a distribuição de bens sociais valorizados alcança também os grupos sociais menos favorecidos.

Dubet (2008, 2009) propôs o referido princípio de justiça "igualdade de base" buscando confrontar desafios e contradições presentes nas sociedades democráticas contemporâneas, tais como: essas sociedades vivem a contradição de valorizar liberdade e igualdade e ao mesmo tempo produzir permanentemente desigualdade; a meritocracia, nesse tipo de sociedade, é responsável por articular a representação de igualdade e a hierarquia de posições sociais, de modo a evitar o retorno à noção de castas; a desigualdade escolar afeta a trajetória escolar das crianças e sua dignidade; a desigualdade escolar impacta a configuração futura da desigualdade social devido à relação entre trajetórias escolares, desigualdade social e desigualdade escolar; a educação básica é direito obrigatório subjetivo, portanto, se há correlação entre desigualdade social e desigualdade escolar não é justo que, na educação básica de direito obrigatório, a distribuição do bem social "educação escolar" seja pautada por princípios de justiça meritocrática.

Ao adotar o princípio igualdade de base, evitando o mérito – uma vez que a trajetória escolar e a aprendizagem não são como um jogo com jogadores que partem do mesmo patamar, devido à correlação entre desigualdade social e escolar –, uma rede de ensino da educação básica evitaria que parte das crianças, justamente aquela que é mais desprovida de bens sociais, passe pela experiência do fracasso escolar, construindo para si a identidade de "perdedora". Além disso, evitam-se também trajetórias escolares turbulentas, que dificultarão a chegada dessas crianças a posições sociais mais prestigiadas.

Nessa perspectiva, para saber se há justiça, é preciso observar os resultados das distribuições, mas sem se pautar somente na média dos resultados, uma vez que não se trata de construir o bem-estar para a maioria, mas para todos, distribuindo de modo a favorecer os mais desprovidos (RAWLS, 2003; DUBET, 2009). Considerando, portanto, a avaliação do desempenho dos alunos em larga escala – Prova Brasil – como uma forma de verificar a distribuição do bem social educação escolar, buscou-se um caminho metodológico que pudesse indicar redes de ensino mais justas, aquelas que mais se aproximam de uma rede que cumpre o princípio de justiça igualdade de base.

O objetivo do procedimento metodológico da pesquisa foi buscar escolas mais justas e não completamente justas, tendo em vista o apontamento de Ribeiro (2014), que, com base em Dubet (2009) e Crahay (2000), conclui que em educação, no tipo de sociedade em que vivemos, que produz desigualdade permanentemente e valoriza igualdade e liberdade, o possível é obter níveis mais justos de uma distribuição de bens advinda das políticas e práticas educacionais em um processo permanente de decisões com vigilância sobre como se usam os insumos, como se realizam os processos e como se efetivam os resultados envolvidos na implementação das políticas. Para Ribeiro (2014), dada a tendência à produção permanente da desigualdade social no tipo de sociedade em que vivemos, a equidade – enquanto distribuição de bens sociais valorizados que favorece também os grupos sociais que experimentam situações acentuadas de desigualdade social – somente pode ser fruto da política, conforme afirma Santos (1979). Por redes mais justas entendem-se, com base nas referências acima, aquelas que conseguem fazer, por meio da política educacional, com que o maior número de alunos, sobretudo aqueles que experimentam situações de desigualdade social, alcance o conhecimento definido como necessário para uma determinada etapa da educação básica. Trata-se, então, de um princípio de justiça que busca a equidade.

O caminho metodológico traçado

Primeiramente, elaborou-se, com base nos microdados da Prova Brasil 2007 e dos questionários associados a essa prova respondidos por alunos de toda a rede pública do estado de São Paulo, um índice de nível socioeconômico (NSE) dos alunos. Fez-se uso do *software* Multilog para executar metodologia à luz do que foi realizado por Soares e Andrade (2006). Para tanto, indicadores de renda (conforto doméstico da residência do aluno) e da escolaridade de mães e pais foram utilizados. Ao todo, selecionou-se13 itens dos citados questionários respondidos por alunos de 4ª e 8ª séries.

A seleção de um único estado ocorreu para controlar minimamente as diferenças de contexto que, no Brasil, são muito intensas quando se observam estados de diferentes regiões geográficas.

Para operacionalizar a ideia de redes de ensino mais justas com base em Dubet (2008, 2009) e, assim, classificar as redes de ensino no que tange à sua proximidade em relação ao princípio de justiça igualdade de base, foram analisados agrupamentos constituídos com os seguintes critérios: média de proficiência em Matemática na Prova Brasil 2007; coeficiente de variação das proficiências dos alunos em Matemática na Prova Brasil 2007 (que representa o nível de desigualdade escolar de cada rede); NSE dos alunos, elaborado a partir dos questionários associados à Prova Brasil 2007 respondidos pelos alunos. Desse modo, considerou-se como sendo mais justas aquelas redes que, atendendo alunos com níveis socioeconômicos mais baixos, conseguem maior desempenho médio dos alunos em Matemática, menor nível de desigualdade escolar (medido pelo coeficiente de variação do desempenho dos alunos em Matemática), e cumprem melhor o princípio de justiça igualdade de base. Ou seja, que conseguem proporcionalmente fazer com que mais alunos cheguem ao nível de desempenho que se considera como adequado, inclusive aqueles alunos com menor NSE. A decisão de verificar o desempenho em Matemática foi baseada em Alves (2009), para quem o desempenho dos alunos nesse conhecimento é mais afeito à relação com o que é realizado pela escola em comparação com o resultado de língua portuguesa.

Em seguida, foi verificado como as redes de ensino se comportam diante da definição de 200 ou 225 como corte que estabelece nível adequado de proficiência dos alunos de 5º ano em Matemática. Esses cortes foram selecionados com base em Alves (2009), que afirma que 200 é um número de pontos suficiente para dizer que os alunos têm domínio de um conjunto de habilidades da Matemática necessárias nos anos finais do ensino fundamental. Os cortes também se basearam na proposta elaborada pelo Todos pela Educação (2007) e utilizada pelo Ministério da Educação (MEC) (BRASIL, 2008), que considera que o número de pontos necessários para expressar esse conhecimento é 225. Optou-se por usar os dois cortes, uma vez que o Estado brasileiro ainda não finalizou a mediação de um acordo que possa expressar o que seria oficial. Cabe observar que a proposta de Dubet (2009), igualdade de base, exige que o Estado defina o conhecimento que deve ser dominado por todos os alunos ao cabo de um determinado período. De forma inadequada, na falta de um currículo comum no país que expresse esse conhecimento necessário para todos, as avaliações externas do desempenho dos alunos em larga escala, coordenadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC), têm oferecido parâmetros para a definição de metas de apoio às políticas e planos educacionais, conforme se pode observar na leitura do Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014).

A análise de agrupamentos foi efetuada unicamente sobre dados das redes de ensino municipais do estado de São Paulo, com mais de cinco mil matrículas nos anos iniciais do ensino fundamental no ano de 2005. Trata-se de 69 redes municipais. Essa escolha foi referenciada no fato de que tais redes têm maiores desafios em termos de desempenho dos alunos e de equidade. Tomou-se como unidade de estudo a rede municipal de ensino de cada localidade.

Resultados

Conforme mencionado, a análise de agrupamentos foi efetuada com base nas variáveis: média da proficiência de Matemática na

Prova Brasil 2007; média do NSE dos alunos, calculado a partir de suas respostas aos questionários associados à Prova Brasil; e coeficiente de variação da proficiência de Matemática na Prova Brasil 2007. Foram identificados quatro grupos de redes de ensino após análise da variabilidade e da interpretação de cada um dos agrupamentos gerados. A Tabela 1 e a Figura 1 apresentam as médias das variáveis para cada grupo.

Tabela 1 - Médias de cada variável usada para constituição dos grupos em cada um dos quatro grupos: NSE, desempenho médio em Matemática e coeficiente de variação (CV) desses desempenhos.

	Média	Desvio Padrão	Erro Padrão	Intervalo de Confiança de 95% para a média	Mínimo	Máximo	N
NSE	-0,090	0,085	0,010	[-0,110; -0,069]	-0,314	0,081	69
G1	-0,175$^{(C)}$	0,060	0,016	[-0,210; -0,141]	-0,314	-0,109	14
G2	-0,050$^{(A)}$	0,060	0,018	[-0,090; -0,010]	-0,121	0,050	11
G3	-0,133$^{(B)}$	0,065	0,015	[-0,164; -0,102]	-0,304	-0,034	19
G4	-0,026$^{(A)}$	0,056	0,011	[-0,049; -0,003]	-0,092	0,081	25
Nota de Matemática - Prova Brasil 2007	202,628	11,276	1,358	[199,919; 205,337]	180,573	232,069	69
G1	190,371$^{(A)}$	6,727	1,798	[186,487; 194,255]	180,573	206,090	14
G2	194,021$^{(A)}$	8,761	2,641	[188,139; 199,91]	184,751	211,601	11
G3	212,937$^{(C)}$	7,644	1,754	[209,253; 216,621]	204,956	232,069	19
G4	205,443$^{(B)}$	6,783	1,357	[202,643; 208,243]	195,013	218,808	25
CV (Nota de Matemática - Prova Brasil 2007)	0,223	0,016	0,002	[0,220; 0,227]	0,192	0,265	69
G1	0,230$^{(C)}$	0,007	0,002	[0,226; 0,234]	0,219	0,240	14
G2	0,250$^{(D)}$	0,008	0,002	[0,245; 0,256]	0,240	0,265	11
G3	0,210$^{(A)}$	0,010	0,002	[0,206; 0,215]	0,192	0,223	19
G4	0,218$^{(B)}$	0,007	0,001	[0,215; 0,221]	0,201	0,231	25

Obs.: (A), (B), (C) e (D) apresentam médias distintas segundo comparações múltiplas de Duncan em um nível de significância de 5%.

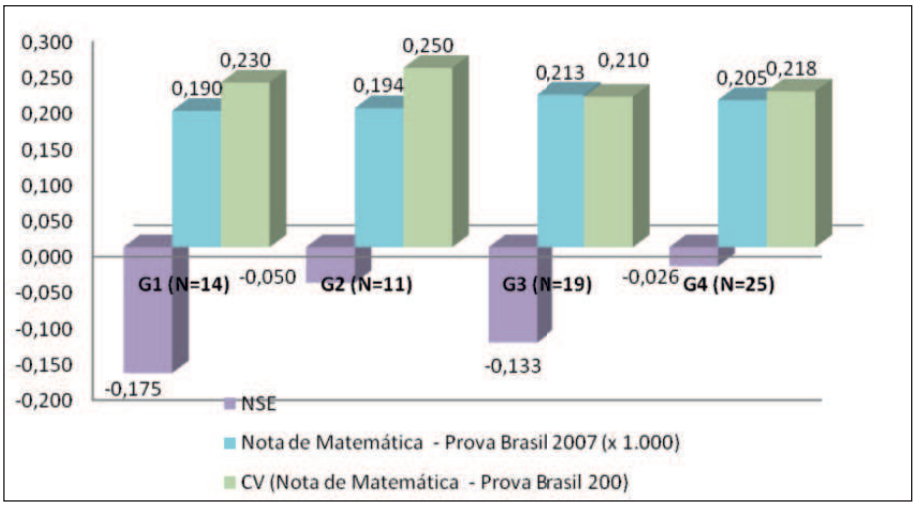
NSE – ANOVA– F3,65=23,89 (p<0,0001).

Nota de Matemática - IDEB2007 – ANOVA – F3,65=31,68 (p<0,0001).

CV (Nota de Matemática - IDEB2007) – ANOVA – F3,65=65,18 (p<0,0001).

Fonte: Elaborada pela autora com base em microdados da Prova Brasil 2007/questionários associados, Inep.

Figura 1 - Médias de NSE, desempenho dos alunos em Matemática na Prova Brasil 2007 e coeficiente de variação (CV) desses desempenhos, por agrupamentos.



Fonte: Elaborada pela autora com base em microdados da Prova Brasil 2007/questionários associados, Inep.

Os quatro agrupamentos podem ser assim interpretados, por observação das médias das variáveis para cada grupo:

- **Grupo 1 (redes municipais que têm NSE e desempenho dentre os mais baixos; desigualdade escolar dentre as mais altas)**: congrega as redes que possuem os alunos com os mais baixos NSE, uma das menores médias de desempenho em Matemática e a segunda maior média em termos de medida de dispersão dos desempenhos (coeficiente de variação em Matemática).

- **Grupo 2 (redes municipais que têm NSE dentre os mais altos; desempenho dentre os mais baixos; mais alta desigualdade escolar)**: grupo de redes com a segunda maior média em termos de NSE dos municípios; uma das menores médias de desempenho em Matemática e a maior média de CV.

- **Grupo 3 (redes municipais com NSE dentre os mais baixos; menor desigualdade escolar; maior média do desempenho dos alunos)**: esse grupo compreende as redes com algumas das piores situações socioeconômicas dos alunos, porém com a me-

lhor situação em termos de média do desempenho dos alunos e de desigualdade escolar (média dos CVs dos desempenhos dos alunos). Ou seja, com alunos em situação socioeconômica menos favorável que outros grupos, o grupo 3 consegue níveis menores de desigualdade escolar e melhores de desempenho médio dos alunos.

- **Grupo 4 (redes com mais alto NSE; desigualdade escolar um pouco mais acentuada que o grupo 3; médias de desempenho dos alunos dentre as mais altas)**: contém as redes com maior média de NSE, segunda maior média de desempenho em Matemática e segunda menor média de coeficiente de variação. Em relação ao grupo 3, este grupo apresenta maior desigualdade de desempenho dos alunos num contexto socioeconômico mais favorável. A média de desempenho em Matemática é também um pouco menor.

Quadro 1 - Quadro-resumo das características de cada agrupamento no que tange às três variáveis utilizadas para análise de agrupamentos.

Grupos	Número de municípios	NSE	Desigualdade Escolar (CV Matemática)	Desempenho médio em Matemática
1	14	Mais baixo	Alta	Baixo
2	11	Mediano	Mais alta	Baixo
3	19	Segundo mais baixo	Mais baixa	Mais alto
4	25	Alto	Mais alta	Alto

Fonte: Elaborado pela autora com base em Microdados da Prova Brasil 2007, Inep.

Para finalizar a tarefa de operacionalizar o conceito de igualdade de base, considerando as referências de Dubet (2008, 2009), verificou-se como são, nesses grupos de municípios, as proficiências dos alunos com NSE mais baixo.

A Tabela 2 e a Figura 2 apresentam as medidas-resumo do desempenho em Matemática na Prova Brasil 2007 no grupo de alunos classificados no 1º tercil de NSE (NSE ≤ -0,422), que representa o grupo de alunos com mais baixo nível socioeconômico.

Tabela 2 - Média dos desempenhos dos alunos no tercil de NSE mais baixo, segundo os grupos de municípios criados para representar maior ou menor equidade na rede escolar.

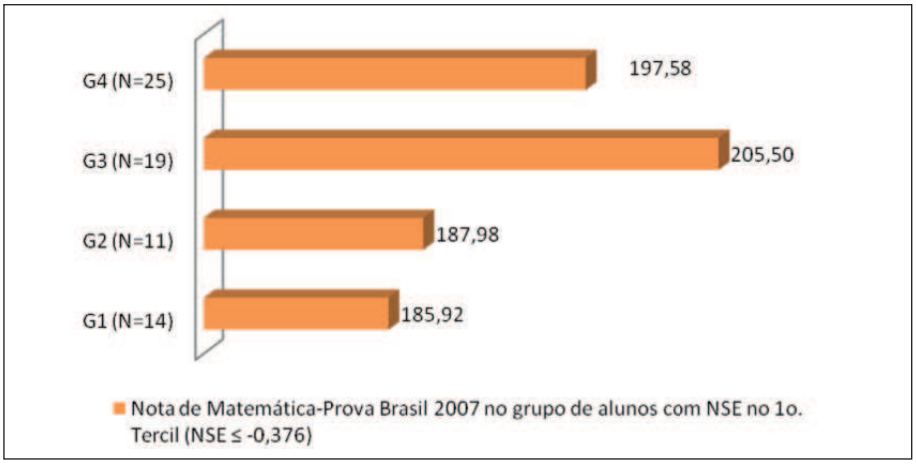
	Média Desempenho dos alunos Matemática Menor Tercil NSE	Desvio Padrão	Erro Padrão	Intervalo de Confiança de 95% para a média	Mínimo	Máximo	N
Total	195,866	9,910	1,193	[193,485; 198,246]	177,993	221,051	69
G1	185,919[(A)]	6,071	1,622	[182,414; 189,424]	177,993	202,151	14
G2	187,980[(A)]	6,315	1,904	[183,738; 192,223]	180,834	199,873	11
G3	205,504[(C)]	7,705	1,768	[201,791; 209,218]	195,692	221,051	19
G4	197,580[(B)]	5,858	1,172	[195,162; 199,999]	184,296	209,453	25

Obs.: (A), (B) e (C) apresentam médias distintas segundo comparações múltiplas de Duncan em um nível de significância de 5%.

ANOVA– F3,65=30,57 (p<0,0001).

Fonte: Elaborada pela autora com base em Microdados da Prova Brasil 2007/questionários associados, Inep.

Figura 2 - Média do desempenho em Matemática no grupo de alunos de NSE mais baixo nos agrupamentos constituídos.



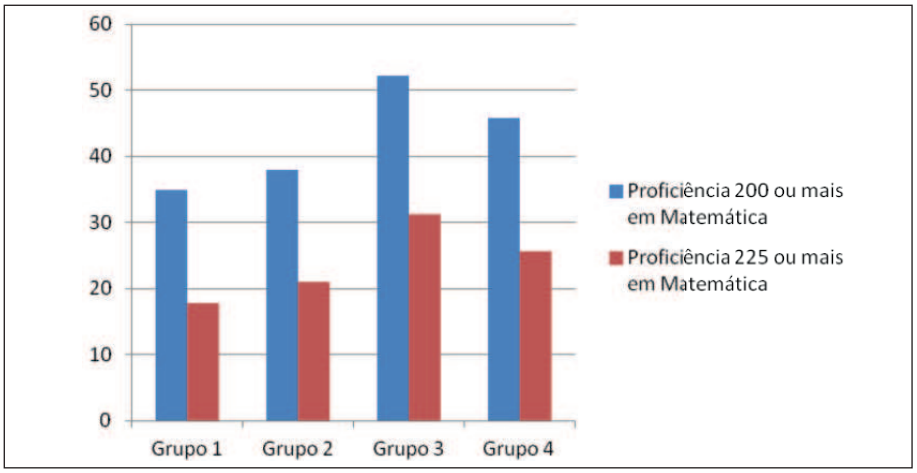
Fonte: Elaborada pela autora com base em Microdados da Prova Brasil 2007/questionários associados, Inep.

Observa-se que o grupo 3 contempla as redes que apresentaram o maior desempenho médio em Matemática, seguido pelo grupo 4. Os grupos 1 e 2 apresentaram as menores médias (similares entre si). A média da proficiência dos alunos em Matemática no grupo 3 alcança valor maior que 200, ainda que menor que 225. É possível perceber

que é no grupo 3 (segundo grupo com menor NSE, porém com a menor desigualdade escolar em relação a todos os demais grupos) que o conjunto de alunos com menor NSE obtém as maiores médias em termos de proficiência em Matemática na Prova Brasil 2007 (205,50). Vale observar que é também no grupo 3 que a distância entre a maior e a menor proficiência alcançada pelos alunos dentre aqueles de NSE mais baixo também é menor: 16 pontos contra 23 (grupo 1), 20 (grupo 2) e 22 (grupo 4).

Foi calculado ainda o percentual de alunos com menor NSE, com proficiência em Matemática na Prova Brasil 2007 igual ou acima de 200 ou 225, no âmbito de cada um dos agrupamentos.

Figura 3 - Percentual de alunos de menor NSE com proficiência igual ou superior a 200 ou 225 em Matemática na Prova Brasil 2007 nos quatro agrupamentos de municípios.



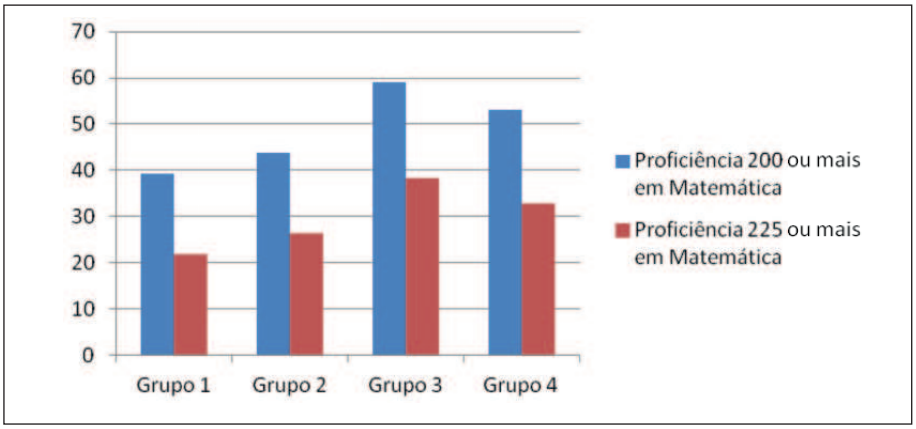
Fonte: Elaborada pela autora com base em Microdados da Prova Brasil 2007/questionários associados, Inep.

Conforme se pode observar na Figura 3, o grupo 3 agrega o maior percentual de alunos com NSE mais baixo e com níveis de proficiência em Matemática, na Prova Brasil 2007, compatíveis com os dois critérios que foram tratados como possíveis indicadores para o alcance da igualdade de base. Vê-se que, se o corte para indicar nível de competências e habilidades aceitáveis para o final dos anos iniciais do ensino fundamental fosse o adotado pelo MEC (pelo menos 225 pontos), no grupo 1 apenas cerca de 20% dos alunos de NSE mais

baixo teria alcançado essa condição; 21% deles no grupo 2; e 26% no grupo 4. O grupo 3 contaria com um percentual mais elevado, cerca de 30%. Considerando o corte referenciado em Alves (2009) (mínimo de 200 pontos), percentuais bem maiores de alunos com baixo NSE estariam em situação compatível com nível adequado de proficiência: 35% dos alunos de baixo NSE no grupo 1; 38% no grupo 2; 46% no grupo 4. O grupo 3 propiciaria essa situação para mais de 50% desses alunos.

Foi também calculado o percentual de alunos com proficiência igual ou maior que 200 ou 225 sobre o total de alunos dos municípios, no âmbito de cada agrupamento. Conforme mostra a Figura 4, o grupo 3 conseguiria elevar quase 60% de seus alunos a um nível definido como adequado de proficiência se o corte indicativo fosse 200; caso o corte fosse 225, o percentual seria 40%. Esses percentuais são mais elevados que a situação alcançada por todos os demais grupos, inclusive o grupo 4, que possui a média do NSE dos alunos mais elevada dentre todos os grupos de redes de ensino.

Figura 4 - Percentual de alunos com proficiência igual ou superior a 200 ou 225 em Matemática na Prova Brasil 2007 nos quatro agrupamentos de municípios.



Fonte: Elaborada pela autora com base em Microdados da Prova Brasil 2007/questionários associados, Inep.

Portanto, com base no tratamento de dados feito acima, considerou-se que as redes de ensino municipais mais justas nos anos iniciais do ensino fundamental são aquelas que compõem o grupo 3.

Visando verificar a pertinência desse resultado advindo dos procedimentos metodológicos acima compartilhados, foram usados dados de outra pesquisa– Bons Resultados no Ideb: em busca de fatores explicativos. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2010). Para encontrar municípios no estado de São Paulo com mais de mil matrículas, em 2005, nos anos iniciais do ensino fundamental, cujo desempenho no Ideb não pudesse ser explicado essencialmente por fatores socioeconômicos locais, essa pesquisa calculou um índice sintético, com base em variáveis socioeconômicas, para representar o NSE dos municípios. Três distintas dimensões de análise foram selecionadas, cada qual expressa por um conjunto de indicadores:

- **Riqueza**: PIB *per capita* (2006), remuneração média do emprego formal (2008) e percentual do valor adicionado na administração pública no total do valor adicionado (2006).

- **Condições sociais**: taxa de mortalidade na infância (2005-2007) e proporção de pessoas atendidas pelo Programa Bolsa Família (maio/2010).

- **Receitas**: receita orçamentária *per capita* (2007) e percentual de receitas de arrecadação própria no total da Receita Bruta (2007).

Dessa pesquisa, foram selecionadas apenas as informações dos municípios com mais de cinco mil matrículas nos anos iniciais do ensino fundamental. Com esses dados, procedeu-se a uma regressão, também considerando as dimensões socioeconômicas acima mencionadas. Havia, em 2005, 69 municípios com mais de cinco mil matrículas nas redes municipais nos anos iniciais do ensino fundamental no estado de São Paulo. A regressão mostrou que, desses, 24,4% tiveram desempenho acima do esperado, controlando seus contextos a partir das dimensões socioeconômicas acima citadas. A Tabela 3 mostra que todos os 19 municípios do grupo 3, constituído pelas redes consideradas mais justas, apresentaram desempenho acima do esperado. Isto é, seus desempenhos não podem ser explicados apenas

por suas condições socioeconômicas locais. E é somente no grupo 3 que essa situação acontece. Conforme afirma Santos (1979), equidade, no tipo de sociedade em que vivemos, é fruto de política. E, nessas redes, os resultados educacionais não podem ser explicados apenas por seus contextos socioeconômicos.

Tabela 3 - Distribuição dos municípios por grupo e desempenho.

	Grupos - desempenho				Total	
	Esperado ou abaixo do esperado		Acima do esperado			
	N	%	N	%	N	%
Total	25	36,2%	44	63,8%	69	100,0%
G1	8	57,1%	6	42,9%	14	100,0%
G2	8	72,7%	3	27,3%	11	100,0%
G3	0	0%	19	100,0%	19	100,0%
G4	9	36,0%	16	64,0%	25	100,0%

Obs.:Chi(3)=19,79 (p=0,0002)

Fonte: Elaborada pela autora com base em Microdados da Prova Brasil 2007/questionários associados, Inep.

A Tabela 4 mostra a lista de municípios do estado de São Paulo que, nos anos iniciais do ensino fundamental, pelos dados da Prova Brasil em 2007, estão conseguindo maiores níveis de equidade.

O grupo 3 agrupa as redes municipais dos anos iniciais do ensino fundamental que, relativamente às demais redes com mais de 5 mil matrículas nessa etapa da escolaridade, apesar de terem a segunda condição de NSE dos alunos mais adversa, estão obtendo resultados que não podem ser explicados somente pelas condições socioeconômicas: tais redes conseguem os maiores desempenhos em termos de média, a menor desigualdade escolar, oferecendo os maiores níveis de proficiência aos alunos com menores NSE e incorrendo, portanto, nos maiores percentuais de alunos com proficiência acima daqueles patamares (200 ou 225) que poderiam indicar o nível adequado de conhecimento na referida etapa da educação básica.

Tabela 4 - Redes escolares municipais mais justas do estado de São Paulo (mais de 5 mil matrículas – 4ª série/5º ano EF).

Municípios	Média NSE dos alunos*	Proficiência média dos alunos	CV	Média das proficiências dos alunos tercil menor NSE	% alunos 200 ou mais	% alunos 225 ou mais	% alunos 200 ou mais (tercil NSE mais baixo)	% alunos 225 ou mais (tercil NSE mais baixo)
Araçatuba	-0,1	211,11	0,21	206,36	59,3	37,1	54,4	33,2
Barretos	-0,11	210,56	0,21	203,82	58,2	37,6	52,2	31
Caraguatatuba	-0,16	206,43	0,22	200,18	53,1	32,3	47,2	26,6
Franca	-0,2	212,38	0,22	207,72	59,2	38,7	55,6	33,2
Guaratinguetá	-0,11	205,02	0,21	196,63	51,2	31,1	42,8	22,8
Indaiatuba	-0,06	225,2	0,19	219,22	71,6	50,9	65,8	45,9
Itapetininga	-0,23	209,34	0,22	199,4	59,2	34,9	52,5	27,3
Itapeva	-0,3	213,48	0,22	206,69	58,5	39,1	52,2	32,6
Itatiba	-0,07	209,05	0,21	198,2	55,6	35,4	45,1	25,7
Leme	-0,19	204,96	0,22	195,22	50,2	31	42,4	22,7
Lorena	-0,12	206,13	0,2	197,63	54,1	32,7	47,6	26,6
Marília	-0,13	225,43	0,22	216,21	68,2	49,4	61,4	41,4
Mogi das Cruzes	-0,12	207,33	0,21	200,04	54,2	33,5	47,9	27,4
Ourinhos	-0,11	210,71	0,22	200,55	55	35,9	48,3	25,3
Pindamonhangaba	-0,18	209,68	0,21	202,83	56,8	35,5	50,2	29,3
Sta Bárbara d'Oeste	-0,08	221,68	0,21	212,63	64,6	45,5	57,9	39,3
Sertãozinho	-0,12	232,07	0,2	221,76	74,2	53,1	65,8	42,9
Sumaré	-0,03	211,42	0,19	203,43	59,4	35,8	51,9	29,3
Votorantim	-0,1	213,84	0,22	206,77	59,9	59,9	50,7	32,2

Obs.: * Na escala, valores negativos estão abaixo da média.

Fonte: Elaborada pela autora com base em Microdados da Prova Brasil 2007/questionários associados, Inep.

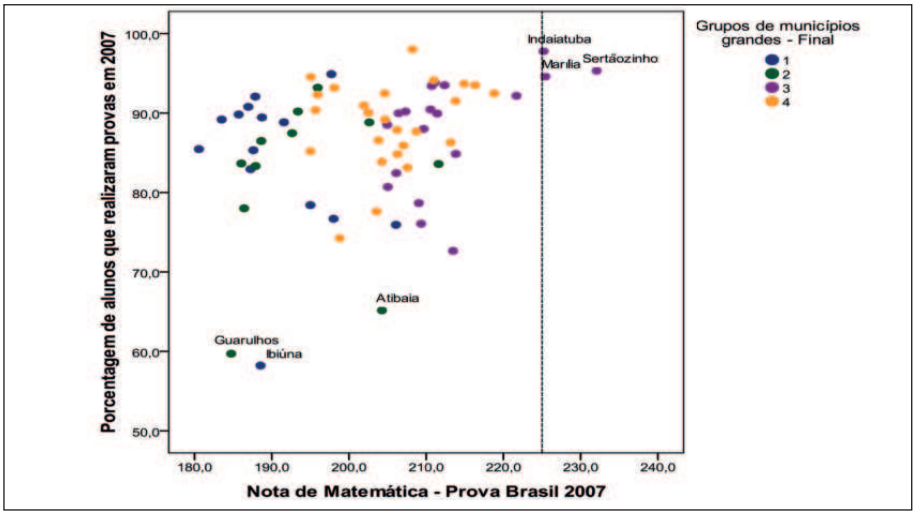
Apenas três municípios – Sertãozinho, Marília e Indaiatuba – apresentaram proficiência média de 225 ou mais, referência à interpretação pedagógica adotada pelo MEC. Para o tercil de alunos com menor NSE, nenhum município alcança esse nível de proficiência média. Entretanto, são essas três redes, dentre aquelas do grupo 3, que apresentam as maiores médias de proficiência em Matemática para os alunos de menor NSE: 216 em Marília; 219 em Indaiatuba; e 222 em Sertãozinho. Todos os municípios do grupo 3 têm médias de proficiência do total de alunos em Matemática acima de 200.

Esses três municípios possuíam os maiores percentuais de alunos com níveis adequados de proficiência em Matemática, cumprindo melhor o critério de justiça "igualdade de base": aproximadamente 70% contra um máximo de cerca de 60% nos demais, se o corte for 200; e cerca de 50% se o critério for 225, sendo que nos demais municípios esse percentual não ultrapassa 40%.

Quando se observa o percentual de alunos no tercil de NSE mais baixo que têm proficiência acima dos cortes adotados para indicar igualdade de base, verifica-se que a situação prevalece: apenas em Indaiatuba, Sertãozinho e Marília mais de 60% e 40% desses alunos têm proficiência 200 ou 225 ou mais, respectivamente. Na maior parte dos municípios o percentual encontra-se entre 20% e 30%. Portanto, esses percentuais são substancialmente maiores que os dos demais municípios do grupo 3 e maiores ainda que aqueles dos municípios dos demais grupos.

O último controle feito para verificar a pertinência dos resultados foi a observação do percentual de alunos que fizeram a Prova Brasil 2007. Quando se faz uso das proficiências dos alunos advindos de testes padronizados em larga escala para efeito de pesquisa é importante verificar esse percentual. A rede de município pode apresentar um ótimo desempenho porque nem todos os alunos fizeram o teste. Conforme mostra a Figura 5, na maioria das redes com mais de cinco mil matrículas, o percentual de alunos que fizeram a Prova Brasil 2007 é maior do que 80%. E, em boa parte, maior que 90%. Tais dados não impedem a conclusão de que parte dos alunos não fez a prova em um número considerável dos municípios. Porém, em mais da metade (12) dos municípios que aparecem com os melhores indicadores relativos à equidade (grupo 3), o percentual de alunos que realizaram a Prova Brasil é de cerca de 90% ou mais. Marília, Sertãozinho e Indaiatuba, classificados como tendo as redes escolares mais justas, aparecem dentre aquelas com maior percentual de participação dos alunos na Prova Brasil 2007, com destaque para Indaiatuba, cuja quase totalidade dos alunos a realizou. Interessante perceber então que é exatamente nas redes mais justas que esse percentual é maior. Um resultado que fortalece a tese de que se trataria de redes cuja política estaria de fato comprometida com resultados educacionais para todos.

Figura 5 - Percentual de alunos que fizeram a Prova Brasil 2007.



Obs.: Legenda linha vertical: proficiência 225.
Fonte: Elaborada pela autora com base em Microdados da Prova Brasil 2007, Inep.

O Quadro 2 resume os resultados médios gerais de todos os grupos e também das três redes consideradas mais justas, ratificando as ponderações elencadas acima.

Quadro 2 – Principais resultados relativos à igualdade de base nas redes municipais do estado de São Paulo.

Grupos e redes	Número de redes	Desempenho em Mat Total alunos	Desempenho em Mat Alunos menor NSE	Desigualdade escolar (CV Mat)	NSE	% alunos 200 ou mais em Mat	% alunos 225 ou mais em Mat	% alunos menor NSE 200 ou mais em Mat	% alunos menor NSE 225 ou mais em Mat
Total	558	210	203	0,214	0,204	55	36,4	49,4	30,5
Redes grandes	69	202	196	0,223	0,089	50,4	31,0	44,1	24,9
G 1	14	190	185	0,230	-0,175	39,2	21,7	35	18
G 2	11	194	187	0,250	-0,050	43,7	26,3	38	21
G 3	19	213	205	0,210	-0,133	59,1	38,3	52,2	31,3
G 4	25	205	197	0,218	-0,026	53,1	32,8	45,8	26
Indaiatuba	1	225	219	0,19	-0,06	71	51	65	46
Marília	1	225	216	0,22	-0,13	68	49	61	41
Sertãozinho	1	232	221	0,20	-0,12	74	53	66	43

Fonte: Elaborado pela autora com base em Microdados da Prova Brasil 2007, Censo Educacional 2005.

Considerações finais

O caminho metodológico apresentado denota ser possível, portanto, a partir de resultados da Prova Brasil e de seus questionários associados, indicar redes de ensino mais justas, operacionalizando uma análise sobre o cumprimento do princípio de igualdade de base, entendido como exigência de que todos os alunos alcancem o conhecimento que se define como necessário, numa dada etapa da educação básica.

Após calcular um índice de nível socioeconômico dos alunos (NSE) e fazer análise de agrupamentos, foram identificados quatro diferentes grupos de redes de ensino, distintos no que tange à situação de justiça na escola e ao cumprimento do princípio de justiça igualdade de base. Um grupo de 19 grandes redes municipais com alunos de menor NSE consegue obter médias bem mais elevadas, sem que a desigualdade escolar esteja entre as maiores. Esse grupo eleva mais alunos dentre os de mais baixo NSE a níveis mais adequados em termos de desempenho em Matemática: a média da proficiência em Matemática dos alunos com menor NSE é mais elevada que nos demais grupos e o percentual de alunos, inclusive daqueles com menor NSE, que galgam proficiência considerada adequada é significativamente maior nesse grupo do que nos demais. Foram, portanto, consideradas redes mais justas. Dentre as redes mais justas, há três que se destacaram ainda mais, ou seja, localidades que poderiam gerar bons estudos de caso, uma vez que há fortes indícios de que suas políticas educacionais estariam incidindo sobre os resultados detectados.

Identificar tais redes de ensino é relevante por permitir a posterior realização de estudos qualitativos sobre as políticas educacionais adotadas nessas redes, as estratégias de implementação dessas políticas e suas práticas escolares, dadas as evidências de que podem estar distribuindo o conhecimento de forma mais justa.

Referências bibliográficas

ALVES, Fátima. (2009), *Qualidade na educação fundamental pública nas capitais brasileiras*: tendências, contextos e desafios. Belo Horizonte: Argvmentvm.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude, (1975), *A Reprodução*: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

BRASIL. (2008), Ministério da Educação. Plano de Desenvolvimento da Educação. Saeb - ensino médio: matrizes de referência, tópicos e descritores. Brasília: MEC/SEB/Inep,

_____. Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024. (2014), Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara.

CASTRO, Jorge A. (2009), "Evolução e desigualdade na educação brasileira". *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 30, n. 108, pp. 673-697.

COLEMAN, James. S. "Desempenho nas escolas públicas". (2008), In: BROOKE, Nigel; SOARES, José F. *Pesquisa em eficácia escolar*: origem e trajetórias. Belo Horizonte: Editora UFMG.

CRAHAY, Marcel. (2000), *L'école peut-elle-être juste e efficace*? De l'égalité des chances à l'égalité des acquis. Belgique: De Boeck.

DUBET, François. (2008), *O que é uma escola justa?* A escola das oportunidades. São Paulo: Cortez.

_____. "Les dilemmes de la justice". (2009), In: DEROUET, Jean-Louis; DEROUET-BESSON, Marie-Claude. *Repenser la justice dans le domaine de l'éducation et de la formation*. Lyon: Peter Lang.

ÉRNICA, Maurício; BATISTA, Antônio. A. G. (2012), "A escola, a metrópole e a vizinhança vulnerável". *Cadernos de Pesquisa* v. 42, n. 146, pp. 640-666.

FERRARO, Alceu. (2009), "Gênero, raça e escolarização na Bahia e no Rio de Janeiro". *Cadernos de Pesquisa* v. 39, n. 138, pp. 813-835.

LOUZANO, Paula. (2013), "Fracasso escolar: evolução das oportunidades educacionais de estudantes de diferentes grupos raciais". *Cadernos Cenpec* v. 3, n. 1, p. 111-133.

OLIVEIRA, Romualdo. P. (2007), "Da universalização do ensino fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica". *Educação e Sociedade* v. 28, n. 100, p. 661-690.

RAWLS, John. (2003), *Justiça como equidade*: uma reformulação. São Paulo: Martins Fontes.

RIBEIRO, Vanda M. (2014), "Que princípio de justiça para a educação básica?". *Cadernos de Pesquisa* v. 44, n. 154, pp. 1094-1109.

SANTOS, Wanderley. G. (1979). *Cidadania e justiça*: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus.

SOARES, José. F.; ANDRADE, Renato J. (2006), "Nível socioeconômico, qualidade e equidade das escolas de Belo Horizonte". *Ensaio*: Avaliação de Políticas Públicas Educacionais v. 14, n. 50, p. 107-126.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. (2007), Metodologia para a obtenção das metas finais e parciais: Nota Técnica Preliminar. 2007. Disponível em: <http://www.todospelaeducacao.org.br//arquivos/biblioteca/443451f9-562c-4e86-a8e9-1885ff316c0f.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2011.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Educação. (2010), Banco de dados da Pesquisa Ideb**.** São Paulo: Pesquisa Ideb/Feusp. CD-ROM. (Não publicado).

Revista Brasileira de Sociologia | Vol. 04, No. 08 | Jul. Dez, 2016
Artigo recebido em 16/06/2016 / Aprovado em 05/12/2016
http://dx.doi.org/10.20336/rbs.170
10.20336/rbs.170

Medicalização da vida: uma análise sobre a psiquiatrização do campo educacional como estratégia biopolítica

Karina Gomes Giusti*

RESUMO

O artigo discute a psiquiatrização da infância e sua influência no cotidiano escolar, evidenciando que a medicalização de comportamentos próprios da infância está fortemente presente nas instituições escolares, bem como nos discursos dos agentes educacionais. Nosso estudo mostra que a descrição dos comportamentos infantis em termos biológicos e neuroquímicos contribui para a patologização da vida e da infância. Tomando como ponto de partida os estudos sobre biopolítica da população de Michel Foucault e as reflexões de Peter Conrad sobre a expansão de categorias diagnósticas, o artigo analisa em que medida a infância capturada pelos transtornos desloca a procura de soluções políticas e educativas para o campo das soluções biologizantes e medicalizantes.
Palavras-chave: medicalização; educação; biopolítica.

* Graduação em Ciência Sociais pela USP (Universidade de São Paulo). Graduação em Pedagogia pela Universidade São Marcos. Mestrado em Sociologia Política pela UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina). Atualmente é doutoranda no Programa de Pós Graduação em Sociologia Política da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina). É membro do NESFHIS – Núcleo de pesquisa em Sociologia, Filosofia e História das Ciências da Saúde.

ABSTRACT

MEDICALIZATION OF LIFE: AN ANALYSIS OF THE PSYCHIATRICIZATION OF THE EDUCATIONAL FIELD AS A BIOPOLITICAL STRATEGY

The article discusses the psychiatrization of childhood and its influence on everyday school life. It shows that the medicalization of childhood behavior is strongly present in schools and in the discourses of educational agents. Our study shows that the description of childhood behavior in biological and neurochemical terms contributes to the pathologization of life and of childhood. Based on Michel Foucault's studies on population biopolitics and Peter Conrad's reflections on the expansion of diagnostic categories, the article analyzes the extent to which childhood, defined in terms of disorders, substitutes the search for political and educational solutions with biologizing and medicalizing ones.
Keywords: medicalization; education; biopolitics

Nas sociedades ocidentais, os problemas inerentes à vida têm sido deslocados para o campo médico e, assim, nos encontramos em plena Era dos Transtornos. Vivemos hoje em uma sociedade onde problemas coletivos e sociais são gerenciados por um processo de medicalização que avança a passos largos sobre todas as esferas da vida, diagnosticando fatos cotidianos e ocultando desigualdades. Os problemas de origem social, histórica e política são transformados em problemas individuais, inerentes ao sujeito e solucionados no plano biológico. Com essa reflexão, Moysés (2013) problematiza sobre alguns dilemas que enfrentamos atualmente, situando-os nesse processo denominado "medicalização da vida". No que tange à infância, os campos de aprendizagem e comportamentais são o grande cenário de atuação.

Foi esse o contexto que circunscreveu a pesquisa desenvolvida nesse trabalho, onde procuramos investigar de que forma o saber médico adentrou o âmbito escolar e passou a influenciar e a controlar as esferas da vida social e política, a partir da análise das práticas que sustentaram a intervenção médica na população e que, na atualidade, possibilitam sua ingerência em grande escala na educação.

A fim de alcançarmos nossos objetivos e compreendermos como o processo de medicalização penetrou no campo educacional utilizando, nos dias de hoje, o medicamento como instrumento de solução para os problemas que ali se manifestam, tomamos como ponto de partida as análises teóricas de Michel Foucault sobre a biopolítica e as análises de Peter Conrad sobre a expansão de categorias diagnósticas. Esse escopo teórico nos permitiu observar as estratégias de controle sobre as populações e a proliferação de diagnósticos configurados no DSM (Manual de Diagnóstico e Estatística dos Transtornos Mentais) que estão na base do processo de medicalização. O local de estudo foi a cidade de Florianópolis/SC, mais especificamente oito colégios da rede de ensino pública e privada que nos ofereceram um bom panorama de como o tema em questão é trabalhado no âmbito escolar. Investigamos as estratégias utilizadas para a definição de diagnósticos, bem como as estratégias terapêuticas e o uso de psicofármacos prescritos para os ditos transtornos mentais da infância dentro dessas instituições de ensino.

Uma investigação como essa não é inédita, já que muito se discute sobre a medicalização da vida. Nesse sentido, este trabalho retoma algumas das produções que já foram realizadas a respeito do poder-saber médico e sua influência no âmbito escolar, mas procura compreender como a medicalização de comportamentos próprios da infância se apresenta atualmente nesse âmbito. Com base no exposto, este artigo tem por objetivo analisar como a prescrição e utilização de psicofármacos atua no cotidiano escolar, tendo como parâmetro a realidade educacional da cidade de Florianópolis no estado de Santa Catarina nos anos de 2013 a 2015.

A tematização da saúde, como uma questão sociológica e política, foi objeto de preocupação de muitos pensadores. Canguilhem (2009) sustentava a tese de que a saúde não pertencia à ordem dos cálculos e não poderia ser medida por tabelas comparativas. Ela era um conceito de alcance de todos e, nesses termos, comum a qualquer ser humano vivo. Canguilhem estava consciente de que ter saúde, não é não adoecer, mas poder adoecer e se recuperar. O sofrimento, segundo o autor, deveria engendrar novas formas de lidar com a própria vida.

Peter Conrad (2007) classificou o processo de medicalização como reducionista já que convertia questões sociais a fenômenos de causalidade orgânica. De acordo com sua perspectiva, a medicina passa, então, a organizar a própria vida e a descontextualizar as questões históricas, culturais, políticas e sociais.

Foucault (1979), por sua vez, apesar de não fazer uso sistemático do termo medicalização, faz referência ao processo quando aponta para a constituição de uma sociedade na qual o indivíduo e a população são entendidos e manejados por meio da medicina. A medicina moderna – que nasceu no final do século XVIII – se apresentou como uma prática social e transformou o corpo individual em força de trabalho com o objetivo de controle da sociedade. Primeiramente, o investimento era realizado diretamente nos indivíduos por intermédio da ação sobre o biológico e, posteriormente, controlavam-se as consciências e ideologias. Dessa forma, Foucault fala do desenvolvimento de um poder sobre a vida – um biopoder – que é exercido sobre os corpos por meio da tecnologia disciplinar. A partir de suas análises sobre a biopolítica, Foucault aponta o controle sob o qual a população está submetida. O autor contrapõe o poder que era exercido na soberania a essa nova noção que surge como alvo de intervenção sobre os fenômenos que se prescrevem na esfera da população (FOUCAULT, 2006, 2008b).

Esse poder de controle adentrou o campo da infância e, atualmente, pode ser verificado no encaminhamento de um grande número de crianças e adolescentes aos consultórios psiquiátricos em busca de explicações e respostas para problemas comuns do cotidiano, e essa resposta está fortemente associada à prescrição de psicofármacos. Na esfera escolar, crianças sem nenhum comprometimento cognitivo são consideradas alunos com problemas e, via de regra, recebem tratamento à base de medicamentos. Neste contexto, agentes educacionais e profissionais da saúde mental demandam por um diagnóstico médico que nomeie os problemas comportamentais e de aprendizado apresentados pelas crianças.

Esse processo teve seu início na passagem do século XIX para o século XX a partir da consolidação das produções teóricas da medicina

e da psicologia que partiam da construção de categorias universais a respeito do comportamento humano. Até o século XX, a criança era objeto da pedagogia e foi dentro desse campo do saber que a medicina começou a analisar os problemas relacionados ao desenvolvimento infantil. Segundo Guarido (2007), a preocupação inicial era de que as crianças não atingissem a idade adulta com o pleno funcionamento de suas capacidades mentais. A partir de então, a criança passou a ser constantemente vigiada pela psiquiatria e o domínio do saber sobre a infância se transferiu do campo pedagógico para o médico-psicológico, como demonstra Foucault:

> Em linhas gerais, a psiquiatria diz: deixem vir a mim as criancinhas loucas. Ou: não se é jamais demasiado jovem para ser louco. Ou ainda: não esperem ficarem maiores ou adultos para serem loucos. E isso tudo se traduz por essas instituições ao mesmo tempo de vigilância, de detecção, de enquadramento, de terapêuticas infantis, que vocês veem desenvolver-se no fim do século XIX (FOUCAULT, 2006, p. 155).

Surge o que Foucault chama de "psicologização da criança". Seu comportamento, caráter e sexualidade passam a ser constantemente vigiados, possibilitando, assim, a introdução dos mecanismos de controle psiquiátrico nas famílias, transformando a criança em objeto de ingerência desse saber.

A instituição escolar, nesse contexto, é o local onde a norma e a disciplina se fazem presentes. Cabe à família preparar as crianças para a entrada na vida adulta, e a escola se incumbe de prepará-las para a sociedade. Porém, como aponta Foucault (2008b), o bom funcionamento da sociedade depende de uma população saudável. Logo, qualquer desvio comportamental significa uma ameaça. A criança que manifesta um comportamento indesejado ou tido como anormal é ajustada aos moldes disciplinares da instituição. Segundo Guarido (2007), a estratégia disciplinar que exercerá essa função é o próprio diagnóstico psiquiátrico. Após o enquadramento diagnóstico, a crian-

ça entra para o campo das explicações biológicas e passa a fazer uso do dispositivo médico-disciplinar em forma de medicamento, reintegrando-se ao grupo com o comportamento desejado, ou seja, a criança é "refamiliarizada" (FOUCAULT, 2006).

Biopolítica da população e expansão das categorias diagnósticas: DSM como dispositivo de segurança

O conceito de biopolítica foi expresso pela primeira vez por Michel Foucault numa palestra na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em 1974. No ano de 1977, essa palestra foi publicada trazendo à baila um deslocamento considerável das estratégias de poder. O controle da sociedade sobre os indivíduos não estava apenas sobre o território da consciência, mas no corpo. Segundo Foucault (2006, 2008b), a sociedade capitalista investiu primeiramente no biológico, no corporal, transformando o corpo em uma realidade biopolítica. O autor afirma que as sociedades modernas se construíram a partir desse amplo processo pelo qual a vida passa a ser investida por cálculos e estratégias de poder. Processo esse que marca o ingresso do biológico no campo da política, em oposição à lógica aristotélica que trabalhava com o conceito de homem como ser vivente capaz de existência política. Nessa nova concepção, o homem moderno é um animal cujo campo político determina sua existência como ser vivo. A partir de então, ocorre uma identificação entre o vital e o político, já que o corpo, a saúde, a vida em si, não pertencem mais à esfera pré-política, mas transformam-se em questões políticas por excelência.

O conceito de biopoder é colocado por Foucault em oposição ao direito de morte que caracterizava o poder do soberano. O direito de vida e de morte estava nas mãos do soberano. Para o autor, houve uma transformação desses mecanismos de poder e o "direito de morte tenderá a se deslocar ou, pelo menos, a se apoiar nas exigências de um poder que gere a vida e a se ordenar em função de seus reclamos" (FOUCAULT, 1988, p. 128).

O poder de morte passa a ser exercido juntamente com um poder que age positivamente sobre a vida. As guerras que eram travadas em nome do soberano, passam a ser travadas em nome de todos e de uma instância de vida, "poder matar para poder viver, que sustentava a tática dos combates, tornou-se princípio de estratégia entre os estados; mas a existência em questão já não é aquela – jurídica – da soberania, é outra – biológica – de uma população" (FOUCAULT, 1988, p. 129).

Dessa maneira, "o velho direito de causar a morte ou deixar viver foi substituído por um poder de fazer viver ou deixar morrer" (FOUCAULT, 1988, p. 130). Nesse sentido, as disciplinas do corpo e regulações da população possibilitaram a organização do poder sobre a vida, e esse poder não está mais assentado na figura do soberano. Na sociedade dominada por mecanismos de disciplina, o poder não ocupa um centro único e tampouco existe uma única figura que o detenha. Agora, ele se encontra nas periferias e multiplicado em toda parte e ao mesmo tempo. Seu centro não mais se localiza na figura do soberano, mas nos corpos dos indivíduos e seu funcionamento prescinde de uma invisibilidade (FOUCAULT, 1979).

A proliferação dos dispositivos disciplinares é apontada por Foucault no que ele denominou de olhar hierárquico, sanção normalizadora e exame. O olhar hierárquico consiste na ideia de vigilância. Os indivíduos submetidos à disciplina devem saber que são potencialmente vigiados. Isso permite que o poder disciplinar exerça domínio sobre os indivíduos, já que faz com que eles disciplinem-se a si mesmos, adestrem-se e ajustem-se. Esse processo de vigilância se sobrepõe à violência e à força. A sanção normalizadora, como o próprio termo mostra, normaliza as condutas. A penalidade perpétua de que trata Foucault, atravessa todos os pontos, controla, compara, diferencia, hierarquiza, homogeneíza, exclui. Em uma palavra, ela normaliza. O exame pode ser descrito como sendo a conexão entre a vigilância e a sanção normalizadora. Primeiramente o indivíduo é constituído como objeto para análise e, subsequentemente, sucede a comparação.

O processo de medicalização da vida e da infância, seguindo a lógica foucaultiana, tem como objetivo criar um dispositivo de norma-

lização do comportamento infantil tendo em vista um futuro repleto de riscos. Isso se dá por meio dos saberes e práticas construídos por profissionais da saúde, e incidem diretamente sobre o corpo dos indivíduos. Nesse contexto, os indivíduos estão submetidos ao campo de poder que se constitui em torno da medicalização. Sendo assim, podemos afirmar que o controle exercido sobre os comportamentos é a consequência desse processo de medicalização. E, dentro da esfera escolar, a normalização dos comportamentos da criança é vista como necessária para que as regras estabelecidas institucionalmente, ou seja, para que o controle permita que o processo de aprendizagem se articule.

Dentro desta perspectiva, a medicalização seria a justificativa científica para a normalização da vida, com o objetivo de obtenção máxima das capacidades individuais para o desempenho esperado socialmente. Esse fato se dá pela assunção dos comportamentos considerados desviantes como transtornos médicos e que, portanto, devem ser diagnosticados e tratados como patologias.

As análises de Conrad e Schneider (1992) a respeito do processo de medicalização e controle social também convergem para essa nova compreensão do ingresso do vital no campo político. Suas observações nos mostram que o processo de medicalização pode ser compreendido quando problemas não médicos passam a ser definidos e tratados como problemas médicos, em termos de doenças ou distúrbios. Segundo os autores, a multiplicidade de estudos sobre a questão da medicalização aponta para a mesma vertente, aquela que direciona os problemas humanos para o campo da jurisdição médica. Na visão deles, a medicalização pode ocorrer em três níveis: o conceitual, o institucional e os níveis de interação. No plano conceitual, o vocabulário médico é utilizado para definir o problema; no nível institucional, as organizações abordam o problema em termos médicos; e no nível da interação, os médicos estão diretamente envolvidos. Em outras palavras, a medicalização acontece quando a medicina define um problema social com um formulário médico e o trata através de seus termos, com ou sem prescrição de medicamentos.

Para compreendermos melhor o avanço substancial da medicina, tanto sobre os comportamentos desviantes como sobre os processos naturais da vida, Conrad e Schneider (1992) trazem exemplos desses dois campos. No campo dos comportamentos desviantes, a medicina se apropriou das seguintes categorias: a loucura, o alcoolismo, a dependência de drogas, hiperatividade e dificuldade de aprendizagem em crianças, obesidade e anorexia, abuso sexual de crianças, infertilidade, transsexualismo, etc. No campo dos processos vitais, as categorias que se tornaram medicalizadas são: sexualidade, parto, desenvolvimento infantil, TPM (tensão pré-menstrual), menopausa, envelhecimento e morte.

Ao longo do tempo, Peter Conrad e Joseph Schneider examinaram essas questões e destacaram dois aspectos que elucidam de maneira mais abrangente seu desenvolvimento: a secularização e as mudanças que ocorreram dentro da profissão médica. O processo de secularização pode aclarar alguns aspectos, mas mostra-se insuficiente. Já a organização e a estrutura da profissão médica, apontam para um terreno mais firme no campo das explicações acerca do processo de medicalização. Na área da pediatria, por exemplo, os médicos mudaram o foco de suas práticas, acarretando na medicalização de uma enorme gama de problemas infantis.

A medicalização que se opera pelo controle social da medicina é um ponto importante. Independentemente de a classe médica implantar algum tipo de controle social[1] sobre a população, e este controle ser impulsionado pela tecnologia, isso só terá legitimação através da medicalização. Ou seja, uma técnica de controle social pode preceder a medicalização de um problema, mas sua implementação necessita de algum tipo de definição médica.

Na perspectiva dos autores, o campo da psiquiatria reforça suas reivindicações através do controle social medicalizado. As categorias médicas se expandiram, incorporando uma variedade de outros

1 Sobre técnicas de controle social médico, Conrad e Schneider (1992) mostram o uso de psicofármacos como exemplo.

problemas. O alcoolismo, a doença de Alzheimer e a Hiperatividade são alguns exemplos que tiveram expansão diagnóstica, segundo os autores. No que diz respeito à Hiperatividade, Conrad e Schneider (1992) afirmam que, inicialmente, esse distúrbio fazia referência apenas à impulsividade e à distração, principalmente em meninos. A mudança de Hiperatividade para TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade) permitiu a inclusão de outras categorias, como meninas, adolescentes e adultos. A consequência disso foi uma explosão no consumo de psicofármacos utilizados para seu tratamento.

Em um outro trabalho realizado por Peter Conrad (2005), o autor afirma que, desde a introdução do primeiro psicofármaco sintetizado e utilizado em tratamentos psiquiátricos em 1952, a indústria farmacêutica investe maciçamente em pesquisas e marketing na área da psicofarmacologia e lançamento de novos medicamentos. O início da medicalização aconteceu pelo que o autor chama de "colonização médica", já que a cultura médica influenciou totalmente a esfera social. O passo seguinte foi a definição em termos médicos de quase todos os fenômenos sociais. Na década de 1980, a gestão de cuidados com a saúde e o controle de custos ocupou a cena pública e, apesar do poder exercido pela medicina ainda ser muito forte, outros fatores entraram em cena. Os pacientes não eram mais vistos como doentes em vias de tratamento, mas, sim, como consumidores em potencial. A indústria farmacêutica tornou-se a mais lucrativa da América do Norte, lançando novas drogas no mercado em uma velocidade cada vez maior, e os problemas relacionados à infância passaram a ser seu grande alvo. O conhecimento médico e a medicalização nas sociedades ocidentais foram transformados pela biotecnologia, pelos consumidores de psicofármacos e também pelos cuidados com a saúde. Atualmente, as indústrias farmacêuticas e de biotecnologia são a força motriz da medicalização e esse mercado tem-se valido das dificuldades e problemas relacionados ao campo da infância.

Com a atual proliferação dos diagnósticos e o englobamento quase que total de problemas que faziam parte de processos comuns da

vida, os diagnósticos psiquiátricos estão inflacionando ainda mais o número de casos diagnosticados. Ao contrário das enfermidades tratadas pela maioria dos outros ramos da medicina, a psiquiatria não trabalha com sinais ou exames objetivos para as doenças mentais, já que não existe nenhum dado laboratorial que comprove a existência das mesmas. Esse fator pode ser apontado como o maior responsável pela expansão das fronteiras do diagnóstico ou até mesmo a criação de novos diagnósticos, o que seria impossível, por exemplo, em um ramo como a cardiologia.

A expansão de categorias diagnósticas pode ser observada a cada edição do DSM (Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders), manual que se tornou bússola de uma prática reducionista, já que transforma comportamentos comuns da sociedade em transtornos mentais, contribuindo em larga escala para o processo de medicalização da vida e da infância. O DSM é o instrumento mais utilizado no momento da realização de um diagnóstico, e suas categorizações nosológicas traduzem uma concepção objetiva de uniformização, embasadas em critérios naturalizados e descontextualizados de qualquer determinação social, histórica ou política. Dessa maneira, desconsideram-se as histórias de vida, pois:

> Imaginar que nossos sofrimentos psíquicos podem ser tratados como uma úlcera ou uma infecção significa simplesmente negar que os sofrimentos devam inscrever-se numa história de vida, que esses sofrimentos se transformarão ao longo de nossas vidas e que nesta transformação tem papel fundamental o modo como somos ouvidos e as intervenções e terapêuticas que nos são propostas (CAPONI, 2014, p. 748).

De acordo com Araújo e Neto (2013), em 1840, os EUA criaram um censo que se utilizava da categoria "idiotia/loucura" como norte para o registro de incidência das doenças mentais. A partir de 1880, as doenças mentais foram divididas nas seguintes categorias: mania, melancolia, monomania, paresia, demência, dipsomania e epilepsia.

Segundo os autores, o propósito dessas primeiras classificações de transtorno mental era simplesmente estatístico.

Em 1948, a Organização Mundial de Saúde (OMS), utilizando-se de categorizações ambulatoriais desenvolvidas pelo exército norte-americano – que prestava atendimento a ex-combatentes –, incluiu no seu sistema de Classificação Internacional de Doenças (CID-6[2]) um segmento reservado aos transtornos mentais.

No ano de 1953, a Associação Psiquiátrica Americana (APA) publicou a primeira edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. Esta foi uma revolução no campo da psiquiatria, pois o DSM era o primeiro manual de transtornos mentais com enfoque clínico. A primeira edição continha uma lista de diagnósticos divididos em categorias e tratava as doenças mentais numa abordagem psicossocial com uma forte influência psicanalítica, já que se utilizava de termos como "mecanismos de defesa", "neurose" e "conflito neurótico" (RUSSO; VENÂNCIO, 2006).

A segunda edição do DSM (DSM-II), desenvolvida juntamente com a CID-8, veio em 1968 e não continha quase nenhuma alteração em relação ao DSM-I (ARAÚJO; NETO, 2013). Segundo Russo e Venâncio (2006), a ênfase psicanalítica no DSM-II ficou mais perceptível, e as doenças mentais passaram a ser consideradas como níveis de desorganização psicológica do indivíduo, com características que deveriam ser analisadas durante o tratamento.

O lançamento do DSM-III aconteceu em 1980, e trouxe modificações em sua estrutura e metodologia que são preservadas até a última edição do manual, o DSM-5. Essas modificações romperam com as classificações que eram utilizadas da seguinte maneira:

> Essa ruptura se deu em três níveis, que se articulam entre si, como veremos a seguir: no nível da estrutura conceitual rompeu com o ecletismo das classificações anteriores presentes nos

2 CID é a classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados com a saúde, frequentemente designados por essa sigla. (FIRST et al., 1996)

> livros-texto clássicos majoritariamente utilizados na clínica psiquiátrica, propondo não apenas uma nomenclatura única, mas, sobretudo, uma única lógica classificatória; no nível da hegemonia dos campos de saberes concorrentes, representou uma ruptura com a abordagem psicanalítica dominante no âmbito da psiquiatria norte-americana; e, por fim, no nível das representações sociais relativas ao indivíduo moderno, forjou não apenas novas concepções sobre o normal e o patológico, mas também participou do engendramento de grupos identitários (RUSSO; VENÂNCIO, 2006, p. 465).

Segundo Araújo e Neto (2013), o DSM-III trouxe uma mudança significativa na abordagem multiaxial[3] para a elaboração de diagnósticos, e se refere a um sistema que contempla a descrição e o registro em cinco eixos descritos como: síndromes clínicas, transtorno da personalidade e do desenvolvimento, condições e transtornos físicos, gravidade dos estressores psicossociais, e avaliação global do desenvolvimento. Os três primeiros se referem à avaliação formal do diagnóstico, e os dois últimos fornecem informações para complementar o diagnóstico, podendo ser usados também no planejamento do tratamento do paciente.

O DSM-III foi uma das edições de maior impacto na psiquiatria, bem como na elaboração de diagnósticos. A ruptura que essa edição trouxe, quanto ao modo de classificar os transtornos mentais, também se refletiu no campo teórico dos transtornos. As deduções empiricistas relacionam-se com uma visão fisicalista dos transtornos mentais, o que possibilitou a "ascensão da psiquiatria biológica como vertente dominante no panorama psiquiátrico mundial" (RUSSO; VENÂNCIO, 2006, p. 465).

A partir de 1994, a APA lançou o DSM-IV. Essa edição representou um aumento de dados e a criação de novos diagnósticos. Surgiram,

3 Segundo Spitzer (1996), o diagnóstico multiaxial fundamenta-se em cinco eixos, divisão essa que possibilita uma avaliação mais adequada e aprofundada dos pacientes. O paciente é diagnosticado de acordo com as características de cada eixo.

então, 82 novas categorias de transtornos mentais. Em 2000, foi realizada uma revisão dessa edição, com a subsequente publicação intitulada de DSM-IV-TR. Essa versão foi utilizada até o início de 2013 (ARAÚJO; NETO, 2013).

O objetivo do DSM, como um manual comumente utilizado pela psiquiatria e profissionais da saúde, é o de normalizar e homogeneizar os comportamentos tidos como desviantes. As diferenciações entre os transtornos aumentaram o número de categorias diagnósticas. O DSM-II contava com 180 categorias, passando para 250 no DSM-III e 350 no DSM-IV. O DSM e suas várias versões têm recebido inúmeras críticas sobre a baixa confiabilidade na construção desses diagnósticos (RUSSO; VENÂNCIO, 2006).

O DSM-I e o DSM-II dividiam os transtornos em orgânicos e não orgânicos, deixando clara a posição da psiquiatria em relacionar os transtornos a problemas de origem biológica, que se manifestavam especificamente no cérebro. A partir do DSM-IV, o grupo classificado como transtornos orgânicos não se fez mais presente. Isso não significa que a relação biológica deixou de existir, ao contrário, essa classificação foi retirada justamente para que não houvesse mais diferenciação entre os transtornos, e toda e qualquer patologia psíquica fosse automaticamente relacionada à origem biológica.

> Isto é, não se está mais produzindo identidades desviantes ou definindo novos sujeitos na cena pública (como foi o caso, por exemplo, da homossexualidade), mas alargando e pavimentando o caminho para uma compreensão biomédica das perturbações mais ou menos corriqueiras da vida cotidiana (RUSSO; VENÂNCIO, 2006, p. 474).

A revisão do DSM-IV teve início em 1999, ano em que foi realizada a Conferência de Pesquisa e Planejamento do DSM-5. Em 2002, o *American Psychiatric Institute for Research and Education* (APIRE) realizou eventos de pesquisa e planejamento para a revisão de itens do DSM-IV. O primeiro deles aconteceu em 2004, já com

propostas para a elaboração do DSM-5. Foram discutidas questões que se referiam às abordagens categorial e dimensional, bem como à comorbidade dos transtornos mentais. Além dessas questões, os organizadores, médicos e pesquisadores afins abordaram o tema da identificação das patologias mentais e constataram a importância da criação de um modelo conceitual para uma melhor definição nosológica (BURKLE, 2009).

O DSM-5 foi oficialmente publicado em 18 de maio de 2013, sendo a mais nova edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais da Associação Psiquiátrica Americana. Esta nova versão trouxe mudanças conceituais, além da incorporação de diversas categorias diagnósticas.

Widiger e Crego (2015), da Universidade de Kentucky, afirmam que diversos colaboradores que participaram da elaboração do DSM-5 admitiram falhas no que diz respeito à classificação diagnóstica. Além disso, tanto na elaboração do DSM-I e II, quanto na criação do DSM-III, não foram realizadas pesquisas sistemáticas e quase nenhum ensaio clínico a respeito dos critérios diagnósticos que constam nos manuais. A elaboração do DSM-5 gerou muitas controvérsias. Nessa versão do manual, os maiores problemas enfrentados pelos autores relacionam-se aos contratos de confiabilidade sem padrão-ouro[4] e à documentação inadequada de suporte empírico.

Os contratos de confiabilidade dizem respeito a algumas etapas que facilitam a aplicação dos caracteres nos manuais. Essas etapas constam de entrevistas clínicas nãoestruturadas e, posteriormente, a divisão das categorias diagnósticas em módulos. Porém, quando alguns critérios diagnósticos não são preenchidos, há uma supressão de questões durante a entrevista. Isso diminui a confiabilidade e a validez das próprias avaliações diagnósticas, já que o que computará

4 Os instrumentos utilizados para a avaliação de diferentes aspectos da saúde mental precisam ser validados e seus resultados devem ser comparados com os de um padrão de qualidade reconhecida, o chamado "padrão-ouro". Para os instrumentos utilizados na identificação de transtornos mentais, o padrão se baseia em critérios diagnósticos internacionais (DUARTE; BORDIN, 2000).

a pontuação final de determinado critério não é a resposta apresentada pelo paciente, mas o julgamento clínico do entrevistador. Widiger e Crego (Ibid.) ainda afirmam que a insuficiência de documentação sobre a validação dos diagnósticos em transtornos mentais possibilita que a decisão final sobre seus critérios recaiam sobre os clínicos. Ou seja, a ausência de um padrão-ouro permite que os médicos decidam se determinado quadro de sintomas pode ou não ser classificado como transtorno mental, isentando a necessidade de uma revisão crítica e análise empírica.

Outro aspecto polêmico reside na ausência de critérios médicos e marcadores biológicos que comprovem a existência dos transtornos mentais. "Não há nenhuma medida de laboratório para documentar objetivamente a existência de um transtorno mental. A decisão de considerar uma condição ou comportamento como transtorno mental é uma questão de opinião" (WIDIGER; CREGO, 2015, p. 164). Desse modo, o diagnóstico se reduz à somatória de sintomas.

Para elucidar essa questão, podemos tomar como exemplo o caso do transtorno de autismo. No DSM-5 houve uma revisão do critério estabelecido para o transtorno do autismo e para a Síndrome de Asperger (variação do autismo), abrindo brecha para que os diagnósticos que haviam sido realizados com base no DSM-IV (mesmo tendo sido definido que seu limiar estava equivocado) continuassem tendo validade a partir do DSM-5.

O mesmo fato ocorreu quanto ao critério do luto, que passou a ser considerado como doença mental ou transtorno depressivo maior no DSM-5. Entretanto, de acordo com Widiger e Crego (2015), caberia ao clínico decidir se o paciente com luto seria ou não diagnosticado como portador de um transtorno mental. Dessa forma, eles confirmam que, na falta de um padrão-ouro, confiabilidade e objetividade, os autores do DSM-5 deixaram nas mãos dos médicos a decisão de diagnosticar ou não um paciente com determinada patologia no momento do tratamento, o que mostra claramente as questões subjetivas que incidem sobre os diagnósticos e, principalmente, a ausência de validação científica para os mesmos.

Há ainda outro aspecto que dificulta a objetividade diagnóstica de acordo com Widiger e Crego (2015). O diagnóstico das parafilias,[5] e também o de depressão e ansiedade, estão envoltos em inúmeras controvérsias. Os autores afirmam que a cada edição do DSM, um grande número de novos diagnósticos são elaborados sem critérios bem definidos e nenhuma comprovação científica. Os critérios diagnósticos estão assentados em opiniões, sintomas complexos e subjacentes que convertem problemas comuns da própria vida em patologia mentais.

A cada versão do DSM, novas categorias psiquiátricas são incorporadas e as descrições das patologias têm "avançado sobre áreas que nem sempre eram tidas como passíveis de abordagens fisicalistas, sendo, no máximo, alvo de compreensões ou intervenções psicológicas" (Lima, 2005, p. 57).

Nessa perspectiva, toda e qualquer problemática comportamental passa a ser trabalhada no campo biológico. Os comportamentos, que antes eram vistos como pertencentes ao próprio desenvolvimento do ser humano ou vinculados a um determinado acontecimento pelo qual o indivíduo estivesse passando, progressivamente vêm sendo percebidos como indícios de uma patologia em fase inicial. A cada ano, os critérios diagnósticos de transtornos mentais sofrem uma expansão de suas categorias, permitindo, assim, que uma grande quantidade de indivíduos seja diagnosticada.

Essa conjuntura nos permite analisar o DSM como uma estratégia biopolítica, justamente pelo viés da existência de fronteiras difusas a respeito da normalidade e patologia psiquiátrica que, na ausência de limites epistemológicos definidos, marcadores e testemunhas confiáveis, corrobora com a multiplicação de diagnósticos psiquiátricos.

5 A atual versão do manual reconhece as parafilias como interesses eróticos atípicos, mas evita rotular os comportamentos sexuais não normativos como necessariamente patológicos.

A medicalização do campo educacional

No campo educacional é muito comum ouvirmos os profissionais de educação preconizarem explicações biológicas a respeito do comportamento dos alunos, e muitas dessas explicações se fundamentam nas descrições do DSM. Dificuldades pedagógicas e comportamentais, atualmente, encontram suas explicações no campo de questões relacionadas às disfunções neurológicas que se manifestam como distúrbios de aprendizagem, TDAH, dislexia, entre outros. Esse processo avança em grande escala nas instituições de ensino ocidentais. Segundo Collares e Moysés (1996), a medicalização dos conflitos sociais recorre ao reducionismo biológico responsabilizando o próprio indivíduo pelos seus problemas e, consequentemente, desresponsabilizando o sistema sociopolítico. Nessa lógica, as questões sociais, políticas, econômicas, culturais e históricas não influenciam o destino dos alunos que apresentam dificuldades comportamentais ou de aprendizado.

Podemos até mesmo aferir que, ao transferir os problemas sociais para o campo individual, a medicina ocidental opera em sua lógica biologizante: o indivíduo é transformado em objeto de estudos e seu corpo passa a ser tratado como objeto de investigação. Na perspectiva aventada pelos degeneracionistas no século XIX, o corpo era o receptáculo onde se desenvolviam as doenças e estas se relacionavam com os órgãos e suas funções, transparecendo sua morbidez através de seus sintomas, porém, a doença em si, não era conhecida. Foucault (2011) nos mostra que foi a partir de então, que os sintomas passaram a constituir a própria doença. Essa reorientação do olhar médico sobre as doenças permitiu que elas fossem ordenadas e classificadas. A psiquiatria moderna, fundamentada em bases sintomáticas, elimina as questões que não pertencem à esfera biológica, diagnostica e medicaliza os comportamentos individuais tidos como sintomas de transtornos mentais.

Segundo Zucolotto (2007), a explicação hegemônica de que as dificuldades de aprendizagem e comportamentais se justificam pela incapacidade dos alunos ou pela existência de algum transtorno mental

gera grande demanda por profissionais de saúde no campo escolar. Para compreendermos a constituição histórica do discurso médico no âmbito escolar temos que retroceder à época dos higienistas.

O grande desenvolvimento científico que o mundo experimentava ao final do século XIX marcou um extraordinário progresso tecnológico por um lado e, por outro, a deterioração das condições de vida da classe trabalhadora, de higiene e saneamento das cidades. Tais condições foram os portões de acesso que o discurso médico utilizou para demarcar seu território na história do Brasil.

A racionalidade médica se utilizou de argumentos, cálculos, procedimentos e técnicas para controlar as doenças vigentes e impor seu programa civilizatório nos séculos XVIII e XIX (GONDRA, 2000). Os pontos estratégicos para a atuação dessa lógica higienista foram os hospitais, os presídios, as igrejas, os cemitérios e a própria escola. No âmbito escolar, a interferência do discurso médico visava o controle de epidemias, já que este era mais um espaço de agregação populacional que apresentava riscos de contaminação epidemiológica.

Através da difusão de um ideário de promoção do bem estar físico e moral da humanidade, a medicina se caracterizou como ciência do social e a higiene passou, então, a fazer parte da formação médica. A partir do momento em que o discurso higienista se articulou em torno da educação, mensagens de higiene passaram a ser veiculadas entre os professores, agentes de saúde pública, alunos e suas famílias. A preocupação para com os problemas sanitários, que poderiam afetar o futuro da população, tornou-se tema de conferências, atividades escolares, textos de manuais e panfletos. Os médicos higienistas se viam na missão de paralisar a ameaça gerada pelo rápido crescimento das cidades e pelas condutas descomedidas dos indivíduos. Para isso, estabeleceram um programa de disciplinamento que articulava higiene e moral, cuja obediência deveria ser severamente seguida pela população. Uma vez que, na lógica higienista, os problemas sanitários estavam atrelados ao modo de vida que os indivíduos levavam, a solução seria dada pela criação de hábitos saudáveis, de acordo com a ciência, e a escola seria a grande precursora dessa educação (ROCHA, 2003).

A formação de hábitos saudáveis deveria começar nos primeiros anos da educação escolar, através de uma educação sanitária. Esse argumento se apropriaria da infância como período singular de intervenção, tanto para a formação dos primeiros hábitos das próprias crianças, como de suas famílias. A escola seria, então, a base para a inculcação da lógica higienista que, partindo da premissa de que só as crianças eram realmente educáveis, por possuírem maior plasticidade cerebral e facilidade de modelagem, a educação dos adultos só serviria para reforçar os hábitos que foram formados na infância. Segundo Rocha (2003), o melhoramento e transformação dos homens pela higiene e moral deveria começar desde cedo. Assim, a infância passou a ocupar o lugar privilegiado como o berço de uma humanidade saudável.

As práticas higienistas nos remetem às obras de Foucault (1979, 1987, 1988, 2008b), já abordadas neste artigo. Não se trata, simplesmente, de educar as crianças para serem adultos felizes e controlados, mas sim, trata-se da forma de governo sobre as populações que coloca a dimensão biológica e subjetiva na produção de ideais que garantam um comportamento saudável a nível coletivo. A inculcação de hábitos higiênicos e morais se relaciona com a moralidade das condutas e o governo dos homens, de que falava Foucault. Os sujeitos passam a operacionalizar um conjunto de técnicas sobre seus próprios corpos, condutas e pensamentos através da vigilância constante e conformação aos ideais morais de sua sociedade. Essa articulação do mecanismo disciplinar dos corpos e do controle dirigido à população, que se configuram na forma de biopoder, está nas bases do pensamento higienista. A biopolítica, dominando e ordenando a vida e suas esferas, como a sexualidade, a saúde, as relações e as questões individuais, atua sob o pretexto de formar e potencializar o bem estar dos indivíduos e da população em geral. Dessa maneira, não é difícil compreender a importância da medicina na ordem dos discursos sobre a saúde, o bem estar físico e moral, as condutas de vida, a educação, enfim, a administração da própria vida.

O ideário higienista introduzido na escola não tinha outro objetivo senão o de controlar os indivíduos no plano físico e moral com vis-

tas à população. A educação sanitária que se fez presente nas instituições escolares dos séculos XIX e XX reduziu o modelo de educação à lógica do biopoder, e a criança passou a ser o próprio vigilante de sua saúde, condutas e moral, a partir das práticas vivenciadas na instituição escolar que lhe admoestava as formas consideradas corretas para a vida. Esse mecanismo disciplinar não se restringia às salas de aula, mas se estendia à esfera familiar. Assim, de acordo com Foucault, o maior objetivo era o de regenerar e transformar os modos de vida da população.

A inculcação de hábitos saudáveis no terreno da infância, tida como idade maleável e de fácil apreensão de normas e valores, possibilitou o enlace da pedagogia com a psicologia e psiquiatria. Nesse contexto, a psicologia - considerada como uma das ciências capazes de perscrutar o caráter da natureza infantil - começou a fazer parte dos discursos escolares sobre a formação de atitudes e comportamentos cognitivos da criança (ROCHA, 2003).

A questão da higiene foi muito além da preocupação com o meio. Ela objetivava a higienização das teorias sociais e humanas, e a educação estava entre seus principais pontos estratégicos. O cumprimento da ordem higienista era dado pelo Estado, que criava as condições legais, materiais e institucionais, e as legitimava em concordância com as exigências da ordem política e econômica vigentes. Do mesmo modo que os estudos sobre as doenças seguiam seu curso sem obstáculos políticos ou sociais, o estudo das sociedades passou a ser realizado com métodos da biologia, num processo de biologização do social, que o despolitizava (HORTA, 1994).

A institucionalização da educação e dos cuidados da infância possibilitou o enlace entre o higienismo, a psiquiatria e a própria educação. Segundo Haydu et.al (2014), o desenvolvimento e o aprendizado das crianças apoiaram-se em técnicas científicas que quantificavam e controlavam seus níveis e padrões de normalidade. A psicologia e a psiquiatria forneceram para a pedagogia as medidas de desenvolvimento que consideravam saudáveis, e deslocaram os problemas de aprendizado ou comportamentais para o campo individual, descon-

siderando as variações que fazem parte do próprio desenvolvimento infantil. A influência da medicina, da psiquiatria e da psicologia no âmbito escolar foi possível graças à aplicação de controle e medida sobre os comportamentos e desenvolvimento pedagógicos.

Frente ao que foi aqui discutido, observa-se que a atual educação escolar segue fortemente influenciada pelos ideais higienistas. A profilaxia e o sanitarismo que apoiaram tais ideais, justificaram e legitimaram a atuação de profissionais do campo médico, como pediatras, psicólogos e psiquiatras, no campo da educação, justamente por este ser considerado o ambiente de formação do caráter e criação de hábitos. A infância ainda é vista como período primordial de prevenção das doenças mentais e, no âmbito escolar, cabe aos professores e agentes da educação, identificá-las e corrigi-las a tempo.

Pudemos constatar que o conjunto de especialidades científicas e a produção de discursos de verdade no campo da psiquiatria consolidaram diversas práticas de intervenção, bem como a orientação educacional de crianças e adolescentes dentro e fora da escola. Nessa perspectiva, a consideração biológica das experiências humanas torna-se o alicerce de entendimento do processo de ensino-aprendizagem que traduz comportamentos típicos da infância em sintomas de doença.

Dentre as escolas que participaram dessa pesquisa, observamos que a solução dos problemas que se manifestam no cotidiano escolar está fortemente ligada ao discurso médico, que reduz o fenômeno subjetivo à lógica do funcionamento orgânico. Sendo assim, a medicação atua como reguladora da subjetividade, reordenando os comportamentos não adaptados aos ideais instituídos. Os remédios aparecem como um recurso a mais para que o cotidiano escolar possa funcionar e o processo de aprendizagem se realize conforme o planejado.

Nosso trabalho nos mostrou ainda que, tanto os profissionais da educação, como as próprias famílias, demandam por um diagnóstico que nomeie os problemas apresentados pelos alunos e os solucione através de psicofármacos. Constatamos que, apesar das diferentes metodologias de ensino adotadas pelas instituições, o discurso médico encontra-se fortemente enraizado nas práticas pedagógicas,

excluindo as narrativas dos sujeitos, bem como os contextos socioeconômicos e políticos. Os profissionais de educação estão cada vez mais orientados a atuarem como especialistas em questões psicológicas e/ou psiquiátricas. Munidos de um discurso psicologizante a respeito das crianças e dos problemas escolares, se apoiam em explicações médicas sobre o funcionamento do cérebro e suas disfunções químicas como resposta a todos os problemas comportamentais e cognitivos.

A tentativa de apaziguar o comportamento humano por via medicamentosa leva ao caminho oposto da aprendizagem que nos constitui como sujeitos críticos em relação ao mundo em que vivemos. O reducionismo ao biológico pode trazer a calmaria e a sensação de alívio frente às incertezas da vida, frente a um futuro de incertezas. Mas, se desde cedo somos ensinados a eliminar nossas dores e incertezas com uma pílula mágica, o que restará de nossa capacidade criadora, tão cara à nossa espécie? A ideia de que os conflitos podem ser resolvidos através de psicofármacos retira do ser humano o poder de acreditar em sua própria capacidade de superação, e lança para as sombras uma das grandes virtudes da humanidade: a resiliência.

O discurso médico infiltrado nas escolas influencia, não só as práticas pedagógicas, mas toda a maneira de se lidar com a vida. Ele silencia os conflitos negando sua pertença à subjetividade e ao encontro humano. Esse mesmo discurso constrói, tijolo a tijolo, a existência de crianças incapazes de aprender, não somente a ler e a escrever, senão a lidar com a própria vida, a menos que submetidas a uma intervenção técnica.

Conclusões

Os caminhos trilhados pela psiquiatria, desde o fim do século XVIII e início do século XIX, possibilitaram sua ingerência nas esferas da vida humana, bem como o início da psiquiatrização infantil e a atual expansão das categorias diagnósticas configuradas a cada versão do DSM. A intromissão do discurso médico no campo educacional foi analisada neste artigo como uma estratégia biopolítica de controle das populações.

O olhar psiquiátrico sobre questões relacionadas à infância e à adolescência está fortemente presente na instituição escolar, retraduzindo a subjetividade humana em termos neuroquímicos. Esse reducionismo ao biológico possibilita a exclusão da dimensão simbólica da nossa constituição como sujeitos e solapa nossa condição crítica em relação ao mundo em que vivemos.

Os comportamentos que antes eram considerados como "comportamentos próprios da infância" recentemente abandonaram a esfera que adjetivava a própria infância e adentraram a esfera das patologias. Esse fenômeno abre a possibilidade para que os problemas que se manifestam no cotidiano escolar sejam analisados em termos médicos, o que foi constatado nas próprias instituições que participaram dessa pesquisa. Os professores e demais profissionais que atuam na educação procuram uma descrição biológica dos fenômenos humanos e uma tradução dos problemas comportamentais e de aprendizagem em termos neuroquímicos.

A falsa solução apregoada pelos psicofármacos está minando a capacidade de escrevermos nossa própria história; minando nosso olhar crítico a respeito de problemas que cercam o cotidiano educacional. A reordenação das subjetividades no âmbito escolar, a partir da medicação, reduz a própria experiência da aprendizagem enquanto instância transformadora.

Referências bibliográficas

ARAUJO, Álvaro C.; NETO, L. Francisco (2013), "A nova classificação americana para os transtornos mentais: o DMS-5". *Jornal de Psicanálise* n. 85, pp. 99-116.

BURKLE, Thaaty, S. (2009), *Uma reflexão crítica sobre as edições do manual de diagnóstico e estatística das perturbações mentais – DSM*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro.

CANGUILHEM, Georges. (2009), *O normal e o patológico*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

CAPONI, Sandra. (2012), *Loucos e Degenerados*: uma genealogia da psiquiatria ampliada. 1. ed. Rio de Janeiro: FIOCRUZ.

_____. (2014), "DSM-V Como dispositivo de segurança". *Physis*: Revista de Saúde Coletiva v. 24, n. 3, pp. 741-763.

COLLARES, Cecília. A L.; MOYSÉS, Maria. A. (1996), *Preconceitos no cotidiano escolar*: ensino e medicalização. São Paulo: Cortez.

CONRAD, Peter. (2007), *The Medicalization of Society*. Baltimore/ Maryland: The Johns Hopkins University Press.

_____. (2005), "The Shifting Engines of Medicalization". *Journal of Health and Social Behavior*. v. 46, pp. 3-14.

CONRAD, Peter; SCHNEIDER, Joseph. W. (1992), *Deviance and medicalization*: from badness to sickness. Philadelphia: Temple University Press.

DUARTE, Cristiane S.: BORDIN, Isabel, A. S.(2000), "Instrumentos de avaliação". *Revista Brasileira de Psiquiatria* n. 22, pp. 55-58.

FIRST, M.B.; SPITZER, R.L.; GIBBON, M.; JANET, B.W. (1996), *Structured Clinical Interview for DSM-IV Axis I Disorders, Clinician Version (SCID-CV)*. Washington, D.C.: American Psychiatric Press.

FOUCAULT, Michel. (1979), *Microfísica do poder*. 1 ed. Rio de Janeiro: Graal.

_____. (1987), *Vigiar e punir*: nascimento da prisão. 27 ed. Petrópolis: Vozes.

_____. (1988), *História da sexualidade I*: a vontade de saber. 15. ed.. Rio de Janeiro: Graal.

_____. (2006), *O poder psiquiátrico*. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes.

_____. (2008a), *O nascimento da biopolítica*. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes.

_____. (2008b), *Segurança, Território e População*. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes.

_____. (2011), *O nascimento da clínica*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

GONDRA, José G. (2000), "Medicina, higiene e educação escolar". In: LOPES, Eliane Marta T.; FARIA, Luciano M. (orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica.

GUARIDO, Renata. (2007), "A medicalização do sofrimento psíquico: considerações sobre o discurso psiquiátrico e seus efeitos na Educação". *Revista de Educação e Pesquisa* n. 1, pp. 151-161.

HAYDU, Verônica. B.: FORNAZARI, Silvia. A.: ESTANISLAU, Célio. R. (2014), *Psicologia e análise do comportamento*: conceituações e aplicações à educação, organizações, saúde e clínica. 1 ed. Londrina: UEL.

HORTA, Silvério B. (1994), *O hino, o sermão e a ordem do dia*: a educação no Brasil (1930- 1945). 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ.

LIMA, Rossano, C. (2005), *Somos todos desatentos?*: O TDA/H e a construção de bioidentidades. 1. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

MOYSÉS, Maria, A. (2013), *A institucionalização invisível* - crianças que não aprendem na escola. 1. ed. Campinas: Mercado de Letras Fapesp.

ROCHA, Heloísa, H. P. (2003), *A higienização dos costumes*: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925). 1. ed. Campinas: Mercado de Letras Fapesp.

RUSSO, Jane; VENÂNCIO, Ana T. A. (2006), "Classificando as pessoas e suas perturbações: a revolução terminológica do DSM III". *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental* n. 3, pp. 460-483.

ZUCOLOTO, Patrícia, C. S. V. (2007), "O médico higienista na escola: as origens históricas da medicalização do fracasso escolar"**.** *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano* n. 1, pp. 136-145.

WIDIGER, Thomas. A., CREGO, Cristina. T. (2015), "Process and Content of DSM-5". *Psychopathology Review* n. 2, pp. 162-176.

Revista Brasileira de Sociologia | Vol. 04, No. 08 | Jul. Dez, 2016
Artigo recebido em 27/06/2016 / Aprovado em 23/11/2016
http://dx.doi.org/10.20336/rbs.172
10.20336/rbs.172

Produção da diversidade: identidades e imigração

Marcelo Alario Ennes*

RESUMO

O objetivo geral desse artigo consiste em analisar a dinâmica identitária no que diz respeito às mudanças no sentido da diversidade cultural em três contextos diferentes: a passagem do século XIX para o XX, o período compreendido entre o final da Segunda Guerra Mundial e o fim da Guerra Fria e a passagem do século XX para o XXI. Centrei a análise em torno da questão imigratória e de sua capacidade de produzir o estranhamento e a alteridade. Procurei sistematizar parte de minhas reflexões que resultaram das leituras sobre assimilação, diversidade, multiculturalismo e interculturalismo. Parto de uma hipótese segundo a qual a origem das mudanças a respeito do entendimento da diversidade está, sobretudo, relacionada às transformações observadas na correlação de forças e na distribuição de poder entre atores sociais. O artigo demonstra que a ideia de diversidade variou nos três períodos delimitados pelo estudo. Primeiro, a construção da diferença como desigualdade; segundo, a diferença como direito e, por fim, como expressão de formas mais ambivalentes nas quais concepções essencializadas e despolitizadas da diversidade convivem com a ampliação de noções e práticas de direitos.
Palavras-chave: Diversidade. Imigração. Identidades.

* Doutor em Sociologia pela UNESP/Araraquara/Brasil. Pós-doutorado no Centro de Estudos sobre Migrações e Relações Interculturais – CEMRI/UAb/Portugal. Docente da Universidade Federal de Sergipe. Departamento de Educação - Campus Prof. Alberto Carvalho, Itabaiana/SE. Vice Coordenador, docente e orientador de mestrado e doutorado do Programa de Pós Graduação em Sociologia – PPGS/UFS. Líder do Grupo de Pesquisa Processos Identitários e Poder – GEPPIP. Autor e organizador de livros e de vários artigos publicados em revistas especializadas.

ABSTRACT

THE PRODUCTION OF DIVERSITY: IDENTITIES AND IMMIGRATION

The purpose of this paper is to analyze the dynamics of identity processes in relation to changes in the meaning of cultural diversity in three different contexts: the transition to the Twentieth Century; the period between the end of World War II and the end of the Cold War; the transition to the 21st Century. The analysis focuses on immigration issues and its capacity to produce estrangement and alterity. I tried to systematize my reflections based on readings on diversity, multiculturalism and interculturalism. My hypothesis is that changes concerning the understanding of diversity are mainly related to changes observed in the correlation of forces and the distribution of power among social actors. The paper demonstrates that the idea of diversity has ranged from a construction of difference as inequality, to difference as a right, to more ambivalent perspectives in which essentialist and depoliticized conceptions do not invalidate new cultural and political configurations, or the expansion of practices and conceptions of rights.
Keywords: Diversity. Immigration. Identities.

Introdução

O presente artigo é parte dos resultados do projeto de pesquisa "Processos identitários, imigração e cirurgias plásticas: produção da diferença e/ou da desigualdade no contexto da interculturalidade", desenvolvido durante meu estágio de pós-doutoramento[1] entre agosto de 2013 e dezembro de 2014 junto ao Centro de Estudos sobre Migrações e Relações Interculturais – CEMRI, Universidade Aberta, Portugal sob a supervisão da Professora Natalia Ramos.

A ideia geral desse artigo consiste em analisar a dinâmica identitária em três contextos, a saber: a) as últimas duas décadas do século XIX e as três primeiras do século XX; b) o período correspondente à Guerra Fria; e c) a última década do século XX e a primeira do século XXI. Nestes três períodos é possível observar mudanças no sentido e significado da diversidade cultural. Centrei a análise em torno da

1 Projeto financiado por meio de bolsa de pesquisa pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

questão imigratória e de sua capacidade de produzir o estranhamento e a alteridade. Certo de que o recorte temporal e a problemática são reconhecidamente muito amplos e complexos, busco, de modo não exaustivo, refletir sobre tendências e possibilidades de se pensar em como a imigração pode recolocar o tema da diversidade em termos políticos e analíticos. Assim, procurei aqui sistematizar parte de minhas reflexões que resultaram, sobretudo, das leituras sobre diversidade, assimilação, multiculturalismo e interculturalismo, cujas obras estão situadas em um campo interdisciplinar formado, sobretudo, mas não exclusivamente, por sociólogos, antropólogos e psicólogos sociais[2]. Com base nessas leituras, parto da hipótese de que, nesse período, as mudanças quanto ao entendimento da diversidade estão, principalmente, relacionadas às transformações observadas na correlação de forças e na distribuição de poder entre atores sociais tais como empresários, imigrantes e movimentos sociais, além de decorrerem também das mudanças na capacidade dos Estados Nacionais em produzir identidades.

Como resultado, em termos gerais, o artigo demonstra que a ideia de diversidade variou entre a construção da diferença como desigualdade, no período compreendido entre o fim do século XIX e início do século XX, passando pela fase entre o fim da Segunda Guerra Mundial e o fim da Guerra Fria, na qual a diferença passa a ser defendida e garantida como direito para, na fase seguinte, que se estende até os dias atuais, produzir concepções grupistas, essencializadas e despolitizadas da diversidade, o que, no entanto, não inviabiliza a emergência de novas configurações culturais e políticas capazes de ampliar as noções e práticas de direitos em contextos fortemente marcados por fluxos migratórios. No que diz respeito aos dados empíri-

2 No que diz respeito à metodologia empregada no estudo que deu origem a este artigo, além da pesquisa bibliográfica e documental, recorri à observação direta em bairros considerados multi/interculturais, tais como a Mouraria e o Lavapiés e entrevistas com médicos cirurgiões plásticos, profissionais de salões de beleza e imigrantes com base em roteiro semiestruturado. Essas atividades foram desenvolvidas tanto em Lisboa quanto em Madri.

cos, privilegiou-se os relativos a Portugal e Espanha, em especial no segundo e terceiro períodos abordados. No entanto, isso não descarta referências a outros países e regiões do mundo, a exemplo do Brasil entre o final do século XIX e as vésperas da Segunda Grande Guerra.

Diversidade como desigualdade

O período compreendido entre 1850 e 1939 é caracterizado por inúmeras e profundas transformações. Esse é o período da consolidação da modernidade. Nele, por exemplo, ocorreu a chamada Segunda Revolução Industrial, quando os meios de comunicação (telégrafo e telefone) e de transporte (motores de combustão interna e ferrovias), são igualmente revolucionados. A Alemanha e a Itália concluíram o processo de unificação que resultou em sua constituição como Estados nacionais e potências emergentes. O domínio europeu sobre a África e Ásia consolidou-se nesse período, que foi também palco da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa. Finalmente, foi nesse período em que ocorreram grandes fluxos migratórios para as Américas provenientes da Europa e Ásia. Segundo Klein (2000), por exemplo, entre 1881 e 1912 cerca de 31 milhões de imigrantes chegaram ao Brasil. Na passagem do século XIX para o XX a América foi o destino principal de imigrantes europeus e asiáticos.

Nesse período, identidades eram fortemente centradas, como por exemplo a do homem branco, proprietário e heterossexual, e serviam para a produção de hierarquias entre sexos, raças, Estados nacionais e culturas. Como assinala Santos, "A maioria dos nacionalismos e das identidades nacionais do Estado nacional foram construídos nessa base e, portanto, com base na supressão de identidades rivais que não tiveram recursos para ganhar na luta das identificações" (SANTOS, 1999, p. 21). Por sua vez, as primeiras décadas do século XX, período de emergência da sociedade de massas, coincidem, no campo da subjetividade, com a fase de transição do "sujeito soberano" para o "sujeito sociológico" (HALL, 2002). De acordo com Hall essa mudança alterou a centralidade do "eu", antes considerado acima e

independente da sociedade, que passa a ser entendido como fruto e produto das interações sociais (IBID., p. 11).

Em outra oportunidade (ENNES, 2010) identifiquei as bases intelectuais e científicas que orientaram a formulação da ideia de diferença racial naquele período, que para os propósitos do presente artigo devem ser vistas como expressões das normas e valores que orientavam as relações entre os atores sociais. Originária do determinismo racial, a eugenia questionava as teses evolucionistas da antropologia cultural, de acordo com as quais todas as sociedades ao evoluírem alcançariam o estágio civilizatório, e defendia que as sociedades poderiam sofrer um processo de degeneração. O eugenismo também foi uma importante referência que serviu para classificar e hierarquizar os imigrantes, quando não, utilizado para selecionar os imigrantes bem-vindos em detrimento dos não desejados. As teorias eugenistas baseavam-se, entre outros, sob dois pilares. O primeiro era a defesa da existência não apenas de diferentes raças humanas, como também, a existência de uma hierarquia cujo topo era ocupado pelos arianos. O segundo pilar referia-se ao caráter degenerativo da miscigenação. Os mestiços eram tidos como inferiores, os últimos na escala eugenista de classificação das raças. Desse modo, no que pôde influenciar nas políticas de imigração e da prática de seus agentes, o eugenismo atuou a favor da imigração de europeus, especialmente do norte da Europa.

Por outro lado, os imigrantes foram vetores de difusão de várias expressões do ideário contestatório existentes no período. Os imigrantes foram um dos principais protagonistas dos movimentos anarquista, socialista e comunista nas Américas e, em especial, no Brasil (BASTIDE, 1973; FAUSTO, 1999; TRUZZI, 1997). Isso é uma evidência de como os imigrantes como atores sociais em desvantagem política podem, seja na condição de trabalhadores, seja de imigrantes não ideais do ponto de vista racial, alterar significativamente a realidade dos países de destino.

Desse modo, parte das relações de alteridade e de estranhamento presentes na literatura (SAID, 2007) e nos estudos etnográficos (SCHWARCZ, 1993) realizados, sobretudo, em regiões distantes, pas-

saram a ser experimentadas no interior dos países de destino dos imigrantes. Nesse sentido, a imigração foi um dos fatores de produção da diversidade. O imigrante como estrangeiro, como forasteiro, como aquele que não compartilha da mesma origem, da mesma história ou não é do mesmo Estado nacional, foi utilizado consciente ou inconsciente como um importante coadjuvante, por contraste, na formação das identidades nacionais.

O imigrante desempenhou um papel ambivalente nesse contexto[3]. De um lado, como mão de obra, fortaleceu e oxigenou a sociedade capitalista que necessitava de oferta crescente de mão de obra barata. De outro, no entanto, o imigrante, como estranho e estrangeiro, desestabilizava a ordem social e política. As diferenças religiosas, gastronômicas, linguísticas e comportamentais prejudicavam e ameaçavam a previsibilidade inerente à coesão social e colocavam em xeque identidades individuais ou coletivas por meio da ameaça sobretudo à identidade nacional dos países receptores.

O imigrante desejado[4], portanto materializado por exemplo sob a forma de leis de imigração, atendia tanto a interesses econômicos quanto a um ideário de acordo com o qual raças e culturas eram hierarquizadas, inclusive com base em explicações científicas. A combinação entre as dinâmicas socioeconômicas e as ideias disponíveis, científicas ou não, permitiu a produção de um marco, se não inicial, ao menos determinante do debate sobre diversidade e racismo ainda hoje pertinente (BAUMAN, 1999). Interessa notar que o imigrante, a assimilação e o racismo são categorias produzidas em uma correlação de forças favorável ao Estado nacional, ao capitalista, ao ariano e ao mundo ocidental. Por isso representam o objeto e o modo como o ideário dominante foi constituído e, ao mesmo tempo, à custa de quem.

3 Sobre o lugar da ambivalência na modernidade ver BAUMAN (1999).

4 Nos EUA foi publicado em 1882 o "Immigration Act", que estabelece as categorias de imigrantes considerados indesejados. A legislação foi acrescida em 1917, 1921 e 1924 de modo a ampliar o número de nacionalidades que não são bem vindas ao país. Cf. BROMBERG, H. Immigration Act of 1882. Disponível em: _<http://immigrationtounitedstates.org/584-immigration-act-of-1882.html>. Acessado em 14/11/2016.

Nesse contexto, houve três principais formas de se lidar com o outro, no caso, o imigrante, quando considerado "estranho", portanto, com a diversidade. A primeira era a assimilação entendida como um processo unidirecional e sem concessões. Ao comentar o tema entre os autores da Escola de Chicago, Poutignat e Streife-Fernart pontuaram: "A assimilação é cada vez mais concebida como um processo de uniformização cultural via transformação dos imigrados [...] como o processo que resulta na dissolução dos grupos étnicos e na absorção de seus membros na sociedade de acolhimento." (1998, p. 64). A exemplo de outras categorias sociais herdadas das ciências biológicas, a assimilação do imigrante tinha como pressuposto a ideia de um organismo mais fraco ser incorporado por um maior e mais forte (BAUMAN, 1999, p. 116). Essa incorporação significava homogeneizar a sociedade com base nos valores e normas dominantes (IBID., p. 118).

No Brasil, o debate sobre o imigrante desejado[5] e o esforço assimilatório foi convertido em ações de contenção e confinamento durante a Segunda Guerra Mundial, conflito em que Brasil e Japão se tornaram inimigos. A mesma estrutura administrativa organizada antes para promover a assimilação agora voltava-se para o controle e a vigilância do "estranho" convertido em inimigo, o que deu origem, por exemplo, a campos de concentração, como os registrados nos Estados do Pará, Pernambuco, São Paulo, Paraná e Santa Catarina ou de regiões, bairros, e cidades altamente vigiadas, a exemplo de Pereira Barreto/SP (ENNES, 2001). Os campos de concentração também foram uma prática recorrente nos EUA, a exemplo dos instalados nos Estados da Califórnia, Arizona, Colorado, Wyoming, Idaho, Utah e Arkansas (SAPONOTÍCIAS, 2015).

5 No Brasil esse tema também ganhou expressão no campo legislativo, em especial nas décadas de 1920 e 1930. Destacam-se os decretos 4.247/1921, 16.761/1924 e 20.917/1930, que legislavam sobre a entrada de imigrantes no país, bem como a Emenda Miguel Couto de 1930 que estabelece o limite máximo de imigração africana e asiática a 5% do número de pessoas dessas origens já residentes no país, e a Emenda Levy Carneiro que reduz essa proporção à 2% em 1934. Para outras leis sobre imigração no período ver ENNES, M.A. (2006), "Imigração e direitos na região noroeste paulista". Estudos de Sociologia, Recife, v.12, n.1.

A terceira e mais radical solução que a modernidade encontrou para lidar com a diversidade foi a eliminação física. O exemplo mais representativo está relacionado com a ascensão e consolidação do nazismo, que pode ser tomado como expressão radicalizada do desejo da purificação. Por não serem assimiláveis ou contidos em seus guetos, judeus, ciganos e homossexuais foram exterminados como materialização do desejo de purificação étnica e da eliminação do estranho (BAUMAN, 1999). Tal como os imigrantes, as vítimas do nazismo são uma expressão do processo de produção da alteridade, mesmo que tenham nascido na Alemanha. A militarização e o uso da força física de modo proposital e generalizado baseado, inclusive, nas teorias eugenistas, radicalizou o processo de hierarquização social já existente sob os países e legislação liberais. De fato, judeus, ciganos e homossexuais foram rebaixados de um modo profundo na concepção da hierarquia nazista sobre a humanidade. Esse foi um cenário de extrema assimetria entre os nazistas e suas vítimas, e que deu origem a um dos episódios mais cruéis na história da humanidade.

A derrota do Eixo e a herança de destruição e morte deixadas para a posteridade colocaram em xeque as teses que alimentaram as concepções negativas sobre diversidade. A crítica às teorias racistas e aos regimes totalitários passou a compor a agenda de cientistas e governantes que buscavam lançar as bases para novas formas de convivência com a diferença. Ainda que não tenham desaparecido, o eugenismo e a ideia da assimilação foram duramente criticados por novas teorias que se apoiavam, por exemplo, nas teses do relativismo cultural e na crítica ao etnocentrismo (ENNES, 2010, p. 168).

Nesse sentido, a produção do pertencimento e da alteridade passou a depender de normas que, ainda que não deixassem de produzir subalternidades (ocidente x oriente, branco x não branco, heterossexual x homossexual, homem x mulher, burguês x operário), representaram esforços significativos para o desenvolvimento futuro da diferença como direito.

Desestabilização do Estado nacional, descentramento identitário e as origens do multiculturalismo

O período que se inicia seria marcado por muitas mudanças. Do ponto de vista econômico, o capitalismo financeiro passa por uma importante modificação em razão do reconhecimento teórico e político sobre a necessidade de intervenção do Estado na economia, seja para equilibrar o mercado, seja para promover o bem-estar da população. Nesse período ocorre a organização do Estado-Providência, mas também sua crise e o início de seu desmonte.

O período do Pós-Guerra seria, portanto, marcado por transformações significativas no cenário dos direitos, da geopolítica e da economia. Além dessas mudanças no plano da organização e das macroestruturas do capitalismo, os 50 anos seguintes ao fim da Segunda Guerra Mundial foram marcados por modificações significativas em relação ao modo como a diferença cultural passou a ser compreendida, e como isso foi traduzido em termos de diversidade. Esse é, também, um período marcado pela emergência dos movimentos feminista, estudantil, negro e ambientalista, entre outros, que se organizaram em torno de demandas até então não contempladas por partidos políticos e sindicatos, mesmo os de esquerda. Observa-se, assim, uma nova correlação de forças entre os atores sociais, antes subalternizados, de modo a dar visibilidade a suas demandas. Esse é o terreno no qual se processa a fragmentação identitária e o chamado descentramento do sujeito (HALL, 2002; BAUMAN, 2005; WOODWARD, 2000). A novidade desses movimentos não está tanto em suas demandas e necessidades, posto que tanto uma como outra, em grande parte, já existiam, mas na capacidade de organização e de disputa com interlocutores tradicionais como governos, empresários, partidos e sindicatos. O que é novo é a capacidade desses sujeitos ganharem visibilidade e poder na disputa por seus direitos. É na mudança da configuração política ou interdependência entre os sujeitos (ELIAS, 2005) que devemos buscar a mudança do significado da diferença de marcadores identitários como gênero, raça, orientação sexual e etnia.

É nesse contexto que a diferença passa a ser reivindicada como um direito, um direito muitas vezes positivado sob a forma de lei e conquistado, sobretudo, pelos movimentos sociais. A produção do outro, da alteridade, deixa, assim, de ter forte identificação com a desigualdade e a inferioridade tal como existiam no início do século XX. Foi uma era em que, por exemplo, não obstante não terem sido universalizados, os Direitos Humanos, tornaram-se referência no campo político e ideológico (BOBBIO, 1997). Nesse contexto a ideia de assimilação perde força, seja como chave analítica, seja como orientadora de políticas de integração de imigrantes. Uma obra patrocinada pela UNESCO (1970, 1972) e publicada pela primeira vez em 1960, é um exemplo. Nela, o tema raça foi, para usarmos um termo muito acionado atualmente, descontruído de modo a "esvaziar" seu conteúdo biológico e evidenciar sua natureza social, histórica, psicológica e cultural. Lévi-Strauss foi um dos autores reunidos na obra e nela publicou o capítulo "Raça e história" onde apresenta categorias como diversidade cultural e etnocentrismo, bem como desenvolve a ideia sobre diferentes ritmos e padrões de desenvolvimento histórico.

Outro exemplo de obras e autores que colocaram em xeque o assimilacionismo é o livro Teorias da etnicidade (1998) de Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fernart, publicado pela primeira vez em 1969 que se tornaria um clássico, entre outros motivos e ideias, por recolocar o pertencimento étnico no campo político e dos direitos:

> A pertença étnica não é mais vista como um obstáculo para a igualdade dos cidadãos, mas como a base de sua participação na vida política e social como membros de hyphenated-*group*. Na perspectiva do 'novo culturalismo', o hífen que torna o indivíduo ítalo-americano não o transforma em um meio-americano mas representa a própria essência da americanidade. (POUTIGNAT, STREIFF-FERNART, 1998, p. 73)

A questão imigratória passa, assim, ao longo desse período por mudanças ao mesmo tempo em que os fluxos migratórios são reto-

mados após o período da Segunda Guerra Mundial. De um lado, a rotas que ligavam os países europeus e o Japão às Américas foram reativadas, de outro lado, observa-se o início do processo de descolonização da África e Ásia, que daria origem a fluxos migratórios originários de vários países desses mesmos continentes em direção a suas antigas metrópoles. Para ilustrar, podemos tomar o exemplo de Portugal. A Revolução dos Cravos em 1974 colocou fim à ditadura de Salazar e aos domínios coloniais que o país ainda mantinha na África e na Ásia. A partir de então Portugal passou a receber um número considerável de portugueses retornados e seus filhos e parentes que nasceram e viveram nas antigas colônias (FONSECA, S/D, p. 53).

As mudanças políticas, econômicas e tecnológicas e a retomada dos fluxos migratórios têm efeitos significativos sobre as relações de pertencimento e de alteridade. Em razão disso, pode-se afirmar que o período iniciado com o final da Segunda Guerra Mundial, e que se estende até 1989, coincide com o processo de descentramento dos sujeitos e de suas identidades. De um modo geral, o descentramento observado no período tem origem na desestabilização dos Estados nacionais e em seu poder de produzir identidades. Vale aprofundar esse ponto um pouco mais.

O Estado nacional, nesse período, é atacado e é enfraquecido tanto no flanco interno quanto externo (SANTOS, 2013, p. 271). De um lado, os movimentos sociais, ao mesmo tempo em que "competiam" com os partidos políticos e sindicatos pelo protagonismo político e social, ampliavam e diversificavam as noções de direito, inclusive por meio da politização da subjetividade, dimensão até então confinada ao mundo privado. De outro lado, o Estado nacional é desestabilizado face ao aguçamento do processo de globalização (CASTELLS, 1999; BAUMAN, 1999). Desse modo, o Estado nacional parece ter perdido em parte a capacidade e a vontade política para continuar a regular as esferas da produção (privatização, desregulação da economia) e da reprodução sociais (retração das políticas sociais, crise do Estado-Providência) (SANTOS, 2013, p. 95).

Para Bauman (2008), por sua vez, ao longo do período ocorre um processo de descentramento associado à perda do poder centrípeto do Estado nacional e a uma nova forma de tratar a ambivalência e o "estranho". Ao contrário da fase áurea da modernidade, na passagem do século XIX para o século XX, quando era uma força ameaçadora à ordem, a ambivalência passou a compor o conjunto de forças sociais, cognitivas e afetivas na produção das identidades. Como diz Bauman, se no sólido mundo moderno trocava-se uma parte da liberdade pela segurança (ontológica), no líquido mundo moderno troca-se a segurança por mais liberdade (2008, p. 10). Liberdade não necessariamente no sentido iluminista, mas no sentido da desvinculação dos marcadores e filiações identitárias unívocas ligados à idade, gênero, nacionalidade e etnia, tal como existentes no período anterior. Essa dinâmica de adesão orientada pela necessidade de descarte eminente está associada à lógica característica da vida para o consumo (IBID.) [6].

No entanto, se de um lado "politizar a cultura" ampliou a compreensão sobre a sociedade capitalista e sobre suas formas de domínio e contestação, de outro, abriu caminho para que outras dimensões e expressões da vida diária e cotidiana passassem a ser vistas como significativas da vida social e, como tal, objetos legítimos de estudo. Foi o que aconteceu em particular com os estudos sobre as mídias, as celebridades e tendências da moda que funcionaram no sentido contrário ao da afirmação da diferença como direito, de modo a despolitizar a cultura e reproduzir concepções essencializadas e naturalizadas de identidades (ENNES, 2008; MATTELART, NEVEU, 2004). Essas transformações observadas no período estão na origem da nova forma de abordar a diferença cultural. A diferença não é mais

6 Um exemplo dessa dinâmica pode ser encontrado em modificações corporais praticadas por meio de cirurgias plásticas em olhos e nariz, ou procedimentos estéticos não clínicos, como o frisamento ou alisamento de cabelos, que estão longe de ser um resultado meramente adaptativo. A pesquisa de campo realizada em nosso estudo, do qual parte dos resultados é apresentada nesse artigo, permitiu-nos entender esse processo a partir de entrevistas com imigrantes latinos, africanos e asiáticos nas cidades de Lisboa e Madri. De um modo geral, essas entrevistas apontam para um desejo expresso de múltiplos pertencimentos ou, antes, a não fidelização identitária a um único grupo.

algo a ser necessariamente assimilado, isolado, negado ou destruído. Esse novo significado, como se vê, torna-se ambivalente, isto é, é acionado tanto no campo dos direitos sociais e políticos, como na esfera do consumo. Esse é o contexto da origem e do desenvolvimento do multiculturalismo.

O acesso à parte da produção acadêmica sobre o tema e a documentos de gestão da diversidade de alguns países, revela que o debate sobre o multiculturalismo está associado tanto à problemática da imigração, quanto a questões de integração interna, em especial dos povos indígenas, de alguns Estados nacionais. Por exemplo, no Canadá o multiculturalismo diz respeito às políticas de promoção da integração de seus "diferentes internos", assim como dos "diferentes externos". Como veremos na parte seguinte, o multiculturalismo será a ideia dominante das políticas de integração de imigrantes e de gestão da diferença cultural tanto dos órgãos de regulamentação da União Europeia, em especial em Portugal e na Espanha.

Destaca-se, no entanto, que o próprio entendimento sobre o que é o multiculturalismo tornou-se "território" de disputa. Como observa Canclini, delineou-se uma oposição entre as ciências sociais, que tendem a entender o multiculturalismo como expressão de uma construção social e histórica, e os movimentos sociais que, à época em que a primeira edição do livro foi publicado (1995), já tenderiam à reessencialização (CANCLINI, 2008, p. 114.)

De qualquer modo, o multiculturalismo, seja como elemento norteador de políticas de integração, seja como prática política, não possuí significados unívocos e nem é monopólio do Estado ou dos movimentos sociais. Essa dissensão em torno do seu significado pode ser compreendida como resultado do jogo de correlação de forças em torno da produção e da significação da diferença. Esta tensão se aprofundou nas décadas de 1970 e de 1980. No campo político, à medida que o descentramento os multiplicava, os atores sociais e suas muitas e diferentes demandas favoreceram a formação de "guetos" semelhantes aos que na primeira metade do século XX imigrantes, estrangeiros e forasteiros foram confinados. Nessa nova fase, no entanto, os guetos

funcionam mais como fortaleza para quem está dentro. Isto é, o multiculturalismo significou, também, uma maneira de se resguardar em sua particularidade, sua diferença, sem ser molestado pelo outro. Sob qualquer sinal de ameaça e questionamento do modo de ser e estar no mundo corre-se para dentro da fortaleza e com isso encerra-se o debate político e eliminam-se os pontos de interseção da vida pública. O multiculturalismo, nesse sentido, ao invés de favorecer o intercâmbio cultural levou à produção de fortalezas identitárias.

O interculturalismo e as múltiplas produções da diversidade

O terceiro e último período abordado nesse artigo é o que se inicia com o fim da Guerra Fria e se estende até os dias atuais. Como os anteriores, é um período de grandes e profundas transformações no campo da geopolítica, da organização capitalista da produção, dos padrões e normas de comportamento, dos fluxos migratórios e, para ficarmos nos aspectos privilegiados no artigo, na produção da diversidade (CANCLINI, 2007; INERARETY, 2003; SANTOS, 2013). Processo que resultou no aprofundamento da desestabilização dos Estados nacionais, produzida, como já vimos, tanto por forças internas como externas (BAUMAN, 1999).

O fim da Guerra Fria deu origem a uma outra organização geopolítica para o globo. A globalização materializa a nova fase de expansão do capital integrando financeiramente o mundo e produzindo e/ou aprofundando as distâncias e desigualdades sociais entre o centro e a periferia do sistema. O período é pleno de ressurgimento de identidades comunais e nacionais que haviam sido aglutinadas e silenciadas sob Estados nacionais na Europa, na África e na Ásia (CASTELLS, 1999). A guerra dos Balcãs, trouxe de volta à Europa a guerra e o genocídio.

Na atual fase da história, caracterizada pela combinação das influências do fim da Guerra Fria, da Globalização e da emergência da sociedade de consumo, observou-se uma nova correlação de forças em torno da produção da diversidade cultural. De um modo geral, pode-se dizer que essa realidade passa pelo embate analítico e polí-

tico entre multiculturalismo e interculturalismo. Esse debate, como veremos, oscila entre autores que buscam demonstrar que há mais aspectos que os assemelham do que os distinguem, e outros que irão enfatizar as diferenças sempre apontando a superioridade do interculturalismo como chave analítica para apreender e explicar as relações de poder inerentes às formas culturais de existência e relacionamento na sociedade contemporânea.

Esse debate se aprofunda a partir do aumento dos fluxos imigratórios em direção à Europa. Dados publicados pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, 2008) indicam que, no ano de 2005, cerca de 191 milhões de pessoas (cerca de 3% da população mundial) eram classificadas como migrantes internacionais. Esses dados são importantes para que possamos visualizar a intensidade do movimento migratório no contexto da globalização.[7] Dados mais recentes da ONU demonstram que em 2013 havia mais de 231 milhões de imigrantes em todo o mundo (ONU, 2013).

É sobre essa dinâmica política, econômica, demográfica e cultural que os estudos sobre multi e interculturalismo são desenvolvidos e sobre a qual procuram dar inteligibilidade analítica. Entre os estudos que defendem o multiculturalismo e a ideia de que esse possui mais semelhanças do que diferenças em relação ao interculturalismo, destaco a publicação recente de Meer e Modood[8] (2012). De um modo geral os autores criticam a bibliografia sobre o tema que tende a identificar o multiculturalismo com ideias e políticas mais conservadoras, relativistas, grupistas e assistencialistas. Para os autores, o multiculturalismo, portanto, estaria associado às políticas de reconhecimento da diversidade cultural, por exemplo, a partir de categorias como

7 Com o subtítulo "Construindo consenso: Cultura, gênero e Direitos Humanos". O documento está divido em sete capítulos que abordam sempre o tema "negociação cultural" de questões relacionadas ao gênero, direitos humanos, saúde reprodutiva, pobreza e desigualdades (UNFPA. 2008).

8 Nasar Meer é conferencista sênior de Sociologia na Escola de Artes e Ciências Sociais da Universidade Northumbria. Tariq Modood e professor de Sociologia, Política e Políticas Públicas e diretor do Centro de Estudo sobre Etinicidade e cidadania na Universidade de Bristol. Além disso, é editor e co-fundador do International Journal Ethnicities.

minorias étnicas, nas quais se encaixariam grupos indígenas e seus descendentes, bem como os imigrantes.

Meer e Modood (IBID.) lembram os exemplos do Canadá e Austrália que, em diferentes períodos, implementaram políticas multiculturais de integração nas quais defende-se o modelo de mútua integração. Isto é, indígenas, imigrantes e nacionais incorporam reciprocamente elementos culturais. Essas políticas de integração teriam em vista a produção de uma cultura e de uma nacionalidade como resultado de negociações e trocas culturais. Isto é, uma cultura não é assimilada pela outra, mas ambas produzem uma nova cultura.

Essa concepção de multiculturalismo, por sua vez, segundo Meer e Modood (IBID.), assemelha-se muito às características que têm sido atribuídas ao interculturalismo. Isto é, como uma dinâmica política e cultural aberta ao diálogo e fortalecedora da coesão social. Para os autores, o multiculturalismo já tinha muito do que o interculturalismo diz ser novo e, ainda que reconheçam a possibilidade do interculturalismo oferecer uma perspectiva original sobre a diversidade, não acreditam que possa suceder por completo o multiculturalismo, seja como modelo de política de integração, seja como parâmetro de convivência entre culturas diferentes. O que haveria é uma diferença de ênfase e uma melhor aderência do interculturalismo à atual realidade. O interculturalismo, assim, ofereceria uma perspectiva original em relação à equidade e à diversidade, mas isso não pode ofuscar, de acordo com os autores, o multiculturalismo ou torná-lo obsoleto. Nesse sentido, o interculturalismo não pode ser visto como uma sucessão melhorada do multiculturalismo.

Não obstante a argumentação dos autores sobre a existência de mais semelhanças do que diferenças entre multiculturalismo e interculturalismo, vale a pena aprofundar um pouco mais sobre o significado e as contribuições analíticas e políticas do interculturalismo para pensarmos a diversidade na sociedade contemporânea. Mesmo porque, ao mesmo tempo em que oferecia a base teórica e política para pensar, compreender e gestar a diversidade, o multiculturalismo já sofria algumas críticas que evidenciavam seus limites. Uma

primeira crítica vem de sua associação à tradição liberal quanto ao entendimento do poder do indivíduo e de sua capacidade de escolha (HALL, 2009). A crítica também esteve associada ao fato do multiculturalismo distanciar e bloquear concepções e práticas de pluralismo cultural: "El multiculturalismo no es una continuación automática do pluralismo. El multiculturalismo logra una desagregación multiétnica y acaba por negar o multiculturalismo" (GUSMÁN, 2001, p. 280).

Por sua vez, o interculturalismo seria capaz de dar visibilidade e inteligibilidade às relações culturais e de poder que são, ao mesmo tempo, marcadas pela diferença e pela desigualdade. Permitiria, também, compreender como a diversidade é portadora de formas de dominação, resistência e transgressão. De acordo com Canclini (2007), para se compreender as relações interculturais e a efetiva potencialidade política dos setores populares, é preciso achar um caminho intermediário entre o discurso etnocêntrico elitista, que desqualifica a produção subalterna e a atração populista diante das riquezas da cultura popular, que deixa de lado aquilo que, nos gostos e consumos populares, há de escassez e resignação (IBID., p. 89).

Ainda para o autor argentino, o interculturalismo tem como pressuposto o fato das culturas serem incompletas e manterem pontos de interseção, o que cria possibilidades de comunicação produzindo hibridismos culturais. Na perspectiva de Canclini, no entanto, esta interseção e este hibridismo não descartam relações de poder e nem processos de hierarquização e subordinação social. Isto é, a produção do pertencimento, da alteridade, e da desigualdade, **não são processos excludentes, ao contrário, são interdependentes.** Como destaca a psicóloga social e pesquisadora portuguesa Ramos (2007a, 2007b, 2008a, 2008b, 2010, 2011), mais do que uma ideia, interculturalidade deve ser entendida como uma chave teórico-metodológica para o estudo da imigração (RAMOS, 2010).

Também no campo da psicologia social, John B. Berry, em um de seus estudos mais recentes (2013), não diferencia conceitualmente multiculturalismo de interculturalismo. Faz uso do termo multiculturalidade para se referir às sociedades caracterizadas pela presença

de povos indígenas (Canadá) e imigrantes (Canadá e França). Nesse sentido, é um termo, inclusive utilizado na legislação destinada a estabelecer normas e parâmetros legais para a integração, para se referir às sociedades diversas culturalmente. O interculturalismo, por sua vez, é empregado para se referir às várias possibilidades de relação entre os grupos sociais que compõem as sociedades multiculturais. Com base em inúmeros estudos, Berry formula e testa três hipóteses sobre as relações sociais entre grupos culturalmente diversos.

A hipótese multicultural (BERRY, 2013, p. 1122) baseia-se na confiança e segurança na própria cultura. Quanto maior a confiança, melhor o convívio; e quanto menor a confiança, pior o convívio com a diferença. Para o autor, esse é um aspecto que as políticas oficiais de integração devem levar em conta para combater as atitudes discriminatórias. Essa hipótese revela que o contato entre grupos de culturas diferentes não é suficiente para produzir aceitação, incorporação ou mesmo respeito a seus elementos. Já a hipótese da integração, refere-se ao que o autor denomina de duplo engajamento cultural, como é o caso de imigrantes de segunda geração que vivem tanto dentro do grupo de descendência quanto em outros grupos sociais. Esse duplo engajamento depende do desenvolvimento de "competências" nos grupos dos quais faz parte. Essas competências gerariam um capital social necessário para se obter sucesso em sociedades plurais. A terceira hipótese refere-se às ameaças contra a identidade cultural e do lugar do indivíduo e do grupo na sociedade plural como resultados negativos das relações interculturais.

Voltando ao campo da sociologia, as imbricações entre política e cultura e a produção da diversidade cultural têm sido um tema constante na produção intelectual do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos. Para o autor (1999, 2013), as políticas de imigração devem ser pensadas a partir das dinâmicas de desigualdade e exclusão. A partir do crescimento do desemprego estrutural, o trabalho tornou-se fonte de exclusão e menos de desigualdade. A diminuição dos postos de trabalho, e de sua importância como atividade produtora de sentido e significado social, trouxe implicações significativas para

os fluxos migratórios uma vez que eles sempre foram compreendidos, em especial pelas políticas de gestão da imigração, como um fenômeno eminentemente relacionado ao trabalho. Esse questionamento resultou em colocar a dimensão cultural e identitária no centro do debate político que, por sua vez, tem trazido implicações para a gestão da imigração que agora passa a ser também a gestão das identidades e das diferenças culturais.

É nesse contexto que Santos propõe um imperativo categórico segundo o qual "deve presidir a uma articulação pós-moderna e multicultural das políticas de igualdade e de identidade: temos o direito a ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito de sermos diferente sempre que a igualdade nos descaracteriza" (1999, p. 44). A desigualdade e exclusão características da sociedade contemporânea devem ser enfrentadas pela revalorização do papel do Estado (parcialmente perdida com a crise do Estado-Providência). O autor também defende o direito de inserção, o direito ao trabalho, à partilha do trabalho, à regulação social, à previdência social e o aumento da importância da comunidade entre os pilares da regulação e da emancipação. Em trabalhos mais recentes, Santos tem investido no potencial transformador e emancipatório dos pontos de interseção cultural e política entre nações e culturas não hegemônicas. Como tais, o interculturalismo passa a ter um potencial de transformação e de produção de justiça social e oferece uma renovação importante para a compreensão e prática dos direitos humanos (SANTOS, 2013).

Por outro lado, a diferença entre multiculturalismo e interculturalismo é bastante clara para o espanhol Carlos Gimenéz Romero[9]. De uma perspectiva antropológica, Romero (2003) amplia os elementos a serem diferenciados e inclui no debate a multiculturalidade, que se distingue do multiculturalismo e da interculturalidade, que não se confunde com o interculturalismo. Para o autor, no plano fático a

9 O Professor Carlos Gimenez Romero do Instituto Universitário sobre Las Migraciones, Etnicidad y desarollo social / Universidade Autônoma de Madrid tem tido uma participação central na definição das políticas interculturais na Espanha e, também, em Portugal.

multiculturalidade refere-se à diversidade cultural, linguística e religiosa, já a interculturalidade, às relações interétnicas, interlinguísticas e inter-religiosas. No plano normativo (ou das propostas sociopolíticas e éticas do que deveria ser), multiculturalismo implica no reconhecimento da diferença e, assim, são contemplados os princípios da igualdade e da diferença. Por sua vez, o interculturalismo significa a convivência na diversidade na qual são contemplados os princípios da igualdade, da diferença e da interação (ROMERO, 2003). Como se vê, ainda que mais demarcada, a diferenciação não se distancia muito da perspectiva de Berry acima apresentada no que diz respeito à ênfase do "multi" à diversidade e do "inter" às relações entre os diferentes indivíduos e grupos.

O debate sobre o multi e o interculturalismo, como vimos, expressam novas concepções sobre diversidade que, por sua vez, estão ancoradas nas tensões produzidas pelos novos fluxos migratórios, sobretudo no Canadá e países da União Europeia, a exemplo de Portugal e Espanha. Essas tensões têm apontado para o recuo nas políticas de integração de imigrantes que sistematicamente tem suprimido a palavra intercultural de seus documentos oficiais. Isso pode ser observado, por exemplo, na Agenda Europeia da Imigração (COMISSÃO EUROPEIA, 2015), na mudança da ênfase do Alto Comissariado português do "diálogo intercultural" para a problemática das migrações (o que inclui o novo ciclo emigratório português) e, no caso da Espanha, a não continuidade dos planos de Convivência Social e Intercultural cuja última edição ocorreu em 2012.

Esse recuo ocorre em meio a vários casos de conflitos sociais e políticos envolvendo imigrantes, como o caso do naufrágio próximo à ilha mediterrânea de Lampedusa em 2013 com cerca de 500 imigrantes que tentavam entrar na Itália, e que resultou na morte de 300 pessoas por afogamento. No mesmo ano, na França, uma garota cigana de origem romena foi detida durante uma excursão escolar e, poucos dias depois, foi expulsa do país juntamente com seus familiares. No início de 2014, por sua vez, foram registradas cerca de 15 mortes de imigrantes provocadas por balas de borracha disparadas pela Guarda

Civil Espanhola que tentava impedir um grupo de imigrantes de chegar a nado à Mellila e à Ceuta, duas cidades autônomas da Espanha encravadas em Marrocos.

Essas tragédias demonstram que, por mais que a ideia de diversidade tenha mudado no último século, ela ainda envolve questões políticas, econômicas, legais e culturais que estão longe de serem resolvidas. De qualquer modo o debate conceitual, teórico e político sobre interculturalismo, quando comparado ao significado teórico e prático do assimilacionismo, produziu um alargamento da compreensão e das estratégias oficias em face à diversidade cultural. Os próximos anos deverão ser ricos quanto aos seus desdobramentos.

Apontamentos finais

Como dito inicialmente, esse artigo não tinha como pretensão esgotar o debate sobre a interface entre imigração e diversidade. Nem do ponto de vista espaço-temporal e nem das múltiplas e amplas possibilidades analíticas e teóricas. Procurei contribuir para a compreensão dessa importante problemática a partir do esforço de pensar em que circunstâncias, como e por quem, a diversidade foi produzida nos três contextos analisados. De um modo geral, verificou-se que os atores sociais permaneceram praticamente os mesmos. As mudanças mais significativas estão relacionadas às normas sociais, políticas e econômicas e às configurações de poder que resultaram das diferentes capacidades de intervenção desses atores na produção da diferença.

No primeiro período, os imigrantes viveram uma condição secundarizada seja economicamente, seja pelas teorias que explicavam a diversidade a partir de perspectivas centradas em hierarquias sociais e raciais, como a eugenia, que explicavam e, ao mesmo tempo justificavam, um contexto profundamente hierarquizado e centrado nas figuras do homem, ocidental, branco, empresário. São essas as normas que produziram as ideias de imigrantes desejados e imigrantes não desejados. A diversidade era algo para ser eliminado e a diferença deveria ser homogeneizada a partir das concepções hierárquicas e

hierarquizantes. Como responsáveis por reforçarem a diversidade no seio dos Estados nacionais, o destino dos imigrantes era ser integrados e, quando não possível, cercados e controlados, e se mesmo assim se mantivessem como ameaça, eliminados. Nesse primeiro período, portanto, a diferença foi produzida, sobretudo, como desigualdade.

No segundo período, em grande parte como resultado das atrocidades infringidas contra os diferentes, até então vistos como inferiores, há mudanças significativas no campo normativo. Os fluxos migratórios, entre eles os produzidos pelo processo de descolonização da África e Ásia, voltaram a fazer parte do cenário mundial. No campo econômico, paralelamente, o capitalismo consolidava-se sob a forma financeira e a emergência da Guerra Fria deu origem ao Estado-Providência capitalista que garantiu um conjunto significativo de direitos e de bem-estar aos trabalhadores que viveram sob sua "proteção". As mudanças normativas mais importantes vieram do campo científico e das formas de organização política. No primeiro caso, produziu-se uma revisão profunda das teses sobre a diversidade cultural por meio da qual se combateu o etnocentrismo e se propagou o relativismo cultural que critica profundamente a ideia de assimilação. No segundo, a emergência dos chamados novos movimentos sociais renovou na forma e no conteúdo as práticas políticas e as demandas por novos direitos.

O multiculturalismo, por sua vez, se revelaria altamente ambivalente. O artigo demonstrou, nesse sentido, que, ao mesmo tempo, o multiculturalismo serviu de referência para a elaboração e implantação de políticas de integração dos imigrantes por caminhos distintos e críticos em relação ao assimilacionismo predominante do período anterior; e, também, representou um novo caminho para a construção de fortalezas identitárias, inclusive por grupos não hegemônicos.

Por fim, no terceiro período, como resultado do giro político resultante do aumento da centralidade do consumo, seja no campo econômico, seja no político ou no cognitivo, e da intensificação de fluxos imigratórios, observa-se, por um lado, o fortalecimento das formas "grupistas" e despolitizadas de multiculturalismo e, por outro, o in-

terculturalismo, emerge seja como chave analítica, seja como expressão de novas práticas de integração apontando para o alargamento dos territórios físicos e simbólicos da interseção e trocas culturais, com grandes potenciais para a produção de novos direitos e para uma cidadania transnacional que podem expressar novas configurações da diversidade.

Referências bibliográficas

BASTIDE, Roger. (1973), *Brasil*: terra de contrastes. 5. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro.

BAUMAN, Zygmunt. (2005), *Identidade*: entrevista a Benetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

_____. (1999), *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. (1998), *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. (2008), *Vida para consumo*. Petrópolis: Vozes.

BERRY, John. W. (2013), Intercultural Relations in Plural Societies: Research Derived from Multiculturalism Policy. *Acta de Investigación Psicológica*, v. 3, n. 2, p. 1122 - 1135.

BOBBIO, Norberto. (1997), *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: editora campus.

BROMBERG, Howard. (S/D), Immigration Act of 1882. Disponível em: ≤http://immigrationtounitedstates.org/584-immigration-act-of-1882.html>. Acessado em 14/11/2016.

COMISSÃO EUROPEIA. (2015), "Agenda Europeia da Imigração. Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comitê económico e social Europeu e ao Comité da Regiões." Bruxelas.

CASTELLS, Manuel. (1999), *O poder da identidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

CANCLINI, Nestor. G. (2008), *Consumidores e cidadãos*. 7. ed. Rio de Janeiro: UFRJ.

_____. (2007), *Diferentes, desiguais e desconectados*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ.

ELIAS, Norbert. (2005), *Introdução à sociologia*. Lisboa: Edições 70.

ENNES, Marcelo A. (2006), Imigração e direitos na região noroeste paulista. *Estudos de Sociologia*, Recife, v.12, n.1.

_____. (2013), Interacionismo simbólico: contribuições para se pensar os processos identitários. *Perspectivas*: Revista de Ciências Sociais (UNESP. Araraquara. Impresso), v. 43, p. 63-81.

_____. (2010b), Imigração, identidade e estado nacional em dois tempos. *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 17, n. 24, p. 71-90, dez.

_____. (2010), Imigrantes, cirurgias plásticas e poder em dois tempos: contribuição para uma hipótese de pesquisa. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, , v. 41, nº 2, jul/dez, p. 163-174.

_____. (2001), *A construção de uma identidade inacabada*: nipo-brasileiro no interior do Estado de São Paulo. São Paulo: UNESP.

_____. (2008), "Estudos culturais e os marcos conceituais das identidades". In: GOMES, C.M., ENNES, M.A. *Identidades teoria e prática*. São Cristóvão, SE: Edufs.

_____; MARCON, Frank. N. (2014), Das identidades aos processos identitários: repensando conexões entre cultura e poder. *Sociologias* (UFRGS. Impresso), v. 16, p. 12-34.

FAUSTO, Boris. (ORG.), (1999), *Fazer a América.* São Paulo: Edusp.

FONSECA, Maria. Lucinda. (S/D), "Imigração, diversidade e novas paisagens étnicas culturais". Disponível em < http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Col_Percursos_Intercultura/2_PI_Cap2.pdf>. Acessado em 29/07/2015.

GIDDENS, Anthony. (1997), "A vida em uma sociedade pós-tradicional". In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. *Modernização reflexiva*: política, tradição e estética na ordem social moderno. São Paulo: UNESP. p. 73 – 133.

GUSMÁN, Hilda. C. (2001), La sociedad multiétnica. Pluralismo, multiculturalismo y extranjeros, de Giovanni Sartori. *Sociológica*. Año 16, número 47, p. 279 – 286. Sept./Dec.

HALL, Stuart. (2002), *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A.

_____. (2009), *Da diáspora*: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Humanitas.

INNERARITY, Daniel. (2003), "Políticas de la identidad". In: SAMPEDRO, V., LLERA, M. (eds.). *Interculturalidad*: interpreter, gestionar y comunicar". Barcelona: Edicions Bellaterra, 2003. p. 69 – 80.

KLEIN, Hebert S. (2000), "Migração internacional na história da Américas". In: FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. São Paulo: Edusp. p. 13 – 31.

MATTELART, Armand., NEVEU, Éric. (2004), *Introdução aos Estudos Culturais*. São Paulo: Parábola Editorial.

MEER, Nasar; MODOOD, Tariq. (2012), How does interculturalism contrast with multiculturalism. *Journal of Intercultural Studies*. V. 33, n. 2. Apr. p. 175 – 196.

ONU. (2013), "Trends in International Migrant Stock: The 2013 revision" (United Nations database, POP/DB/MIG/Stock/Rev.2013). Disponível em: <http://esa.un.org/unmigration/migrantstocks2013.htm?mtotals

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FERNART, Jocelyne. (1998), *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: Editora Unesp.

RAMOS, Natalia. (2008), "Migração, aculturação e saúde". In.: RAMOS, Natália (org.). *Saúde, migração e interculturalidade*. João Pessoa: Editora UFPB.

_____. (2010), "Interculturalidade e alteridade: dinâmicas, contextos e políticas". In.: SERAFIM, José Francisco, TOUTAIN, Lídia Brandão, GEFFROY, Yannick. *Perspectivas em informação visual*. Salvador, BA: EDUFBA. p. 27-56.

_____. (2007a), "Interculturalidade, Educação e Desenvolvimento. O caso das crianças migrantes". In: BIZARRO, Rosa (org.). *Eu e o Outro*: Estudos Multidisciplinares sobre Identidade(s), Diversidade(s), e Práticas Interculturais. Porto: Areal Editores. p. 367-375.

_____. (2007b), Sociedades multiculturais, interculturalidade e Educação: Desafios pedagógicos, comunicacionais e políticos. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Coimbra, Universidade de Coimbra, Ano 41-3, p. 223-244.

_____ (org.). (2008a), *Saúde, Migração e Interculturalidade.* João Pessoa: EDUFPB.

_____(coord.). (2008b), *Educação, Interculturalidade e Cidadania.* Bucareste: Milena Press.

_____. (2011), "Educar para a interculturalidade e cidadania: princípios e desafios". In: L. ALCOFORADO et al. *Educação e Formação de Adultos*: Políticas, Práticas e Investigação. Coimbra: Ed. da Universidade de Coimbra, pp. 189-200.

ROMERO, Carlos. G. (2003), Pluralismo, interculturalismo e interculturalidad. Propuesta de clarificación y apuntes educativos. *Educación y Futuro*: Revista de Investigación Aplicada y experiencias educativas. n. 8, 4, p. 9 -26.

SAID, Edward W. (2007), *Orientalismo*: o oriente como invenção do ocidente. São Paulo: Companhia das Letras.

SANTOS, Boaventura. S. (1999), *A construção multicultural da diferença*. Coimbra: Oficina do CES. N. 135. Janeiro.

_____. (2013), *Pela mão de Alice*: o social e o político na pós-modernidade. 9. ed. Coimbra: Almedina.

SAPONOTÍCIAS. (2015), Campos de concentração para japoneses, o lado sombrio dos EUA na II Guerra Mundial. "Sapo Notícias", Lisboa. Disponível em: < http://noticias.sapo.cv/info/artigo/1449978.html>, acesso em 06/12/2016.

SCHWARCZ, Lilia M. (1993), *O espetáculo das raças*: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870 – 1930. São Paulo: Companhia das Letras.

TRUZZI, Oswaldo. M. S. (1997), *Patrícios*: Sírios e libaneses em São Paulo. São Paulo: Hucitec.

UNESCO. (1970), *Raça e Ciência*. Vol. 1. São Paulo: Perspectiva.

_____. (1972), *Raça e Ciência*. Vol. 2. São Paulo: Perspectiva.

UNFPA. (2008), Annual Report. Disponível em: <http://www.unfpa.org/about/report/2008/en/ch6.html>. Acesso: 21/3/2012.

WOODWARD, Kathryn. (2000), "Identidade e diferença: uma introdução teórica conceitual". In: SILVA, Tomaz Da Silva (org.). *Identidade e diferença*: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes.

Revista Brasileira de Sociologia | Vol. 04, No. 08 | Jul. Dez, 2016
Artigo recebido em 30/06/2016 / Aprovado em 08/11/2016
http://dx.doi.org/10.20336/rbs.173
10.20336/rbs.173

O Gênero da Posse da Terra: um estudo sobre o poder de negociação de mulheres titulares de lotes via reforma agrária

Maria Luiza Duarte Azevedo Barbosa*
Débora F. Lerrer**

RESUMO

Ocupar terras, ser assentada via política de reforma agrária e ser titular do lote é um fato que raramente ocorre na trajetória da maioria das mulheres do campo. Este estudo, com pesquisa realizada no Assentamento Santa Rosa/Córrego das Posses, localizado na região do Vale do Mucuri em Minas Gerais/Brasil, teve como foco verificar se e como o direito e a posse da terra reposicionam as mulheres em âmbito doméstico e público, isto é, se conferem a elas maior poder de barganha. A literatura aponta que a construção de igualdades reais para as mulheres rurais está vinculada à conquista da posse da terra. O caso estudado apontou que a posse influencia as possibilidades de negociação das mulheres, mas, sobretudo, quando é operada concomitantemente a outras dimensões, como a renda, divisão sexual do trabalho, relações sociais e família.
Palavras-chave: relações de gênero; posse da terra; assentamento.

* Mestre em Ciências Sociais, Agricultura e Sociedade pelo CPDA/UFRRJ e bacharel em Administração pela UFSJ. Atualmente compõe a equipe da Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa (CAPINA) como técnica de projetos.

** Doutora em Ciências Sociais, Agricultura e Sociedade com passagem pela EHESS (École des Hautes Études en Science Sociale), em Paris, com apoio da Capes. Professora e Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA/UFRRJ. Fez Mestrado na Escola de Comunicação e Artes da USP e Pós-Doutorado no Programa de Políticas Públicas e Formação Humana, na UERJ.

ABSTRACT

THE GENDER OF LAND TENURE: A STUDY ON THE POWER OF NEGOTIATION OF WOMEN WHO HOLD TITLE OF THE LAND VIA LAND REFORM POLICIES.

Occupying, settling on the basis of agrarian land reform policies, and holding title of the land are not common facts in the trajectory of most rural women. This research examines if and how having rights to land leads to changes in the bargaining power of women, both domestically and in public sphere. The fieldwork was carried out in the Settlement Santa Rosa/Córrego das Posses, in the Mucuri valley, Minas Gerais. The case under study shows that such rights influence the capacity of women for negotiation, particularly when combined with changes in other dimensions, such as income, the sexual division of labor, social relations, and the family.
Keywords: gender relations; land tenure; settlement.

Apontamentos sobre o acesso das mulheres à terra via reforma agrária

O ponto de partida deste estudo[1] foi refletir se o direito e a posse da terra ampliam o poder de negociação das mulheres em âmbito público (sociedade) e privado (famílias), dialogando com o estudo de Carmen Deere e Magdalena León (2002). Neles, as autoras apontam que a "terra" é uma importante "barganha", pois além de ser considerada como um bem econômico material, que proporciona segurança econômica, pode significar bem-estar e garantia de liberdade e dignidade. Elas argumentam que o acesso à terra aumenta a possibilidade de produção, acesso a crédito, assistência técnica, informação e participação em diferentes espaços políticos, sendo elemento essencial na construção de igualdades reais entre homens e mulheres camponeses.

1 Pesquisa desenvolvida para elaborar a dissertação de mestrado concluída em 2014, sob orientação de Débora F. Lerrer: "O Gênero da Posse da Terra: um estudo sobre o poder de negociação das mulheres titulares de lotes no assentamento Santa Rosa/Córrego das Posses, em Minas Gerais", no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Outra referência teórica sobre essa temática é Bina Agarwal (1997) que chama atenção para o fato de que a posse da terra é uma das vias centrais do acesso ao poder de negociação. Desde a instituição da propriedade privada, a mulher, por ser mulher, foi excluída do acesso e do direito à posse. Agarwal (apud DEERE e LEON, 2002) trabalha com o conceito de "direitos efetivos" à terra, o que inclui o "direito legal", além do "reconhecimento social" perante à comunidade, como também o "controle efetivo" sobre a terra. Segundo a autora, esses três fatores da relação com a terra podem coexistir, mas também podem existir separadamente, o que, portanto, não garantiria a igualdade de gênero[2].

Baseando-se nessa perspectiva, Deere e Leon (2002) expõem a diferença da "igualdade formal" para a "igualdade real": enquanto a primeira refere-se à igualdade de direito, a segunda o faz em relação aos "resultados", abrangendo tanto a igualdade econômica como as dimensões simbólicas da vida social. Relacionada a isso está a igualdade de oportunidades, que basicamente significa dar condições a homens e mulheres de terem os mesmos pontos de partida (igual acesso à educação, emprego, assistência médica, circulação por espaços públicos, entre outros) (IBID.).

Segundo Deere e Leon, as principais possibilidades de acesso à terra, como herança, mercado e política de distribuição das terras, expressam a desigualdade de gênero no contexto latinoamericano. Além disso, quando as mulheres são proprietárias de terra, na maioria das vezes, os lotes ou parcelas são menores em relação aos dos homens (IBID.).

2 Entendendo tal categoria segundo Joan Scott, como uma conexão entre duas proposições: "o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único (SCOTT, 1989, p. 21).

No Brasil, o Censo Agropecuário de 2006 indicou que dos "4.367.902 estabelecimentos da agricultura familiar[3] pouco mais de 600 mil estabelecimentos familiares (13,7%) eram dirigidos por mulheres, enquanto na agricultura não familiar essa participação não chegava a 7%", segundo o IBGE (*apud* NOBRE, 2012, p. 43).

No âmbito da reforma agrária, forma de acesso à terra que interessa a esse trabalho, os homens são os principais beneficiados. O I Censo da Reforma Agrária de 1996 e 1997 indicou que apenas 14.460, ou seja, 12,6% de mulheres beneficiárias tinham a titularidade do lote. Enquanto a titulação masculina era de 98.749, ou seja, 85,9% dos beneficiários da política (MELO, SABBATO, 2010). Supõe-se que o Estado estaria contemplando todas as pessoas da família sob o princípio de generalidade do papel do homem. Nessa perspectiva, um dos principais trabalhos das feministas, nas últimas décadas, foi destacar que a família é antes caracterizada pela hierarquia e desigualdades do que pela igualdade. Beneficiar os homens chefes de família não significaria, portanto, favorecer as mulheres e os filhos em igualdade (DEERE e LEON, 2002).

A titulação conjunta foi uma conquista baseada nessa reflexão e se tornou um importante meio pelo qual a mulher tem obtido acesso à posse, sem excluir o homem. A partir dos estudos em países da América Lática, Deere e Leon (IBID.) defenderam conclusivamente que a titulação conjunta de terras implica maiores conquistas para as mulheres, de modo que, em números, é a forma de acesso à terra que mais tem beneficiado as mulheres.

Torna-se ainda importante chamar a atenção para o fato de que os principais direitos de propriedade da terra para as mulheres no Brasil são consequência da participação das trabalhadoras rurais em organizações sindicais, no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

3 "O estabelecimento foi considerado agricultura familiar quando simultaneamente respeitava o limite de área de quatro módulos fiscais (fração no caso de produtores comunitários), a direção era realizada pela família, a força de trabalho familiar era superior a contratada e a renda provinha principalmente das atividades do estabelecimento" (NOBRE, 2012, p. 43).

(MST) e no Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR). A partir da década de 1980, as ações das mulheres nos sindicatos e nos movimentos se fortaleceu e a tônica das reivindicações foi o acesso à propriedade e aos direitos trabalhistas. Com a Constituição de 1988, as mulheres conquistaram o direito legal à propriedade e a possibilidade de titulação conjunta para as terras distribuídas via reforma agrária. Todavia, por ser uma possibilidade legal ao invés de obrigatoriedade, tal direito não foi implementado até o ano de 2000.

Segundo Anita Brumer e Grabriele dos Anjos (2010), em 2001 o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) fez algumas mudanças nas normas de seleção de beneficiários pela reforma agrária para melhorar o acesso das mulheres, alterando alguns dos seus procedimentos administrativos para uma perspectiva de igualdade de gênero (Resolução de n°6 de 22 de fevereiro de 2001). Para as autoras, essa mudança reflete o reconhecimento de que o acesso à terra e à titulação conjunta são mecanismos importantes para que as mulheres assentadas tenham maior poder de barganha, não só dentro de casa, mas também externamente, na sociedade. Todavia, chamaram a atenção para que a política de redistribuição de terra seja acompanhada por outras, que garantam às mulheres renda.

Em 2003, foram também implantadas outras ações voltadas para minimizar a exclusão social das mulheres do campo, como efetivar os direitos à propriedade da terra, ampliar e qualificar o acesso ao crédito, fortalecer a participação das mulheres nos espaços de decisão e sua capacidade de gestão. Além disso, foi criada a "Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres", vinculada ao MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário)[4], e tornou-se obrigatória a titulação conjunta das terras distribuídas a casais. Por exemplo, no caso de separação, a mulher fica com a terra (se esta tiver a guarda dos filhos), e

4 Responsável pela implementação da política agrária e de diversas políticas agrícolas voltadas para a agricultura familiar, o MDA foi extinto, tornando-se uma secretaria vinculada à Presidência da República, no mês de maio de 2016, logo que o vice-presidente interino, Michel Temer, tomou posse da Presidência da República com o afastamento da presidente eleita Dilma Roussef.

as famílias chefiadas por mulheres cadastradas no INCRA terão prioridade na ordenação do sistema de classificação de beneficiárias(os), segundo Andrea Butto e Karla Hora (2010).

Olhares para o Assentamento

Em diálogo com essa literatura que tem se debruçado sobre as relações de gênero no campo e investigado se e como a posse da terra é um elemento que impacta nessa dinâmica, realizamos um estudo de caso[5] no assentamento Santa Rosa Córrego das Posses, localizado na cidade de Itaipé, no Vale do Mucuri – Nordeste de Minas Gerais. A pesquisa de campo se desenvolveu, aproximadamente, por três meses não sequenciais. A coleta de dados articulou observação participante e entrevistas semiestruturadas, realizadas no assentamento e na região de seu entorno. Também foi feita análise de documentos relativos ao assentamento na sede regional do INCRA, em Belo Horizonte.

O Assentamento é fruto da luta pela terra, realizada por trabalhadora(e) s rurais, com o apoio do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) de Teófilo Otoni, da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). As famílias assentadas realizaram sua primeira ocupação em 1988. Depois de dois despejos bastante violentos, em 1992 o Assentamento foi criado mediante um acordo firmado entre as organizações citadas acima. As terras circunscritas atualmente pelo Assentamento eram duas fazendas (Santa Rosa e Córrego das Posses) improdutivas que foram compradas por meio das verbas de

5 Tal método é uma opção interessante, segundo Bent Flyvbjerb (2006), visto que possibilita uma profundidade analítica para compreender determinados fenômenos presentes em um grupo específico e verificar como variam dentro do caso. Ainda, segundo o mesmo autor, permite que as histórias sejam contadas em complexidade, desdobrando muitas delas de diferentes lados, às vezes conflitantes caso contadas em sua diversidade. A metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa foi de base qualitativa, que abre a possibilidade de qualificar os indivíduos, as relações cotidianas e a complexidade dos processos envolvidos (BECKER, 1993).

subvenção social[6] destinadas a uma deputada e a um deputado estadual do Partido dos Trabalhadores (PT) de Minas Gerais e por títulos da dívida pública. Posteriormente, a área foi assumida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) do estado para formalizar o assentamento e dar assessoria às/aos moradora(e)s.

O Assentamento tem área total de 720,9 hectares, existe há 24 anos e atualmente tem 49 famílias moradoras na área, sendo que, entre essas, 35 estão na Relação de Beneficiários (RB) do INCRA e possuem o Contrato de Concessão de Uso (CCU) das terras – em nome de um(a) integrante da família. Entre esse(a)s beneficiários(a)s titulares, oito são mulheres[7]. Nesse sentido, é importante destacar que os primeiros dez anos do Santa Rosa/Córrego das Posses são referentes ao período em que a política de reforma agrária brasileira não incorporava a dimensão de gênero. Os documentos de concessão de uso das terras desse período foram homologados em nome dos homens, embora neles haja referência se o beneficiado tem cônjuge ou não. No caso de ter, no verso do documento foi escrito o nome da mulher, contudo sem nenhuma indicação de que é o nome da esposa.

Neste trabalho, dialogamos principalmente com quatro mulheres deste assentamento – Joana, Paula, Rosa e Clara[8] – que são be-

6 As subvenções sociais são aquelas que se destinam a instituições públicas ou privadas, de caráter assistencial ou cultural, sem finalidade lucrativa. Elas visam fundamentalmente custear as despesas concernentes à prestação de serviços essenciais de assistência social, médica e educacional. As subvenções continuam regidas pelas disposições da Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964, que institui normas gerais de Direito Financeiro. Informações obtidas em: <http://goo.gl/aTtpBC>. Acesso em: 10 mai. 2013.

7 Torna-se fundamental pontuar que na área nenhum "título de domínio" foi emitido até os dias atuais, embora a(o)s assentada(o)s tenham o direito de entrar com o pedido no Instituto, sendo este "o instrumento que transfere o imóvel rural ao beneficiário da reforma agrária em caráter definitivo. É garantido pela Lei 8.629/93, quando verificado que foram cumpridas as cláusulas do contrato de concessão de uso e o assentado tem condições de cultivar a terra e de pagar o título de domínio em 20 (vinte) parcelas anuais". Disponível em: <https://goo.gl/Rl8GmV>. Acesso em: 12/10/2016.

8 Todos os nomes apresentados nesse artigo são fictícios, para preservar a identidade das(os) informantes. Trazemos informações mais aprofundadas de apenas 4 das 8 mulheres que possuem a posse da terra por conta da falta de tempo hábil de aprofundar o diálogo com as demais titulares de lote durante o trabalho de campo.

neficiárias titulares da concessão de uso da terra, para verificar se a posse da terra aumenta a capacidade de negociação delas. Pelo fato de tais mulheres não terem sido inicialmente titulares de lotes quando o assentamento foi criado, embora todas as quatro tenham participado da luta pela terra, foi interessante considerar as condições pelas quais elas adquiram o direito formal à terra e, a partir disso, verificar se a propriedade influencia a construção de igualdades reais.

No caso de Rosa, a posse da terra se deu porque seu primeiro marido a abandonou no lote ainda nos primeiros anos do assentamento com seis filha(o)s, levando todo dinheiro que tinham. Com a morte dele, a assentada recorreu ao INCRA, solicitando a emissão do documento do lote em seu nome. Para ela, a terra foi considerada um produto da luta, dos enfrentamentos e dos acampamentos. No entanto, o fato de o lote estar em "seu" nome foi relacionado a sua capacidade e habilidade de trabalhar na roça e coragem em permanecer na terra sozinha com a(o)s filha(o)s. Logo, ela remete isso a um momento difícil, de vulnerabilidade – ser mãe solteira no meio do mato –, visto que, de fato, não teve escolha, a não ser enfrentar o trabalho duro e permanecer na terra para que suas/seus filha(o)s não morressem de fome.

Nesse sentido, Rosa não relacionou a titularidade do lote a uma espécie de mérito de "sua" participação na luta ou a uma noção de reconhecimento como "mulher rural". Em outras palavras, quando ela foi para a ocupação com sua família e foi assentada, o título do lote foi emitido em nome apenas do seu falecido marido, o que não foi um "problema" para ela. Por outro lado, uma espécie de "injustiça" aconteceu quando foi abandonada e teve de assumir as responsabilidades pela(o)s filha(o)s sozinha.

Apesar da terra ter sido um elemento fundamental para enfrentar a situação de "marginalidade" imposta com a morte do marido, em suas narrativas, Rosa afirmou que a vida melhorou mesmo somente com o segundo casamento – com Gabriel –, que possibilitou a família se estruturar – vieram a ter uma casa, a produzir, não passar mais fome

e ter a segurança de um "homem" que protegesse suas/seus [agora] 12 filha(o)s, além dela própria. A terra, a despeito de ser o elemento material que deu condições a essa estruturação, em nível simbólico foi o casamento que significou dignidade e bem-estar. Na trajetória de Rosa, esses elementos se combinaram. Refletir sobre seu poder de barganha por meio da posse da terra conduz à incorporação de mais dois elementos: o trabalho e o casamento.

A questão da posse da terra envolve outras dimensões presentes na vida das assentadas, se refletirmos a partir do caso de Joana. Ela é uma assentada de segunda geração do Santa Rosa/Córrego das Posses e recebeu um lote por ser mãe solteira, viver na casa de seus pais, assentados em 1992, e ter participado da luta pela terra.

Quando Joana foi assentada, tinha recentemente se separado de um homem com quem teve um relacionamento marcado por violência e alcoolismo. Ela cuidava de dois dos seus quatro filhos, e com eles foi morar no lote, debaixo de um barraco de lona. Passaram por muita dificuldade, incluindo fome. Pouco tempo depois, ela se casou com Gaspar, um senhor separado que morava sozinho em uma área próxima ao Assentamento. Ele vendeu sua terra e foi morar no lote com ela. Com o dinheiro da venda da terra e da aposentadoria de Gaspar, Joana afirmou que conseguiram construir uma casa, investir na agricultura e compraram "umas vaquinhas" – que são apenas do marido. Em contrapartida ao investimento financeiro, Joana "dividiu" o lote com o companheiro. Atualmente, ela cuida da agricultura e da casa, enquanto ele trabalha com a pecuária.

Nesse caso, a terra em si foi acionada com uma barganha bem clara. Mas no decorrer de seu discurso percebi que é o acesso à renda que ocupa um lugar de destaque para que ela acesse bens materiais e tenha dignidade, negocie no ambiente público e no privado. Joana não abre mão de retirar de sua produção agrícola uma renda e de trabalhar "fora" de casa como doméstica (seja para outra(o)s assentada(o)s ou fora do assentamento), e com esse recurso investir no que considera importante para si, seus filhos e sua casa, muitas vezes sem consultar Gaspar.

Joana consegue acessar estes trabalhos "de fora" graças a sua rede de contatos. Ela é influente no assentamento, o que determina tanto as negociações em casa como na comunidade, pois esta rede de relações proporciona troca de mercadorias e informações. Dessa maneira, as dimensões do parentesco, da relação sexual e da renda foram evidenciadas no cotidiano de Joana como fundamentais para negociar.

Por reconhecer que Gaspar foi importante para que sua vida e a de seus filhos se estruturasse, Joana considera que a posse da terra é também dele. Todavia, esta na prática não é partilhada, mas dividida – cada um trabalha na sua parte e dentro "desta" possuem autonomia. Gaspar, por ser um senhor de idade avançada, não tem condições físicas de cuidar da agricultura e da pecuária sozinho e assim não disputa com a companheira os espaços do lote. Contudo, o ambiente externo é foco de conflitos, pois ele não gosta que ela trabalhe fora de casa.

Nessa perspectiva, Joana cotidianamente negocia com o marido suas "andanças" e seu trabalho externo fora da unidade doméstica, e não é raro ela fazer "greve de sexo" para garanti-los e mesmo para melhorar estruturalmente a casa. Mas, para além da terra, o que a assentada oferece a ele é uma família e cuidados com sua saúde, enquanto Gaspar é uma retaguarda importante por receber aposentadoria.

Outro caso especifico de como a mulher veio a ter a posse da terra é o de Clara, única assentada titular por herança. Quando ela voltou para o Santa Rosa/Córrego das Posses para assumir o lote que era do seu pai, estava casada e tinha quatro filha(o)s. Como participou da luta pela terra, os demais assentada(o)s não consideraram essa transição um problema e, assim, Clara tornou-se a titular do lote.

Embora afirme que cuide de toda a agricultura no lote e dos trabalhos domésticos, enquanto o marido trabalha com a pecuária, seu discurso indica que quem "manda" é seu companheiro. Ela falaa como se seu trabalho fosse inferiorizado, menor e uma espécie de "ajuda" se comparado ao do marido – que é monetarizado.

> P - Pra você faz diferença a terra estar em seu nome?
> Clara - Pode-se dizer que é ele quem manda, porque ele que planta, cuida, mexe com criação...
> P - Mas você não acabou de falar que você que cuida da agricultura?
> Clara - Pois é, eu que cuido... Mas falo que é dele, porque ele compra criação pra ele e coloca aí. Cuida e tudo.
> P - A criação é dele ou é sua?
> Clara - É dele. Ele que comprou. Só que eu tinha dez cabeças de gado e ele vendeu. Falou que ia comprar outras para mim e até hoje (risos). Vendeu tudo. Mas eu não ligo pra isso, não. Tudo é para dentro de casa mesmo. Vai vender, o dinheiro é para dentro de casa, pra colocar na despesa, faz diferença nenhuma.

Em alguma medida, a posse da terra deve significar poder para Clara porque a comunidade a reconhece como a "assentada", enquanto no âmbito privado isso foi exposto de modo bem mais sutil. Essa configuração indicou que a posse formal da terra não foi relacionada às negociações que Clara realiza em casa, mas como é ela quem responde pela família perante a comunidade, esse status gera uma retaguarda que é conferida a ela fora do lar, o que pode incidir nas relações domésticas.

Outro caso de referência é o de Paula, que possui a posse da terra porque ficou viúva de seu segundo marido. Mãe de 6 filha(o)s adultos e avó, afirmou que um dos seus planos é se mudar para a área urbana de Itaipé após se aposentar, justamente para deixar a terra para seus filhos que, atualmente, vivem no Assentamento com suas famílias e não possuem lote. Nessa perspectiva, uma dimensão que incide nas negociações dessa mulher é a sucessão, e este processo está sendo pensado com igualdade de gênero, visto que pretende deixar a terra para filhos e filhas.

Nesse caso, a terra foi exposta como sendo "de sua família", e o título está em seu nome como resultado de sua viuvez, que não foi deseja-

da. Ela expôs que quis se casar novamente logo após o falecimento para não ser assediada por outros homens. De acordo com Paula, é melhor ter alguém para se "encostar", no sentido de ter "mais respeito" [9]:

> Paula - Eles ficam dando muito de cima da gente, então pra livrar deles tem que casar. Se for pra gente ficar solteira para os outros ficarem dando de cima da gente e depois sair falando, mesmo se a gente não gostar, não gostar muito do homem, a gente amparada é melhor que a gente sozinha (...). Pelo menos tem uma segurança dos outros não ficarem "bestando" com aquela palhaçada (...). Tem hora que é melhor caçar pelo menos um "toco" e encostar. Ficar encostada ali, que a gente tem mais respeito.

Neste caso, a capacidade de negociação foi "dita" como fortemente ligada ao casamento e à presença de um homem "marido" em sua vida. Este gera retaguarda, segurança, possibilidade de acesso e circulação.

Como vimos, as condições de negociação em âmbito rural sob a lente "posse da terra" são complexas, porque a "posse" não é um produto para essas mulheres, mas um processo relacional. Quando é acionada como elemento de reflexão, durante as conversas e entrevistas realizadas durante o trabalho de campo, trouxe consigo várias outras dimensões presentes na vida das mulheres, já que nosso olhar não é para a posse "em si", mas se e como ela reposiciona as mulheres. Além disso, a luta pela terra não foi o único fator acionado por elas para essa "conquista", que em alguns casos não foi necessaria-

9 Para se ter uma idéia da vulnerabilidade das mulheres rurais com relação a "assédios" de diversos matizes, de acordo com trabalho de Salvaterra (2016), as taxas de violência de mulheres rurais é mais alta do que aquelas verificadas nas áreas urbanas do Estado do Rio de Janeiro, o que é um dado espantoso quando se considera a dificuldade que elas têm de notifica-la Ou seja, mesmo que a maior parte da população do Estado do Rio de Janeiro se concentre em cidades e que, portanto, haja mais violência contra a mulher em termos absolutos na cidade, no campo há mais mulheres a cada 100.000 que foram vítimas de algum tipo de violência: 161,3/100.00 residentes do sexo feminino em zonas urbanas foram vítimas de violência e 202,9/100.000 residentes do sexo feminino em zonas rurais foram vítimas de violência entre os anos 2009 a 2014 (IBID., p. 65-66)

mente narrada com a noção de 'vitória'. O que foi comum a esses quatro casos é que a titularidade para a mulher se deu por conta da "não presença" do homem, situação que, de acordo com algumas narrativas, significou momento de muita vulnerabilidade.

Chamamos a atenção que no caso empírico apresentado fica evidente que, após as mulheres terem assumido o lote, uma nova configuração foi criada; apesar disso, a posse convoca outros elementos para relacionarmos ao que estamos nos referindo como capacidade de barganha e como ela ocorre, elementos tais como: parentesco, renda, trabalho, casamento, etc. Em outras palavras, no caso pesquisado a posse da terra é uma condição necessária, mas não é suficiente. A posse, ao ser imersa nas tradições e nas trajetórias, mostrou que foi uma possibilidade de alterar situações que marginalizaram as mulheres, ao mesmo tempo em que se reproduzia determinados costumes. Mais especificamente, ficou evidente que a posse formal do lote pode possibilitar para as mulheres a defesa e a busca de seus interesses, mas não de forma isolada.

Compreendendo que a propriedade e o controle sobre a terra talvez sejam fatores insuficientes para as reflexões sobre a capacidade de negociação das mulheres rurais, Agarwal (1997) apontou mais sete que incidem na arena doméstica, na comunidade, Estado e mercado, quais sejam: acesso a emprego ou outro meio de geração de renda, acesso a recursos comuns (como florestas e pastagens), acesso a sistemas de apoio sociais tradicionais externos (dentro da comunidade – amigos – ou com parentes), apoio do Estado, apoio de ONGs, normas sociais e percepções sociais sobre as necessidades, contribuições ou outros determinantes de merecimento.

Com base nos discursos das assentadas, e considerando as "pistas" da literatura, serão analisadas a seguir outras dimensões presentes no discurso das mulheres enunciadas junto à posse da terra.

Divisão sexual do trabalho no campo e as possibilidades de acesso à renda pelas mulheres assentadas

A divisão sexual do trabalho e as possibilidades de acesso à renda pelas mulheres no Santa Rosa/Córrego das Posses foram apresentadas relacionalmente pelos atores sociais. Possivelmente, essa vinculação seja decorrente do fato do conceito de "trabalho" atualmente ter uma conotação mais limitada, vinculado a uma "remuneração" pelo dispêndio de energia para realização de uma atividade específica.

Sobre a transformação capitalista, Maria Ignez Paulilo (2004) comentou que foi por meio desta que se tentou subordinar a sociedade ao mercado. A noção de "trabalho", por esse sistema, foi diretamente relacionada ao econômico, sendo que o econômico seria o "produtivo" e, nesse sentido, o trabalho "não produtivo" seria o realizado no espaço doméstico. Logo, a separação entre trabalho doméstico e produtivo no meio rural torna-se insuficiente, pois, como apontou a mesma autora, nesse contexto, a relação de produção e consumo está imbricada. Ademais, Paulilo (2004) ressalta que é um empobrecimento do termo "trabalho produtivo" ser associado apenas ao que tem "valor de troca", ou seja, a mercadoria, excluindo, por exemplo, o trabalho doméstico quando não é remunerado. Ou seja, só é trabalho o que se produz e tem valor de troca.

A maioria dos estudos que vieram a contribuir com a mudança do conceito de trabalho, como os realizados por Bruschini (2012), referenciaram-se na "mulher urbana"; porém, por significarem esforços em compreender o trabalho das mulheres de maneira relacional e ampliada, além de afirmá-lo como "trabalho", fornecem elementos interessantes também para as reflexões em meio rural. Nesse sentido, consideramos principalmente a definição de "trabalho doméstico" da autora, pois empreende ao conceito um conjunto de atividades na esfera material e simbólica.

> São eles (a numeração não significa ordenação ou hierarquia): 1) cuidados com a moradia familiar (limpeza, arruma-

> ção, cuidado de plantas, limpeza e manutenção de utensílios domésticos etc.); 2) alimentação e higiene pessoal, cozinhar, lavar utensílios, costurar, lavar e passar roupas); 3) prestação de cuidados físicos e psicológicos aos membros da família (cuidado com filhos, idosos ou dependentes); 4) administração da unidade doméstica (administração do patrimônio e das contas do domicílio e aquisição de bens de consumo); e 5) manutenção da rede de parentesco e de amizade (visitas, telefonemas e troca de presentes ou de pequenos favores, reforçando laços de solidariedade) (BRUSCHINI 1990, apud BRUSCHINI, 2012, p. 263).

Nesse sentido, expomos as abordagens de Bruschini (2012) e Heredia (1979) como complementares para esta pesquisa. Ao vivenciar o cotidiano de mulheres do Assentamento observamos que realizam as atividades "domésticas" ou as "relacionadas à casa", como as cinco apresentadas e explicadas por Bruschini (IBID.), e também os cuidados com os "animais do terreiro" (galinha, porco, cachorros, etc.) e as atividades ligadas à terra em volta da casa, como horta e árvores frutíferas, apresentada por Heredia (IBID.). Essas atividades dão conta de expressar a complexidade dos afazeres que algumas assentadas realizam e consideram como trabalhos domésticos[10]. As análises de Paulilo (1987), em seu trabalho "O peso do trabalho leve", convergem com a perspectiva de que as atividades da unidade familiar são desvalorizadas por ser a mulher o agente da ação. A autora conclui que nas áreas rurais o trabalho realizado pelas mulheres é considerado "leve" não pelo fato de ser menos desgastante, complexo ou nocivo, mas por ser a mulher responsável por realizá-lo. O trabalho leve é o menos valorizado social e economicamente, visto como secundário ao trabalho "pesado" do homem.

10 Não obstante, dizer que consideraremos trabalho doméstico este conjunto de atividades não significa afirmar que "todas" as mulheres que se disseram responsáveis pelo trabalho doméstico realizam todas essas funções.

Paulilo (IBID.) complementa que, no meio rural, mesmo que o trabalho considerado masculino e o feminino sejam nomeados diferentemente de "leve e pesado", se a mulher realizar o mesmo trabalho que o homem, na grande maioria das vezes será pior remunerada. Ela conclui, portanto, que o que determina o quanto se paga é, em suma, o gênero de quem recebe.

Heredia (1979), ao analisar a relação entre a unidade de produção[11] (roçado) e a unidade de consumo (casa) no meio rural, apontou que se configura uma relação estreita entre esses dois meios da vida cotidiana, e que as relações de gênero são fundamentais para a compreensão das atividades que as mulheres e os homens desenvolvem. A conclusão a que a autora chegou, de maneira geral, é que "a oposição casa-roçado delimita a área de *trabalho* e do *não-trabalho*, assinalando os lugares feminino-masculino relativos a essa divisão" (IBID., p. 79).

Em outras palavras, a casa é um espaço estritamente feminino; por conseguinte, o homem por ser o provedor, é quem exerce a autoridade, ou seja, existe a noção de que é o roçado (produção) que dá condições de existência ao consumo (casa), e, por isso, em última instância, quem define o funcionamento da casa é o chefe de família. Além disso, por mais que a mulher ou a(o)s filha(o)s realizem atividades no roçado, seu trabalho geralmente tem o caráter de "ajuda", pois é o homem quem controla as tarefas, mesmo quando essa "ajuda" ocorre em todas as funções desempenhadas no roçado.

As observações de Beatriz Heredia (IBID.), a partir de seu trabalho de campo na Zona da Mata de Pernambuco, são bastante convergentes com o que foi observado no Santa Rosa/Córrego das Posses. A maioria das assentadas realiza atividades na roça e também são inteiramente responsáveis pelos trabalhos na casa. Em grande parte das famílias, foi possível perceber que o trabalho que a mulher realiza na roça é realmente considerado como "ajuda", pois o homem é quem controla.

11 Heredia (1979) sobre a "produção" disse: "as tarefas desenvolvidas no roçado são consideradas como portadoras de um caráter determinado único: é o trabalho ligado a terra" (p.79).

No entanto, algumas delas deixaram claro que decidem, às vezes exclusivamente, sobre o trabalho na roça. Isso não quer dizer, consequentemente, que a autoridade em âmbito doméstico esteja nivelada entre o casal. E, menos ainda, que o homem e a mulher tenham acesso a rendas iguais, porque o trabalho na terra é uma das vias para se obtê-la.

No caso de Joana, por exemplo, mesmo ocupando a função de agricultora do núcleo familiar, é com o salário da aposentadoria de Gaspar que a família é mantida economicamente. Joana fez questão de delimitar qual parte do lote lhe pertence e qual é de direito do seu companheiro. Ela planta café, mandioca, cuida da horta e das galinhas, e o dinheiro que recebe, quando vende os produtos, cabe a ela gastar. Gaspar, seu companheiro, em sua parte prefere criar gado ou alugar seu pasto para fazendeiros da região. Todavia, como é aposentado, sua renda cobre os principais custos da família (alimentação, remédios, transporte, energia elétrica, etc.). Em suma, a mulher realiza o trabalho doméstico e na roça, é reconhecida como agricultora, mas a renda principal é proveniente do salário do homem. Esse caso, apesar de trazer elementos novos, fortalece o que as autoras chamaram a atenção, ou seja, que o homem é o "provedor" e é isso que constrói em grande medida a autoridade patriarcal.

Outro exemplo é o caso de dona Carminha, a moradora mais velha na área do Córrego das Posses[12]. Desde o início do assentamento, sua roça é separada daquela de seu companheiro. Ela planta mandioca, cana, feijão, horta e, além disso, cria porco e galinha. Seu companheiro tinha a roça com basicamente as mesmas culturas – exceto a horta. Ela fez questão de afirmar que cada um tem sua roça para que possam fazer o trabalho "de seu jeito", contudo ponderou que a roça do marido às vezes produz mais, porque ele "só" se dedica à roça, enquanto ela também cuida da casa.

Logo, mesmo que as mulheres exerçam atividade de produção com total autonomia e administrem a renda proveniente desse trabalho,

12 Nesse caso o documento de concessão de uso das terras está em nome de seu companheiro.

como são as "únicas" responsáveis pelo trabalho doméstico não conseguem ter, na maior parte dos casos, o mesmo "rendimento" do que os homens. Apenas o caso da família de Rosa abre uma exceção a essa "regra" no Assentamento. Tanto a assentada como seu companheiro, Gabriel, afirmaram que ele realiza também trabalhos domésticos. Em uma das vezes que estive no lote, ele disse: "eu trabalho a metade que ela trabalha e faço as coisas que ela manda". Além disso, em outro momento, declarou ter cozinhado durante um período que Rosa estava grávida, ao mesmo tempo em que trabalhava na roça e fazia a construção da casa em que vivem no lote.

A grande maioria da(o)s assentada(o)s afirmou que o serviço da casa é total responsabilidade da mulher, da "mãe" e/ou alguma "filha" adolescente. Joana expôs que por conta dessa sobrecarga algumas mulheres param de trabalhar na roça porque os homens não ajudam em casa, e pontuou não considerar "justo" a mulher fazer o serviço doméstico sozinha.

Dessa forma, apesar de existir exceções, de maneira geral o trabalho na roça – os ligados à terra e à criação de gado - é considerado masculino, e o trabalho doméstico – conjunto de atividades circunscritas à casa e ao entorno dela – é o "lugar da mulher". Essa divisão também está relacionada ao que é considerado "trabalho" e "não trabalho", como concluiu Heredia (1979). Um exemplo sobre isso foi a fala de Gaspar, companheiro de Joana, quando disse que são poucas as mulheres que "trabalham" no Assentamento, porque, além de não trabalharem na roça, as casas são pequenas e, por isso, têm "pouco serviço".

Sobre a possibilidade de trabalhar "fora" do Assentamento, são poucas as que procuram, sobretudo pela dificuldade de se ausentar da unidade doméstica, além de ser extremamente difícil encontrar trabalho nas áreas próximas. Quando as assentadas narraram ter trabalhado fora, geralmente foi como empregada doméstica em residências nas cidades ou como diarista em alguma fazenda da região. Situação diferente foi observada em relação aos homens, que, em sua grande maioria, têm o costume de ficarem períodos fora do Assentamento, trabalhando nas cidades, principalmente em obras de construção civil – a conhecida migração temporária.

A(o)s assentada(o)s que disseram ter melhores condições de vida, significando especialmente ter acesso a bens materiais (geladeira, fogão à gás, TV, água encanada, banheiro interno nas casas, entre outras coisas), vincularam essa situação à aposentadoria de um ou mais membros do grupo familiar. Tal é o caso de Joana que, após se casar com Gaspar, aposentado, afirmou: "Graças a Deus as coisas melhoraram pra gente, não por causa do INCRA, mas porque Gaspar é aposentado. Se não fosse por ele estávamos passando fome até hoje". Como no Assentamento existe um contingente grande de pessoas de mais de 70 anos, o salário da aposentadoria talvez seja a principal renda para a metade das famílias da área

Se aposentadoria é a renda mais elevada de uma/um assentada(o), e por isso muito significativa, a maioria das mulheres se referiu à renda que obtêm pelo programa "Bolsa Família"[13] de forma mais entusiasmada por ser um benefício que poder conferir a "elas" responsabilidades pelo núcleo familiar[14].

> Joana - Graças a Deus depois que saiu a Bolsa Família ajudou a gente demais (...). As coisas melhoraram, pois a gente pode comprar um caderno pro filho da gente e uma comida. Meu bolsa família em um mês era R$15,00 noutro era R$30,00, por conta do vale gás. O Bolsa Família começou com Fernando Henrique, chamava Bolsa Escola. Depois que Lula entrou que ampliou. Agora nós mulheres recebemos por criança, pois a gente passava muito aperto.

13 "O Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria, que tem como foco de atuação os 16 milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R$ 70 mensais e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos. Disponível em: <http://goo.gl/0WV7>. Acesso: 27 jan. 2014.

14 De acordo com o Art. 23-A. do Decreto do Programa. "O titular do benefício do Programa Bolsa Família será preferencialmente a mulher, devendo, quando possível, ser ela previamente indicada como responsável pela unidade familiar no ato do cadastramento. (Incluído pelo Decreto nº 7.013, de 2009). Disponível em: <http://goo.gl/7pzGWk>. Acesso: 27 jan. 2014.

A pesquisa de Maria Mercedes Rabelo (2011), "Redistribuição e Reconhecimento no programa Bolsa Família: a voz das beneficiarias", traz observações sobre o uso desse dinheiro pelas mulheres do Rio Grande do Sul que são muito próximas das narradas pelas assentadas do Santa Rosa/Córrego das Posses. A maioria das mulheres usa o recurso para alimentação e compra de bens, como roupas, calçados, material escolar para os filhos, gás, etc. – da mesma maneira que as beneficiárias do Bolsa Família no Assentamento. Destaca-se, ainda, que a estabilidade que o dinheiro proporciona possibilita a elas realizar algum tipo de planejamento. Ao comentar sobre o Programa, as assentadas disseram que é pouco dinheiro, mas é bom por ser "recebido todo mês".

A mesma autora concluiu que o Programa tem contribuído para a construção e ampliação da "noção de ter direitos", "a política redistribuitiva produz impactos tanto do ponto de vista material quanto simbólico" (IBID., p 259). Destacou também que, apesar de o Bolsa Família não ser uma "política de gênero", a transferência de renda à mulher pode inicialmente promover mudanças nas relações de poder, implicando em relações mais igualitárias entre homens e mulheres. A partir do momento em que uma mulher dispõe de uma renda estável para si e para seu filho, há a possibilidade de um certo grau de empoderamento.

O programa Bolsa Família beneficia a grande maioria das mulheres do Santa Rosa/Córrego das Posses. Segundo Joana, quem não é cadastrada recebe aposentadoria. A única assentada que tem filha(o)s e não recebe é Rosa, visto que seu núcleo familiar recebe duas aposentadorias – uma de seu pai e outra de um filho que possui necessidades especiais –, ultrapassando a renda que é considerada carência.

Além de possibilitar o acesso das mulheres assentadas a bens essenciais, o Bolsa Família tem contribuído para uma espécie de "recrutamento" das assentadas. A convocação para reuniões e participação em projetos sociais da prefeitura de Itaipé tem se baseado no cadastro das famílias que são beneficiadas pelo Programa, como um critério de carência, segundo as assentadas. Este "recrutamento" das "mães" pode vir a gerar processos que permitam a inserção política das mu-

lheres em espaços que até então não tinham acesso. Em outras palavras, pode contribuir diretamente com outras esferas que compõem a vida das mulheres, para além da econômica, o que não é previsto por esta política.

Portanto, entre as possibilidade de acessar renda para a maioria das mulheres assentadas, tem destaque o Programa Bolsa família – ou seja, o apoio do Estado. Além disso, há a aposentadoria, comercialização dos produtos agrícolas e trabalhos remunerados externos ao lote[15], este último ocorrendo em pouquíssimos casos. A renda, para essas mulheres, possibilita que acessem o que desejam - bens materiais e simbólicos - como utensílios e equipamentos para casa, alimentos, roupas, produtos de higiene e beleza, brinquedo para a(o)s filha(o)s, deslocamentos ou passeios, diálogos por telefone, investimento na agricultura ou criação de animais, ajudar a(o)s amigos e vizinha(o)s, dar o dízimo para a Igreja.

Esse acesso proporcionado pela renda está ligado, em certa medida, à divisão sexual do trabalho. Se a mulher trabalha estritamente em âmbito doméstico, será difícil conseguir uma renda própria. Mas, ao mesmo tempo, isso não significa que ao ocupar os ambientes de produção na roça, ela vá obter uma renda ou poderá decidir sobre a renda do grupo familiar. Um exemplo que contribui para visualizar como a renda pode ser um elemento ordenador de posições é o caso de Clara. Apesar de ser responsável por toda a agricultura no lote, além de fazer os trabalhos domésticos, ela não possui outra fonte de renda a não ser o Bolsa Família. Como é apenas seu marido quem realiza as atividades que envolvem trocas monetárias (vendas, recebimentos e pagamentos) ela acaba por reafirmar a autoridade dele enquanto provedor da família.

Como vimos, entre as dimensões que as mulheres demonstraram ser importantes para analisarmos o que seja barganha, e como ela se dá em seus cotidianos, estão a renda e o trabalho. Todavia, para

15 Durante o campo, foram relatados pelas mulheres trabalhos externos realizados para fazendeiros, e algumas mulheres trabalham em campanhas eleitorais em Itaipé.

Agarwal (1997), é preciso fazer um esforço para que os fatores relacionados ao econômico não sejam sempre os enfatizados nos estudos sobre este poder de barganha das mulheres. A seguir serão descritos outros elementos enunciados nos discursos das assentadas que não estão diretamente ligadas ao econômico.

Casamento, filha(o)s, parentela e sistemas de apoio social

As relações sociais que são construídas para além das unidades domésticas contribuem para ampliar os olhares acerca das dimensões que condicionam, possibilitam e restringem as possibilidades de negociação das mulheres. Para expor algumas dessas relações, serão discutidos os vínculos consanguíneos, ou seja, as relações de parentesco[16], e também alguns espaços não institucionalizados onde as pessoas se encontram regularmente ou com certa frequência.

Em Santa Rosa/Córrego das Posses, os núcleos familiares estão vinculados, em sua maioria, a um grupo de parentesco, sendo que existem três famílias que se reproduziram predominantemente. Elas têm o maior número de pessoas porque durante as ocupações de terra o "patriarca" tinha um grande número de filha(o)s, a maioria jovens ou crianças. Posteriormente, eles cresceram na área e constituíam seu núcleo familiar na mesma. Quem não pertence a um grupo de parentesco é porque possivelmente foi para as ocupações de terra solteiro e sozinho e, ainda, teve poucos filhos quando já assentado.

Na obra "Impactos dos assentados: um estudo sobre o meio rural brasileiro", é salientada uma espécie de "capacidade" dos assentamentos em fortalecer laços de parentesco e construir grupos:

> Os assentamentos podem atuar, então, como mecanismos de recomposição das famílias, aproximando membros que ante-

16 Na obra "Herdeiros, Parentes e Compadres", de Ellen Woortmann (1995), o parentesco é considerado relevante para o entendimento da reprodução social do campesinato, seja como casamento ou como descendência, e se relaciona ao patrimônio territorial camponês.

> riormente se encontravam dispersos, possivelmente em função das dificuldades acarretadas pela necessidade de se inserir no mercado de trabalho, contribuindo para garantir a reprodução não apenas econômica, mas também e fundamentalmente social desse grupo de trabalhadores. Por outro lado, podem gerar novas pressões sobre a terra, na medida em que a agregação de novos membros pode intensificar o uso da terra no lote e favorecer a saída para outros lotes ou mesmo para novas ocupações de terra (...). A criação do assentamento impõe novas formas organizativas, muitas vezes implica rearranjo espacial de famílias, provoca a convivência com pessoas pouco conhecidas ou mesmo desconhecidas, reativando laços de solidariedade, desfazendo outros, formando grupos diferenciados e, por vezes, produzindo conflitos (LEITE, HEREDIA, MEDEIROS, *et al.*, 2004, p. 259).

Essa citação contribui para refletir sobre os "arranjos" observados durante a pesquisa de campo no Santa Rosa/Córrego das Posses. Embora a parentela não tenha sido um elemento exposto como um dinamizador social, proporcionando diálogo, circulação e encontros entre a(o)s assentada(o)s, foi possível perceber que a rede de parentesco atua construindo uma espécie de legitimação "invisível" das pessoas que compõem o grupo. Assim, não por coincidência a maioria das minhas principais informantes (entre elas, Paula, Joana e Rosa) fazem parte de um mesmo arranjo familiar. Os laços consanguíneos agiram como espécie de "guia" pelo Assentamento.

Todavia, pertencer a uma rede de parentesco não proporciona necessariamente a(o)s assentada(o)s apoio material e imaterial (psicológico, espiritual, afetivo etc). As relações sociais com esse caráter são construídas em outros ambientes, como nos grupos de oração (católica ou evangélica), nos jogos de futebol feminino, nos encontros nas vendas, nas reuniões na escola e cotidianamente com a vizinhança mais próxima, ajudando principalmente com doação ou trocas de alimentos.

Além disso, é importante pontuar que os grupos que identificamos são fluidos – ora são construídos por algumas pessoas, ora por outras; também podem ser excludentes de outros, como a "venda" e a Igreja evangélica, ou, por outro lado, fortalecer outro grupo. Como exemplos desse último caso, citamos o fato dos horários do treino do time de futebol feminino serem diferentes do grupo de oração católico para que elas possam conciliar as duas atividades. Há também algumas mulheres que se encontram no futebol e depois vão tomar uma "cervejinha" na venda. Também existe o caso de um grupo de oração católico composto por pessoas de dentro e de fora do Assentamento.

A maioria das mulheres geralmente participa de algum espaço de encontro regular, ainda que algumas tenham afirmado que preferem ficar a maior parte do tempo em ambiente privado, como uma forma de evitar fofocas, brigas e problemas. Nessa perspectiva, é interessante pontuar que possivelmente elas criaram mais possibilidades de circulação e diálogo do que os homens. Estes, na maioria, não frequentam os grupos de oração, não vão às reuniões na escola e não se encontram para realizar nenhuma atividade física ou de lazer com frequência. O principal espaço que os homens vão para se distrair é a venda durante à noite, espaço também frequentado pelas mulheres, mas em menor número.

De maneira geral, os relatos e as observações em campo indicaram que a parentela é um arranjo que confere uma legitimidade sutil para os membros e para as relações sociais construídas nesses grupos citados, onde a(o)s assentada(o)s circulam e se encontram com alguma regularidade, configurando-se como sistemas de apoio social, segundo Agarwal (1997).

Outros dois elementos expostos pelas mulheres titulares de lotes que não estão diretamente ligados ao econômico são o casamento e a maternidade. Em seus discursos, é perceptível a construção da legitimidade ou da maioridade da mulher quando ela se torna mãe. Um exemplo disso é a destinação de um lote para Joana, que era mãe solteira. Mesmo considerando que um dos requisitos para a titulação

seja a participação na luta pela terra, no caso de Joana, dificilmente ela teria sido beneficiada com um lote se fosse "sozinha".

Segundo a pesquisa de Sarti (1996), "a autoridade feminina vincula-se à valorização da mãe, num universo simbólico em que a maternidade faz da mulher, mulher, tornando-se reconhecida como tal, senão ela será uma potencialidade, algo que não se completou" (Ibid., p. 43). Mas ter filha(o)s também significa, principalmente para a mulher, a desvinculação da família de origem e o "direito" ao prazer sexual, visto que, segundo a pesquisa da autora, a reprodução legitima moralmente a sexualidade da mulher.

No assentamento, a possibilidade de reprodução e o exercício dela é importante para o que é compreendido como ser mulher. As mulheres mães com as quais conversamos expuseram direta ou indiretamente que desejavam ter filha(o)s, e as jovens que tive a oportunidade de perguntar consideram a maternidade uma experiência desejável. Por outro lado, o casamento foi exposto com algumas ressalvas.

Ainda que a grande maioria das mulheres assentadas com mais de 18 anos tenha pelo menos uma/um filha(o) e esteja casada ou amasiada, foi possível mapear casos de meninas que não desejam se casar. Uma delas, com 20 anos, disse não querer se casar por desejar sair do assentamento para estudar[17] – fatos que se excluem, segundo ela. Uma das filhas de Clara, então com 16 anos, diz não querer se casar e é apoiada pela mãe que demonstra reconhecer o casamento como uma escolha.

Todavia, de maneira geral, o casamento foi narrado pelas mulheres como o meio para se construir uma vida melhor, pois este pode implicar, entre outras coisas, ter uma casa própria onde se terá um pouco mais de autonomia. Paulilo (2000), expondo sobre o matrimônio no mundo rural, aponta que a mulher solteira, geralmente, tem mais chances de não ter uma vida "própria".

17 Essa garota relatou que tem um namorado e que ele deseja o casamento, assim como seus pais, mas que ela tem feito de tudo para não se casar. De acordo com a narrativa dessa jovem, se casar e ter filhos é a possibilidade de vida mais aceita para as jovens do assentamento e fazer diferente envolve desagradar às pessoas, principalmente sua família.

> O meio rural não é um bom lugar para as solteiras. RODRIGUES (1993), na sua leitura antropológica do celibato laico, camponês e feminino mostra como esta condição é constituída por *"recusas, retenções e negações"*. A solteira não tem direito a uma vida sexual nem a uma casa própria. Fica com os pais até que morram, depois mora de favor com irmãs ou cunhadas, ajudando nas lidas da casa, da roça e a cuidar dos sobrinhos (IBID., p.12).

No caso de Clara, constituir uma família significou mais que sua autonomia em relação à família de origem, mas, também, herdar o lote que era do seu pai. Embora tenha dito que recebeu o lote do pai por "ser trabalhadora", também é importante considerar que era a única filha que havia constituído uma família. Nesse sentido, ela possuía condições de cuidar da propriedade, enquanto seus irmãos ainda eram solteiros e não gostavam de trabalhar na terra. Provavelmente, o lote não seria propriedade de Clara atualmente se ela na época fosse solteira e não tivesse filha(o)s, mesmo sendo uma mulher trabalhadora.

O casamento também pode significar, para a mulher, segurança. Para Paula, uma mulher solteira é vulnerável. Seu caso é interessante porque ela possui recursos econômicos para sustentar a família, é titular da terra, tem a maioria de sua/seus filha(o)s morando próximo e, inclusive, tem um filho solteiro adolescente que mora com ela. Mesmo assim, justificou seu terceiro casamento para não ficar "desamparada", reconhecendo a importância de ter um companheiro mesmo que não seja o provedor de teto e alimento.

Para Joana e Rosa, a ausência do homem foi narrada enquanto relacionando-se a uma vulnerabilidade. Quando voltaram a ter marido, a presença deste foi relacionada a um momento em que a vida no lote começou a melhorar, especialmente no sentido de não faltar alimentos.

As contribuições do casamento, nesses dois casos, também podem ser identificadas em vários aspectos: na força de trabalho para realizar as atividades na roça, no carinho e cuidado com a(o)s filha(o)s, pela renda do companheiro que pode investir no lote e na

construção de uma casa, e na legitimidade moral que este confere à família, como na narrativa de Paula, para quem o homem representa um "guardião".

Por outro lado, as mulheres expressaram também rompimentos com o matrimônio, principalmente quando sofreram alguma forma de violência pelos seus companheiros. Paula, Joana e Rosa evitaram falar da relação com seus primeiros maridos, mas afirmaram que a separação se deu porque foram desrespeitadas. Ou seja, tanto o casamento como a separação são ações que se complementam, em certa medida, para a manutenção da família. A separação não anula a importância do "homem/ marido" para estas, visto que está entre as possibilidades delas a busca de outro que zele pelos membros e que ajude a bancar a alimentação e o bens materiais para o bem estar do núcleo.

Dessa forma, tanto o casamento como a(o)s filha(o)s são componentes importantes para elas serem reconhecidas como mulheres e é envolvendo principalmente o que consideram importante para a família que construíram suas possibilidades de trabalho, lazer, espiritualidade, relações sociais externas, entre outras coisas.

Considerações finais

Realizar esta pesquisa sobre as possibilidades de negociação das mulheres titulares de lotes no Assentamento Santa Rosa/Córrego das Posses, sob a lente de análise da "posse da terra", foi um exercício que indicou que ambos os conceitos, "barganha" e "posse", são processuais e relacionais. Nesse sentido, chamamos atenção para os caminhos pelos quais as mulheres vieram a ter a posse da terra para, posteriormente, considerarmos como esta aparece em seu cotidiano e é acionada para se obter o que se considera importante.

Os trabalhos de Deere e Leon (2002) e Agarwal (1997) são referências importantes, visto que articulam a posse da terra com o aumento de poder de barganha para as mulheres rurais. Além disso, indicam que outras dimensões podem interferir nesse processo, como: acesso a emprego ou outro meio de geração de renda, acesso a recursos co-

muns, acesso a sistemas de apoio sociais tradicionais externos, apoio do Estado, entre outras.

à luz dessas abordagens, identificamos que a posse da terra é estabelecida processualmente, não se concluindo apenas com a obtenção do direito formal. Lutar pela terra, adquirir um lote, não necessariamente inclui a posse da terra já que esta é, majoritariamente, masculina. A conquista de igualdade real não é dada apenas pela igualdade jurídica de gênero, mas se efetiva quando operam outros processos que "legitimam" as titulações individuais para elas, conferidos principalmente por relações de parentesco, ao desempenharem papéis de esposas, mães e filhas, ou pela condição de trabalhadoras. É importante afirmar que esses papéis são acionados quando se dá a ausência do homem, seja no papel de marido ou pai, o que evidencia o caráter patriarcal da posse da terra.

Nessa perspectiva, queremos chamar atenção para o fato de que, como a propriedade foi [é] um elemento negado à mulher por décadas, não ter o direito formal sobre este bem não necessariamente significa para elas uma injustiça. Em outras palavras, como o homem é visto como o representante legal da família, a titularidade do lote em nome dele no assentamento não representa um problema para elas. Essa configuração deve-se aos arranjos de poder vigentes em uma sociedade caracterizada, de acordo com Bourdieu (2011), pela dominação masculina, na qual mesmo a mulher possuindo direitos formais, não significa que tenha interiorizado este direito e compreendido o que seja tê-lo ou não. Logo, a posse vista como um processo e não como um produto, implica em considerar as trajetórias e negociações cotidianas – seja nos trabalhos domésticos ou na esfera pública - dessas mulheres.

No exercício de verificar como a posse dialoga com o poder de barganha, a compreendemos, também, como "relacional" a outras dimensões da vida dessas mulheres. Por exemplo, no que diz respeito à dimensão do trabalho, a posse possibilitou a desmistificação, em certo sentido, da noção de trabalho leve e pesado, visto que a titularidade sobre o lote pode ser acionada para viabilizar a autonomia

nos trabalhos realizados na roça, além daqueles circunscritos à casa. A posse também foi acionada por mulheres como autoridade para "dividir" os espaços de trabalho na terra. A posse relacionada a uma renda como a aposentadoria proporcionou, por exemplo, a possibilidade de colocar a terra à disposição dos membros da família, uma vez que gera uma retaguarda, e a terra é vista como necessária apenas para morar, mas não necessariamente para gerar renda. Assim, a "posse" é relacional não só a outras dimensões presentes na vida das assentadas, mas também às outras pessoas, principalmente aquelas que compõem a família.

A barganha ou a negociação, conceitos que têm o mesmo sentido nesse trabalho, significam, para estas mulheres, "o meio pelo qual se consegue" o que se valoriza e o que está na ordem do que importa para si ou para um coletivo. Para isso, não se pode e nem é o desejado romper completamente com papéis e estruturas que reproduzem a dominação de gênero. A pesquisa de campo demonstrou que o reposicionamento pode ocorrer quando a mulher "usa" desse lugar socialmente legitimado (mãe, esposa etc) para conseguir o que deseja, ao mesmo tempo, que possui a posse da terra – o direito formal. É neste "cruzamento" que pode ser produzida a desmistificação do gênero da posse da terra.Como chamou atenção Paulilo (2000), muitas lutas das mulheres, como a luta pela autonomia econômica, por exemplo, podem estar dissociadas de um desejo ou ideal de igualdade de gênero. Logo, refletir sobre a negociação que as mulheres realizam no contexto analisado significou fazer um exercício de não tomar como referência um ideal individualizador da conquista da autonomia. Sem fugir à perspectiva de identificar como as mulheres estão se reposicionando e qual é o papel da posse da terra para esse processo, consideramos que essa mudança se dá sem a anulação da noção do papel da mulher como mãe e esposa. Assim, o objeto empírico nos demonstrou que o reposicionamento pode ocorrer quando a mulher "usa" desse seu lugar socialmente legitimado para conseguir o que deseja.

Dessa forma, a possibilidade de negociação ocorre quando uma mulher se casa com um homem aposentado para melhorar de vida,

quando decide ter filhos para sair da casa dos pais, ou deixa de realizar trabalhos na roça, visto que o companheiro não contribui com os trabalhos domésticos. Nessa perspectiva, a negociação pode ser pontual, especificamente para algo, ou cotidiana e com efeitos em longo prazo, embora em ambos os casos possa ser entendida como processual, pois as experiências anteriores interferem nas ações e nos desejos que movem os atores sociais.

Dessa forma, a posse formal foi um elemento que possibilitou às mulheres construírem novas ordenações e, apesar de não se poder generalizar, foi por meio desta que vieram a ter um lar. Estas ordenações não tiveram para elas o sentido de questionar, por exemplo, a divisão do trabalho doméstico ou a autoridade masculina.

As construções sociais de gênero, nessa perspectiva, são construídas enquanto território imaterial, por valores que se reproduzem no tempo e no espaço, e território material – como os corpos. O que se entende, sob esse âmbito e quando se considera o espaço social estudado, é que a posse da terra é parte dessa construção, pois tem condições de contribuir para a manutenção das hierarquias e, ao mesmo tempo, para a sua mudança. Todavia, um dos caminhos para desmistificar o gênero da posse é o acesso das mulheres à propriedade da terra. Através deste acesso garantido e reconhecido como direito é que, no futuro, poderemos verificar se efetivamente a posse e a propriedade da terra terão deixado de ser hegemonicamente masculinas.

Referências bibliográficas

AGARWAL, Bina. (1997), 'Bargaining' and gender relations: within and beyond the household. *Feminist Economics*, v.3, n.1, pp. 01-51.

BECKER, Howard. (1993), *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Hucitec.

BARBOSA, Maria Luiza Duarte. (2014), *O Gênero da Posse da Terra*: um estudo sobre o poder de negociação das mulheres titulares de lotes no assentamento Santa Rosa/Córrego das Posses, em Minas Gerais. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro.

BRUSCHINI, Maria Cristina; RICOLDI, Arlene. (2012), Revendo estereótipos: o papel dos homens no trabalho doméstico. *Estudos Feministas*, v.20, n.1, pp.259 -287.

_____. (2006), Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não remunerado?. *Revista Brasileira de Estudos de População* (Rebep), v.23, n.2, pp- 331-353.

BUTTO, Andrea; HORA, Karla. (2010), "Integração regional e políticas para as mulheres rurais no Mercosul". In: Scott, P. Cordeiro, R. Menezes, M. *Gênero e geração em contextos rurais*. Florianópolis : Ed. Mulheres.

_____. (2008), "Mulheres e Reforma Agrária no Brasil". In: Lopes, A. L., Zarzar, B. A, (org.) *Mulheres na reforma Agrária a experiência recente no Brasil*. Brasília-DF: MDA.

BOURDIEU, PIERRE. (2011), *A dominação masculina*. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

BRUMER, Anita; ANJOS, Gabriele dos. (2010), "Relações de Gênero em Assentamentos: a noção de empoderamento em questão". In: Lopes, A. L., Zarzar, B. A, (org.) *Mulheres na reforma Agrária a experiência recente no Brasil*. Brasília-DF: MDA.

DERRE, Carmen; LÉON, Magdalena. (2002), *O Empoderamento da Mulher*: direitos à terra e direitos de propriedade na América Lativa. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

DEERE, Carmen. (2004), Direitos das mulheres à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. *Estudos Feministas*, v.12, n.1, pp.175-204.

FLYVBJERG, Bent. (2006), Five misunderstandings about case-study research. *Qualitative Inquiry*, v. 12, n. 12, pp.219 -245.

HEREDIA, Beatriz. M. A. de. (1979), *A morada da vida*: trabalho familiar de pequenos produtores no Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz de Terra.

LEITE, Sergio; HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde S. de *et al*. (coord.). (2004), *Impactos dos assentamentos*: um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo: Editora UNESP..

MELO, Hildete Pereira de; SABBATO, Alberto Di. (2010), "O Censo da reforma agrária de 1996-1997 em uma perspectiva de Gênero". In: Lopes, A. L., Zarzar, B. A, (org.) *Mulheres na reforma Agrária a experiência recente no Brasil*. Brasília-DF: MDA

NOBRE, Miriam (2012), "Censo Agropecuário 2006 – Brasil: uma análise de gênero". In: Butto, A., Dantas, I., Hora, K. (org.) As Mulheres nas estatísticas agropecuárias: Experiências em países do Sul. 1 ed. Brasília: MDA.

PAULILO, Maria. I. S. (2009), "Movimentos das mulheres agricultoras e os muitos sentidos da "igualdade de gênero". In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, M. I. S. (orgs.). *Lutas camponesas contemporâneas*: condições, dilemas e conquistas. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural.

PAULILO, Maria. I. S. (2000), Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio. *Cadernos de Pesquisa*, n.21, pp-1-21.

_____. (1987), *O Peso do Trabalho Leve*. *Revista Ciência Hoje*, v.5, n.28, pp 64-70.

_____. (2004), Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. *Estudos Feministas*, v.12, n.1, janeiro-abril, pp 229-252.

PISCITELLI, Adriana. (2002), "Re-criando a categoria mulher?" In: ALGRANTI, Leila Mezan (org). *A prática feminista e o conceito de gênero*. 1.ed. Campinas: IFCH/UNICAMP, pp 7-42.

RABELO, Maria Mercedes. (2011), *Redistribuição e reconhecimento no programa Bolsa Família: A voz das beneficiarias*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre.

RODRIGUES, Lelia L. (1993), *O avesso do casamento*: uma leitura antropológica do celibato camponês feminino. Anuário Antropológico 91. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, pp 139 - 166.

SALVATERRA, Barbara. (2016), *Mulheres e meninas em situação de violência no Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro.

SARTI, Cyntia A. (1996), *A família como espelho*: estudo sobre a moral dos pobres. Campinas: Autores Associados.

SCOTT, Joan. (1989). *Gênero*: uma categoria útil para análise histórica. Recife: SOS Corpo.

WOORTMANN, Ellen. (1995). *Herdeiros, Parentes e Compadres*. São Paulo – Brasília: UCITEC, Edunb.

Revista Brasileira de Sociologia | Vol. 04, No. 08 | Jul. Dez, 2016
Artigo recebido em 28/06/2016 / Aprovado em 06/11/2016
http://dx.doi.org/10.20336/rbs.174
10.20336/rbs.174

La Transaccion de los Alimentos Domesticos. El régimen de familiaridad como forma de coordinación económica

Gabriela Schiavoni*

RESUMEN

Este artículo describe las características del régimen de familiaridad, como forma de coordinación económica tomando como ejemplo la comercialización de los alimentos de la pequeña agricultura, en la provincia de Misiones (Arg.). Las transacciones de los alimentos, antes destinados exclusivamente al consumo familiar, permiten analizar la transformación de los lazos particulares del mundo doméstico en una capacidad de agencia más general expresada en la puesta en equivalencia monetaria y en la conformación de colectivos.
Palabras clave: Parentesco; Ferias de agricultores; Alimentos domésticos.

* Doctora en Ciencias Antropológicas. Investigadora del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas, Universidad Nacional de Misiones, Argentina.

ABSTRACT

THE TRANSACTION OF DOMESTIC FOODS. FAMILIARITY AS ECONOMIC COORDINATION

This paper focuses on the transactions of food production by small farmers at the province of Misiones (Argentina). Conceptualized as a special regimen of economic coordination founded in familiarity, the phenomenon under study refers to the experiences of local farmers markets (ferias francas). The study of the transactions of food production previously destined for family consumption, allows for the analysis of the transformation of the particularistic ties of the domestic domain into a more general agency, expressed in the commodification of food items and in the constitution of collective agents.
Keywords: Kinship; Farmers markets; Domestic Foods.

Introducción

Las ferias francas o mercados de agricultores se desarrollan en la provincia de Misiones a partir del año 1995, por una iniciativa del Movimiento Agrario de Misiones. Los pequeños productores que comercializan su producción en las ferias no constituyen un campesinado tradicional. Se trata de agricultores que operan sus explotaciones con trabajo familiar y están integrados a las cadenas agroindustriales de la yerba mate, el tabaco y el té.

La depreciación de estos cultivos en la última década del siglo XX hizo que la producción de alimentos, antes destinada al consumo familiar, se convirtiera en un rubro comercial de la explotación agrícola. Si bien las agencias de desarrollo y las políticas públicas intervinieron en este proceso, la organización de la actividad no se llevó a cabo según formas centralizadas, descansando en las dinámicas de las familias participantes.

Las ferias son lugares de venta que funcionan una o dos veces por semana en los que se comercializan alimentos perecederos (frutas, verduras y productos de granja: carne, huevos y lácteos) y productos de elaboración casera (encurtidos, dulces y panificados). Las tran-

sacciones no están organizadas por rubro, los participantes venden distintos productos en pequeñas cantidades. La venta es directa, entre productores y consumidores, buscando suprimir la acción de los intermediarios.

Están instaladas en lugares públicos, a veces en las proximidades de un mercado municipal, otras veces en la calle o en un sitio para deportes. La unidad de venta es la mesa, operada por familias. Las organizaciones de feriantes establecen los precios, regulan el acceso a los puestos y perciben el alquiler de las mesas. Las distintas ferias se rigen por un reglamento tipo que prohíbe la venta de ítems no producidos por el feriante, así como la transacción de tipo mayorista. También quedan excluidas la venta a crédito y el regateo.

Nuestro artículo analiza estos mercados en el marco de una reflexión más amplia sobre las formas de coordinación económica, partiendo de su diversidad y profundizando en una de ellas: el régimen de familiaridad (BOLTANSKI y THÉVENOT, 1991; THÉVENOT, 2006, EYMARD-DUVERNAY, 1989, 2009).

Las relaciones de intercambio se volvieron impersonales gradualmente, tornando el vínculo con los objetos indiferente de las relaciones sociales (STRASSER, 1989; CARRIER,1995; COCHOY, 1999, 2002). El mundo mercantil subsocializado es fruto de un trabajo de acondicionamiento específico que dota a las mercancías de atributos intrínsecos, que propician la elección con prescindencia de los lazos personales (ORLÉAN, 2005).

Cuando la coordinación se efectúa por familiarización, la relación con el mundo y con los otros no descansa en objetos autónomos. En este modo de ajuste, irreductible al discurso, lo que sostiene la acción conjunta es el precipitado de la interacción entre las personas, en la que las cosas y el ambiente participan en la creación de una perspectiva compartida.

Considerar en plural la acción social implica desplazar el acento desde el actor hacia el funcionamiento conjunto de la persona, las cosas y el medio circundante. Los tres regímenes de acción así identificados son: el plan, la justificación y la familiaridad (THÉVENOT,

2006). El primero, próximo a la acción racional y utilizado habitualmente para dar cuenta de las relaciones económicas, se define por la separación del individuo con respecto a su medio (un individuo autónomo portador de un plan de acción que se pone en contacto con objetos que contienen toda la información requerida para una elección racional). Los dos regímenes restantes representan modelos de acción basados en vínculos entre las personas y con el medio circundante. El régimen de justificación se despliega cuando las personas y las cosas comprometidas en la acción están calificadas según diferentes órdenes de grandeza, que permiten evaluaciones adosadas a un bien común (industrial, mercantil, cívica, etc.). En el régimen de familiaridad, a su vez, no hay un común denominador que funcione como principio de cohesión; las personas y las cosas quedan comprometidas a través de adherencias poco explícitas, fruto de la interacción continua.[1] De allí las dificultades que experimenta este modo de acción para articularse con las formas generales del Estado y el Mercado.

La familiaridad distribuye la coordinación en las personas, las cosas y el ambiente; el sentido no es enunciado sino que depende de la efectuación concreta.

La antropología contribuye desde dos vertientes a la comprensión de este formato de acción. En primer lugar, considerando la sociabilidad entre los humanos, las cosas y el ambiente, tal como aparece en los trabajos de autores enrolados en el giro material (MILLER, 2005; APPADURAI, 1991 ; BAZIN y BENSA, 1994), en la antropología de las ciencias y las técnicas (LATOUR,1995; CALLON, 1998), y en los enfoques superadores de la oposición naturaleza-sociedad (DESCOLA,1998; INGOLD, 2000).

1La conceptualización del régimen de familiaridad supone un desplazamiento con respecto a la noción de convención doméstica. Mientras que en el esquema de la justificación (Boltanski y Thévenot, 1991), la familiaridad está modelizada como una de las ciudades o mundos morales, en la acción en plural (Thévenot, 2006) es concebida como una forma específica de acción social, a partir de una perspectiva más amplia acerca de la relación entre los humanos, las cosas y el ambiente.

En segundo lugar, a través de los análisis del parentesco que priorizan la acción de emparentar, poniendo de manifiesto la acción del intercambio diferenciando los compromisos domésticos (STRATHERN, 2009; WAGNER, 1977).

La descripción de las transacciones de los alimentos de la pequeña agricultura en el marco de las ferias francas nos permitirá desarrollar la noción de coordinación por familiaridad en economía. El fenómeno comprende más de 50 mercados o puntos de venta que funcionan en la provincia de Misiones desde hace veinte años.

Nuestro interés en la experiencia radica en que, si bien la aparición de estos mercados contempla la intervención de instancias públicas, el Estado no logra convertirse en el órgano de regulación. Las organizaciones de feriantes nacen y se multiplican en base a vínculos de dependencia recíproca entre las personas, mediados por las transacciones de alimentos caseros.

Las ferias surgieron en el marco de las formas cooperantes entre la sociedad civil y el Estado. La institucionalización posterior incluyó la creación de una Dirección de Pequeños Agricultores, Huertas y Ferias Francas (1999), perteneciente al Ministerio provincial del Agro y la Producción, una dependencia que siempre estuvo a cargo de personas surgidas del movimiento feriante. Sólo diez años más tarde, con la sanción de la ley de "Desarrollo, Promoción y Fomento de la Feria Franca y Mercado Zonal Concentrador de Ferias Francas de la Provincia" (ley provincial III nº 10 del 25/6/2010), se accedió a confeccionar un registro escrito de la actividad.

Los datos cuantitativos que presentamos corresponden a una primera recopilación de la información del padrón de feriantes de la provincia.[2] Los datos cuantitativos del registro representan una fuente insoslayable para el tipo de argumento que desarrollamos aquí, ya que permiten calibrar el alcance de los lazos domésticos.

2El padrón de feriantes, cuya primera versión consultamos, corresponde al año 2013 y se actualizará anualmente. Es una base de datos que recopila la información suministrada por las organizaciones de feriantes que cumplen con los requisitos de tener personería jurídica, libros contables y estatuto.

Incluimos también datos cualitativos, provenientes del trabajo de campo etnográfico, realizado en las ferias de las localidades de San Vicente y San Pedro (nordeste de Misiones) y de las ferias de la capital provincial (Posadas).

El trabajo de campo comenzó en el año 2000 en las ferias rurales y en la de San Pedro continúa hasta la actualidad. Las observaciones y entrevistas en ferias de la ciudad Posadas se realizaron en los últimos dos años, consignando que se trata de una población estable, que mantiene sus puestos desde hace diez años y más. La cantidad de familias entrevistadas abarca una treintena de unidades domésticas, en muchos casos son grupos vinculados entre sí (padres e hijos; madres, hijas y nueras; consuegras). El estudio que llevamos a cabo es una investigación básica, cuyo alcance está restringido al ámbito científico-académico.

La familiarización de las relaciones económicas

Cuando se ingresa al espacio de una feria franca no se perciben voces que anuncien precios o productos, tampoco hay carteles u otro tipo de publicidad. El funcionamiento está atomizado en puestos alineados en pasillos. Las transacciones se realizan en el ámbito de las mesas, atendidas por pares compuestos de madre e hijo, marido y mujer, hermanos, etc. No hay personas que controlen o dirijan el conjunto de las actividades.

Los productos de cada puesto son semejantes y variados: verduras de hoja, tomate, zapallo, mandioca y frutas, como denominador común. La presencia de determinados alimentos no producidos por los agricultores de la región, tales como papa, cebolla valenciana o manzana, delata la intervención de vínculos extra-domésticos y está penada por las organizaciones de feriantes. Los puestos más complejos venden huevos, lácteos, carnes (ave y cerdo), queso, embutidos y conservas (encurtidos y mermeladas).

El uso de delantales y manteles verdes con la inscripción “Ferias francas de Misiones marca colectiva” identifica a los vendedores que,

sin embargo, no siempre los utilizan. La separación entre vendedores y compradores es difusa; los clientes acceden a la trastienda de los puestos y tienen en común con los vendedores el carácter familiar de su desempeño, dado que concurren a las ferias con el fin de realizar las compras para la casa.

En este formato de comercialización, los alimentos circulan vinculando a las personas. Su estatus casero se termina en la interacción de la venta. Los ítems no pueden ser colocados a distancia, como algo distinto del sujeto, sino que se evalúan en conexión con las personas, por semejanza y contigüidad, a través de marcas dependientes del contacto directo.

Munn (1970) subraya el carácter bidireccional de la cosificación: los objetos permiten trascender la subjetividad individual y al mismo tiempo permanecen ligados a ella como sus "objetificaciones" o concretizaciones.[3] Este proceso es visible en los alimentos caseros, que aunque intervienen en transacciones monetarias, lo hacen sin desprenderse completamente de los sujetos.

En este sentido, la capacidad de agencia creada por el régimen de familiaridad es diferente de la del Estado o del Mercado, ya que depende de la recreación continua de relaciones de dependencia recíproca entre las personas. No puede ser acumulada ni resumida en un principio de justificación.

El efecto familiarizante se ejerce no sólo hacia los compradores sino hacia el interior de los grupos domésticos participantes. La situación de intercambio, representada por la venta en las ferias, intensifica el parentesco, consolidando los vínculos entre padres e hijos y entre hermanos a través de la cooperación con fines comerciales.

Así, en el caso de la familia PK, los padres se inician como feriantes en 1995, en la ciudad de Oberá y más tarde se incorporan a la primera feria de la ciudad de Posadas, dejando el puesto de Oberá a cargo de su hijo menor. Cuando este hijo contrae matrimonio, los padres retornan a

3 Identifica tres tipos de operaciones tendientes a asociar sujetos y objetos: la metamorfosis (el sujeto se convierte en un objeto material); la impresión (el sujeto deja su huella o alguna de sus herramientas), y la externalización (el sujeto extrae un objeto de su cuerpo).

la feria de Oberá y le ceden el puesto de Posadas ("Después de casado, ellos me cedieron este puesto para mí porque es un puesto más movido"). A su vez, los dos hermanos mayores también obtienen puestos en ferias de la ciudad de Posadas. Estos tres hermanos y los padres operan en forma conjunta una explotación de 30 ha, registrada como bien de familia. La totalidad de la producción es destinada a las ferias (cría de cerdos y elaboración de embutidos, ganado para leche y elaboración de quesos, yerba y té, harina de maíz y panificados, conservas). Los productos elaborados por el grupo (panificados, harina de maíz, yerba y té) están identificados con una etiqueta en la que figura el nombre de familia; esta denominación no es fruto de la intervención de organismos de calificación sino que tuvo su origen en la necesidad de especificar los ítems en ocasión de presentaciones externas (encuentros de feriantes nacionales). Antes de incorporarse a las ferias, la familia PK disponía de un tercio de la tierra que detenta actualmente y el padre comercializaba productos de la explotación mediante la venta puerta a puerta. La actividad feriante estrechó los vínculos de consanguinidad, transformando en asociación económica la filiación y el lazo fraterno.

También en otro caso, un matrimonio proveniente de la localidad de El Soberbio, tiene un puesto en la ciudad de Posadas (distante a 250 km), en el que comercializa los productos de seis familias de parientes (hermanos y cuñados de la mujer) y vecinos que ofician de "proveedores". Se iniciaron como feriantes hace 18 años: "Al principios éramos diez familias de El Soberbio que vendíamos en una mesa, todos juntos. Durante cuatro o cinco años fue así. Después, la gente dejaron y nosotros seguimos con un puesto propio". El matrimonio (50 y 55 años), cuyos cinco hijos ya no residen en la explotación familiar, comercializa cerdos, pollos, quesos, panificados y conservas producidos por sus próximos, registrados en la asociación de feriantes y que reciben inspección sanitaria en sus chacras. Esta intermediación simétrica "es para ayudar, porque en El Soberbio, si vos no tenés un feriante para entregar tu producción, nadie te compra".

Es decir, la afiliación de otros pequeños productores emparentados en calidad de "proveedores" se lleva a cabo activando lazos poco visibles, tales como aquellos que pasan a través de las mujeres.

La mediación familiar de las relaciones monetarias no corresponde a un uso ideológico del parentesco, orientado a encubrir la explotación, sino que el contenido económico dota de mayor consistencia a los vínculos familiares que flotaban a su antojo.

Las concepciones del parentesco que enfatizan la acción de emparentar antes que el parentesco, proporcionan elementos para comprender el papel de las transacciones en la constitución de los lazos. En la noción de parentesco analógico, formulada por Wagner (1977), la linealidad del parentesco (filiación, descendencia) no es una norma definida de antemano sino fruto de intercambios y compensaciones tendientes a segmentar el flujo social.

En esa misma vía se inscriben las elaboraciones de Strathern (2009) acerca del género del don y las transformaciones del parentesco. Desde la perspectiva de esta autora, la mediación de las cosas desliza los vínculos desde una relación doméstica de respaldo hacia una de competencia entre pares, en analogía con imágenes de género, que obliteran o enfatizan la oposición masculino/femenino (estado de sexo andrógino versus relaciones marcadas sexualmente).

Mediados por las cosas, los lazos entre las personas recorren una secuencia recursiva de externalización. La agencia del mundo doméstico es particularista, ya que se ejerce con respecto a otros específicos.[4] La transacción de los alimentos caseros en estos mercados convierte parentesco en una capacidad contingente de creación de vínculos. Es decir, las ferias emparentan: reclutan parientes y afilian próximos en calidad de pares.[5] Valorizan y otorgan consistencia a los flujos desordenados de la cooperación familiar.

A diferencia del valor familia, estudiado en contextos dominados por un orden moral campesino (WOORTMANN, 1988; WOORTMANN,

4 Los vínculos singulares, que deben ser transformados para adecuarlos a un régimen de justificación, son definidos por Boltanski en términos coincidentes con las relaciones domésticas: "en una relación singular, la relación constituye la definición de los objetos que vincula, y no existe, para identificarlos, un principio más fuerte que la misma relación" (Boltanski, 2000, p. 266).

5 El carácter general del régimen de familiaridad es actuado en las transacciones y no se deriva de la enunciación de un principio de equivalencia.

1995), la familiaridad que describimos aquí es actuada más que enunciada. En consonancia con la distinción formulada por Sahlins (1988) acerca de los modos prescriptivo y performativo de producción simbólica, la coordinación que presentamos corresponde a este último.

Respaldo y Competencia: el género de la feria

Las transacciones de alimentos conducen hacia afuera, de manera visible, la organización familiar. La exteriorización del interior se expresa en la "vergüenza" que suscita inicialmente la venta, mencionada frecuentemente en los relatos de los feriantes. Así: "Yo estoy anotada porque mi marido … no se animaba a venir.(…) El tenía mucha vergüenza" (en BAIDOWSKI, 2007,p. 50). Y, también: "Aprendí a vender, a ofrecer. Porque uno tenía vergüenza antes, de vender sus cosas" (en BUCK, CASTIGLIONI, De LIMA y otros, 2013, p. 24).

La mesa de la feria convierte el interior familiar en una escena pública, ajustada a ciertas reglas. Como relata una participante: "Nosotros hacíamos a nuestra manera, [ahora] teníamos que armar como una presentación... Hace falta una presentación para poner arriba de la mesa, en la feria" (IBID., p. 15).

La conformación de grupos de comercialización de alimentos representa un primer paso en la exteriorización de lo doméstico. Una de las participantes relata: "Nosotros íbamos puerta por puerta a vender nuestras cositas acá de la chacra, que nos sobraban… Un día la vecina me dice: yo llevé mis cosas allá con la gente del INTA [Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria] y me dijeron que ellos van entregar semillas de las huertas. Vamos a juntar a todas nuestras vecinas y vamos a hacer un grupo" (IBID., p. 13).

Al inicio, la tenencia de los puestos de venta correspondió a los grupos impulsados por las agencias de desarrollo pero gradualmente se pasó a una titularidad familiar. Esta situación es descripta por los participantes afirmando que "ahora la venta es en forma particular".

La incorporación de participantes a las ferias se administra con una lógica de escasez; las barreras de ingreso son fuertes porque la cantidad de mesas está ajustada a una demanda inelástica. La gestión de la continuidad del puesto intensifica los vínculos de dependencia recíproca al interior de las familias y de las colectividades. Las mujeres desempeñan un rol significativo en este proceso, afiliando próximos mediante la transmisión de la titularidad de las mesas.

En una de la ferias de la ciudad de Posadas, un feriante (35 años) relata su iniciación en la actividad: "En realidad, la que se anotó fue mi mamá. Ella era la titular del puesto en la feria de El Soberbio [localidad distante a 250 km. de Posadas]. Después salió la oportunidad de venir a Posadas. Ahí mi hermana conoció a F. y mi mamá le dejó el puesto a F., que quedó como titular de la mesa de Posadas. Ahora nos turnamos entre cuatro: una semana viene mi cuñado F., otra yo y después otros dos vecinos.

Una feriante de la localidad de San Pedro, de 61 años, comenta: "Voy a seguir en la feria hasta el año que viene. Tengo tres hijas en esta feria y también mi nuera. Pienso heredarle el puesto a mi hija menor. Ella todavía no está decidida porque la feria es mucho compromiso".

Asimismo, en otra feria de la ciudad de Posadas, el puesto es operado por la madre (63 años) y su hijo (30 años). En este caso, el hijo tenía un puesto propio en otra feria pero en ocasión de la enfermedad del padre, volvió al puesto materno para respaldarlo.

Otro productor, proveniente de una localidad próxima a Posadas, que desde hace 14 años vende en una de las ferias de esta ciudad, relata: "Este puesto en el que estoy yo era de mi hermana, ella traía las cosas y no vendía nada. Ahora estoy solo con mi hija, así que entre los dos pagamos la mesa. Estoy acá, sólo porque mi hermana me dejó".

En otro caso, una dirigente feriante, cuyos dos hijos están casados con hijas de otras feriantes, cedió a una de sus consuegras el espacio de su puesto en el feria cuando se retiró.

Con respecto a la marcación de género en la transacción de los alimentos, el asesor del Movimiento Agrario de Misiones, organización

patrocinadora de la primera feria de la provincia, afirma: "[la feria] Fue una iniciativa de las mujeres, después coparon los hombres, después volvieron las mujeres. Hay una tensión entre hombres y mujeres" (en RICOTTO, 2002, p. 91).

Las mujeres participantes de esa primera feria relatan el vínculo con los hombres en estos términos: "Al principio él pensaba que esto de la feria no iba a andar, que era perder tiempo, pero después, cuando traía cosas de la chacra y llevaba mercadería....él empezó a entender y ahora me ayuda en todo. Y si yo no puedo venir porque me enfermo o algo, él viene sin problema" (en BAIDOWSKI, 2007, p. 54).

Y, también: "*Él [marido] ayuda con las cosas más pesadas, baja los cajones, corta carne cuando hace falta o a veces cuando se junta mucha gente yo le llamo y me ayuda a atender"* (IBID., p. 51). En otro caso: "Cuando yo no puedo venir, viene mi nena más grande, ella sabe vender bien porque yo le traje desde chica, entonces ella viene con el papá y vende" (IBID.,p. 51).

La tensión entre mujeres y hombres a propósito de la feria se fue transformando en un vínculo de respaldo, tornando sexualmente indiferenciada la transacción de alimentos caseros.

La funcionaria provincial explica: "Hay un acuerdo en la familia y son más las mujeres que se dedican a la venta: la mujer en la feria y el hombre en la tarea más dura" (entrevista a funcionaria de la Dirección de Pequeños Agricultores, Huertas y Ferias Francas, Ministerio del Agro y la Producción de Misiones, 2010).

La composición de la población de feriantes no es exclusivamente femenina. El registro de feriantes (cuadro nº1) muestra que si bien las mujeres son mayoritarias, también es significativa la proporción de hombres.

Cuadro nº 1 - Composición por sexo de los feriantes

Feriantes s/sexo	Cantidad de feriantes	%
MUJERES	605	59,7
HOMBRES	409	40,3

Fuente: Padrón de Feriantes de Misiones (2013)

Desagregando este porcentaje en las distintas localidades de la provincia (cuadro nº 2), observamos que las ferias reclutan tanto hombres como mujeres, en proporciones variables de acuerdo a procesos locales específicos.

Cuadro nº 2 - Ferias según proporción de feriantes mujeres

Proporción de Feriantes Mujeres	Cantidad de Ferias
15 - 45 %	9
46 -75 %	26
76 - 100 %	16
TOTAL	51

Fuente: Padrón de Feriantes de Misiones (2013)

Las ferias de las localidades de Oberá y San Pedro (cuadro nº 3), de las que disponemos de datos previos al registro gubernamental exhiben dinámicas contrapuestas en relación a la composición por sexo. Mientras que la feria de Oberá se vuelve sexualmente indiferenciada, la de San Pedro intensifica su carácter de género, incrementando el porcentaje de mujeres.

Cuadro nº 3 - Porcentaje de mujeres feriantes en las ferias de las localidades de Oberá y San Pedro

Feria	% mujeres 1996/2003	% mujeres 2013
Oberá	54	44
	(61)	(38)
San Pedro	57,4	66
	(54)	(15)

Fuente: Acta de creación de la Feria Franca de San Pedro (1996); Padrón de Feriantes de Misiones (2013) y Pereira (2005)

Los datos comparativos de estas dos ferias muestran también una reducción notable del número de participantes, sugiriendo un cierre progresivo de los colectivos. La feria de la localidad de San Pedro, por ejemplo, tiene reputación de cerrada. De acuerdo a la funcionaria del ministerio: “San Pedro se quedó, es una organización familiar y no quiere crecer”. La presidente de la feria de San Pedro argumenta: “Nos critican mucho porque cerramos las puertas a nuevos feriantes. Pero no es así,

lo que exigimos es que se respete el reglamento, que dice que la adhesión es grupal y no individual. Somos 15 familias en la feria y hace 14 años que estamos. Hay que respetar reglamento!". La adhesión grupal significa en este caso afiliación de familias, evitando la incorporación de mujeres y hombres solos, que comercialicen a título individual.

Al volverse transables, los alimentos caseros abandonan su condición de "producción para el gasto" y a través de su circulación incrementan las dependencias personales al interior de la familia y de la localidad. El plus que proporcionan es la explicitación de la cooperación doméstica. Las mujeres reivindican la esfera de la comercialización de alimentos, pero sin plantear su exclusividad en oposición a los hombres. De este modo, la identidad feriante no se convierte en una identidad de género y la forma que asumen los lazos domésticos exteriorizados coincide con una reificación del grupo familiar.

El puesto de feria constituye un objeto material en torno al cual se aglutinan las configuraciones familiares. No se trata de familias pre-existentes que hegemonizan la actividad y recurren al lenguaje del parentesco para sostener una dominación política. El fenómeno en cuestión es la capacidad generativa de las ferias para la reconstitución de los vínculos domésticos. Las organizaciones de feriantes operan con esta misma lógica, privilegiando la incorporación de grupos conocidos por parte de los ya incluidos.

Engendrando Organizaciones: "la feria es una familia"

Con la noción de crecimiento, los participantes de las ferias francas de Misiones describen la reproducción auto-gestionada de sus organizaciones. Las ferias crecen por replicación: engendrando más ferias. Son organizaciones que se desarrollan sin cambiar de escala, por propagación de puntos de venta y mediante la regeneración de participantes.

En ciertos casos, el vínculo de filiación está en la base de ese dispositivo de multiplicación. Así, en la localidad de Aristóbulo del Valle (depto. Cainguás, centro de Misiones): "De las 25 familias que conforman la feria franca varias incorporaron a sus hijos al sector y

les dieron la responsabilidad de una segunda sede para continuar la labor de sus padres" (diario *El territorio*, 19/01/2016).

Los lazos entre mujeres se mencionan frecuentemente como el origen de las ferias. Las asociaciones, al mismo tiempo que reclutan mujeres vinculadas entre sí (por parentesco y vecindad), promueven la proliferación de estos lazos (SCHIAVONI, 2014). Una de las fundadoras de la feria franca de la localidad de San Vicente (depto. Guaraní, nordeste de Misiones) describe el origen de la asociación como resultado de lazos entre mujeres: *Todas somos vecinas, ya nos conocemos y entre medio somos parientes* (BUCK, CASTIGLIONI, De LIMA y otros, 2013, p. 13). Asimismo, en oportunidad de constituir consorcios para la percepción de créditos del gobierno provincial, la denominación de las asociaciones utiliza designaciones referidas a los lazos entre mujeres: "Las primas"; "Las cuñadas"; "Las Damas"; "Unidas" (diario *Misiones Online,* 19/10/2009).

La continuidad auto-gestionada del colectivo feriante descansa en el mecanismo de sustitución. Uno de los técnicos de la feria de San Vicente describe el funcionamiento en los siguientes términos: "Es una feria grupal que se va reproduciendo a sí misma. Se va un feriante y buscan otro para que lo reemplace, se va un presidente y buscan otro". También una de las participantes describe en términos de incorporación y reemplazo la dinámica auto-generativa de la organización: "Se armaron más ferias, se agarraba más gente, abandonaban otras, se tomaban otras en el medio y así una cadena de crecimiento" (en BUCK, CASTIGLIONI, De LIMA y otros, 2013, p. 28).

La rotación de participantes también se observa en el comentario de una mujer de la feria de la localidad de San Pedro cuando explica que: "El número que se le asigna a cada participante ya va por cincuenta. Pero no somos 50, porque hay muchos que se fueron, que solo pasaron por la feria".

Las ferias se expanden con un recurso mínimo a la acción del Estado, alimentándose de las dinámicas familiares. A semejanza de los ítems del autoconsumo que allí se comercializan, las ferias se crían, sin ser fabricadas mediante procedimientos codificados ni por la aplicación de principios formales.

Esta agregación por familiarización y el hecho que el desarrollo del emprendimiento no responda al formato de un plan, son consideradas limitaciones por parte de los técnicos y dirigentes agrarios. La dificultad para aumentar la escala y lograr una producción especializada, por rubros, es señalada negativamente como "techo" del proyecto.

De acuerdo a la funcionaria del Ministerio Provincial del Agro y la Producción, las ferias de las localidades de San Pedro, L. N. Alem y Campo Viera son ferias que "no quieren crecer": no aceptan créditos y prefieren permanecer con la misma cantidad de puestos.

En efecto, la producción familiar de alimentos no aumenta de manera indefinida; es una actividad que se mantiene sujeta a las disponibilidades de la casa, ya que es infrecuente que se contraten asalariados para llevarla a cabo, lo que sí ocurre con los cultivos de renta para la industria, tales como la yerba y el tabaco.

La producción de alimentos comercializados en las ferias podría catalogarse como una economía de excedente (SOUZA MARTINS, 1975), que, en el caso de algunos grupos familiares, está en vías de devenir una producción netamente capitalista.

El cuadro nº 4 muestra que las ferias son asociaciones de pequeña escala (el 68 % agrupa hasta 20 feriantes). La categoría de ferias grandes reúne 4 de las ferias localizadas en la ciudad de Posadas, capital provincial (Villa Cabello, Villa Urquiza, Santa Rita y Chacra 32-33, con 109, 66, 55 y 41 feriantes respectivamente). También se ubican en este estrato las ferias de las localidades de Oberá (38 feriantes), San Vicente (38 feriantes), Apóstoles (36 feriantes) y Pto. Libertad (34 feriantes).

Cuadro nº 4 - Categorías de ferias según cantidad de feriantes

Categoría de Feria	Cantidad de ferias	(%)
Pequeña (hasta 10 feriantes)	14	27,5
Mediana (11-20feriantes)	21	41,1
Mediana-grande (21-30 feriantes)	8	15,7
Grande (+30 feriantes)	8	15,7
TOTAL	51	100

Fuente: Padrón de Feriantes de Misiones (2013)

Así como las ferias crecen replicando nuevas ferias, los agricultores crecen como feriantes duplicando su participación en varias ferias. La existencia de los feriantes en plural es fruto de conexiones familiares que multiplican seres.

Una investigación realizada sobre la feria provincial de mayor tamaño (la primera feria de la ciudad de Posadas) destaca la participación simultánea de los agricultores en la feria de la capital provincial y en las de sus localidades de origen. En efecto: "La mayoría de estos productores mantienen puestos tanto en la feria de Posadas como en las ferias locales" (ESPÍNDOLA, 2005, p. 52). Tomando en consideración la titularidad de los puestos, la misma investigación identifica tres tipos: a) familias productoras; b) productores asociados que comercializan grupalmente; c) productores familiares con acuerdo de comercialización (no asisten a la feria y entregan su producción a otro feriante que la comercializa) (ESPÍNDOLA, 2005).

La posibilidad de duplicación a través de la participación simultánea en varias ferias pone de manifiesto que los asociados no actúan como agentes individuales sino a través de configuraciones domésticas. Así, mientras la esposa vende panificados en la feria local, el hombre viaja a la feria de Posadas para comercializar tomates y ajíes de producción orgánica. En otro caso, es la mujer (30 años) la que viaja a Posadas, mientras el marido permanece en la feria local. La participación simultánea se justifica en estos términos: "[el marido] está en la feria de Oberá para cuidar el lugar en la feria de allá. [ella viaja a Posadas] porque acá está la ganancia" (IBID., p. 54). En esa misma feria, un grupo de cuatro mujeres de la localidad de Capioví (depto. L. San Martín) se divide para participar en dos ferias: dos integrantes viajan a vender a Posadas: "las más valientes [con más coraje]", y las otras dos atienden el puesto en la feria local (ESPÍNDOLA, 2005,p. 54).

También dos hermanos, provenientes de O. V. Andrade (depto. L. N. Alem), comercializan su producción simultáneamente en la principal feria de Posadas y en el Mercado Central, aunque piensan quedarse sólo con el mercado: "Acá [en la feria] sacamos $250 al mes, en

el mercado estamos sacando $ 900 por semana. Yo hago números, tenés que pensar en los números" (en ESPÍNDOLA, 2005, p. 52).

En la localidad de San Vicente (depto. Guaraní), un año después de creada la feria, se habilitó un segundo lugar de venta con el fin de permitir el acceso de nuevos productores ya que los participantes iniciales "mezquinaban el puesto", "no nos querían dejar entrar" (en BUCK, CASTIGLIONI, De LIMA y otros, 2013, p. 26).

Sin embargo, cuando se habilita el segundo lugar de venta, denominado "el barrio", los feriantes del grupo inicial se organizan para participar en ambos emprendimientos a la vez. Una de las organizadoras relata: "De mi grupo, la mitad de la producción de Norma se quedaba en el centro y la otra mitad se llevaba al barrio para hacer la clientela en el barrio" (en BUCK, CASTIGLIONI, De LIMA y otros, 2013, p. 28). El proceso de fisión del grupo de mujeres feriantes le permite participar al mismo tiempo en ambos lugares. Como relata la organizadora: "La Lisandra de Santiago, la suegra de ella y yo armábamos los miércoles, el sábado, eran las otras mujeres" (en BUCK, CASTIGLIONI, De LIMA y otros, 2013, p. 27).

El control de varios puestos por parte de familias que se desdoblan contrasta con la situación de los "socios adherentes": productores que pagan la cuota societaria y no disponen de un puesto, debiendo entregar su producción a otro feriante que retiene el 30 % de la venta. En una de las ferias de Posadas, fundada en 1998 en el mercado municipal de Villa Urquiza, los "socios adherentes" presionaron para convertirse en feriantes, haciendo que se habilitara un segundo día de feria: "Fue una lucha para que nos dejaran vender los viernes. Todavía no éramos feriantes, veníamos y nos instalábamos en esta parte del mercado (sección trasera). Después se habló con los del sábado para que nos dejen vender los viernes".[6]

6 En otro caso, la transición de socio adherente a feriante ocurrió en un marco de familiaridad. La feriante relata: " El señor al que le entregábamos nuestros productos durante dos años le fue enseñando a mi marido. Nos dijo: 'dejen el tabaco y pónganse a plantar verduras 'y ahí empezamos, primero con él y después veníamos en el camión de los feriantes".

La reproducción por familiarización de las organizaciones de feriantes condiciona el ritmo de agregación de participantes. Como se observa en el cuadro nº 5, la población de feriantes crece gradualmente, a través de incorporaciones sucesivas: 149 feriantes durante el primer quinquenio, 139 durante el segundo y 201 durante el tercero. En el primer quinquenio se crean 21 de las 51 ferias de la provincia, entre ellas las de Oberá, San Pedro, San Vicente, Posadas Villa Cabello, Eldorado, Montecarlo, Pto. Rico, El Soberbio, A. del Valle, L. N. Alem. Andresito, P. Illia, 25 de Mayo y Colonia Delicia.

El ingreso más abrupto de la última etapa (229 feriantes en dos años) es atribuible al apoyo de las políticas públicas y a la mayor facilidad de registro de las afiliaciones más recientes.

Cuadro nº 5 - Feriantes por fecha de incorporación a las ferias

Períodos de incorporación	cantidad de feriantes	%
hasta 2000	149	14,7
2001-2005	139	13,7
2006-2010	201	19,9
2011-2013	229	22,6
Sin datos	296	29,1
TOTAL	1014	

Fuente: Padrón de Feriantes de Misiones (2013)

Mientras que las organizaciones de feriantes juzgan en términos positivos la reproducción auto-gestionada del colectivo ("crecimiento"), los técnicos y dirigentes agrarios consideran limitante el carácter familiar.

La incorporación a las ferias a través de mecanismos no basados en la interacción cotidiana y el conocimiento mutuo ha sido una fuente de conflicto, mostrando la naturaleza específica de la coordinación económica. Así, en el año 2000 un grupo de feriantes de la localidad de San Vicente obtiene un financiamiento del Estado a través del FOPAR (Fondo de Participación Social) y se asocia con productores no – feriantes para poner en marcha un local de venta permanente. El técnico que realizó el acompañamiento, relata: "Al FOPAR lo sacaron

los feriantes, pero participaron un montón de otra gente, de familias que no eran feriantes… Cuando se abre…, se pensó complementar una cosa con la otra, y nos salió muy mal [el local cerró a los seis meses]" (en BUCK, CASTIGLIONI, De LIMA y otros, 2013, p. 31). Del mismo modo, en 2012, cuando comienza a funcionar en la ciudad de Posadas el Mercado Zonal Concentrador de Ferias Francas de la Provincia, sólo se incorporan algunos feriantes a título individual, ya que resultó imposible vincular a la asociación de feriantes. De acuerdo a uno de los técnicos del gobierno provincial: "Con los feriantes no se pudo congeniar, son muy reservados".

Coordinación doméstica

Los estudios antropológicos sobre mercados campesinos subrayan el papel de los intermediarios en la coordinación económica. Los trabajos de Mintz (2011) sobre Haití, los de Dewey (1962) y Geertz (1963) sobre Indonesia ponen de manifiesto la escala no empresarial de una camada de pequeños comerciantes que interactúa con los agricultores a través de vínculos personalizados. El análisis de Clark (1994) sobre un mercado de Ghana muestra la relevancia de la plaza como arena de incorporación de actores no especializados, en este caso mujeres, en conexión con los procesos de reproducción doméstica.

Los estudios realizados en el nordeste brasilero sobre las ferias que se originan en la década de 1950, por la radicación de los trabajadores rurales en las pequeñas ciudades, luego de su expulsión de los ingenios, enfatizan el carácter campesino de la intermediación en la comercialización de los alimentos (PALMEIRA, 2014). Si bien estas ferias, constituyen espacios sociales heterogéneos, en los que la oferta está dispersa, los productos están agrupados por sectores, con riesgos y exigencias variables. Los ítems de mayor reputación (carne, harina y poroto) tienen la venta reglamentada y están controlados por mayoristas urbanos, aún cuando sean ofrecidos por numerosos feriantes, ligados a los comerciantes a través de arreglos personales (préstamo o venta a consignación). Las verduras y frutas

son los rubros menos cotizados, en los que el acceso a la venta minorista es relativamente fácil.

Los pequeños intermediarios surgen de la combinación de agricultura y negocio, favorecida por el carácter periódico de la venta y encarnada en la figura del "campesino-comerciante" o en los trabajadores rurales que completan sus ingresos revendiendo productos que obtienen de los agricultores. La actividad de reventa es considerada subsidiaria y se la califica como *mangaio* (conjunto de pequeñas cosas que hay que reunir para subsistir; GARCIA, 1996, pp. 68,69) o *biscate* (rebusque, changa) (GATTI y ECHENIQUE, 1974).

Los pequeños productores estudiados por Heredia (1979) en Pernambuco realizan la venta directamente y algunos hijos son socializados en la actividad en el seno de la familia. En este último caso, la sectorización del mercado reproduce las jerarquías domésticas. El hombre tiene a su cargo la venta de los ítems fundamentales de la dieta (harina de mandioca y poroto), que son secos y se pueden almacenar. La participación de la mujer queda limitada a los productos perecederos: verduras y frutas, cultivos cercanos a la casa y mantenidos por la mujer.

En otras localidades rurales del nordeste brasilero, en Paraíba por ejemplo, el negocio se convierte en una actividad especializada. Los agricultores evitan la venta minorista, comercializando al por mayor el conjunto de su producción, y aquellos productores que están en la feria lo hacen sólo en calidad de intermediarios. Las mercaderías están agrupadas por sectores, en los que cada persona vende siempre un mismo tipo de producto (GARCIA, 1990,p. 104).

Las restricciones impuestas para acceder a un lugar fijo de venta directa al consumidor (*ponto*) definen el carácter cerrado de una feria (HEREDIA,1989; GATTI y ECHENIQUE,1974). Los que no consiguen un *ponto,* sólo podrán comerciar al por mayor, revendiendo a quienes tienen autorización para interactuar con el consumidor. Gatti y Echenique (1974), enfatizan que los feriantes ricos nunca renunciarían a su *ponto* en la feria. A su vez, en una feria abierta, "un individuo que quiera vender cualquier producto...sólo necesita encontrar un lugar

vacío e instalarse ... y pagar el impuesto cobrado por la municipalidad, llamado *chão* (piso)" (HEREDIA, 1989, p.106).

A diferencia de estas experiencias de comercialización campesina, la coordinación económica en las ferias francas de Misiones no depende de intermediarios comerciales sino de vínculos de familiaridad. La venta directa y minorista en conjunción con la temporalidad periódica, crean la identidad feriante, combinación de agricultor y vendedor.[7] Las asociaciones de feriantes regulan el acceso a los puestos y cobran el alquiler de las mesas. El carácter precario y transitorio de las instalaciones físicas de estos mercados (mesas rústicas de madera, plegables instaladas en espacios públicos o de usos varios) contrasta con la administración rigurosa de la admisión. Las ferias son mercados cerrados, regulados por los propios participantes, en base a la regeneración de lazos de familiaridad y conocimiento mutuo entre las familias involucradas que imponen límites a la universalidad del ingreso.

Al interior de estos mercados, los productos no están sectorizados por rubros. Comprenden fundamentalmente producción frutihortícola; los ítems más cotizados son los productos de granja (huevos, lácteos, carnes), que tienen la venta más controlada (como es el caso de la leche).[8] El técnico de la primera feria franca de la provincia relata: "No había una regularidad de poner los puestos por productos, porque a veces el productor traía verdura y hortalizas, y a veces traía otros tipos de producto como envasados y otros carnes" (en RICOTTO, 2002). Incluso la principal feria de la ciudad de Posadas, una de las más populosas, no está organizada por sectores.[9]

7 La ley provincial de "Desarrollo, Promoción y Fomento de la Feria Franca y Mercado Zonal Concentrador de Ferias Francas de la Provincia", define como feriante a "todo aquel pequeño productor que elabora sus propios productos a través del trabajo de su grupo familiar, y lo comercializa a través del sistema de venta directa a los consumidores en el puesto de feria asignado. Quedan excluidos los grandes productores, así como los intermediarios".

8 Los alimentos regulados por la ley de ferias francas de la provincia son los productos frutihortícolas, de granja, panificados, regionales y productos elaborados artesanalmente.

9 Un estudio realizado sobre esta feria propone "ordenar la oferta dentro del predio ferial (en un pasillo solo verduras, en otro chacinados, plantas por otro lado, etc.)" (CARBALLO GONZÁLEZ Y OTROS, 2008, p.20).

La disposición fija de los puestos permite la identificación del feriante por parte de sus seguidores (los puestos no tienen nombres ni números), ya que las transacciones se llevan a cabo en un marco personalizado. El regateo, el crédito o las raciones suplementarias no intervienen en la fidelización, que descansa en la domesticación del cliente: "cuidar" "conservar al cliente" "atender a lo que piden y traer productos buenos". Así: "Los clientes suelen comprarle siempre a un mismo feriante o a una misma mesa de feriantes, es decir tienen 'su' mesa" (BUCK, CASTIGLIONI, De LIMA y otros, 2013, p. 36). En la feria de la localidad de San Pedro, la introducción de una góndola y otros mobiliarios de supermercado, adquiridos a través de un subsidio de la Subsecretaría de la Agricultura familiar en el año 2009, fueron rechazados porque interferían en el vínculo personal entre productores y consumidores. La presidente de la feria relata: "La gente encontró feo, parecía un mercado. Querían las mesas, cada uno en su mesita". En la principal feria de la ciudad de Posadas, los puestos se tornaron fijos y se estableció un patrón de asentamiento por localidad cuando se contó con un espacio cubierto para el funcionamiento semanal (un polideportivo), a los cinco años de su creación (ESPÍNDOLA, 2005).

La coordinación económica de las ferias de Misiones es fruto de las relaciones internas, entre los participantes del colectivo feriante. Dada la ausencia de intermediarios externos y el grado de injerencia mínimo de la autoridad municipal, la acción conjunta resulta del establecimiento de lazos de dependencia recíproca entre pequeños agricultores. La situación de intercambio intensificó los vínculos al interior de las familias y entre familias próximas.

El carácter colectivo del fenómeno se manifiesta en una yuxtaposición de grupos domésticos. Así como los puestos multiplican un mismo repertorio de alimentos, sin especializarse en rubros, la coordinación de las ferias es el precipitado de las interacciones entre familias. El todo no es distinto ni separable de las partes.

Las asociaciones de feriantes no modifican esta dinámica ya que también operan con una lógica de yuxtaposición. Las iniciativas que

demandan un cambio de escala son rechazadas, tal como señaláramos a propósito de la incorporación de los feriantes al mercado concentrador zonal, o también, el uso de cámaras frigoríficas, incubadoras y pasteurizadoras, o la imposición de la calidad agroecológica a los alimentos comercializados en las ferias. Así, por ejemplo, los fondos obtenidos para la adquisición de cámaras frigoríficas fueron utilizados para la compra de *freezers* para uso particular de las familias feriantes. Como señala una de las participantes: "Las asociaciones de feriantes lo único que te dan es que te permiten vender".

Los colectivos feriantes no constituyen organizaciones caracterizadas por luchas internas. El presidente de la principal asociación —la de la ciudad de Posadas que cuenta con 400 socios— condujo el agrupamiento durante doce años, retirándose por su avanzada edad. También la primera feria provincial, la de la ciudad de Oberá, tiene el mismo presidente desde sus inicios, hace veinte años.

Conclusiones

Desrosières (2008) establece una analogía entre los modos de conocimiento social y las formas de coordinación económica. El saber monográfico y cualitativo, a semejanza de la coordinación doméstica, opera por familiarización, a través de la interacción con otros y no mediante una puesta en forma sistemática. La relación de familiaridad que vincula a los sujetos entre sí es también la relación de conocimiento del investigador. La generalidad a la que se arriba es de tipo social y no lógica.

A su vez, el conocimiento estadístico y cuantitativo está ligado a la producción en serie y a la coordinación industrial, basada en dispositivos de grandes números. En este caso, los saberes admiten ser codificados y transmitidos en manuales. El principio que organiza el colectivo puede ser formulado.

El fenómeno que analizamos aquí se encuadra en el primer tipo de coordinación. La posibilidad de duplicar a los seres, el hecho de poder ser sustituido por un semejante como evidencia del carácter

general de las relaciones, no es función de una equivalencia abstracta sino de la interacción entre las personas.

El registro oficial de feriantes, cuyos primeros datos exponemos aquí, endurece las conexiones domésticas acercando la actividad a las prácticas del Estado. La resistencia a la notación escrita por parte de los agricultores feriantes, justificada habitualmente en términos del "temor a los impuestos" es más explicable en términos de un modo de acción basado en contactos poco explícitos entre personas y cosas. Si bien el registro oficial subvierte el formato de la familiaridad, es el instrumento que le permite al investigador calibrar el carácter colectivo de las conexiones domésticas y proponer su existencia como régimen de coordinación económica.

Las realizaciones estatales encaminadas a ampliar la experiencia de las ferias francas, tales como los mercados concentradores, representan una ruptura con respecto a la familiaridad, ya que en estos casos la generalidad se establece mediante requisitos independientes de las interacciones cotidianas (adecuación de los productos a controles de sanidad y bromatología, inscripción al mono tributo social, etc.).

Nuestro razonamiento estuvo encaminado a mostrar la existencia de una forma de totalización no derivada de la aplicación de un principio de cohesión formulable. Este tipo de coordinación asocia personas (no agentes individuales) que actúan a través de sus conexiones domésticas, dependientes, a su vez, de los momentos del ciclo vital. De allí la identificación de las organizaciones con la noción de crecimiento.

Algunos esquemas retomados recientemente por el Estado para organizar las políticas públicas, tales como el modelo de acción territorial — en el que la agregación no es fruto de un encuadre categorial (minifundistas, productores capitalizados, etc.) sino que resulta de la proximidad espacial y se establece por contigüidad, en base a la relación directa entre las personas —, muestran la compatibilidad entre la coordinación doméstica y las formas del Estado y de la Economía arraigadas en la sociedad.

El peso decisivo que adquirieron las dinámicas familiares está conectado con el momento de origen, marcado por la retirada del Estado.

La posibilidad de regeneración de relaciones familiares a través de las ferias es patrimonio de algunos grupos domésticos y se convierte en una fuente de privilegios. Esta desigualdad ha sido gestionada multiplicando los lugares de venta mediante un crecimiento horizontal. Las dificultades para desarrollar formas socializadas de la actividad muestra las contradicciones de la acción familiarizante.

La transacción de los alimentos de la pequeña agricultura está sometida a exigencias contradictorias: por un lado, se orienta a objetivar la intimidad hecha de adherencias poco explícitas del mundo doméstico, haciéndola asequible a foráneos. Por el otro, esa capacidad general no puede despegarse completamente de la efectuación de las interacciones familiares, ya que el valor económico de los productos descansa en su domesticidad. En este sentido, la posibilidad de supervivencia del régimen de familiaridad dependerá del carácter plural de la acción social que informe las relaciones económicas.

Bibliografía

ACTA DE CREACION DE LA FERIA FRANCA DE SAN PEDRO (1996): Documento escrito proporcionado por la Organización No Gubernamental "Instituto de Desarrollo Social y Promoción Humana", sede Misiones.

APPADURAI, Arjun. (1991), "Introducción. Las mercancías y la política del valor". In: _____. (ed.). *La vida social de las cosas*. Perspectiva cultural de las mercancías. México: Grijalbo.

BAIDOWSKI, Tamara (2007). *Prácticas sociales de las mujeres en la Feria Franca de Oberá*. Tesis de Grado. Universidad Nacional de Misiones.

BAZIN, Jean y BENSA, Alban. (1994), "Les objets et les choses: Des objets à 'la chose' ". *Genèses*, 17, pp. 4-7.

BOLTANSKI, Luc. (2000), *El amor y la justicia como competencias*. Tres ensayos de sociología de la acción. Buenos Aires: Amorrortu.

BOLTANSKI, Luc y THÉVENOT, Laurent (1991). *De la justification*. Les économies de la grandeur. Paris : Galimard.

BUCK, Maximiliano; CASTIGLIONI, Guillermo, De LIMA Priscila y otros. (2013), *Feria Franca San Vicente*: Historia, reflexiones, experiencias. Posadas : Editorial Universitaria.

CALLON, Michel (1998), "The embeddedness of economic markets in economics". In: _____. (ed.). *The Laws of the Markets*. Oxford-Malden: Blackwell.

CARBALLO GONZÁLEZ, Carlos y otros. (2008), *Perfil y Expectativas de los consumidores de la Ferias Francas de Posadas*. Posadas: Talleres Gráficos Tecno Offset.

CARRIER, James. (1995), *Gifts and Commodities*. Exchange and Western Capitalism since 1700. Londres y Nueva York: Routledge.

CLARK, Gracia. (1994), *Onions are my husband*: survival and accumulation by West African Market Women: The University of Chicago Press.

COCHOY, Franck. (1999), *Une histoire du marketing*. Discipliner l'économie de marché. Paris: Éditions La Découverte.

_____. (2002), *Une sociologie du packaging ou l´ane de Buridan face au marché*. Paris : Presses Universitaires de France.

DESCOLA, Philippe. (1998), "Estrutura ou sentimento: a relação com o animal na Amazônia", *Mana*, 4 Nº 1, pp. 23-45.

DESROSIÈRES, Alain. (2008), "L'opposition entre deux formes d'enquête: monographie et statistique". In :_____. *Pour une sociologie historique de la quantification*. L'argument statistique I. Paris : École des Mines.

DEWEY, Alice. (1962), "Trade and Social Control in Java". *The Journal of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland*, Vol. 92, Nº 2 ,pp. 177-190

ESPÍNDOLA, María del Carmen. (2005), *Feria Franca de Posadas*. Organización familiar y Oportunidades en el Mercado Actual de la Feria Franca. Villa Cabello diciembre 2003-04. Tesis de Grado. Universidad Nacional de Misiones.

EYMARD-DUVERNAY, François. (1989), Conventions de qualité et formes de coordination. *Revue Économique*, pp. 329-360.

_____. (2009), "L'économie des conventions entre économie et sociologie". In : STEINER, Philippe y VATIN, François (dir.). *Traité de sociologie économique*. Paris : Quadrige Puf.

GARCIA, Afrânio. (1990), *O Sul*: caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo/Brasilia: Editora Marco Zero.

GARCIA, Marie France. (1996), Représentations savantes et pratiques marchandes. *Genèses*, 25, pp. 50-71.

GATTI, Luis María y MOURA ECHENIQUE, Vera María. (1974), Relaciones sociales en una feria. *Revista del Instituto de Antropología*, Universidad Nacional de Córdoba, pp. 59-66.

GEERTZ, Clifford. (1963), *Peddlers and Princes*. Chicago-Londres: The University of Chicago Press.

HEREDIA, Beatriz. (1979), *A Morada da Vida*: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. (1989), *Formas de dominação e Espaço Social*: a modernização da agroindústria em Alagoas. São Paulo/Brasilia: Editora Marco Zero.

INGOLD, Tim. (2000), *The Perception of the Environment*: essays on livelihood, dwelling and skill. Londres: Routledge.

LATOUR, Bruno. (1995), *La science en action*. Saint-Amand (Cher.): Gallimard.

LEVI STRAUSS, Claude. (1984), *Paroles données*. Paris : PLON.

MILLER, Daniel. (2005), "Introduction". In : _____ (ed.). *Materiality*. Durham-Londres : Duke University Press.

MINTZ, Sidney. (2011), "Pratik. Haitian Personal Economic Relationships". Open Anthropology Cooperative Press. < www.openanthcoop.net/press>, consultada 30/11/2013.

MUNN, Nancy. (1970), "The transformation of subjects into objects in walbiri and pitjantjatjara myth". In Berndt Ronald (ed.). *Australian Aboriginal Anthropology*. Nedlands: University of Western Australia Press.

ORLEAN, André. (2005), "La sociologie economique et la question de l´unité des sciences sociales". *L´Année Sociologique*, 55, 2, pp. 279-305.

PADRON DE FERIANTES DE MISIONES (2013): registro anual de participantes de las ferias francas de la provincia creado por la ley de "Desarrollo, Promoción y Fomento de la Feria Franca y Mercado Zonal Concentrador de Ferias Francas de la Provincia" (ley provincial III nº 10 del 25/6/2010) y llevado a cabo por el Ministerio del Agro y la Producción de la provincia de Misiones.

PALMEIRA, Moacir. (2014), "Markets and Economic Change". Vibran 11 Nº1, pp. 285-323.

PEREIRA, Sandra (2005), "La feria franca de Oberá: constitución, desarrollo y difusión de un emprendimiento comercial innovador". In: BENENCIA Roberto y FLOOD Carlos (Coord.). *Trayectorias y contextos*. Organizaciones rurales en la Argentina de los noventa. Buenos Aires: La Colmena.

RICOTTO, Alcides. (2002), *Uma rede de produçao e comercializaçao alternativa para a agricultura familiar*: O caso das Feiras Livres de Misiones, Argentina. Tesis de Maestria. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SAHLINS, Marshall. (1988), *Islas de historia*. La muerte del capitán Cook. Metáfora, antropología e historia, Barcelona, Gedisa.

SCHIAVONI, Gabriela. (2010) "Construir un mercado. La transformación del autoconsumo en mercancía en las ferias de agricultores en Misiones". In MANZANAL Mabel y VILLAREAL Federico (org.). *El desarrollo y sus lógicas en disputa en territorios del norte argentino*. Buenos Aires: Ciccus.

SCHIAVONI, Gabriela. (2014) "La familiarización del Mercado: economía solidaria y reproducción social de la pequeña agricultura". In: CRAVIOTTI Clara (comp.). *Agricultura familiar en Latinoamérica*. Continuidades, transformaciones y controversias. Buenos Aires: Ciccus.

SOUZA MARTINS, José de. (1975), *Capitalismo e Tradicionalismo*. São Paulo: Ed. Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais.

STRASSER, Susan. (1989), *Satisfaction Guaranteed*: The Making of the American Mass Market. Nueva York: Pantheon Books.

STRATHERN, Marilyn. (2009), *O G*ênero *da D*ádiva: problemas com as mulheres e problemas com a socidade na Melanesia. Campinas: Ed. Unicamp.

THÉVENOT, Laurent. (2006), *L´action au Pluriel* : Sociologie des régimes d´engagement. Paris : Éditions La Découverte.

WAGNER, Roy. (1977), Analogic Kinship: A Daribi Example. *American Ethnologist*, Vol 4, Nº 4, pp. 623-642.

WOORTMANN, Ellen. (1995), *Herdeiros, Parentes e Compadres*. Colonos do Sul e sitiantes do Nordeste. São Paulo/Brasilia: Hucitec.

WOORTMANN, Klaas. (1988), *Com parente não se Neguceia*. Anuário Universidade de Brasília, pp. 1—108.

Revista Brasileira de Sociologia | Vol. 04, No. 08 | Jul. Dez, 2016
Artigo recebido em 30/06/2012 / Aprovado em 11/12/2016
http://dx.doi.org/10.20336/rbs.175
10.20336/rbs.175

À meia-noite levarei sua alma: cinema, modernidade e dominação

Ícaro Yure Freire de Andrade*

RESUMO

Este artigo analisa os elementos estéticos, históricos e morais presentes no filme *À meia-noite levarei sua alma* de José Mojica Marins, enfatizando os elementos abjetos assim como as ações de seu protagonista - o coveiro Zé do Caixão. Entretanto, o principal foco da análise é apontar a importância do cinema de horror e dos recursos estilísticos adotados pelo mesmo para os estudos sociais. Portanto, buscou-se demonstrar como o gênero de horror traz em seu interior tensões e dilemas próprios às sociedades em que foram produzidos, de modo que, a partir de seu núcleo, podemos entender os problemas das próprias sociedades que se reconhecem enquanto modernas ou perseguem um projeto de modernização.
Palavras-chave: Cinema Nacional; Teoria Social; Modernidade.

* Bacharel em Ciências Sociais pela UFPB. Mestrando em Sociologia pelo PPGS/UFPB.

ABSTRACT

AT MIDNIGHT I WILL TAKE YOUR SOUL: CINEMA, MODERNITY AND DOMINATION

This paper analyses aesthetic, historical and moral elements in the film *À meia-noite levarei sua alma,* by José Mojica Marins. The emphasis lies both in its abject elements and in the actions of the protagonists – the gravedigger Zé do Caixão. The main aim of the analyses is to point out the importance of the stylistic resources proper to the horror genre for social studies. I argue that this genre portrays tensions and dilemmas that are typical of the societies where they are produced. In this sense, this study may provide an understanding of the problems of modern societies or of those that aim at a modernizing project.
Keywords: Brazilian Cinema; Social Theory; Modernity.

Introdução

No presente artigo procuraremos analisar os elementos presentes no filme *"Á meia-noite levarei sua alma"* (1964), tomando como parte importante de nossos apontamentos as imagens estéticas utilizadas pelo autor em questão, associando assim a estética e o conteúdo do filme como elementos indissociáveis para uma análise sociológica de um produto cultural, como também os elementos históricos e morais. Uma visão que abranja todos esses elementos nos possibilitará assim perceber de forma mais esclarecedora os elementos sociais que emergem nesse tipo de objeto cultural e como isso amplia e ajuda o entendimento do próprio processo da modernidade, assim como apontar este tipo de análise como portadora de contribuições para a Sociologia da Cultura.

Consideramos de grande relevância para a pesquisa social da cultura a tomada do filme ou das produções cinematográficas como objeto pela análise social, tendo em vista o lugar que o Cinema ocupa na sociedade contemporânea. O Brasil sempre se deu muito bem com esse tipo de produção cultural, basta olharmos para aquilo que foi produzido desde que essa modalidade de produção artística chegou

em solo nacional e as escolas cinematográficas que produziu: Cinema Novo e Cinema Marginal.

Este artigo pretende contribuir para o debate acerca dos processos de desencadeamento do projeto moderno a partir da relação dialética entre a dimensão infraestrutural e superestrutural proposta por Renato Ortiz (2003) e a relação entre Indústria Cultural e produção de identidade proposta por Adorno e Horkheimer (2006). Mas antes de adentrarmos nessas ambiguidades próprias à modernidade nacional é necessário que façamos um breve histórico da relação entre experiência social e cinema.

Cinema, modernidade e experiência social

O cinema aparece como produto inquestionável da realidade social moderna, tanto pela sua relação com os processos de desenvolvimento técnico quanto pelas reconfigurações da própria percepção da realidade. O filme, representante direto do cinema, passa a figurar entre as várias mudanças proporcionadas pelos processos de intensificação do desenvolvimento tecnológico e na mudança da relação entre espaço e tempo. E desde então é de suma importância para entender os processos que envolvem a sua existência.

Walter Benjamin (1996) percebia no cinema mudanças que não apenas limitavam-se a questões de caráter técnico. Para o autor essas transformações se estendiam também à relação estabelecida entre espectador e filme e à própria experiência do cinema, que é de certa forma coletiva, assim como a redefinição do conceito de arte. A legitimidade da existência do cinema se justificava na sua reprodutibilidade técnica. Além do fato de seu estatuto de unicidade ter se diluído juntamente com sua aura, uma vez que não são mais obras de arte no sentido clássico e sim mercadorias. Para Benjamin é dentro de períodos históricos que "(...) a forma de percepção das coletividades humanas se transforma ao mesmo tempo que seu modo de existência" (BENJAMIN, 1996, p. 169).

O sociólogo alemão Sigfried Kracauer (1988), dado o lugar em que o cinema ocupa na sociedade industrial, passa a reconhecer a sua im-

portância e analisá-lo criticamente. Em seu livro *"De Caligari a Hitler: uma história psicológica do cinema alemão"* afirma que é possível se perceber os valores de uma nação a partir das obras culturais – especificamente os filmes – produzidas por estas. Para o autor os filmes "(...) quanto mais incorretamente apresentam a superfície das coisas, quanto mais corretos eles se tornam e tanto mais claramente refletem o mecanismo secreto da sociedade." (KRACAUER, 2009, p. 313)

Miriam Bratu Hansen (2007) sintetiza de forma esclarecedora a relação estabelecida entre cinema e experiência social. Para a autora o cinema não é apenas o reflexo de uma mudança da percepção do olhar mas sim um discurso expansivo que refletiu e reflete de várias formas os efeitos da modernidade. Para a autora o cinema constitui-se enquanto

> (...) um dos mais claros sintomas da crise da qual a modernidade se fez visível e, ao mesmo tempo, transformou-se em discurso social por meio do qual uma grande variedade de grupos buscou se ajustar ao impacto traumático da modernização. Essa dimensão reflexiva do cinema, sua dimensão publica, foi logo reconhecida pelos intelectuais, seja nos casos em que comemoraram o potencial emancipador do cinema, seja quando, aliados às forças da censura e da reforma moral, tentaram contê-lo e controla-lo, adaptando-o aos padrões da alta cultura e à restauração da esfera pública burguesa. (HANSEN, 2007, p. 409)

Hansen (2006) sintetiza de forma muito elucidativa o conceito de experiência social que é tão necessário para que possamos entender as críticas e análises propostas por Adorno e Horkheimer (2006), assim como por Benjamin (1996) e Kracauer (1988). Para estes autores, os produtos culturais nascem da experiência social que é inquestionavelmente moderna. Para Adorno e Horkheimer (2006) essa experiência é mediada pelos valores que emergem no capitalismo que se desenvolve no pós-segunda guerra mundial. A intensificação da produção e do consumo cultural passam, para estes autores, a figurar como uma das tendências dessa reestruturação da ordem social.

Uma vez que o cinema, a partir da Indústria Cultural, toma a importância que conhecemos hoje, torna-se imprescindível que nos voltemos ao filme e o percebamos enquanto relevante para a análise de nossa realidade social. Lembrando-se, é claro, que a forma como essas relações entre produto cultural e sociedade e entre produto cultural e estética não se dão de forma independente e sim a partir de uma interpenetração das mesmas (CÂNDIDO, 2011), é necessário que façamos um breve levantamento histórico da formação da Indústria Cultural nacional e seus respectivos problemas.

A relação entre Indústria Cultural e Cinema

Quando Adorno e Horkheimer (2006) utilizaram o termo Indústria Cultural pela primeira vez, em 1947, tinham como objetivo entender as novas configurações do capitalismo pós-industrial. Uma forma de organização econômica que não mais apenas se baseava na perspectiva das relações de produção como dimensão emanadora dos sentidos e valores sociais comungados. Para estes autores o capitalismo tardio, que se legitimava também pelas relações de consumo, tomam a cultura enquanto um item agora envolto pelas lógicas de mercado. A produção cultural, ou da cultura de massa, seria mediada tanto pelos processos de fetichismo da mercadoria como também pela perspectiva da reificação, juntamente com uma monopolização da cultura cada vez maior – empresários da indústria, por exemplo, seriam donos de estúdios de cinema e de jornais.

Adorno e Horkheimer (2006) não entendiam o processo de expansão do capitalismo tardio como algo que se desse homogeneamente, e quando levantaram a discussão sobre a importância de se pensar as relações de produção e consumo culturais como objetos para a teoria social de viés mais crítico eles estavam percebendo uma espécie de tendência dos processos econômicos e sociais que estavam se tornando cada vez mais explícitos dentro do panorama da sociedade pós-guerra. Basta lembrarmos que tais autores apontam que a Europa gozava – no período em que escreveram o ensaio sobre o tema – um status cultural

onde a Indústria Cultural ainda não possuía características totalizantes e a monopolização cultural, no sentido da participação das outras esferas industriais nos meios de cultura de massa, ainda não se dava de forma conjunta (ADORNO e HORKHEIMER, 2006). Uma vez que os processos sociais da modernidade não se dão da mesma forma em todos os lugares, como já deixaram bastante claro as várias análises referentes aos mesmos, o caso brasileiro não se deu de forma muito diferente. No Brasil não é correto se falar em Indústria Cultural até meandros da década de 70, quando se tornou possível o desenvolvimento de um mercado de bens simbólicos (ORTIZ, 2006).

A particularidade do processo de produção de uma cultura de massa, no caso brasileiro, dá-se pelo fato de ela só ter se tornado possível a partir de uma contrapartida do Estado (ORTIZ, 2003). Uma vez que a modernidade aparece enquanto uma espécie de imposição e demanda social no Brasil, rapidamente ela é incorporada enquanto um valor e uma meta necessária para que encontremos a civilização avançada. No Brasil o Estado – que aqui engloba o período pós-64 – é um dos grandes impulsionadores do desenvolvimento do capitalismo nacional e traz consigo uma relação de ambiguidade: caracteriza-se por seu viés autoritário mas recoberto por todo um espectro progressista (ORTIZ, 2006).

A Indústria Cultural aparece como pauta importante desse processo de modernização extremamente necessário, uma vez que em 1970, na Europa e nos EUA, esse setor do mercado já se encontrava bem sedimentado. A industrialização é necessária para que a nacionalidade brasileira seja concretizada, ocasionando um não questionamento e sim uma demanda com perspectiva modernizadora para a criação de uma Indústria Cultural (ORTIZ, 2006). Empresários e Estado começavam a perceber a importância da dimensão cultural tanto para estabelecer uma economia nacional de consumo quanto para se manter uma certa coesão ideológica, evitando assim problemas de caráter político, pois:

> Entre nós o Estado é o agente da modernização, o que significa que por um lado ele é propulsor de uma nova ordem social, por

> outro, é promotor de um "desencantamento duplo do mundo", na medida em que sua racionalização incorpora uma dimensão coercitiva. A nível estrutural ele acompanha o processo de transformação da sociedade como um todo; a nível da esfera política, ela expressa o lado autoritário do regime militar. (ORTIZ, 2006, p.160)

A modernidade no Brasil, a partir de uma construção ideológica, era percebida apenas enquanto necessidade de desenvolvimento tecnológico e industrial, isto é, os valores modernos só eram entendidos enquanto relacionados a predicativos que englobassem o processo de modernização uma vez que o Estado resguardava muitos elementos tradicionais tendo em vista sua base autoritária. A confusão entre modernidade e modernização fez com que houvesse um processo de naturalização ideológica da modernidade enquanto algo já dado e contingencialmente incorporado no *habitus* através da identidade nacional que é construída e reproduzida através dos bens culturais (ORTIZ, 2006).

É essa perspectiva que evidencia particularidades próprias aos países periféricos. A modernidade, no caso brasileiro mais especificamente, se apresenta como demanda e necessidade institucional. Valores como a racionalidade técnica, instrumentalização, a individualidade, atomização, se apresentavam enquanto perspectivas que só pertenciam ao quadro de desenvolvimento técnico e econômico e estavam desassociadas das relações sociais estabelecidas na sociedade civil. Uma vez que o Estado e posteriormente o Mercado, aparelhados conjuntamente, são os gestores da produção cultural e dos sentidos dados as relações sociais representadas nesses artefatos, essa tendência é eliminada a partir de construções ideológicas das produções culturais onde só as benesses da experiência moderna são mantidas. Os produtos que emergem nesse período, em especial, aqueles que por estarem a margem do circuito de produção estabelecido, trazem consigo uma série de tensões que nascem juntamente com os problemas próprios ao processo de modenização que se apresentava enquanto projeto de civilização.

Adorno e Horkheimer (2006), muito mais do que apenas apontar a Indústria Cultural como grande ferramenta de produção de consenso e dominação das sociedades capitalistas, enfatizam a relação entre produtos culturais e experiência social uma vez que esses produtos assumem a forma mercadoria. Para os autores, as obras culturais incorporam os problemas sociais e as tentativas de reconciliá-los trazendo assim a relevância de análise desses objetos culturais. Literatura, música e cinema passam a ser objetos de grande importância para se pensar os problemas e dilemas que nascem na própria experiência moderna no capitalismo tardio. Renato Ortiz (2006), ao mostrar como se deu a relação entre Estado, desenvolvimento e, posteriormente, o nascimento de uma Indústria Cultural no Brasil, além da importância dada a produção de uma cultura de massa, demonstra como esses objetos culturais produzidos nesse período incorporaram os valores ou os problemas de ordem valorativa da realidade nacional em seus núcleos.

Para além da EMBRAFILME (1969), órgão criado pelo Estado Autoritário brasileiro para regular o que se era produzido a nível nacional, vemos o emergir de escolas de cinema que conseguem fugir em um primeiro momento dos predicativos morais impostos pela censura, e assim produzir obras que trazem consigo uma série de problemas sociais como pautas de suas alegorias. O Cinema Novo e o Cinema Marginal são os representantes dessas produções e trazem consigo temas que estabelecem diálogos com os problemas sociais que surgem enquanto demandas imanentes ao projeto desenvolvimentista e moderno proposto pelo regime autoritário no Brasil.

Cinema Novo e Cinema Marginal: entre narrativas rurais e urbanas

O Cinema Novo surge no Brasil enquanto tentativa de construir uma crítica da sociedade com o objetivo de explicitar os problemas sofridos pela mesma. Era um cinema preponderantemente alegórico, que tinha no contexto rural o principal cenário de suas narrativas. Glauber Rocha era um dos realizadores desse novo cinema que víamos emergir aqui.

Juntamente com o Cinema Novo, vemos, na década de 1960, surgir no Brasil um cinema que se caracterizava pela violência, seja ela gráfica ou moral, presente em suas obras. Cinema que trazia em sua gênese a questão da marginalidade e esta era expressa tanto nos cenários onde os filmes se passavam, como nos seus personagens.

Diferentemente do cinema de militância proposto pelo Cinema Novo, o Cinema Marginal buscava em uma realidade mais urbana a influência para compor suas narrativas. Os diretores procuravam elementos que fossem comuns à vivência cotidiana de caráter mais urbano. O tipo de narrativa cinematográfica que eles propunham centrava-se na utilização de elementos marginais tais como bandidos, prostitutas, traficantes.

Tinham como influência a Nouvelle Vague Francesa, assim como também o movimento "underground" Americano (XAVIER, 2006). Elementos como a decadência urbana, fruto do desenvolvimento e dos ideais de progresso, eram utilizados por estes diretores como recursos para compor essas novas produções. Os arquétipos de vilania passam a figurar enquanto personagens coadjuvantes dos enredos mais absurdos, com os desfechos mais chocantes. Como demonstra Ângela José:

> O cinema marginal dava voz a personagens totalmente desestruturados que se encontravam à margem da sociedade, porque, para além da militância política existiam as prostitutas, bandidos, homossexuais, drogados, pervertidos, degenerados. (JOSE, 2007, p. 159)

Além disto, este cinema se caracterizava pelo alto nível de inventividade de seus realizadores, ao mesmo tempo em que, na maioria das vezes, suas obras possuíam recursos bastante limitados. Era um cinema simples e de baixo investimento, que se apropriava de temas voltados ao desvio social e à opressão, tendo a cidade como espaço dessas "desventuras" (RAMOS, 1987).

Era um tipo de cinema que inseria a estética da crueldade; isto é, assim como o Cinema Novo trazia consigo a autoproclamada estética

da fome, esses diretores que estavam à margem do curto circuito, tinham desenvolvido uma identidade visual própria. Classificavam-na como 'do lixo', uma confrontação direta com o Cinema Novo, tendo a ironia e o deboche como os principais recursos utilizados nesse cinema do desvio, que nascia ali. O deboche e a curtição pertenciam à contra cultura do período. Para Fernão Ramos (1987), essas características podem ser reunidas e classificadas como o abjeto - um recurso estético próprio à maioria das produções desse novo cinema que dava seus primeiros passos. Os filmes pertencentes a essa "escola" compunham seu universo ficcional a partir da imagem abjeta e da fragmentação narrativa. Tinham, na maioria das vezes, o objetivo de causar desconforto e horror ao espectador.

Os diretores e produtores desse cinema marginalizado, em geral, eram egressos de classes populares. Isto se torna perceptível na escolha dos objetos que compõem a estética de suas obras. Além disto, eram responsáveis na maioria das vezes pela produção, exibição e distribuição dos filmes. O centro desse circuito localizava-se na Boca do Lixo, uma região do centro paulistano, onde os estúdios dividiam espaço com o tráfico de drogas e a prostituição.

Enquanto os *cinemanovistas* se caracterizavam pela presença constante de elementos ideológicos próprios ao discurso de esquerda em seus enredos, os diretores do cinema marginal preocupavam-se em romper com esse filão e produzir um cinema descompromissado de qualquer envergadura de cunho político ou coletivo. *O bandido da luz vermelha* (1969) seria um exemplo disso, demonstrando de forma bastante direta o embate que esse cinema travava com o Cinema Novo.

O foco do Cinema Marginal não estava nas necessidades da coletividade, mas no indivíduo inserido em um mundo repleto de violência e sobre a égide da censura. Apresentava, na maioria das vezes personagens sem esperanças e desestruturados (BERNADET, 2001). Ou como enfatiza Fernão Ramos:

> Nos objetos passíveis de 'curtição' estão, certamente, as drogas, o sexo livre, o não-trabalho, a falta de um objetivo 'váli-

> do' na ação. Deslocados no espaço e na sociedade oficial, os personagens elaborados pela ficção marginal erram no vazio. (RAMOS, 1987, p. 35)

Essas transgressões morais e estéticas se inserem na moderna sociedade brasileira, que se impõe enquanto realidade e não enquanto projeto. É justamente no processo de industrialização e desenvolvimento capitalista que esse cinema vem se ampliar (QUINSANI, 2008).

Os diretores do Cinema Marginal "(...) assumem um papel profanador no espaço da cultura; rompem o 'contrato' com a plateia e recusam mandatos de uma esquerda bem pensante, tomando a agressão como um princípio formal da arte em tempos sombrios." (XAVIER, 2006, p. 17-18).

O que vemos nesses filmes é a presença de debates e tensões próprias às sociedades modernas, tensões estas que a âmbito nacional eram experimentadas há pouquíssimo tempo. O Cinema Marginal mantinha, assim como o Cinema Novo, a discussão e construção de suas narrativas centradas na ideia de subdesenvolvimento. Os diretores marginais deixavam esse mal estar quando ignoravam os cenários rurais, muito utilizados pelos *cinemanovistas*, e buscavam na cidade o cenário onde seus filmes se desenvolviam tendo: a industrialização, exclusão social, aumento das discrepâncias sociais, regime político ditatorial, repressão. Tudo isso estava inserido direta e indiretamente nos filmes que foram classificados como pertencentes a essa tendência. Sganzerla, que fora um dos principais diretores desta "escola", aponta para as dimensões sociopolíticas e morais implícitas nessas produções que não tinham, de forma alguma, a pretensão de reproduzir fidedignamente a realidade. Para Fonseca (2012), os filmes do cinema marginal

> [...] expressavam a conturbada cena política e social da época, demonstrando a desilusão diante das falsas promessas dos governantes através do deboche de seus personagens, do abjeto, da imagem do grotesco, da ambientação em lixões e periferias da cidade. (FONSECA, 2012, p. 23)

Vemos aqui os dilemas próprios à modernidade que, para Marshall Berman (1986), não se caracterizam apenas como ordenação da vida social mas também enquanto confusão, tensão e desintegração. A alegoria ganha força como elemento próprio a esses filmes, assim como as excentricidades hiperbólicas próprias ao universo da estética do grotesco. Eram representações do mundo, ao mesmo tempo que não o eram. Walter Benjamin (1996), ao enxergar no cinema uma probabilidade de produção emancipatória somente na possibilidade de representação direta da realidade, ignorava o cinema enquanto espaço figurativo da ficção e suas potencialidades críticas. Mas é preciso ponderar o momento da análise feita pelo autor, que, diferentemente de Adorno e Horkheimer (2006), acompanhou apenas a gênese do cinema enquanto fenômeno moderno.

Mas a questão do cinema enquanto artefato cultural, visto como um reflexo do modelo de sociedade em que fora produzido, mostra-se uma discussão de bastante relevância para a contemporaneidade e para a teoria social. E julgamos que a análise de filmes que carregam consigo essas particularidades estéticas, assim como suportes narrativos ancorados em elementos fantásticos ou de horror - no caso aqui a obra analisada *À meia-noite levarei sua alma* (1964) - podem nos oferecer uma série de características que nos ajudam a compreender o fenômeno conhecido como modernidade e como o mesmo se aplicou no caso brasileiro. Tendo em vista que o reconhecimento desse tipo de cinema dá-se em 1968 (RAMOS, 1987), os principais recursos estéticos e materiais descritos anteriormente como essenciais para o entendimento do Cinema Marginal já estão presentes na obra de José Mojica Marins, se bem que a particularidade de juntar elementos urbanos e rurais em uma mesma narrativa podendo ser considerada aqui como certo traço de transitoriedade.

À meia-noite levarei sua alma: entre razão e medo

O filme À meia noite levarei sua alma (1964), de José Mojica Marins, inicia-se com um monólogo, onde é apresentado o personagem

principal, Josefel Sanatas, que posteriormente ficou conhecido como Zé do Caixão. Nesta cena o coveiro traz questionamentos de ordem metafísica, mostrando a partir desse monólogo traços de materialismo no que concerne o entendimento das questões referentes à vida, à morte, à existência e à continuidade da mesma. Esse monólogo funciona como uma pequena introdução ao personagem, que aparecerá logo em seguida.

"O que é a vida? É o princípio da morte. O que é a morte? É o fim da vida. O que é a existência? É a continuidade do sangue. O que é o sangue? É a razão da existência."

Logo em seguida, tomando como referência um gênero que especificamente é produzido primeiramente nos filmes de terror clássico dos estúdios Universal, uma figura estranha comunica um aviso direto aos espectadores. A cigana ou bruxa – não fica claro o que realmente esta personagem seria – após o aviso de perigo aos fracos de coragem, gargalha e inicia-se realmente a trama do filme. Logo em seguida, os atores são apresentados com imagens de tortura que seus respectivos personagens sofrerão durante a trama, já trazendo assim a ideia de choque para a película que se inicia.

O filme propriamente dito inicia-se tendo como pano de fundo o cemitério, em meio a um velório, onde uma viúva chora a perda do marido. Nesse momento vemos a figura do Zé do Caixão entrar em cena. Coveiro e responsável pelo cemitério da pequena cidade em que vive, Zé aparece dando pêsames a viúva, e de antemão, já apresenta em seu semblante certo viés cômico, debochado. Em um segundo momento, o coveiro vai para casa, onde sua esposa Lenita é apresentada na trama. O coveiro demonstra à esposa a sua insatisfação com a comunidade em que vive, a qual não passa de "povo do mato", nas palavras do próprio personagem.

No momento seguinte, o casal Antônio e Terezinha aparecem na trama. Os dois são noivos e planejam se casar. Antônio é apresentado enquanto melhor amigo de Zé do Caixão. Por sua vez, Terezinha aparece como futura esposa do melhor amigo e alvo da cobiça de Zé do Caixão, que enxerga nela os atributos de uma companhei-

ra ideal. Terezinha convida Lenita a acompanhá-la na procissão, já que o filme se passa no período conhecido popularmente como "semana santa".

Zé do Caixão, após o jantar servido, questiona o porquê de não ter carne em seu prato. Lenita, sua esposa, explica-lhe que estão no período santo e o consumo de carne seria proibido. O coveiro entra em estado de fúria e comunica à esposa, em tom de deboche, que iria procurar um cordeiro, pois queria carne e nenhum rito religioso ou "carola" o impediria. Após conseguir o que queria, Zé se delicia em seu prato, enquanto vê a procissão passando pela janela. É neste momento que o padre encarregado de reger a procissão o vê com um pernil em mãos e rapidamente faz o sinal da cruz, enquanto o coveiro gargalha e mastiga carne. A seguir, o personagem dirige-se ao bar da cidade. Com sua chegada, os presentes se silenciam, indicando assim um conhecimento prévio sobre o caráter e a personalidade deste agente. Zé é temido por sua profissão e seu estilo muito peculiar (unhas grandes, trajando sempre preto, cartola, barba enorme), bem como pelo fato de ser conhecido entre populares por questionar dogmas religiosos e qualquer coisa que nasça de superstição, crendice ou algo que o valha. E é no bar que acontece o primeiro ato de barbárie cometido pelo personagem, ao ganhar uma aposta no jogo de cartas de forma duvidosa e um dos perdedores se negar a dar-lhe o dinheiro. Então, Zé do Caixão simplesmente quebra uma garrafa e decepa dois dedos do homem, ao enfiar-lhe a garrafa quebrada na sua mão que estava em cima da mesa, sobre o dinheiro perdido na aposta. A frieza do coveiro e seu sarcasmo enfatizam o sentimento de temor que os outros personagens possuem quando se remetem à Zé do Caixão. Ele assume as despesas do tratamento e induz os presentes a afirmarem que foi tudo um acidente. Logo depois do ocorrido, age naturalmente, como se nada tivesse acontecido. No entanto, um dos personagens resolve desafiar a autoridade de Zé do Caixão dentro do bar ao que é açoitado publicamente, sem que ninguém interfira no desenrolar da ação, a não ser seu amigo Antônio, o qual impede que uma catástrofe maior aconteça.

Zé supõe a esterilidade da esposa, a partir das tentativas de terem um filho, onde nenhuma destas foi eficaz. O coveiro simplesmente resolve matar a esposa, pois, sendo estéril, não ter-lhe-ia função alguma, visto que a continuação de sua geração é um elemento altamente importante para Zé do Caixão. Então, como consequência de sua inutilidade enquanto reprodutora, Lenita é torturada e assassinada pelo coveiro. A seguir é a vez de Antônio, noivo de Teresinha, que apesar de ser seu melhor amigo, era um obstáculo que a impedia de sucumbir aos seus encantos.

Zé do Caixão violenta Teresinha, que o rejeita e lhe dá um aviso: se matará e à meia noite virá buscar a alma do coveiro, pois foi à meia noite que seu noivo fora sepultado. Teresinha se enforca e deixa uma carta explicando seus motivos. E para surpresa de todos, inclusive do coveiro, ela coloca a culpa de sua morte em outras causas inocentando-o assim. Dr. Rodolfo, o médico da cidade, ao aventar como um possível homicídio a morte de Antônio, logo é eliminado por Zé do Caixão, que não se contenta apenas com o assassinato, mas pratica também a tortura, como introdução ao infortúnio que é se pôr contra ele.

É com uma série de atos hediondos e imagens violentas, onde o peso moral não existe, que a trama se desenrola, tendo um desfecho, que o aproxima de um conto moral: Zé, após um ataque de culpa, começa a se sentir incomodado com os atos que cometera anteriormente, mostrando o nível de perturbação em que o personagem se encontra. Ao levar para um passeio uma moça que recém chegara à cidade, que assim como ele via na crendice uma forma de tolice e ignorância, o coveiro é abordado pela cigana, figura misteriosa que sempre aparece com algum prenúncio de fatalidades. Essa "feiticeira", como é chamada por Zé do Caixão, o avisa sobre seu fim próximo, que se realizaria quando o coveiro ouvisse o canto da coruja, encontrasse o gato preto e cruzasse com a procissão dos mortos. Atormentado pela possibilidade do prenúncio se concretizar, Zé do Caixão vê-se consumido por uma angústia total: acometido por uma crise de consciência por seus atos violentos, bem como refém das superstições que outrora rejeitava. Começa aí sua jornada autodestrutiva, que redundará em

sua morte. Ao fim, o coveiro, misteriosamente aparece morto, exatamente à meia noite, na hora em que Terezinha prometera que viria buscar sua alma. Ironicamente, este era um dia de "todos os mortos", "tolice" de "bichos do mato" nas palavras do protagonista.

Nos 86 minutos de filme, vemos a ascensão de um sujeito guiado pela razão e sua recusa às crenças e tradições, mas que acaba sucumbindo, ironicamente, àquilo que mais rejeitava: o sobrenatural. Apresentando, assim, uma tensão entre elementos próprios da modernidade, que carrega consigo os dilemas enquanto elementos conjuntivos do seu processo (BERMAN, 1986), evidenciando seus limites e demonstrando, através da estética, suas apreensões.

Estética do grotesco: sensibilidade e dialética

Mikahil Bakthin (1987), ao escrever sobre as relações entre cultura popular e cultura oficial na idade média, localiza em meio a essas tensões uma dimensão de sensibilidade – a estética do grotesco – como elemento intermediador dessas inclusões, que não se dão de forma pacífica resguardando toda uma dimensão dialética de conflito de interesses. Ao estudar as manifestações do grotesco, localiza no rebaixamento do nobre, na inversão de valores, como também no exagero, em conjunto com o embaraço, o choque e o desconforto, elementos próprios a esta categoria estética. Para o autor, esses elementos servem para evidenciar as tensões presentes na sociedade entre cultura popular e cultura oficial mas que podem se estender aos processos que envolvem a produção de sentido cultural. O realismo grotesco, assim intitulado pelo autor russo, emergiria das manifestações culturais de caráter popular, onde *a festa do tolo* seria um exemplo dessa forma de expressão estética. É neste sentido de tensão e conflito que utilizaremos a estética do grotesco para localizar esses problemas na obra analisada.

Podemos observar dois sentidos presentes na obra do diretor a respeito de como o abjeto aparece como elemento de composição estética da sua obra. O abjeto está tanto presente na insistente negação do

protagonista a qualquer referência à religião ou crenças, como também na ênfase dada à violência descomunal das ações realizadas pelo personagem. O grotesco está na obra tanto na forma de heresia, quanto na forma de violência gráfica, servindo ainda como recurso estilístico para dar destaque ao embate entre razão e crença. Lembrando que as imagens são acompanhadas de sentidos sensíveis, torna-se indispensável a associação do exagero apresentado a partir das imagens do filme como os sentidos que elas encarnam e atenuam, mais precisamente os dilemas emergentes do projeto moderno nacional.

Nesta obra de José Mojica Marins, essa relação de choque, própria à estética do grotesco, evidencia-se quando o personagem Zé do Caixão não poupa forças para agredir toda e qualquer manifestação de mistificação. O protagonista rompe barreiras hierárquicas quando questiona e debocha de dogmas religiosos e tradicionais, pois não se limita às ofensas discursivas, partindo para as ofensas iconoclastas: o mesmo quebra estátuas, zomba de cruzes, provoca autoridades eclesiásticas, rompendo desta forma com dogmas religiosos secularizados pela tradição. Uma das cenas mais emblemáticas dessa característica do rebaixamento é a afronta direta do personagem à instituição religiosa da comunidade em que vive. Há sempre o elemento do rebaixamento do nobre que aqui é expresso como as instituições tradicionais.

A utilização da carne enquanto elemento de embate não se limita à cena de Zé diante da procissão. Não se contentando com este ato iconoclástico, o personagem dirige-se ao bar e pede para um de seus conhecidos que vá à sua casa e busque o resto do cordeiro, para que Zé o utilize como tira-gosto. Este é um momento em que a estética do grotesco se reapresenta como recurso estilístico utilizado pelo diretor para maior tensão à trama, bem como faz com que a sensação de horror naquela cena seja ainda maior. Nitidamente, os demais presentes no bar se mostram desconfortáveis, o que ocasiona certo regozijo ao protagonista, que como já percebemos, se deleita com essas situações de choque. Um segundo momento em que vemos esta vontade de dominação própria à personalidade do personagem, potencializada através da radicalização da violência, é quando Zé do Caixão faz com que

Bonifácio, um cristão assumido, experimente do cordeiro. Neste ato do protagonista fica evidente como ele associa a crença à fraqueza, bem como sua tentativa forçosa de impor a noção de esclarecimento aos populares.

O alvo constante de ataque deste personagem do filme centraliza-se nos ícones que representam a esfera da tradição e mito. Percebemos essa ofensiva enquanto uma forma de enfatizar a dimensão do homem esclarecido, traço adotado pelo personagem. Zé do Caixão enxerga nesses símbolos não mais formas de esclarecimento (ADORNO e HORKHEIMER, 2006), mas elementos que obscureceriam a racionalidade instrumental. E é no grotesco que o diretor encontra subterfúgio estético para garantir unidade dramática às ações do personagem.

Outra cena de grande relevância, especialmente para a compreensão do uso da estética do grotesco, refere-se à sequência de fatos ocorridos ao sair da casa de Teresinha, depois de abusá-la sexualmente. Zé do Caixão encontra no meio do caminho, justamente em uma encruzilhada, um despacho. Em seguida debocha da ironia de ter encontrado essa oferenda após a prática de um ato hediondo: o coveiro simplesmente guarda os cigarros, pega o dinheiro e bebe a cachaça do despacho. Não contente, Zé chuta a estátua de Exu, enquanto gargalha e se vangloria de não ser cego pela crença. Precisamente nesta passagem do filme, o grotesco é representado no ato de violência praticado contra aquela manifestação de cunho religioso. Ao profanar a oferenda e quebrar a imagem de uma entidade, Zé do Caixão se autoafirma enquanto sujeito dotado de razão, livre do medo proporcionado pela crença na hierarquia desses entes religiosos.

A experiência do estranhamento e do rebaixamento fica bastante clara em outra sequência da película. Zé chega ao bar e oferece uma rodada de bebida para todos os presentes. Logo depois, começa a cortejar Maria, a atendente do estabelecimento. Ele tenta uma aproximação através da gorjeta, o que faz com que a moça ceda lentamente a seus encantos rústicos. Um dos fregueses do bar, e tio de Maria, pede para que Zé se afaste de sua sobrinha, o que causa uma situação de tensão, tendo como desfecho mais um momento de radicalização da

violência e de rebaixamento do nobre. A vítima dessa vez é o tio da jovem, agredido com uma coroa de espinhos, a qual o coveiro pega de um busto de Jesus Cristo que adornava o bar. Mais uma vez, o grotesco aparece como portador de dois sentidos para a obra em questão: 1) para enfatizar o caráter racionalista e dominador do protagonista, o qual não enxerga tal artefato como objeto sagrado, pois o que não pode ser sistematizado e ordenado em explicações objetivas não teria estatuto de verdade, logo não tendo tanta credibilidade; 2) é utilizado enquanto recurso estético, tendo como objetivo fazer com que o espectador se sinta em uma dimensão de desconforto. Não é o horror pelo horror. Tudo aqui soa harmoniosamente com a narrativa e com as imagens utilizadas pelo diretor para compô-la.

Ao analisarmos as imagens utilizadas pelo diretor para construir sua narrativa, pode-se perceber o porquê da utilização do grotesco enquanto sua preferência estética. Choque, desconforto, alteridade, negação do nobre, exagero, excesso de violência, assim como associação de elementos opostos em um mesma categoria, são todas características próprias à estética do grotesco. E aqui elas ganham a dimensão de elementos que atenuam os dilemas que estão inseridos no filme em foco. A perspectiva dialética recobre toda a estética do grotesco enfatizando assim os dilemas que surgem junto com os processos emergentes que configuram a modernidade. O grotesco a todo momento aparece como recurso estilístico para enfatizar esse conflito constante entre tradição e racionalidade instrumental que recobre todo o transcorrer da obra analisada, enfatizando assim a perspectiva de um conflito imanente da própria sociedade brasileira.

As contradições do real: entre fatos e valores

Para que possamos entender de forma mais clara os problemas apresentados no filme torna-se necessário que tracemos um breve histórico sobre o diretor e roteirista José Mojica Marins. Filho de imigrantes espanhóis, e como vários outros idealizadores é egresso das classes populares. A sua base de formação religiosa é católica,

sendo um cristão assumido, onde a justificativa para a construção e concepção de suas obras de horror nasce dessa percepção cristã da realidade (BARCINSKI e FINOTTI, 2016). Uma vez que a obra nasce da experiência de seu idealizador que é construída a partir das possibilidades históricas que são apresentadas (BENJAMIN, 1996), podemos perceber porque a forma que os valores modernos referentes à razão instrumental e seus desfechos assume é o de violência explícita e de confusão.

Pode-se perceber, no transcorrer da narrativa, a exposição de dilemas que emergem a partir dos desdobramentos estruturais e subjetivos próprios à modernidade, mais especificamente no caso brasileiro. Uma vez que a modernidade era percebida, e até certo ponto ainda o é, como ligada única e exclusivamente a aspectos concernentes ao progresso infraestutural (ORTIZ, 2006).

Neste sentido, observa-se na narrativa a ênfase dada pelo diretor ao lugar que o esclarecimento – enquanto consequência de uma matriz racional instrumental – ocupa no modelo de sociedade representada, assim como é possível localizar uma crítica subscrita aos limites desse argumento que vê na razão instrumental a objetivação total da sociedade. A partir da personalidade e das ações do personagem, percebemos uma relação dialética entre esclarecimento e dominação, assim como entre progresso e crueldade, isto é, dominação no sentido de uma ação direcionada à perspectiva de subjugação do Outro.

Tal como apontado por Adorno e Horkheimer (2006), ao desassociar a ação individual da ação coletiva, Zé do Caixão passa a enxergar sua atuação enquanto um fim em si mesmo. Assim, esse sujeito esclarecido, destituído de vínculo coletivo, vê em suas ações motivações que se legitimam apenas na sua vontade, o que seria a expressão do esclarecimento enquanto derivado de uma lógica instrumental. Zé do Caixão incorpora em seu limite a perspectiva utilitarista que emerge desse modelo de sociedade mercantilizada e de base tecnocrática, descrito por Adorno e Horkheimer (2006), mas encontra-se em uma realidade diferente da qual esse tipo de valor emerge. O que está evidente na narrativa que nos mostra o começo e o fim de Zé do Caixão

pode ser entendido como uma crítica aos ideais de progresso próprios à sociedade contemporânea. Isso mostra-se perceptível nos minutos finais do filme, quando vemos o cruel coveiro sucumbindo ao que mais rejeitava: "tolices" guiadas pela crendice. O elemento sobrenatural reaparece aqui e confronta Zé, o qual, em um momento de autor-reflexão e culpa, acaba aceitando como elemento propriamente real.

De modo geral, podemos compreender essa narrativa enquanto uma tragédia do desenvolvimento, como apontara Marshall Berman (1986) com a obra de Goethe *Fausto*. Mas diferentemente de *Fausto* que discutia conflitos próprios ao começo da modernidade, o filme *À meia-noite levarei sua alma* traz como plano de fundo outras tensões dialéticas modernas, como os problemas entre fatos e valores próprios aos processos da modernidade nacional.

A narrativa do filme *À meia-noite levarei sua alma* expressaria esses dilemas vividos pela sociedade brasileira em um passado recente. Zé do Caixão representaria a percepção acerca do quanto o excesso de racionalidade técnica, ou propriamente instrumental, redundaria em ações que outrora foram classificadas como "incivilizadas". O protagonista seria uma espécie de personificação dos ideais cientificistas, precisamente os ideais de esclarecimento, apontados por Adorno e Horkheimer (2006), que tem no conhecimento sobre a realidade o objetivo de dominação.

O personagem representaria a dimensão de confusão acerca dos valores advindos das instituições modernas, uma vez que a experiência moderna brasileira, a partir de uma construção de caráter ideológico por parte do Estado autoritário, é percebida apenas como voltada ao progresso industrial e ao desenvolvimento de uma economia com um mercado nacional de bens simbólicos (ORTIZ, 2006). O grotesco enquanto dimensão estética é percebido no filme de José Mojica Marins como campo de sensibilidade que percebe os valores que emergem a partir das relações mediadas pelas perspectivas modernas como perigosos e nocivos às estruturas mais comunais e tradicionais, uma vez que a trama passa-se em uma comunidade interiorana com todos os seus personagens típicos.

A crítica ao modelo de racionalidade evidencia-se no filme quando o elemento sobrenatural reaparece e é aceito pelo cético personagem principal. E não é unicamente na sua aceitação que essa crítica emerge subscrita. O místico reaparece aqui como uma forma de castigo, um preço pago pelos atos impensados e cruéis de Zé do Caixão, que se via enquanto agente dotado de um poder maior que os outros cidadãos do vilarejo, apenas por possuir inteligência.

O filme se encerra em um dia de "todos os mortos", quando o fim próximo de Zé do Caixão teria sido anunciado por uma feiticeira/cigana, a qual sempre aparece na obra como uma espécie de ente de aviso. Esta personagem constantemente alerta para a falta de crença do protagonista, anuncia o iminente pagamento dos pecados cometidos pelo coveiro racionalista. E essa profecia torna-se realidade no fim da película, dando um aspecto moralista à presente narrativa.

Neste sentido, observamos que a razão instrumental consequentemente recai em dominação, o que fica bastante perceptível nas ações empreendidas pelo coveiro no desenvolver do filme. Zé do Caixão não se contenta apenas com a negação do que ele considera ignorância e crença, resultado do atraso. A percepção dos valores referentes à razão instrumental são denunciados pela narrativa como formas de possibilidade, sempre presente, de atos violentos e imbuídos de uma certa imoralidade, evidenciando assim o problema referente à particularidade do processo modernizador brasileiro, que trazia consigo os conceitos de ordem e progresso mas direcionados apenas para os setores de desenvolvimento econômico e industrial. Qualquer apreensão de valores à margem da infraestrutura é tomado enquanto perigo à ideologia de integração nacional, isto é, fora das relações econômicas e de divisão do trabalho os efeitos do excesso de esclarecimento eram percebidos enquanto elementos anômicos que se chocavam com o caráter normativo instituído pelo Estado autoritário aliado a uma Indústria Cultural emergente.

Considerações finais

O principal objetivo deste texto foi apresentar as possibilidades e contribuições que uma análise socioestética, tendo como suporte esse tipo de produto cultural, pode trazer à Sociologia da Cultura. Entendendo que os artefatos culturais são sempre dotados de elementos sociais e morais das sociedades em que foram produzidos, torna-se ainda mais necessário que a pesquisa social tome também esses objetos – no caso aqui apresentado o cinema de horror – como potenciais conteúdos de compreensão das complexidades da realidade social

No caso brasileiro, o Estado autoritário assume uma dimensão de cunho ideológico e centra-se na construção de discursos visuais e morais que possibilitem que a ideia de integração nacional se dê como possibilidade possível e inquestionável. Para alcançar tal objetivo de construção de uma identidade nacional coesa com o intuito de manutenção do poder político, o Estado apropria-se de alguns elementos modernos mas mantém vários outros elementos de ordem tradicional. A particularidade do projeto moderno brasileiro dá-se na contradição entre infraestrutura e superestrutura (ORTIZ, 2003). Isso fica evidente através da tensão dialética entre elementos novos e tradicionais presente em toda a narrativa *de À meia-noite levarei sua alma* (1964), em que podemos perceber no âmbito dos valores como se deu o processo de modernização no caso brasileiro.

O filme dirigido por José Mojica Marins, enquanto produto cultural próprio das sociedades modernas, emerge da experiência social proporcionada pelas condições históricas de seus idealizadores, e nos possibilita compreender porque a ênfase dada ao sujeito emancipado enquanto sujeito dominador e sem escrúpulos é tão forte. Basta lembrarmos que a razão instrumental que emerge como prática social reproduzida em forma de norma e conduta social nas sociedades capitalistas centrais não é apreendida enquanto um valor pertencente aos processos de modernização da sociedade brasileira. A razão técnica enquanto valor mercadológico é encarada como necessária para que o Brasil alcance o "ritmo civilizatório", mas enquanto valor produtor

de uma possível ação social individual é rejeitada pelo Estado que assume o papel de gerenciador da produção e dos valores permitidos nesses produtos culturais (ORTIZ, 2006).

Não pretendemos aqui relacionar esta contradição entre a superestrutura e a infraestrutura como possível causa de uma modernidade tardia ou como obstáculo ao processo modernizador. O que intentamos apontar é que essa tensão e essa contradição entre fatos e valores percebida em nossa realidade social no período analisado é o que caracteriza a maneira como o projeto modernizador foi instituído nacionalmente. A modernidade no Brasil, assim como em outros países emergentes, se constituiu e se constitui enquanto "conflitos entre projetos, demandas, interesses e concepções de mundo que lutam entre si pelo controle de seu ordenamento" (TAVOLARO, 2005, p. 15). Essa dimensão conflitiva é própria dos processos advindos da experiência moderna.

Além disso, ela aponta para a importância da concepção de uma Indústria Cultural com o objetivo de manutenção da ordem política nacional (ORTIZ, 2006). Uma vez que os processos e valores não se instituíram da mesma forma a partir dos processos sociais tidos como modernos – tendo em vista que hoje já existe certo grau de homogeneização das demandas das sociedades capitalistas tardias dadas as circunstâncias de uma economia internacionalizada – houve um certo grau de similitude com as propostas críticas a respeito da produção industrial de cultura propostas por Adorno e Horkheimer (2006), principalmente o caráter normativo e ideológico que os mesmos localizavam como um dos principais aspectos da Indústria Cultural.

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. (2006), *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editora.

AGABITI, Alexandre. (2012), *Personagens antípodas*. Disponível em: http://www.portalbrasileirodecinema.com.br/mojica/ensaios/04_02.php

BAKHTIN, Mikhail. (1987), *A cultura popular na idade média e no renascimento*: o contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec.

BARCINSKI, André; FINOTTI, Ivan. (2016), *Maldito*: a vida e o cinema de José Mojica Marins, o Zé do Caixão. Rio de Janeiro: Darkside books.

BENJAMIN, Walter. (1996), *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Paz e Terra.

BERMAN, Marshall. (1986), *Tudo que é sólido desmancha no ar*: ensaio sobre as diferentes maneiras de representar o social. São Paulo: Companhia das Letras.

BERNADET, Jean-Claude. (2001), *Cinema Marginal*? Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1006200107.htm

CANDIDO, Antônio. (2011), *Literatura e sociedade*: estudo de história e teoria literária. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul.

FONSECA, Adriane Maria Puresa. (2012), *Os errantes do cinema marginal*. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/1497/browse?value=Adriane+Maria+Puresa+Fonseca&type=author

HANSEN, Miriam Bratu. (2007), "Estados Unidos, Paris, Alpes: Kracauer (e Benjamin) sobre o cinema e a modernidade". IN. CHARNEY, Leo; SCHAWARTZ, Vanessa (orgs.). *O Cinema e a invenção da vida moderna*. São Paulo: Cosac Naify.

JOSÉ, Ângela. (2007), "Cinema Marginal, a estética do grotesco e a globalização da miséria". *ALCEU*, v.8 - n.15 - p. 155-163.

KRACAUER, Siegfried. (1988), *De Caligari a Hitler*: uma história psicológica do cinema alemão. Rio de Janeiro: Zahar Editora.

_____. (2009), *O ornamento da massa*. São Paulo: Cosac Naify.

ORTIZ, Renato. (2003), *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense.

_____. (2006), *A moderna tradição brasileira*: Cultura brasileira e indústria cultural. São Paulo: Brasiliense.

PONTEL, Evandro. *Esclarecimento e modernidade*: uma leitura a partir da crítica de Adorno e Horkheimer. Disponível em: http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/semanadefilosofia/IX/1.8.pdf

QUINSANI, Rafael Hansen. (2008), Transgressões cinematográficas na década de 60: entre o cinema novo e o cinema marginal, os indícios da moderna tradição brasileira. *Metis*: História e Cultura, v.7 n. 14, pp.141-159.

RAMOS, Fernão. (1987), *Cinema Marginal (1968-1973)*: a representação em seu limite. São Paulo: EMBRAFILME/Ministério da Cultura, Brasiliense.

SANTANA, Gilmar. *O filme contextualizado* – diálogos entre Sociologia e Cinema. Disponível em: http://www.rua.ufscar.br/o-filme-contextualizado--dialogos-entre-sociologia-e-cinema/

SENADOR, Daniela Pinto. *Das primeiras experiências ao fenômeno Zé do Caixão*: Um estudo sobre o modo de produção e recepção dos filmes de José Mojica Marins entre 1953 e 1967. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo- São Paulo.

TAVOLARO, Sergio B. F (2005). Existe uma modernidade brasileira? Reflexões em torno de um dilema sociológico brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 20, n. 59, pp. 5-22.
XAVIER, Ismail. (2006), *O cinema brasileiro moderno*. São Paulo: Paz e Terra.

Filme

"À Meia-Noite Levarei sua alma". Direção: José Mojica Marins. Argumento e Roteiro: José Mojica Marins. Diretor de produção: Paulo Duarte. Brasil: Cinemagia, 2002 [1964], DVD (86 minutos), digital; preto e branco.

Diretrizes para submissão de artigos

Normas para submissão de artigos à Revista Brasileira de Sociologia

A Revista Brasileira de Sociologia – RBS publica artigos em Ciências Sociais, preferencialmente em Sociologia. Os textos devem refletir a produção acadêmica e cientifica acerca da realidade brasileira e mundial contemporâneas. As matérias veiculadas na Revista deverão incluir artigos de natureza acadêmica e didática, registrando eventuais reedição de textos clássicos, literatura comentada sobre assuntos variados, textos de metodologia e reflexão sobre conceitos ou autores, hoje imprescindíveis ao profissional do ensino médio e superior.

A Revista é semestral e aceita proposta de Dossiês, mediante Editais Públicos.

Artigos com temáticas diversificadas na área da RBS podem ser submetidos a qualquer data e em caráter de fluxo contínuo, através do e-mail rbsfluxo@gmail.com, obedecendo as regras de submissão em vigor.

Considerando a desejada manutenção do alto padrão de qualidade e especialidade do periódico, todos os artigos a serem publicados são avaliados pelo sistema de pares (avaliação às cegas).

O envio espontâneo de qualquer colaboração implica automaticamente a cessão integral dos direitos autorais à RBS.

Condições para submissão

Os artigos submetidos devem ser inéditos e devem assim permanecer durante a avaliação.

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

Os artigos não devem ultrapassar 50 mil caracteres com espaço, incluindo a bibliografia. O artigo deve ter resumo de 900 caracteres com espaço e 3 (três) palavras-chaves. Deve acompanhar, em arquivo separado, Nome completo do(s) autores(s), titulação, vinculo institucional, endereço.

Propostas de Dossiês devem ser enviadas com a apresentação da temática, sua relevância e abrangência para o campo dos estudos sociológicos. A proposta deve vir acompanhada dos dados dos proponentes: nome completo do(s) autores(s), titulação, vinculo institucional, endereço.

Os artigos submetidos devem conter resumo, titulo do artigo, e palavras-chaves em português e inglês. Caso tenham figuras (imagens e/ou gráficos), estas devem ser enviadas separadamente, numeradas na sequência em que aparecem e com indicação clara ao longo do texto dos locais em que devem ser incluídas. As figuras devem preferencialmente ser em formato TIFF (sem compressão) e resolução de 300dpi no tamanho final pretendido para a impressão. Largura máxima: 12 cm; altura máxima: 16 cm (ou 1417x1890 *pixels*).

As remissões bibliográficas no corpo do texto ou referências após citações a autores, devem seguir a forma (Autor, data) ou (Autor, data,

página), como nos exemplos: (MILLS, 1960) ou (BENJAMIM, 1987,p. 205). Se houver mais de um título do mesmo autor no mesmo ano, eles são diferenciados por uma letra após a data: SIMMEL, 1965a), (SIMMEL, 1965b) etc.

A RBS apoia os esforços relativos à visibilidade das mulheres na produção acadêmica. Assim, as referências bibliográficas ao final do artigo devem conter o prenome das autoras e dos autores, não apenas suas iniciais, como se segue:

Referências bibliográficas:

Livros:

LI, Peilin; SCALON, Celi; GORSHOKOV, Mikhail K.; SHARMA, Kumar (2013), Handbook on Social Stratification in the BRIC Countries: Change and Perspective. 1. ed. Cingapura/ Londres/New Jersey: World Scientific.

Artigos:

TOLBERT, Pamela S. (1986), "Organizations and inequality: Sources of earnings differences between male and female faculty". American Sociological Review n. 59, pp. 227–235.

Coletâneas:

INGRAM, Helen; SCHNEIDER, Anne I.; DELEON, Peter. (2007), "Social construction and policy design". In: SABATIER, Paul A. (org.). Theories of the policy process. Cambridge, MA: Westview Press.

Teses Acadêmicas:

FORTUNA, Carlos. (1988), Threading Through: Cotton Production, Colonial Mozambique and Semiperipheral Portugal in the World-Economy. Tese de Doutorado. State University of New York – Binghamton.